



esperar esperança: cidade em disputa, movimentos e indistincões



dissertação de mestrado
laura adami aogueira
orientadora: profa. tit. cibeles saliba rizek

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Esperar Esperança: cidade em disputa, movimentos e indistinções

Versão corrigida

Laura Adami Nogueira

São Carlos

2023

Esperar Esperança: cidade em disputa, movimentos e indistincões

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek

São Carlos

2023

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ne	<p>Nogueira, Laura Esperar Esperança: cidade em disputa, movimentos e indistinções / Laura Nogueira; orientador Cibele Saliba Rizek. -- São Carlos, 2023. 213 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2023.</p> <p>1. movimentos sociais . 2. racionalidade neoliberal. 3. luta por moradia. 4. produção do espaço urbano. I. Saliba Rizek, Cibele, orient. II. Título.</p>
----	--

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sigolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Laura Adami Nogueira**

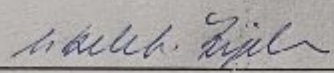
Título da dissertação: "Esperar Esperança: cidade em disputa, movimentos e indistincões".

Data da defesa: 02/10/2023

Orientadora: Profª Drª Cibele Saliba Rizek

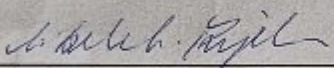
Comissão Julgadora:

Resultado:

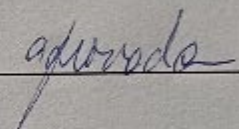


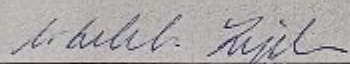
Profª Drª Cibele Saliba Rizek
(IAU/USP)

Não votante

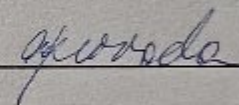


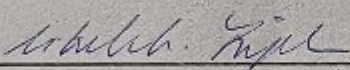
Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes
(IAU/USP)



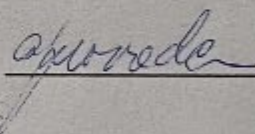


Prof. Dr. Nilton Ken Otta
(IP/USP)





Profª Drª Adriana dos Santos Fernandes
(UERJ)



Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.**

Dedico esse trabalho aos meus avós, Terezinha e Mario, costureira e lavrador, que sempre acreditaram na educação como ferramenta de transformação do eu e do mundo.

Agradecimentos

Quando uma etapa se conclui, passa um filme na memória dos momentos que ajudaram a construí-la. Esse percurso foi marcado por personagens sem os quais boa parte desse trabalho não teria terminado. Tantos apoios, incentivos, ensinamentos, contribuições e embates certamente foram fundamentais para que tudo se concretizasse.

Começo, então, a agradecer aquela que desde o início da graduação, quando me indagava se a insistência de quatro anos no cursinho pré-vestibular teria valido à pena, me mostrou que arquitetura e urbanismo, para muito além da construção do edifício, se extravasa para a perspectiva do espaço, da cidade, da urbanidade, e enfrenta complexos entrelaçamentos com as dinâmicas sociais. Cibele, quando ouvi de você que “fazer política é disputar o sentido do mundo”, os caminhos da minha trajetória, que se restringiam ao espaço da casa, tomaram rumos completamente diferentes daquilo que fui capaz de imaginar. Obrigada por semear as sementes do aprendizado e por nos inspirar a cultivá-las.

Aos personagens dessa película que caminham comigo desde sempre e me ajudam a pavimentar as estradas da vida: minha mãe, Regina, que a preenche de força e determinação, meu pai, Geraldo, que adiciona delicadeza e doçura, e minha gêmea, Júlia, que a reveste de uma coragem imensa e inspiradora.

Ao Eduardo, que escolheu trilhar esse caminho a dois, decidiu me acompanhar pela vida, compartilhar sonhos, intimidades, inseguranças e felicidades, preenchendo nossa casa de alegria, de carinho e de vida. É sua curiosidade no desconhecido, na imensidão do universo, nas grandes questões da filosofia que o homem até hoje não conseguiu responder, e sua autenticidade que me instigam e me impulsionam diariamente. Trago comigo nesta dissertação parte das ideias que nos unem e que temos como sonho para o futuro.

Ao Giordano, que há 13 anos, perto ou longe, cultiva diariamente o companheirismo de uma amizade verdadeira e genuína.

Aos amigos Avon, Beatriz, Brunielli, Comka, Giovanni, Heroi, Isaac, Jonas, Ju, Juma, Leandro, Lucas, Mayara, Pumba, Rafa, Samyah e Zé, que há 10 anos dividem comigo a felicidade de compartilhar a vida com pessoas que escolhemos para serem segunda família.

Aos companheiros do grupo SAGEMM, por fazerem desse percurso um percurso menos solitário, dividindo comigo suas reflexões e me permitindo contribuir com os trabalhos de cada um.

Aos amigos da Geovista, que dividem comigo o cotidiano, deixando-o mais leve e prazeroso.

À Adriana, Nilton e Ruy, que foram inspiração nas aulas, nas leituras e nos encontros.

*Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural.
Pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural.
Nada deve parecer impossível de mudar.*

Bertolt Brecht

Resumo

A partir da necessidade de compreender as relações entre as práticas de produção da cidade contemporânea pautadas na racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), na reconfiguração dos territórios populares e no protagonismo das populações que neles habitam, este trabalho explora a compreensão da conformação dos sujeitos políticos em luta no quadro dos processos de reconfiguração região metropolitana paulista, tendo em vista a potência política das dimensões dissensuais colocadas em torno da apropriação e despossessão dos espaços de vida urbana, suas sociabilidades, desigualdades e precariedades, privilegiando trajetórias e narrativas que permitam estabelecer relações entre condições de vida, ação social e território. Pretende, por meio do movimento de social de luta por moradia na Ocupação Promessa (nome fictício), apreender de modo crítico a produção do espaço urbano contemporâneo, recolocando novas gramáticas de segregação, assim como embates e resistências, articuladas a mecanismos de subjetivação política. A partir das histórias apreendidas em incursões etnográficas, observa os modos pelos quais os destinos sociais e individuais (CABANES, 2006) se entrelaçaram, quais são seus pontos de inflexão; momentos e processos de fixação, expulsão territorial e remoção marcaram essas trajetórias e obstáculos, bem como quais horizontes de emancipação e dissenso se desenharam, ou mesmo se se desenharam, no âmbito das lutas sociais na produção e reprodução do urbano (DARDOT; LAVAL, 2016). Coloca-se ainda a necessidade de identificar trajetórias e processos de formação e transformação dos movimentos de lutas e organizações sociais que, ainda que reconfiguradas, fazem parte de um grupo de referências que norteiam os atuais atores populares e que auxiliam na construção desse sujeito político. Portanto, o trabalho buscou analisar e qualificar os mecanismos de subjetivação política dos movimentos de lutas populares; além de compreender as influências diretas e indiretas das políticas públicas na prática política das lutas sociais por moradia, bem como na produção do espaço urbano em disputa, discutindo os processos de luta pela constituição de direitos na cidade. Para isso, dividiu-se metodologicamente em duas partes principais: a primeira trançando as linhas de força que estruturam as práticas relacionadas ao contexto até então discutido, e a segunda realizando incursões etnográficas para fundamentação dos estudos estabelecidos na etapa anterior a partir de análises das trajetórias de vida e percursos biográficos, compreendendo que “essas incursões podem apresentar-se como o fio condutor de um emaranhado socioespacial tecido cotidianamente nas cidades, fornecendo pistas importantes dos modos como espaços, trajetórias, narrativas e experiências se constituem mutua e dinamicamente.” (ROSA, 2014).

Palavras-chave: movimentos sociais; produção do espaço urbano; luta por moradia; racionalidade neoliberal

Abstract

From the need to understand the relationships between contemporary city production practices based on neoliberal rationality (DARDOT; LAVAL, 2016), the reconfiguration of popular territories, and the protagonism of the populations that inhabit them within the scope of urban conflicts, this work explores the understanding of the conformation of political subjects in struggle in the context of the processes of reconfiguration in the São Paulo metropolitan region (RMSP), considering the political potency of the dissensual dimensions surrounding the appropriation and dispossession of urban living spaces, their sociabilities, inequalities, and precarities, focusing on trajectories and narratives that allow establishing relationships between living conditions, social action, and territory in the RMSP. Through the social movement of the struggle for housing, Ocupação Promessa (fictitious name), this study aims to critically grasp the production of contemporary urban space, recontextualizing new grammars of segregation, as well as conflicts and resistances, articulated to mechanisms of political subjectivation. This general objective is articulated with the construction of trajectories through ethnographic incursions, attempting to understand how social and individual destinies (CABANES, 2006) have intertwined and what their turning points are; which moments and processes of territorial fixation, expulsion, and removal have marked these trajectories and obstacles, and what horizons of emancipation and dissent have emerged within the social struggles in the production and reproduction of the urban (DARDOT; LAVAL, 2016). There is also a need to identify trajectories and processes of formation and transformation of the movements of social struggles and organizations that, although reconfigured, are part of a group of references that guide current popular actors and assist in the construction of this political subject. Therefore, the study sought to analyze and qualify the mechanisms of political subjectivation of popular struggle movements, as well as to understand the direct and indirect influences of public policies on the political practice of social struggles for housing, as well as in the production of contested urban space, discussing the processes of struggle for the constitution of rights in the city. To do so, the study was methodologically divided into two main parts: the first, weaving the lines of force that structure the practices related to the context discussed until then, and the second, conducting ethnographic incursions to support the studies established in the previous stage through the analysis of life trajectories and biographical paths, understanding that "these incursions can present themselves as the guiding thread of a socio-spatial tangle woven daily in cities, providing important clues to the ways in which spaces, trajectories, narratives, and experiences constitute themselves mutually and dynamically." (ROSA, 2014).

Keywords: civil rights movements; urban space production; housing struggle; neoliberal
rationality

Sumário

INTRODUÇÃO	13
Cena 1: Nada mais, nada menos.....	25
Cena 2: Reconhecendo Promessa	39
Entremeio 2: A Cidade da Promessa	75
Cena 3: Mulheres da Promessa.....	109
Entremeio 3: Ocupação Promessa	116
Cena 4. Uma boa notícia	144
Entremeio: Juntando as peças	150
Cena 5: Os planos para Promessa	153
Entremeio: Caminhos Tortuosos.....	184
Considerações Finais: Esperar Promessa	193
Referências Bibliográficas	200

INTRODUÇÃO

A partir do contexto de discussão a respeito do processo de produção urbana, alguns pontos de inflexão nas práticas e ideias presentes podem ser apontados, articulando teoria e realidade empírica, o local e o mundial, possibilitando estabelecer uma crítica ao urbanismo praticado pelo mercado e pelo capital, bem como às práticas políticas de ordenação do território.

O espaço urbano, nesse sentido, é ator e palco (LEFEBVRE, 1968) desse processo de produção da cidade guiado por interesses do capital, evidenciando contradições capazes de demonstrar que, mais do que um processo linear e contínuo de desenvolvimento urbano, estabelece-se um processo de reestruturação territorial, configurado por um novo padrão de acumulaçãoⁱ, sob o domínio financeiro que atua não apenas no âmbito da economia, mas em importantes repercussões em diversas outras esferas da vidaⁱⁱ. Nesse sentido, não se trata de “refletir” no espaço essa nova gestão das transformações que ocorreram em âmbito econômico, mas de identificar nas próprias transformações espaciais, e nos modos e modelos de sua gestão, um motor essencial destas mudançasⁱⁱⁱ.

A pesquisa toma os territórios em disputa no âmbito da região metropolitana de São Paulo como objeto de estudos e a produção do espaço urbano contemporâneo como quadro de referência (TELLES, 2006). A partir dessas ancoragens, busca entender: a luta dos movimentos sociais por direito à moradia, articulada a mecanismos de subjetivação política desses sujeitos, os novos (ou aparentemente novos) cenários da segregação e seus pontos de inflexão, junto às múltiplas relações entre a atuação desses movimentos e a produção do espaço urbano contemporâneo: se atuam como mecanismos de dissenso^{iv} ou se acabam por promover ao mesmo tempo dissenso, politização, reordenamento e reforço das relações de poder que organizam o território.

Tendo em vista a reconfiguração do território popular e como essas populações se inserem nos conflitos urbanos, se debruça a apreender como os movimentos sociais e os atores que performam nos territórios populares se entrelaçam na condução da luta por direito à moradia, tendo como pano de fundo o desenrolar do aprofundamento de uma racionalidade neoliberal cada vez mais enraizada na constituição dos sujeitos. Assim, considerando a prática de habitar como uma ação produtora de sentidos, levar a sério as trajetórias e suas narrativas significam compreender como essas narrativas são capazes de produzir um mundo e habitá-lo simbolicamente (ROSA, 2014).

Através de incursões etnográficas em uma ocupação localizada da região metropolitana de São Paulo, aqui denominada de maneira fictícia como Ocupação Promessa, onde se insere o Movimento Insurgência do Povo (nome fictício), ouviu trajetórias de vida e registrou situações

que auxiliaram no levantamento de questões acerca da produção do espaço urbano e das formas de luta por moradia na atual conjuntura, mas também dos mecanismos de constituição simbólica do viver desses sujeitos no território em questão.

Para tanto, há de se sobrevoar as correntes que desenham a centralidade estabelecida por uma racionalidade neoliberal imputada à escala governativa que reprogramou o Estado a partir da tríade privatização-liberalização-desregulação (LACZYNSKI; PULHEZ, 2023) nos últimos 40 anos. Um retorno às reflexões das facetas do neoliberalismo afim de elucidar sua racionalidade estratégica formadora de novas subjetividades^v, do governo de si^{vi}, e, mais ainda, como grande articulador de consensos; da morte da política^{vii}.

O conceito [de neoliberalismo] não diz respeito apenas às políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, à mercantilização das relações sociais ou ainda à “ditadura dos mercados financeiros”. O conceito designa uma racionalidade política que se tornou mundial, que consiste na imposição, pelos governos, de uma lógica do capital tanto no âmbito da economia como no âmbito da sociedade e do próprio Estado, até que essa lógica se torne a forma mesma das subjetividades e a norma das existências” (LAVAL, 2019, s/p)

Responsável por mudanças profundas que se estabeleceram no meio social ao longo do tempo, se forma e reforma em um conjunto de crises constantes, como a meta-estatização das finanças; a proliferação de empregos precários no setor de serviços; o inchamento da dívida dos consumidores; o crescimento simultâneo das emissões de carbono, de condições climáticas extremas e do negacionismo climático; o encarceramento racializado em massa e a violência policial sistêmica (FRASER, 2018). Para além disso, a concretização de uma profunda privatização do público^{viii}, que opera sobre as classes dominadas através da destruição da sua política, do roubo da fala, da exclusão do discurso reivindicativo e da sua destruição como classe, regredida à mercadoria (OLIVEIRA, 1998), se beneficiando das crises dos governos democráticos^{ix} ao redor do mundo como ferramenta para sua reestruturação, na medida em que ele mesmo as cria^x. Tal complexo de crises assume não somente sua vertente econômica, mas também política, ecológica e social, acirrada ainda mais pelo aparecimento de uma pandemia global de COVID-19, é a expressão cada vez mais aguda de sua tendência intrínseca de auto desestabilização (FRASER, 2018).

Essa crise generalizada seria, portanto, uma crise de hegemonia^{xi}, que se caracteriza pelo colapso de um sistema hegemônico já estabelecido e que tenta se reestabelecer na tentativa de manter privilégios de uns em detrimento de outros, mantendo as aparências de uma coalizão entre as

forças sociais, levando ao esgotamento das energias utópicas^{xii} e, conseqüentemente, minando as possibilidades do dissenso^{xiii}.

Nesse sentido, a apatia frente à luta política se explicaria pelo que Fraser (2018) denominou como neoliberalismo progressista, caracterizado pelo estabelecimento de alianças entre correntes liberais dos novos movimentos sociais e os setores financeiros dinâmicos, combinando, nas palavras da autora, “um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento”, por outro lado,

[a] versão “fundamentalista” de direita do neoliberalismo não podia tornar-se hegemônica em um país cujo senso comum ainda era moldado pelo pensamento do New Deal, a “revolução dos direitos” e uma série de movimentos sociais descendendo da Nova Esquerda. Para o projeto neoliberal triunfar, ele tinha de ser reembalado, dado um apelo mais amplo, ligado a outras aspirações não econômicas de emancipação. Somente quando adornada como progressista poderia uma economia política profundamente regressiva tornar-se o centro dinâmico de um novo bloco hegemônico. (FRASER., 2018, p.47)

Assim, todo um discurso social das especificidades identitárias foram incorporados como valores econômicos, de modo que reconhecimento e distribuição puderam entrelaçar seus limites, uma vez que o discurso meritocrático ligou-se profundamente às questões de emancipação e igualdade, englobando os movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ecologia e direitos dos LGBTQIA+) aos setores econômicos (a exemplo tratado pela autora: Wall Street, Silicon Valley e Hollywood) compreendendo que esses movimentos não são necessariamente anticapitalistas e, portanto, capazes de aglutinar, na sua dimensão reivindicatória, uma concepção essencialmente individualista da emancipação.

Dessa maneira, o neoliberalismo progressista permitiu, com a construção dessa coalizão, a intensificação do processo de financeirização ao passo que acelerou a circulação de capitais e a desindustrialização, desregulamentou instituições financeiras, enfraqueceu sindicatos e deu espaço à precarização das condições de trabalho, aprofundando a concentração de renda na medida em que as classes mais pobres viram diminuído seu padrão de vida.

No caso estadunidense, a crise de 2008 aprofundou a pauperização das classes mais pobres e uma parte da classe média, abrindo as portas para que o neoliberalismo reacionário se colocasse como alternativa, trazendo a combinação da economia neoliberal de distribuição com uma política reacionária de reconhecimento, pautada pelo nacionalismo, valores religiosos, homofobia, machismo, racismo e antiecológica, aspectos que foram constituindo os cenários

latino-americanos, pouco a pouco, ao longo da década seguinte e se construindo como oposição às reivindicações do neoliberalismo progressista.

Embora afirmando promover os pequenos negócios e a manufatura, o verdadeiro projeto econômico do neoliberalismo reacionário estava centrado no apoio às finanças, à produção militar e à energia extrativa, tudo para beneficiar, sobretudo, os 1% global. O que supostamente deveria tornar isso palatável para a base que eles buscavam criar era uma visão excludente de uma ordem de status justa: etnacional, anti-imigrante e pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofóbica. (FRASER, 2018, p.49)

Neoliberalismos progressista e reacionários, contudo, não se diferenciavam tanto na sua questão de distribuição. Ambos se pautavam no “livre comércio”, nos baixos impostos corporativos, nos direitos trabalhistas reduzidos, na primazia do interesse dos acionistas e na desregulamentação financeira. O que parecia distingui-los está na questão de como manipular o aspecto do reconhecimento. Embora cultuem valores opostos, a questão identitária, tanto a sua incorporação à esfera econômica quanto à sua negação nos governos de Donald Trump, Jair Bolsonaro, Matteo Salvini, foi transformada em ferramenta política de agitação das massas e criação de subjetividades, reforçando concepção individualista e meritocrática da dimensão emancipatória e, conseqüentemente, o encolhimento da luta reivindicatória. Vale ressaltar que se construiu, a partir disso, um cenário de guerra entre eleitores e simpatizantes das causas progressistas e os mesmos das causas conservadores, de modo que situações de conflitos estivessem sempre à espreita para se manifestarem.

Assim como Fraser (2018), Laval (2019) também identifica a existência de uma crise global da democracia, que se alastra não somente na esfera política, mas também econômica e social, como já enunciado. Reconhece que ela se manifesta a partir de certas especificidades em cada lugar do globo, mas que existe algo capaz de costurar as condições que levaram à liderança Donald Trump, Jair Bolsonaro, Matteo Salvini, entre outros, denominado de “neoliberalismo autoritário”.

Esse neoliberalismo autoritário constitui uma resposta política perversa às diferentes formas de desestabilização social provocada por um neoliberalismo que acentuou generalizadamente a precariedade, a insegurança social, a concorrência geral. Esse tipo de governo neoliberal autoritário, que surfa na crise política da representação, põe em operação toda uma maquinaria discursiva e institucional que transforma com muita eficácia o “social” em “identitário”, de acordo com os receituários da extrema direita, jogando com o impulso poderoso da pulsão de morte, revertendo a demanda de solidariedade social – por consequência, a demanda de amor ou de fraternidade - em

ódio e ressentimento para aquela ou aquele que se constituam em ameaça aos pequenos privilégios, pequenas vantagens, signos às vezes minúsculos que indicam superioridade, em um contexto de rarefação ou de luta concorrencial acentuada por bens materiais e simbólicos. (LAVAL, 2019, s/p.)

O que permitiu que essa política, aparentemente contraditória, se estabelecesse como alternativa foi sua base autoritária – autoridade tradicional, especialmente na família e a autoridade exercida pelo capital no campo econômico, assim como a autoridade de seus representantes no campo político, social e econômico (LAVAL., 2019) – uma vez que diante de um sentimento de ameaças aos valores tradicionais a autoridade se coloca como resposta para sua manutenção. No entanto, essa política não é tão contraditória assim, já que se traduz numa espécie de conciliação entre um autoritarismo tecnocrático e político, a serviço dos mercados e das grandes empresas e a manutenção da identidade nacional e da tradição.

Laval (2019) se aproxima daquilo que Fraser (2018) denominou de neoliberalismo progressista, com o que chamou de neoliberalismo ecológico-social, caracterizado por uma outra resposta à crise do neoliberalismo, atentando-se aqui para a crise ambiental e social. Segundo o autor,

[g]overnar a crise climática à maneira neoliberal consiste em culpabilizar todo indivíduo enquanto indivíduo, qualquer que seja sua classe social e seu nível efetivo de responsabilidade no âmbito do sistema econômico e social, o que permite fazer com que o peso da “transição ecológica do capitalismo” recaia sobre a massa da população, especialmente sobre as frações mais modestas, desprezando a organização da produção e da circulação capitalistas, assim como o consumo das classes mais abastadas. Por “ecologia neoliberal” pretendemos designar esse conjunto de discursos e medidas que consistem em imputar a responsabilidade da crise climática aos comportamentos dos indivíduos em geral e aos membros das classes populares em particular e, ainda, no plano prático, dar lugar a medidas tanto de incentivo fiscal como de sua destituição, cujo efeito global é o de fazer crescerem as desigualdades. (LAVAL., 2019)

Embora essas tipologias neoliberais apareçam como opositoras e em disputa no contexto atual, ainda que carreguem suas diferenças, não colocam em xeque as bases mais sólidas do capitalismo, buscando apenas superar os limites sociais, culturais e ambientais do modelo neoliberal e do próprio capitalismo. O que se percebe é a cada vez mais intensa privatização do público e produção de consensos que rompem relações de conflito. Se o neoliberalismo progressista ou o ecológico-social aglutinaram os movimentos reivindicatórios àquilo que, ao menos aparentemente, constituía seu oposto – os grandes conglomerados econômicos -, o neoliberalismo reacionário pôde então, uma vez minadas as possibilidades de conflito, exercer

sua violência. Amparado nas crises dos governos democráticos, apelou despidoradamente às políticas violentas de apropriação dos corpos, de modo que, no contexto da pandemia de Covid-19, em solo brasileiro, fica claro que para reestabilizar os aspectos distributivos, custa a vida das populações periféricas.

O espaço urbano, nesse sentido, se coloca como o lugar do conflito na medida em que abriga de um lado a expressão máxima do capital financeiro materializado em arquitetura e de outro sua face mais cruel de produção de desigualdades. Num contexto de pandemia onde o distanciamento social foi eleito política de contenção da doença, percebeu-se que o trabalho foi o grande determinante do contágio. Aqueles que puderam continuar suas atividades, mantiveram-se saudáveis, enquanto outros, dos quais suas ocupações dependem necessariamente de servir aos primeiros, colocaram-se em risco e alargaram os índices de contágio e mortalidade.

Diante de tantas transformações e reconfigurações, se lança olhares para o sujeito político que compõe esses territórios. Se esse sujeito não tem mais como referência os movimentos sociais “clássicos”, como aquelas representações de caráter sindical ou partidário muito ligados à ideia de melhoria do bairro, sobretudo porque o local de moradia relacionava-se ao local de trabalho - tendo a indústria como espaço dessa atividade - as representações atuais apresentam um horizonte de lutas ainda mais amplo, para além das “ocupações” diante da emergência do morar, mas se figuram, a partir de uma ampla diversidade de coletivos e associações de todos os tipos, que incluem agora pautas raciais e de gênero nas suas reivindicações.

O que se propôs, portanto, inicialmente, neste trabalho, foi apreender como a ação política se coloca no território frente às transformações elucidadas. Para Jacques Rancière, a política é entendida como reconfiguração da partilha do sensível, pautada na “distribuição desigual entre iguais” (RANCIÈRE, 2005). Ela ocorreria, assim, quando a ocorrência da lógica promovida pelas partilhas desigualitárias ou a ordem da dominação são perfuradas por lutas por conflitos empenhados na atualização do princípio de igualdade *xiv* (RANCIÈRE, 2005).

“a racionalidade própria da política é a racionalidade do dissenso. A ação política, via dissenso, rompe com a configuração dada ao estado de coisas, frequentemente naturalizada, em que as relações de dominação se encontram firmadas ou cristalizadas, mudando os destinos e lugares ali definidos. É uma batalha sobre o sensível, sobre o perceptível. [...] Em sentido estrito, a política não tem um lugar próprio ou sujeitos pré-definidos. É trabalho de atos de subjetivação realizados em nome da igualdade, que desafiam a ordem em vigor da ação, percepção e pensamento. Ela só existe em atos

intermitentes de implementação, sem obedecerem a uma lei geral, mas tendo como operador comum o dissenso. Esta noção diz respeito a um processo que cria uma fissura na ordem sensível confrontando a estrutura dada e suas repartições, redesenhando campos de pertencimento.” (PALLAMIN, 2010)

Porém, segundo o autor, nada é em si político, mas pode tornar-se na medida em que opere sob uma racionalidade dissensual. Desse modo, nem toda manifestação de revolta carrega em si o significado do dissenso, uma vez que pode ser impulsionada por razões conservadoras do ‘status quo’, ao estado da partilha e da dominação vigentes. Neste caso, continuam parte de controle e domínio da ordem vigente, configurando o que o filósofo define como “polícia”^{xv}.

Sendo assim, o sujeito político não é necessariamente aquele que toma consciência de si, mas sim aquele que se torna agente do dissenso, e que se mantenha assim após a ação dissensual. Assim, a luta política não se trata em orientar as massas e de colocar um representante como guia do caminho à emancipação, mas algo que nasce no sentido do interior para o exterior, e que deve permanecer.

Tendo em vista a reconfiguração do território popular e como essas populações se inserem nos conflitos urbanos, pretendeu-se investigar a produção dos espaços urbanos e das relações entre suas sociabilidades, em meio as desigualdades e precariedades, privilegiando as histórias de vidas, explorando a pesquisa de campo de caráter etnográfico, investigando as narrativas e trajetórias urbanas, ouvindo as vozes daqueles que estão à margem, na tentativa de tornar pública essas realidades, bem como construir condições para a criação de novas soluções para a realidade colocada.

Movimento popular que organiza trabalhadoras e trabalhadores, principalmente os mais pobres, a partir do território em que vivem, o Movimento Insurgência do Povo, iniciado em 2011, por meio das ocupações e da luta nos bairros de periferia, organiza lutas

“por tudo aquilo que o sistema nos nega todos os dias. Somos um movimento com independência perante os governos e patrões e autonomia diante dos partidos. Quem quiser chegar é só chegar, basta respeitar que as decisões são tomadas nos espaços coletivos do movimento, e que quem decide os rumos da luta é o povo! Acreditamos que as nossas necessidades só serão atendidas através da luta direta, e na nossa caminhada tem que ter muito respeito, sem racismo, nem machismo, nem qualquer tipo de preconceito ou opressão, que só fazem dividir o povo. Nossa união é nossa força contra os de cima! O que a gente quer é poder viver melhor, e a partir das nossas lutas em cada território, construir escolas de poder popular, pra que o povo cada vez mais ganhe a

confiança em si mesmo e a certeza de que o mundo mudado que a gente precisa vai vir das nossas mãos! ORGANIZAR OS DE BAIXO PRA DERRUBAR OS DE CIMA!” (website do movimento)

O movimento atua junto à militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e à Central Sindical e Popular – CSP Conlutas. O primeiro se define como “um partido formado por membros ativos da classe trabalhadora, que carregam consigo o programa do socialismo. Buscamos atuar nas cidades, no campo, nos bairros, nas periferias, nas empresas e, principalmente, na classe operária”, fundado em 1994 após ruptura com os ideais que seguia o Partido dos Trabalhadores (PT) na época. Já o segundo, em 2010 teve sua inauguração, durante o Conclat (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), unindo experiências de organizações sindicais e populares. Da Coordenação Nacional de Lutas, a Conlutas, que se organizava desde 2004, veio a maior parte da base sindical da nova entidade. A Conlutas surgiu a partir da unidade de vários setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais aplicadas pelo governo Lula, e iniciou uma primeira experiência de incorporação dos movimentos populares numa mesma entidade. Ambos atuam pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão. Essa luta tem a perspectiva de alcançar as condições e construir uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Construir a luta política através dos ideias socialistas e tendo em vista a luta de classes como motor da necessidade de transformação social, foi um dos motivos que auxiliaram na escolha dessa ocupação como objeto de estudos. A relação desses movimentos e partidos com as formas tradicionais de luta por direitos e cidadania permitiu imaginar uma linha de investigação que se perguntasse sobre a possibilidade de caminhar no sentido da conquista de direitos no caminho dos ideais de esquerda diante de um processo em que as relações entre Estado, finanças e capital corporativo se estreitam e os sujeitos se constituem como cidadãos-consumidores-empresas de si mesmos, diante de processos multi e transescalares de privatização, mercantilização e financeirização que são a marca dos ajustes e reestruturações econômicas associadas ao desmonte das políticas públicas e que se apresentam como única alternativa à crise (LACZYISK; PULHEZ, 2023).

Um outro fator importante de análise saltou aos olhos para a escolha do campo como objeto de análise: o Movimento Insurgência do Povo organiza na ocupação observada o grupo Mulheres da Promessa, que constrói, junto às mulheres que vivem, constroem e mantêm a ocupação viva uma formação feminista que discute e elucida o lugar da mulher na sociedade, suas opressões ao

mesmo tempo em que acolhe e tenta direcionar os casos de violência doméstica e abusos que possam acontecer no local. Pretendeu-se, portanto, apreender se a formação feminista e em busca de uma emancipação das mulheres frente às opressões cotidianas atingem as bases do movimento tanto das mulheres que compõem o grupo, quanto daquelas que não participam das atividades e até mesmo dos homens que moram na ocupação. Mais que isso, apreender se o movimento se pauta ainda na luta da classe trabalhadora como motor das transformações sociais ou se têm nas mulheres pobres as propulsoras dessas mudanças.

Dentro disso, a dimensão do dissenso, como já colocado, norteou o início do trabalho e esteve presente até a sua conclusão. No entanto, o campo possibilitou a mobilização da noção de zona de espera^{xvi}, que recorre a pensar sobre o tempo morto da onda punitiva contemporânea, onde

a espera tornou-se uma punição porque imobiliza. E pelas mesmas razões – a saber, aceleração social máxima, conforme o aumento exponencial da velocidade de rotação do capital intensifica a exploração do trabalho, que por sua vez se fragmenta e dessocializa – a mobilidade, na boa observação de Zygmunt Bauman, secundando a análise clássica de David Harvey acerca da compressão espaço-temporal que a assim chamada acumulação flexível teria levado ao ponto extremo de anulação de uma e outra dimensão, “tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado, a matéria de que são feitas e refeitas diariamente as novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais”. A prova de que a velocidade é antes de tudo um fenômeno político – como mostrou o estudo pioneiro de Paul Virilio – pode ser encontrada na polarização social que ela produz, reinventando verdadeiras “aristocracias da velocidade” cuja “lógica da corrida”, que no fundo é a lógica mesma da guerra, através da qual a dominação se exerce por meio do controle do movimento, da supremacia do não lugar sobre o lugar, prosseguirá por outros meios no tempo instantâneo em que se desloca o capital fictício autonomizado. (ARANTES, 2014)

A espera tornou-se uma estratégia punitiva de prisão dos sujeitos em uma condição, muitas vezes indistinta, que não caminha para uma solução ou transformação. A orientação espaço-temporal do capitalismo modificou de curso e entrou em uma nova dimensão da experiência histórica, ou em um novo padrão de temporalidade histórica que, na experiência social do tempo, é marcado pela presença sem precedentes do presente. Em outras palavras, não se trata simplesmente de uma continuação do antigo modelo, isto é, a experiência moderna de cronologia histórica: a espera não é mais simplesmente um horizonte e um horizonte de transformação social. Ao contrário, tornou-se uma disciplina, amplamente inculcada, como observou inicialmente Jean-François Bayart quando examina as intermináveis filas de espera, tomando como exemplo locais

como campos de refugiado ou aeroportos, e observa a expansão do poder disciplinador das inevitáveis nelas colocadas, concluindo que essa disciplina da espera é inerente ao modelo de temporalidade que define o momento atual da acumulação globalizada.

Jean-François Bayart chegou à conclusão, também ela paradoxal, de que num mundo globalizado pelo capital a única urgência é a espera^{xvii}. Porém uma espera muito específica do momento atual da mundialização: enquanto o capital flui, a força de trabalho das populações em peregrinação perpétua é compartimentada e comprimida por uma gama variada de coerções. A mais sutil e onipresente de todas elas, a espera, quer dizer, o disciplinamento pela espera. Ela rege inclusive toda uma técnica do corpo numa hora histórica em que outra vez as pessoas são imobilizadas em “colunas por um”, postas em seu lugar, em suma. (ARANTES, 2014)

Foi possível pensar e observar, portanto, o lugar da ocupação como uma zona de espera frente os inúmeros atores que performam neste território: moradores, associação de moradores, movimento social, partidos políticos, organizações sociais e não governamentais, assessorias técnicas de habitação de interesse social (ATHIS), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), universidades, Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU's), poder público, poder jurídico, crime, religião e polícia. Para além deles, como as trajetórias de vida trazem a toda a dimensão punitiva e disciplinadora da espera, não apenas pelo título da terra, mas da manutenção da vida em condições precárias que parecem nunca se transformar, sobretudo diante de um contexto de racionalidade política de enfraquecimento de políticas públicas, produção de novas subjetividades baseadas numa espécie de generalização da forma-empresa no interior do corpo social que resultam em uma perda dos horizontes de expectativas e dificuldade de planejamento de um futuro longe das precariedades que são acometidas a vida desses moradores.

O trabalho não poderia deixar de se perguntar e situar, em meio a tantas transformações e atores, o lugar e atuação dos profissionais de arquitetura e urbanismo nesse emaranhado até aqui descrito. A prática das ATHIS nos territórios populares se consolidou, no Brasil, nos anos 1990, se aproveitando do contexto da redemocratização e da retomada das políticas públicas que vieram junto à abertura política. No entanto, foi através da Lei Federal nº 11.888^{xviii}, em 2008, e da decisão da 56ª Plenária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), em 2016, de utilizar pelo menos 2% de sua arrecadação para financiamento de ATHIS que sua prática se tornou mais popular pelo territórios brasileiro, sobretudo nas grandes metrópoles.

Dos últimos cinco anos até os dias atuais, observa-se um notável aumento da promoção de iniciativas desses grupos junto aos territórios populares, não somente como produção de projetos de arquitetura e urbanização desses bairros, mas com realização de seminários, oficinas e cursos de capacitação dedicados ao tema. Isso nos leva a ponderar sobre quais atividades específicas têm sido conduzidas sob essa designação, bem como sobre seu significado e implicações e da atuação dos profissionais de arquitetura e urbanismo. Essas ações não só impactam o papel da profissão em relação aos seus objetivos, mas também contribuem para a configuração do espaço social e político resultante, especialmente no que diz respeito aos direitos e à formação de sujeitos políticos. Em um contexto de desmonte de políticas públicas, da presença-ausência do Estado, e de uma atuação dos projetos e movimentos sociais atuando a partir da ênfase de “criação de empresas”, procurou pensar a produção desses espaços e atuar como profissionais e sujeitos políticos nesses territórios diante de movimentos que vão consolidando uma escolha pela lógica privada de gerir os projetos sociais (em especial na busca pela geração de renda) e o próprio território, que encontra nos vácuos da política pública o meio privilegiado para legitimar-se.

Por fim, é necessário tecer alguns comentários sobre o desenvolvimento da metodologia utilizada na realização desta pesquisa. O mestrado teve início em março de 2020, e enfrentou as dificuldades de estar em campo que a pandemia da COVID-19 impôs em razão do distanciamento social, retardando a entrada no local de estudo para o final de 2021, quando a vacinação já atingia sua segunda dose de imunização. Foi prevista, inicialmente, a realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores da ocupação Promessa, mas que não aconteceram. Diante da dificuldade de conseguir organizar esses momentos pré-programados de conversa, a estratégia utilizada foi de absorver ao máximo todos os acontecimentos do campo através da observação e das conversas “informais” com os moradores que fui conhecendo. Assim, para registro das informações e na tentativa de não perder nenhum momento das incursões, desenvolvi uma série de diários que relatam não só os acontecimentos e as conversas, mas também as sensações de estar presente naquele local e as apreensões extraídas daquele dia.

Assim, o texto dessa dissertação se estrutura a partir de cenas urbanas, constituídas a partir dos escritos que tentaram apreender todos os acontecimentos, informações e sensações de um determinado dia em campo. Como coloca Strathern, a pesquisa etnográfica carrega consigo um sentido de perda, uma sensação de incompletude que resulta do fato de compreendermos que nenhum desses campos pode ser identificado com o outro, que o que se narra ou se descreve não estará em conformidade com aquilo que foi vivido e vivenciado no momento – fulgaz –

presente. O método nos impõe, portanto, um caminhar contínuo entre escalas, tempos e situações que ajudam a montar o quebra cabeça daquilo que se busca verificar ou daquilo que não se imaginava encontrar.

“O momento etnográfico é uma relação(...) Poderíamos dizer que o momento etnográfico funciona como exemplo de uma relação que junta o que é entendido (que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise). É claro que a relação entre o que já foi apreendido e o que parece exigir apreensão é infinitamente regressiva, isto é, ela desliza por todos os tipos de escala (e, mesmo na escala mais mínima, a observação e a análise contêm, em cada uma delas, a relação entre as duas). Todo momento etnográfico, que é um momento de conhecimento ou de discernimento, denota uma relação entre a imersão e o movimento.” (STRATHERN, 2014, p. 350)

Portanto, esse texto se compõe a partir de recortes do olhar da pesquisadora em suas visitas que podem, por alguns momentos, seguir uma ordem cronológica das incursões e dos fatos, e por outros, se entrelaçarem temporalmente, mas procuram, ainda que com perdas, transmitir as vivências do lugar e as relações nele tecidas, sejam elas entre a pesquisadora e suas e seus interlocutores, os interlocutores entre eles ou até mesmo pessoas e espaço construído.

Cena 1: Nada mais, nada menos.

“Eu Daniel Blake, não sou um cliente, consumidor ou usuário dos serviços. Eu não sou um desistente, um fujão, um mendigo ou um ladrão. Não sou um número do Seguro Social, ou um som em uma tela. Pago minhas obrigações, não sonego um centavo e tenho orgulho disto. Não me curvo a ninguém. Olho meus vizinhos nos olhos e ajudo-os se puder. Eu não aceito ou procuro caridade. Meu nome é Daniel Blake. Eu sou um homem, não um cão. Portanto, exijo meus direitos. Exijo que me tratem com respeito. Eu, Daniel Blake, sou um cidadão, nem mais nem menos”

O excerto acima é a fala final do filme de Ken Loach “Eu, Daniel Blake”, que tem como enredo a saga de Daniel no requerimento ao seguro social britânico de benefícios por invalidez em razão de um infarto que o acometeu enquanto exercia seu trabalho de carpinteiro. Ainda que com laudo médico e contando já com 40 anos de trabalho, o pedido é negado e, a partir de então, a história se desenvolve no acompanhamento da luta para marcar a data da feitura do seu pedido de reconsideração, ao mesmo tempo em que deve cumprir as exigências para manutenção do seguro-desemprego, sua única fonte de renda em razão do afastamento médico. Além de Daniel, conhecemos também Katie, mãe solteira de dois filhos, que também tem sua trajetória cruzada pelas burocracias do sistema social inglês.

O filme comparece neste texto porque nos permite compreender o mundo em que vivemos a partir das transformações acarretadas pelo capitalismo em nossas realidades, não apenas nos países centrais do sistema, mas, sobretudo, em sua periferia. Ainda que o mundo do trabalho inglês tenha sido constituído de maneira diversa do que se deu em países como o nosso, é possível compreender uma série de elementos comuns entre situações tão diferentes.

Dentro disso, propõe-se, sob a luz da obra de Loach, pensar as mudanças no mundo do trabalho a partir de um estado de exceção permanente^{xix} que nos coloca **no que Arantes identifica como condição de espera^{xx}** frente ao esgotamento do horizonte de expectativas, diante de uma racionalidade neoliberal^{xxi} de privatização do público e destruição das experiências coletivas – de trabalho e de convívio - que vem - através de dispositivos destinados a moldar politicamente relações sociais e econômicas a partir do discurso concorrencial - naturalizando um conjunto de relações mercadológicas, constituindo indivíduos enfraquecidos e comprometendo a formação de suas subjetividades.

Nesse sentido, discutir o mundo do trabalho e suas transformações se fez necessário diante dos aterradores índices de desemprego que assolam o Brasil desde o início da pandemia de Covid-19, associados ao aumento dos índices de populações famintas, desabrigadas e despejadas, realidade acompanhada nas visitas de campo desta pesquisa^{xxii}. Diante de um Brasil assolado pelo desemprego e pela fome, as cidades, sobretudo as grandes capitais, viram surgir uma série de ocupações de terrenos e edifícios em razão da impossibilidade de manutenção dos aluguéis^{xxiii}. Na Ocupação Promessa, os moradores resistem há mais de 8 anos e lutam pela regularização da sua moradia. Alternam a rotina de viver sem água em casa e contar com doações para ter o que comer, uma vez que quase todas as famílias viviam de empregos informais até que veio a pandemia e com ela, a dependência dos benefícios do Governo. Propõe-se que as transformações no mundo do trabalho, características das dinâmicas neoliberais, estejam profundamente relacionadas ao aumento do desemprego, das condições precárias de vida e de moradia dessas populações, de modo que a precariedade venha se tornando, ao longo dos anos, gerida em razão da intensificação e aprimoramento dos mecanismos de acumulação.

Daniel carpinteiro ou “um homem fora de seu tempo”

Logo no início do filme descobrimos que Daniel foi hospitalizado por conta de um infarto enquanto trabalhava. Embora em momento algum o diretor o mostre em seu emprego, são muitas as cenas em que ele manuseia cuidadosamente peças de madeira na pequena carpintaria de sua casa. Percebe-se também que os móveis que compõem seu lar são de produção própria, representando o amálgama entre a vida no trabalho e vida privada.

Assim, a ocupação do personagem é ainda um resquício dos trabalhos em que a extração da mais-valia depende dos conhecimentos adquiridos pelo trabalhador, advindo da sua experiência e sua habilidade, muitas vezes submetida a um tempo que diz respeito ao tempo desses mesmos saberes, incompatível com a demanda da produção atual. Daniel nos mostra, ao construir os móveis de sua casa, bem como seus objetos de decoração que lembram a esposa falecida, que o seu trabalho é parte fundamental da constituição da sua vida privada e da sua identidade. É este ofício que o faz reconhecer-se como homem e não como cão. **Assim, o trabalho de Daniel Blake é, de certo modo, residual de um tempo sobreposto pela velocidade e pelas formas de acumulação industrial propriamente dita.**

Porém, é neste momento em que se percebe a primeira incompatibilidade do personagem com o mundo em que vive. Como já identificado por Marx no século XIX, o capital apresenta um movimento paradoxal de eliminar do processo de valorização econômica a fonte mesma de todo o valor, o trabalho vivo, decompondo a sociedade do trabalho desde a destituição dos saberes do artesão e do camponês, no início da era industrial, até os tempos atuais, marcados pela

completa flexibilização das atividades laborativas, de modo que as habilidades de Daniel se tornem incompatíveis com o processo de acumulação capitalista financeirizado.

Dentre inúmeras consequências que o trabalho flexibilizado traz para a classe trabalhadora, ressalto, primeiramente, o que foi levantado por Sennett ao tratar da corrosão do caráter. Assim, ainda que burocratizado e rotineiro, o trabalho na era fordista foi capaz de conduzir as histórias de vida de forma cumulativa baseada no uso disciplinado do tempo com expectativas a longo prazo. No caso oposto, as relações de trabalho, bem como os laços de afinidade, não se processam em prazos estendidos, em decorrência de uma dinâmica de incertezas e de mudanças constantes de emprego e de moradia que impossibilitam os indivíduos de conhecer os vizinhos, fazer amigos e ou manter laços com a própria família (SENETT, 1999).

Mais ainda, tomando como objeto o capitalismo de plataforma^{xxiv}, a chamada “uberização do trabalho”^{xxv}, marcada por um acirramento dos processos de informalização e precarização^{xxvi} do trabalho, - colocando em cheque o próprio entendimento de informalidade e formalidade – e envolta na produção discursiva do empreendedorismo, remete a modos de subjetivação relacionados às formas contemporâneas de gestão do trabalho ao neoliberalismo, que nos demandam uma compreensão do engajamento, responsabilização e gestão da própria sobrevivência. A chamada flexibilidade requer uma flexibilização também do caráter - caracterizada pela ausência de apego temporal a longo prazo e pela tolerância com a fragmentação, o que levaria a um processo de degradação dos trabalhadores de ofício - na medida em que, para Sennett, *caráter é (...) o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros, ou se preferirmos (...) são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem (p. 10)*. Assim, ao olhar os vizinhos nos olhos, ajudá-los quando possível ou cumprir com suas obrigações, Daniel Blake nos conta que esse novo tempo ainda não foi capaz de corroer os seus valores de vida, de impedir a formação de suas redes de apoio, de ser rede apoio e criar raízes, sobretudo porque aquele sempre fora o seu lugar no mundo, e este lugar se assegura não apenas por ele, mas pelas relações ali criadas e fortalecidas.

À Espera

A narração do drama de Daniel é tecida genial, já que permite entender o tempo de espera: horas perdidas em telefonemas para saber o motivo pelo qual não consegue seu benefício, atendido por uma empresa terceirizada; interminável espera por um telefonema do perito, para poder recorrer da decisão; visitas a repartições públicas, também ocupadas por terceirizados; ou, ainda, a contraditória alternativa pela busca do seguro desemprego, benefício destinado a quem pode trabalhar, embora sua saúde não permitisse a atividade remunerada. O diretor nos coloca

junto ao personagem, à espera de uma possibilidade que, diante de infundáveis exigências e obstáculos, de fato, não existe. A possibilidade de um horizonte, mesmo que para aqueles que contribuíram por 40 anos, pagam suas obrigações, não sonham “um centavo”, não se realiza.

Nas palavras de Paulo Arantes, nos tempos que correm, a espera tornou-se uma punição porque imobiliza, na exata medida que não se pune mais para corrigir um desvio, mas para agravar um estado indefinido de expropriação e contenção. Nos tempos de capitalismo acelerado, marcado por uma oposição a um sistema fordista da repetição e da estabilidade, a mobilidade é exaltada e mascarada no discurso da experiência do flexível. O mundo do trabalho conhecido por Daniel é agora sinal de atraso e obsolescência, justamente porque aquele tipo de ocupação traz consigo um enraizamento na lentidão de um tempo de vida e de conquistas incapazes de se realizarem no atual momento^{xxvii}.

No regime flexível, as dificuldades sempre se consolidam no ato de correr riscos, no sentido de que as próprias incertezas das organizações flexíveis impõem aos trabalhadores correrem riscos com seus trabalhos, colocando em prova o caráter pessoal. A nova ordem concentra-se na capacidade imediata, num certo presentismo que não leva em conta que **acumulação de saberes e experiências** dá sentido e direito às pessoas; e daí a preferência do capitalismo pelos mais jovens, por serem mais adaptáveis às formas flexíveis de trabalho. Os riscos, além de colocar em questão o senso de caráter, propiciam aos indivíduos um sentimento de esvaziamento completo.

E não se trata aqui de uma reflexão saudosista **em relação às formas de trabalho vinculadas ao fordismo**. O que se pretende salientar é que as transformações no mundo do trabalho não se consolidaram simplesmente no ambiente da arrecadação e do consumo. Para que esse mundo fosse real, foi preciso que os sujeitos enxergassem nele a certeza da obsolescência e a coragem de assumir riscos. Risco de perder o emprego ao “mostrar-se diferente da maioria” – como ensina o professor no curso de formação de currículos que Daniel faz para provar que está à procura de um trabalho e conseguir o seguro-desemprego - risco de aplicar suas economias na possibilidade de enriquecer mais rapidamente, risco de endividar-se através dos créditos e financiamentos etc.

Retomando Sennett, ao contar a história de Enrico como uma história de acumulação diária da espera da construção de um futuro melhor para os filhos e para a própria velhice, relata a dimensão da espera numa perspectiva diversa daquela que vivemos hoje: uma espera que se concretizou no horizonte das expectativas para a sua vida e a de sua prole. Por outro lado, o excesso de presentismo vivenciado por Rico, o aprisiona em uma espera marcada por ansiedades e incertezas, impossibilitando a visualização de um futuro diferente, sobretudo pela dificuldade de planejamento a longo prazo em razão da aceleração do presente.

A partir do discurso da flexibilidade, o desemprego passou a ser a realidade aceitável de uma era em que tudo é incerto. De um contingente predefinido passamos a lidar com a figura da multidão de trabalhadores disponíveis: controle e subordinação operam de forma racionalizada com a indeterminação quanto ao número de trabalhadores, seu perfil profissional, seu tempo de trabalho, sua remuneração. Na mesma lógica, transferiu-se o papel de instituir e executar normas de certificação e fiscalização do trabalho do Estado para as empresas-aplicativo (Abílio, 2017), que o terceirizam para a multidão indeterminada de consumidores. É transferida também para os consumidores parte do gerenciamento e controle sobre o trabalho, também ele um controle subordinado pelas empresas-aplicativo. A figura do empregador e do funcionário está borrada. Essa indiscernibilidade é o que configura a zona de espera pensada por Paulo Arantes: um momento de dúvida frequente que nos prende à situação de indeterminação e que nos imobiliza principalmente no sentido de reivindicação, uma vez que não sabemos a quem reivindicar sobretudo porque não sabemos o que somos: se somos patrões ou funcionários de nós mesmos, se somos patrões ou funcionários de alguém. O resultado da destituição das perspectivas de luta política, como quer Rancière^{xxviii}.

Se na época de Daniel e Enrico a promessa de um futuro possível passava pela integração através do trabalho assalariado, esse futuro se esvai ao passo que o próprio horizonte de expectativas ruiu. Naquele momento era a integração pela sociedade de classes, na qual fosse ainda possível que os sujeitos se compreendessem coletivamente como pertinentes a uma posição social construída e compartilhada coletivamente. Porém, subjetivados diante das novas formas sociais, suas histórias de vida se tornam incompreensíveis para as gerações mais novas que não mais reproduzem as experiências do reconhecimento coletivo da condição de exploração. O caráter corrompido não diz respeito somente à compreensão do mundo de uma forma mais individualista, mas a própria dinâmica de vida que perde a sua didática, como bem lembra Rico ao contar que se sente hipócrita ao pedir que os filhos sejam pessoas comprometidas, uma vez que a lógica do mundo onde “não existe longo prazo” corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. A construção do sujeito não passa simplesmente por um discurso ideal de flexibilização das relações de trabalho, mas também pela impossibilidade de viver e ensinar para as gerações mais novas a experiência de uma vida com garantias que ajudam a planejar o futuro, sobretudo porque nada mais é estático se não a condição de espera permanente^{xxix}.

Portanto, Daniel Blake se encontra nessa zona de espera programada para punir pela imobilidade. Embora durante todo o longa passemos com o personagem pela cidade de Newcastle - nas idas e vindas do escritório da previdência social, da busca por empregos que serão recusados, das visitas à casa de Katie ou ao centro de ajuda alimentar - sua vida está paralisada pela espera do

que definiria o seu futuro. Porém, se a zona de espera é o lugar contemporâneo de punição, o que faz deste personagem de caráter e moral incorruptíveis merecê-la? Daniel Blake, assim como todas as pessoas que compõe sua rede afetiva, são personagens precarizados: homens velhos, negros, mulheres e mães solteiras. Daniel, assim como eles, compõe a massa de precarizados do sistema capitalista. Um grupo oriundo da classe trabalhadora, que se encontra à margem do mundo produtivo, com completa insegurança financeira, dependente da assistência do Estado e buscando, nas formas mais violentas e desesperadas, uma maneira de sobreviver^{xxx}. O aparelho punitivo da zona de espera se volta para os prisioneiros das zonas de espera, não por uma questão moral, como vimos no discurso do protagonista, mas porque não se incluem na parcela da classe trabalhadora que poderia continuar a fazer girar a máquina capitalista.

Essa condição de indistinção^{xxxi} passa, sobretudo, pelo aparelho estatal. Com um aparato burocrático impessoal e intransigente, o Estado aparece como aquele que poderia prover assistência; no entanto, é justamente por ele que se apresentam todas as limitações de conseguir os auxílios de garantia de uma vida digna. No entanto, com advento e desenvolvimento do neoliberalismo, este Estado vem sendo desmantelado em suas políticas de bem-estar e assistência social e de oferecimento de serviços básicos, transformado em um Estado gerenciador dos precarizados e de suas condições sociais. Mais ainda, é ele o responsável pela implementação e manutenção da espera a partir de uma burocracia neoliberal^{xxxii} - certamente contaminada pelos procedimentos do Estado - mas de caráter privado, seguindo princípios de mercado que, evidentemente, não pretendem garantir aquilo que é de direito dos requerentes.

Vale ressaltar, que essa classe trabalhadora se trata daqueles que são os próprios trabalhadores precarizados, que em situações mais instáveis e inseguras, têm cada vez mais desmontado seu horizonte de expectativas^{xxxiii}. A sensação de um futuro incerto, de baixas ou quase nenhuma perspectiva frente ao instável, que é o que marca o tempo do filme e o novo tempo em que vivemos. Um presente indefinido, mas definido pelo aparato punitivo acima descrito.

Esse grupo de trabalhadores precarizados, num contexto de capitalismo de plataforma, engloba-se num espraiamento e visibilização de elementos historicamente associados aos mercados de trabalhos periféricos (ABÍLIO, 2020). Fazem parte de uma tendência de generalização de escala global de características até então associadas à marginalidade e invisibilizadas, ou seja, ao trabalho informal, que passam a enquadrá-los como colaboradores ou parceiros e não mais ilegais^{xxxiv}. Mais ainda, instalam um movimento profundo de deslizamento da identidade do profissional do trabalho para o de trabalhador amador^{20Fxxxv}, nas palavras de Abílio, um componente poderoso desse novo tipo de informalização. O colaborador, condenado ao

autogerenciamento subordinado de si, permanece num trabalho onde nada está garantido: inicia sua jornada sem ter qualquer garantia sobre qual será sua carga de trabalho, sua remuneração e o tempo de trabalho necessário para obtê-la. As estratégias pessoais para a gestão da própria sobrevivência passam a estar no cerne da reprodução social dos trabalhadores, ao mesmo tempo que são incorporadas e gerenciadas no processo de trabalho.

Daniel Blake e seu círculo social, assim como os trabalhadores de aplicativos, compõem o que João Antunes^{xxxvi} insistiu em denominar de a-classe-que-vive-do-trabalho, exatamente no sentido de tentar reconfigurar o resultado dessas fragmentações da classe trabalhadora a partir das novas formas de trabalho até aqui descritas. Mais ainda, a-classe-que-vive-do-trabalho é composta não só pelos precarizados, mas também pelos trabalhadores em atividade e desalentados^{xxxvii}, unida não simplesmente pela sua condição de exploração, mas pelos seus processos de subjetivação, pela sua constante presença numa zona de espera de indistinção da perspectiva de futuro, articuladas por um poder público privatizado que governa diante da exceção permanente para manutenção e acirramento das condições até aqui desenvolvidas, como veremos a seguir.

O drama inglês nos faz voltar os olhos para o que acontece na periferia do capitalismo, sobretudo no que diz respeito ao desmonte dos direitos e piora considerável na qualidade de vida da população, principalmente, no Brasil, nos últimos 5 anos. Ao longo dos governos petistas, finalizados em 2016 com a destituição de Dilma Rousseff e sucessão de Michel Temer, avistou-se que

um conjunto de medidas inéditas na história do país permitiu uma combinação obtida a partir do aumento significativo do salário-mínimo, (mais de 70% de crescimento real), produção de postos de trabalho (formais e relativamente mal remunerados em especial no setor de serviços, acompanhados de um crescimento dos postos informais de trabalho), benefícios sociais como o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – com todas as suas ambiguidades. São políticas em boa medida urbanas, que combinaram programas relativos às necessidades mais imediatas – alimentação, moradia, saúde, educação. Essas políticas do corpo e para o corpo cujo centro – a sobrevivência e a reprodução da vida – guardam dimensões contraditórias, como por exemplo, as dimensões emancipatórias e a reprodução de desigualdades e modos de dominação. (RIZEK, 2016)

O exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida pôde averiguar que as empresas envolvidas utilizaram subsídios oriundos de fundos públicos, que poderia ser destinado à garantia e possibilidade de efetivação de direitos, de democratização da cidade, da moradia, saúde,

educação (RIZEK, 2016), e aumentaram significativamente seus lucros após o envolvimento com o programa. Verificou-se que, ainda que o déficit habitacional se desse em sua maior parte nas regiões metropolitanas, a maioria das unidades construídas localizaram-se nas cidades médias. A produção da moradia, nesse sentido, que poderia estar atrelada a uma perspectiva de garantia de direitos sociais, encaixou-se à lógica de uma produção de mercado aumentando o déficit metropolitano (ROYER, 2009; SHIMBO, 2012). Não seria, portanto, um governo da exceção permanente^{xxxviii}, que se coloca não somente no desmonte dos programas e políticas sociais, mas também na sua formulação?

Exceção Permanente ou a Face Real da Ausência de Expectativas

A condição de espera à qual está submetido o personagem do nosso filme nada mais é que o produto de um longo período que privatizou^{xxxix} os – não muitos – benefícios oferecidos pelo Estado do Bem-estar Social, oriundo da solução para a crise do capital que culminou nos dois maiores conflitos armados do século XX. O que se quer denominar aqui são os movimentos de fortalecimento de uma racionalidade neoliberal que, no decorrer do século, esgotou as possibilidades emancipatórias a partir da sua face totalitária através de um sem-número de mecanismos que tornaram normas as exceções^{xl}.

O Estado do Bem Estar Social, ainda que tenha oferecido por décadas uma vida de garantias sociais e econômicas a populações dos países centrais do sistema capitalista – mais especificamente países da Europa Ocidental, uma vez que nos Estados Unidos essas políticas se desenvolveram um pouco diferente e na periferia foram muito tímidas, para não dizer inexistentes – nada mais foi que uma tentativa de salvar o sistema capitalista descolando renda e consumo, ao contrário de funcionar como um conjunto de políticas de redistribuição de renda. Porém, constituiu-se como um estágio de conquista de direitos trabalhistas e de organizações fortes que, em determinado momento da história, passaram a ser incompatíveis com o modelo de acumulação vigente e de concentração de renda das elites.

Assim, esse estado de garantias, ainda que sem perspectiva de emancipação de suas classes dominadas, foi aos poucos colonizado por uma racionalidade neoliberal que culminou na profunda privatização do público, minando qualquer possibilidade de disputa da esfera pública e da constituição de alternativas políticas – aqui entendidas aos moldes de Jacques Rancière^{xli}. O que se viu não foi a crise da centralidade do trabalho, mas do trabalho assalariado e das estruturas de classe. Como já apresentado, o reconhecimento dos trabalhadores enquanto um enorme coletivo de explorados foi ao longo dos anos minado em razão de transformações das relações de trabalho, bem como da sua própria subjetivação e corrosão de seu caráter.

Assim, aos olhos de Marx, a constituição da esfera pública é da ordem burguesa, dos sujeitos privados, da concorrência e da disputa e exploração pela força de trabalho. Portanto, o Estado do Bem-estar Social^{xlii} apareceria como uma tímida redefinição desta esfera pública burguesa para a não burguesa^{xliii}, onde os sujeitos privados e a força de trabalho passariam a ser regulados por uma racionalidade administrativa, ainda que esta última tivesse seu suporte material pautado na luta de classes. A naturalização desse conjunto de políticas de estabilidade teria sido, portanto, responsável por um “esgotamento das energias utópicas”^{xliv}, através de dois processos: a privatização do público pela burguesia a partir da aparente desnecessidade dele, e a naturalização administrativa das conquistas e direitos das classes trabalhadoras. Associados, esses processos foram efetivos para a ruptura da relação de conflitos, marcando a produção de um consenso e a consequente dissolução e silenciamento das possibilidades reivindicativas.

A partir de uma falsa consciência de desnecessidade do público^{xlv}, a sua privatização se objetiva pelo discurso de falência do Estado, através do mecanismo da dívida pública, onde as formas aparentes são a de eficiência do setor privado responsável por emprestar dinheiro ao Estado falido, tornando-se uma mera extensão do setor privado. O processo é exatamente o contrário: a riqueza pública, em forma de fundos, sustenta a reprodutibilidade do valor do capital privado. Assim, se estabelece uma relação promíscua entre ambos os setores, de forma que os limites entre Estado e empresa estejam borrados, mas que efetivamente funcionam de acordo com uma racionalidade de ações fundamentalmente privada. O homem privado contemporâneo, portanto, é a base social sobre a qual se sustenta o neoliberalismo, ou seja, sua própria expressão. No que diz respeito às classes dominadas diante da privatização do público nada mais é que a destruição da sua política e do seu reconhecimento como classe, retrocedendo-a ao estado de mercadoria como quer o neoliberalismo.

Posto isso, o público tomado por uma racionalidade privada numa relação de indistinção com as forças do mercado só se permite por conta de uma relação de mútua dependência entre ambas as esferas. Nessa relação de co-dependência, o neoliberalismo se coloca uma racionalidade governamental justificando e naturalizando um conjunto de relações mercadológicas, de modo que, ainda que Dan tivesse contribuído com seu trabalho para que o Estado pudesse socorrer-lo quando necessário, a ordem de mercado é a ordem da concorrência e não da troca; a ordem que pressupõe a desigualdade e que, nessa relação de fronteiras borradas, o Estado garante a produção da desigualdade, sobretudo porque este nada mais tem daquele Estado do Bem Estar Social que pôde promover políticas universalizantes. O Estado tomado pela iniciativa privada fomenta políticas sociais focalizadas, que não garantem a igualdade, promovendo uma emancipação pelo consumo, tão fugidia quanto as relações de trabalho flexíveis já enunciadas.

Em realidade, aqui, este Estado, portanto, se coloca, mais do que tomado pela iniciativa privada, como uma espécie de correção e reafirmação permanente do mercado, de forma que mercado e Estado não existam um sem o outro, numa relação de produção e coprodução um do outro.

Para que a continuidade dessas relações duvidosas esteja garantida, é fundamental a existência de um governo pela exceção. Um governo em que o mundo do trabalho esteja “virado do avesso”^{xlvi}, no qual solicita-se ao trabalhador formal os atributos do “informal”: a flexibilidade, a polivalência, a iniciativa, a aceitação dos riscos. Assim, o termo “informal” tem sido substituído pela dupla empregabilidade/empreendedores, que funcionam no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança. Dentro disso, impossível não recordar a nova lei trabalhista aprovada em 2017 sob presidência de Michel Temer que permitiu a crescente formalização de situações precárias de trabalho. As leis 13.429 e 13.469/2017 pretenderam promover uma inversão paradigmática na hierarquia dos modos de regulação das relações de trabalho, reduzindo direitos e aumentando tanto os deveres dos trabalhadores quanto o poder dos empregadores (RIZEK, 2019). Nesse sentido, o mundo do trabalho ao avesso nada mais é que a movimentação das linhas de clivagem entre o legal e o ilegal que, nesse exemplo se caracteriza visivelmente pela piora nas condições de trabalho das populações, mas que reproduz normatização da exceção em outras esferas da vida. Mais ainda, a grande questão das transformações no mundo do trabalho se coloca de maneira tão intensa porque essas mudanças são profundamente responsáveis pela extração de mais valor a partir do trabalho vivo. A transformação do sujeito, ou seja, a construção do discurso que permite a sua subjetivação, ou a corrosão de seu caráter, como quiser, objetiva exclusivamente a extração de mais valor das práticas.

Vale destacar que, para a grande maioria da classe trabalhadora brasileira, o autogerenciamento de uma sobrevivência onde muito pouco está garantido, de uma provisoriade permanente, é elemento estruturante de um modo de vida que precede políticas neoliberais e flexibilização do trabalho dos últimos quarenta anos. Entretanto, a grande novidade é que esse modo de vida passa a ser subsumido de forma controlada, racionalizada e monopolizada. A figura dos ciclistas negros e periféricos carregando nas costas os baús das empresas-aplicativo de entrega deixa evidente que um modo de vida sempre precário, arriscado, desprotegido, explorado está agora organizadamente subsumido e controlado por algumas empresas que se tornam gigantes do mercado. É a partir dessa dimensão que se pode afirmar que a informalidade e a precarização são geridas e não necessariamente condições de incorporação ao antigo funcionamento. É essa a gestão que torna permanente o convívio com a exceção.

Convívio esse que é capaz de produzir, como coloca Liberato, uma parceria inovadora entre as empresas-aplicativo e os poderes milicianos. Denuncia-se, a partir disso, que essas grandes empresas funcionam a partir de dois tipos de regimes de contratação: Operadores Logísticos e Nuvens. Enquanto os trabalhadores nuvem, teoricamente, escolhem seus horários e são seus próprios chefes, os operadores logísticos respondem a um chefe - um CNPJ parceiro da empresa, que recebe um repasse da empresa-aplicativo por empregar esse tipo de trabalho – e têm de cumprir longas jornadas de trabalho diárias, sem nenhum direito trabalhista e previdenciário e sem sequer salário fixo, recebendo apenas o valor das entregas, como os entregadores nuvem. Dessa maneira, a empresa garante uma determinada força de trabalho ativa em jornadas ininterruptas, com baixíssimos salários e altíssima extração de mais-valia.

Não bastasse tal demonstração de aproveitamento das alterações nas legislações trabalhistas que permitem esse tipo de gestão da força de trabalho, os Operadores Logísticos têm utilizado de ameaças aos entregadores que se mobilizam em busca de melhores condições de trabalho e salário, supostamente com a ameaça de milicianos para impedir protestos e paralizações. O que se vê, portanto, é a exceção que se torna regra não somente através das mudanças legislativas que permitem a degradação das condições de trabalho e extração da mais-valia, mas das associações e gestões dessa força de trabalho que se une ao banditismo como manutenção da exploração.

É importante ressaltar que o que se convencionou chamar de “uberização”, não surge com o universo da economia digital, mas sim de um longo processo de formação de suas bases, como se quis demonstrar, que há décadas se coloca no mundo do trabalho, e que encontraram na tecnologia dos aplicativos o mecanismo de “encontro” da oferta e da demanda, acelerando tais práticas. Observam-se mecanismos de transferência de riscos e custos não somente para os trabalhadores autônomos engajados e disponíveis para o trabalho – apesar de principalmente para eles - mas também para esses intermediários que não se colocam como empresas subordinadas, mas como “empresas parceiras”, que aparecem no processo justamente para a execução do “sale boulot”, garantindo o funcionamento ininterrupto da geração de valor.

Dentro disso, o termo flexibilização só tem sentido crítico se o compreendermos como mudanças contemporâneas do processo de trabalho ligadas à relação entre Estado, capital e trabalho; à relação entre inovações tecnológicas, políticas dos Estados nacionais na promoção dos fluxos financeiros e de investimento, aumento do desemprego e de novas formas de exploração que também envolvem mudanças subjetivas do trabalhador (ABILIO, 2017). Mais ainda, aparece como forma contemporânea de eliminação de direitos associados ao trabalho e, principalmente,

da transferência de riscos, custos e riscos do trabalho não pago para os trabalhadores, sem com isso perder o controle sobre a produção, mas em sua maioria aumentando-o.

Os governos pela exceção permanente, portanto, abrem espaço para a manutenção, reprodução e apuração de práticas de governo dos corpos identificadas já nos séculos XVII e XVIII, como a ideia de grande confinamento, categorizando esses corpos e destinando à espaços institucionais específicos para cada um deles. Nos tempos atuais, o confinamento como o local da disciplina e da correção foi substituído pelo local da espera e da incerteza. Assim, os corpos incertos e imóveis, tornam-se precarizados; precarizados, tornam-se desprezíveis, e tal desprezo se demonstra justamente nas associações promíscuas entre Estado, empresa privada e parcelas criminosas, na garantia de manutenção das relações de exploração. O confinamento e a zona de espera colocam a condição humana na condição de exceção na medida em que para reivindicar a sua humanidade, para compreender-se humano, é preciso estar na condição de indistinção. A fala de Daniel Blake reivindica a sua condição de humanidade no momento exato em que se compreende como homem e não um cão, como sujeito que merece respeito e não como cliente, como sujeito empático dotado de humanidade.

Os Elementos Resistentes

No seu transcurso, nas idas e vindas, sobretudo nas perdas, o que se pôde identificar nos momentos de maior emoção da vida de Daniel Blake foi uma demonstração da condição de opressão, acolhida pelos outros que o cercam na mesma situação. Daniel Blake, como um espécie de horizonte negativo da classe, sente-se mal diante do desespero e se levanta para defender Katie que estava sendo expulsa da repartição, logo após receber a segunda negativa do pedido realizado. Condição semelhante é experimentada pelo gerente do supermercado que, apesar de ocupar posição superior na hierarquia das relações entre de trabalho, acaba por liberar Katie da acusação de roubo de produtos de higiene pessoal. Também condição semelhante é que faz com que o gerente do supermercado, mesmo ocupando posição de hierarquia na cadeia de relações capitalistas, libere Katie da acusação de roubo de produtos de higiene pessoal.

Essa espécie de horizonte negativo da classe se coroa, então, na cena em que Daisy, filha de Katie, uma criança negra, desconstrói a imagem de Daniel como homem provedor ao apresentar-se como alternativa para ele, quando suas finanças terminam e ele passa a vender os móveis de sua casa para garantir sua sobrevivência. Daisy mostra, assim, que a “hierarquia” construída pelo patriarcado entre ele (homem branco idoso) e ela (menina negra) se dissolve numa noção de plebe, como quis Thompson^{xlvii}, quando mostrou que as ações coletivas da plebe não foram meras reações esporádicas, mas uma reação coletiva e organizada. Os diversos motins analisados pelo autor reafirmam a ideia do agente histórico, pois somente a partir da ação coletiva é que a

plebe superava as transformações das relações sociais pressionadas pelo livre mercado. Foi a partir da economia moral, ou seja, uma economia baseada nos costumes de uma sociedade pré-capitalista, que homens e mulheres conquistavam a permanência de velhos direitos sociais e econômicos pautados e aludidos pelo costume e pela tradição.

Os personagens precarizados são, senão, os elementos de resistência desse sistema que se tentou descrever e analisar até aqui. Nada trazem de diferente dos entregadores de aplicativos que, no dia 1 de julho de 2020, decidiram parar suas atividades em uma greve geral contrariando os discursos do sujeito empresa: não somos empreendedores, somos trabalhadores, que não possuem nada além de sua moto, sua bicicleta, seu carro e sua força de trabalho, disseram eles. São elementos de resistências que nada tem de diferente dos artesãos e camponeses espoliados no início da era industrial, nomeado por Marx como condição proletária^{xlviii}. São elementos de resistência porque se compreendem como espoliados, se compreendem como classe trabalhadora que se dissolve num sem-número de discursos para enquadrá-la como sujeito de sua história, mas que, diferentes daqueles do início da era industrial ou até mesmo da era fordista, foram destituídos inclusive da sua experiência coletiva de trabalho e organização^{xlix}.

Se encontra, portanto, na zona de espera a “vida nua” (AGAMBEN, 2010), os sujeitos precarizados. Na tentativa de compreensão dos modos de colonização do sujeito através dos dispositivos de poder, o filósofo italiano encontra na intersecção entre o modelo biopolítico^l de governo e o poder jurídico institucional, uma parcela de viventes desumanizada de quem o sofrimento pouco sensibiliza. As linhas de clivagem que determinam quem está de um lado ou de outro da humanidade se movimentam seguindo as regras do poder biopolítico e legitimadas pelo jurídico, de maneira que seja impossível determinar quem é ou não a vida que pode viver e, sobretudo, a que pode morrer. O que se sabe é que essa vida é a primazia da dimensão da sobrevivência e não da vida ativa, da vida política. Apresentada sob os limites da violência de Estado, incluída pelos “documentos de barbárie” em um cenário político de dispositivos e técnicas de exclusão, a vida humana torna-se nua, matável pelo decisão do soberano, e a biopolítica, gestão calcula da vida dos indivíduos, uma política de exceção, mas de exceção permanente, onde a zona de espera se coloca como paradigma da política da atualidade, problematizando a marginalização e o desprezo com as vidas abandonadas ou estagnadas na condição de espera permanente, que se estabelecem numa relação constante de exclusão com a história, com o direito, com o Estado, a polis, e se configuram na biopolítica como resultado da captura da vida natural através dos mecanismos e dispositivos de poder (BATISTA, 2019).

A exceção é uma espécie da exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da suspensão. Neste sentido, a exceção é verdadeiramente, segundo o étimo, capturada fora (*ex-capere*) e não simplesmente excluída (AGAMBEN, 2010, p. 24).

Nesse sentido, ainda que elementos resistentes, o final do longa é previsível: a luta de Dan termina no chão do banheiro da repartição pública quando estava prestes a ter seu pedido de reconsideração analisado. Ao cidadão incapaz de continuar produzindo, o que resta é a vida matável, que apesar de reconhecer sua humanidade, de lutar por ela e reafirmá-la, é morta pelo capitalismo, pelo estado de exceção, pela zona de espera; não porque é cão, mas justamente porque é cidadã. Nada mais, nada menos.

Cena 2: Reconhecendo Promessa

Em 23 de dezembro de 2021, numa quinta-feira, a cidade de São Paulo já desacelerava para as festas de Natal e, mesmo com pouco trânsito, o tempo de chegada da zona sul da metrópole ao bairro Jardim Santa Fé, em Osasco, atingia 50 minutos de carro. Passando pela marginal Pinheiros, rodovia Anhanguera e vicinais, subindo o morro, no fim de uma estrada arborizada rodeada de grandes terrenos e galpões industriais e de logística, foi possível ver as primeiras casas da Ocupação Promessa.

Para algum desavisado que transite pelo bairro, é impossível imaginar que existam cerca de 500 famílias morando por ali. Extensos terrenos ocupados por grandes galpões e um movimento intenso de caminhões, configuram a área como um local de produção industrial em parte desativada, em parte em atividade e, mais recentemente, atividades relacionadas ao setor de logística, usos justificados pela proximidade à rodovia Anhanguera e ao polo Anhanguera/Bandeirantes com acesso ao Rodoanel e às marginais^{li}. É importante observar que o zoneamento da cidade prevê que o bairro seja uma área de uso exclusivamente industrial.

Abandonada a paisagem de ruas delimitadas por muros altos, ao final da estrada de asfalto, têm-se a primeira visão da ocupação. As ruas em terra batida se conformam por uma alternância, não regular, de casas de alvenaria e barracos de madeira. Materiais de construção, sobretudo tijolos, bem como ferramentas, são comuns de serem vistos em frente às casas de alvenaria, uma vez que boa parte delas não está finalizada.



Figura 1 Imagem de campo. Elaboração Própria

Alguns homens conversavam em frente aos seus carros, mas o lugar não parecia movimentado, embora o relógio já marcasse 10:50 da manhã. A ausência de movimentação nesse momento do dia, e pelas outras 3 horas que perdurou a visita, confirma que o local se esvazia nos horários comerciais de trabalho. A baixa diversidade de usos no entorno, especialmente as atividades não vinculadas às indústrias e atividades ligadas aos setores de logística não oferecem empregos para a população que ali habita, forçando-a a buscar trabalho em outras regiões da cidade ou cidades vizinhas. Além disso, serviços pouco diversos, ausência de serviços públicos, escolas, unidades de saúde, contribui para uma permanência reduzida na ocupação e na sua área de entorno, reforçando seu isolamento pela baixa circulação de pessoas. A ocupação parece, nesse primeiro momento, se configurar como um bairro dormitório, bem como sua área de entorno mais imediato.

Em razão disso, ao andar pela ocupação, é comum observar anúncios de serviços e comércios oferecidos pelos próprios moradores. Os serviços variam: cabeleireiros, barbeiros, bares, pequenas mercearias, venda de sorvetes e doces caseiros, materiais de construção e consertos domésticos, mecânicos etc.



Figura 2 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 3 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 4 Imagem de campo. Elaboração Própria

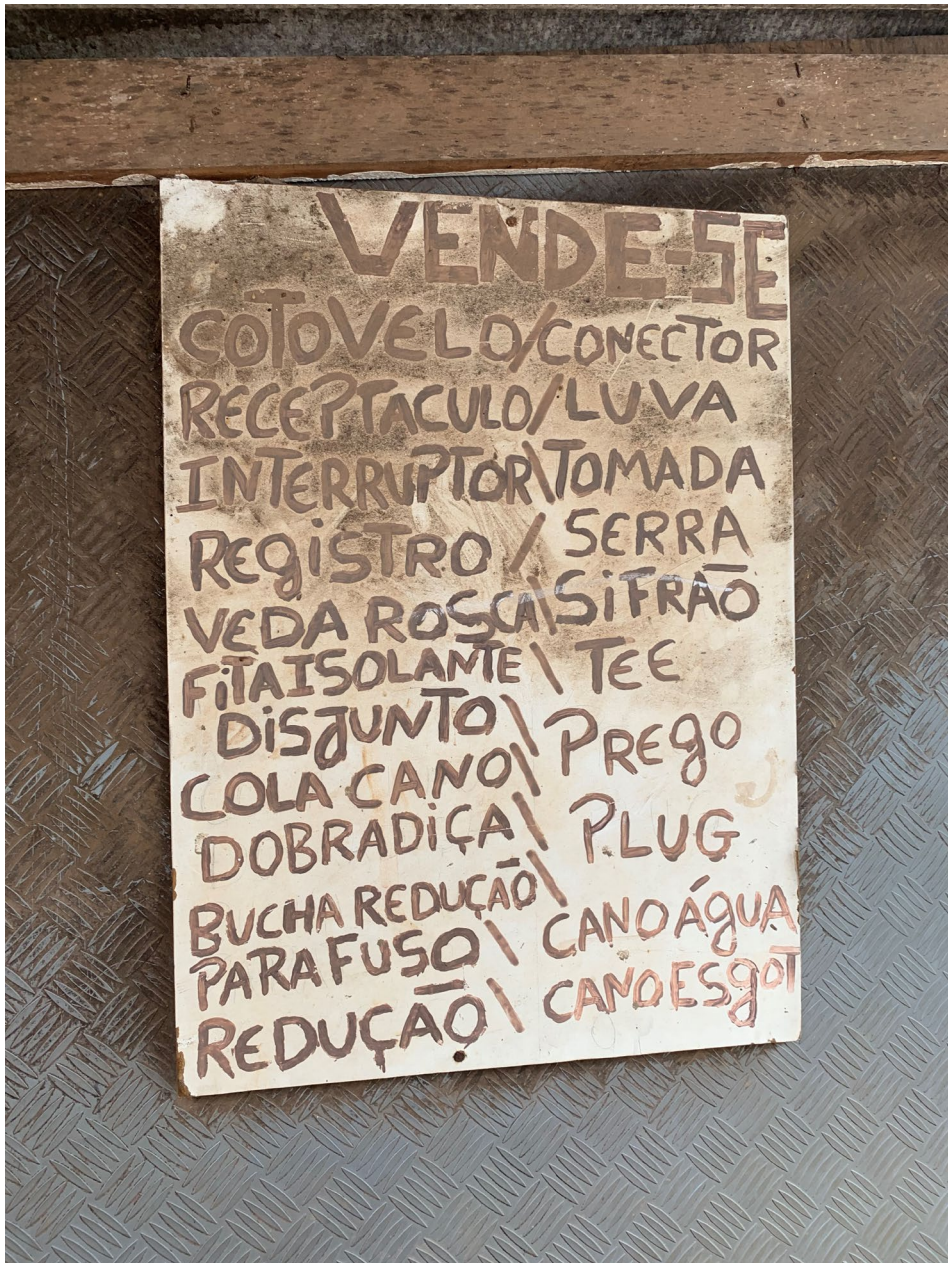


Figura 5 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 6 Imagem de campo. Elaboração Própria

Certamente a ausência de qualquer tipo de atividades e serviços originaria um comércio interno na ocupação, e a crise decorrente da pandemia de covid-19 implicou na queda de empregos entre os habitantes, bem como no aumento da dificuldade de manutenção da vida. Os serviços oferecidos pelos moradores, como explicou a líder da associação de moradores, foi uma alternativa de complementação de renda para o desemprego que assolou o país.

Muitos dos habitantes não têm emprego fixo e sobrevivem com bicos, empregos informais e a minoria com benefícios sociais como Bolsa Família, aposentadoria e auxílio-doença. De acordo com as fichas cadastrais, 52% das 537 famílias que completaram o formulário de cadastro

aplicado pela Associação de Moradores têm emprego, das quais 47,3% 26 trabalham com CLT^{lii}. Assim, entre essas que recebem salário fixo, a média de renda mensal por pessoa é de R\$1206. Os trabalhos mais comuns entre os homens são, nessa ordem, de ajudante geral, pedreiro, “autônomo”, motorista, operador (de máquina, guincho, caixa, rebobinadeira), segurança/vigilante, carregador e cozinheiro. Entre as mulheres, de auxiliar de limpeza, cozinheira/ajudante de cozinha, empregada doméstica/diarista, ajudante geral, auxiliar de produção, “do lar”, “autônoma”, manicure e vendedora. Observa-se, portanto, que as ocupações relacionadas à construção civil acabam por ser empregadas também dentro da ocupação, onde o morador constrói sua própria casa nos dias de descanso, ou ajuda na construção das outras casas que estão em formação na região.

Vale ressaltar aqui a longa discussão a respeito dos mutirões de autoconstrução, colocada por Francisco de Oliveira (2006), que, nas especificidades da Ocupação Promessa, aparecem na forma do auto empreendimento da casa própria, fortalecido pelos movimentos de moradia. Argumenta-se, assim, que o processo de autoconstrução depende de trabalhadores desempregados e não contribui para a criação de um mercado imobiliário. O mutirão, nas palavras de Oliveira, se coloca como uma espécie de dialética negativa em operação, resolvendo o problema da habitação não pelos meios do capital, mas dos trabalhadores pobres e, em grande parte das vezes, desempregados. A universalização dessa proposta supõe que a maior parte da força de trabalho esteja desempregada e possa, portanto, utilizar as horas de folga para construir a própria habitação, funcionalizando a pobreza e dando margem para sua adaptação e cooptação, até que possa ser abandonada.

Ainda que não se verifique a presença de mutirões, a lógica se coloca da mesma maneira para o auto empreendimento da casa própria. Retomando um pouco os anos 1970 e as políticas de habitação do BNH, enquanto as camadas médias da população puderam se beneficiar do programa, o conjunto de trabalhadores cujos recursos eram insuficientes para acessar o mercado privado ou os programas habitacionais, lançou mão do autoempreendimento da casa própria para prover sua habitação, contando com pouca, ou nenhuma, infraestrutura urbana ou serviços públicos. O solo urbano das regiões centrais das grandes cidades encareceu na medida em que as regiões distantes do centro iam sendo ocupadas, num processo especulativo determinado pelas políticas urbanas e habitacionais. Para os trabalhadores que produziram suas habitações o ônus da habitação é mantido no seu orçamento, retirando a provisão da habitação da cesta de valores que deveriam ser pagos por seu salário e mantêm-no achatado, originando o que Oliveira (2003) denominou como sobretrabalho. Assim, o que se vê nesse processo lento de autoconstrução da própria casa, que acumula tempos, saberes, trocas e apoios, é o reforço da

exploração desses trabalhadores moradores da ocupação, sob o manto de um movimento de luta por direito à moradia e à cidade, produzindo e reproduzindo seu espaço dentro da própria lógica que o aprisiona.

A pandemia trouxe drásticas decorrências para os habitantes da Ocupação Promessa. Muitos deles perderam seus empregos ou viram reduzir consideravelmente sua renda por conta de corte na contratação de serviços de autônomos ou na queda das vendas. Uma das moradoras, Marinalva Souza, que gosta de ser chamada de Nenê, conta que com o valor de 150 reais do auxílio é impossível sobreviver. Seu marido fora demitido, logo no início da pandemia, da vidraçaria onde trabalhava e ela, que lavava roupa para as mães da ocupação que trabalhavam fora, viu reduzir o ganha pão pela redução da procura pelo serviço, não somente porque essas mães estão em casa, mas também porque perderam suas rendas. Nenê vive com o marido, mas, ainda com as coisas cada vez mais difíceis, se compadece com as mães solteiras ou famílias que possuem filhos pequenos, como no caso de Ana.

Carla, de 39 anos, mãe de duas crianças, de quatro e três anos, recebe 234 reais do Bolsa Família e só consegue comprar leite “e alguma mistura”. Os mercadinhos da comunidade vendem fiado aos habitantes, mas só vendem na segunda vez se a primeira compra fiada for paga. Alguns dos serviços prestados pelos moradores só aceitam fiado, como aparece em um dos avisos das fotos do campo.

Além das crianças, Ana mora com o marido, soldador, que sofreu um acidente de carro há dois meses e quebrou a bacia. Apesar disso, ele sai diariamente à procura de trabalho. Conta que antes da pandemia a família enfrentava bastante dificuldade, que se intensificou após a chegada da doença, das medidas restritivas e do atraso da vacina e suas decorrências. O fechamento das escolas e a não abertura a impede de sair de casa para trabalhar, porque precisa cuidar dos filhos, e o marido, mesmo machucado, consegue alguns trabalhos em momentos não muito constantes, muito porque as pessoas têm medo de chamá-lo para trabalhar em suas casas e isso oferecer risco de contaminação. Em razão da piora das condições de vida da população que ali habita, a ocupação recebeu doações de cestas básicas e roupas. Essas cestas são distribuídas pela liderança da ocupação, Morena – que será apresentada no decorrer deste texto – na tarefa difícil de priorizar as famílias que mais necessitam da doação em meio a muitas que também contam com a ajuda.

Com incertezas do período pandêmico, as doações foram minguando e os moradores precisaram contar um com o outro para conseguirem sobreviver. É possível notar que existe uma rede de apoio importante entre os moradores da ocupação, possivelmente entre uns mais do que outros

e muitos deles distinguem e se compadecem com situações mais precárias de algumas famílias em situação mais dramática do que as demais. No entanto, é preciso reforçar que a grande maioria, se não todos, carece de ajuda para manterem suas necessidades de sobrevivência, bem como de seus filhos e outros familiares. Assim, a escassez das doações de cestas-básicas propiciou o surgimento de atividades de capacitação dos moradores da ocupação. Oferecida pelo Movimento Insurgência do Povo^{liii} (nome fictício), as mulheres da Promessa recebem aulas de corte e costura para capacitá-las à produção e conserto de vestimentas, máscaras ou qualquer outro tipo de produto. As aulas tiveram início no final do ano de 2021, ensinando as moradoras a costurarem máscaras para serem vendidas.^{liv}



Figura 7 Imagem de campo. Elaboração Própria

A ocupação Promessa é organizada pelo Movimento Insurgência do Povo, tendo uma relação bastante próxima com o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), além de ser filiado à Central Sindical e Popular Conlutas. Nessa trama, aparecem questões politicamente estratégicas que, no mais das vezes, se diluem ou se ocultam sob sua transcrição nos termos de um suposto **empreendedorismo social**, que chama a atenção de empresas e fundações privadas, expandindo sua presença e influência sob a cobertura dessa forma de empreender e através da prática da filantropia empresarial. Parece se conformar, dentro disso, uma zona cinzenta^{lv} (AZAÏS, 2017; KESSELMAN e AZAÏS, 2011) na qual recursos e formas de apoio circulam por entre as nebulosas relações tecidas por operadores dos negócios e mercados ilícitos nas periferias e favelas, justificadas pela defesa à vida, mas que usa dos recursos das urgências para se enraizar nesses territórios. Junto a isso, as redes sociais dos movimentos de luta por moradia, aqui mais especificamente a página do Facebook do Movimento Insurgência do Povo, celebram essas formas de solidariedade (TELLES, ABRAMOVICS, LACERDA, AGUIAR, RAMANCHIOTTI, QUINTANILHA, BRITO, BARBOSA, 2020), atuando como um ator importante na articulação do enraizamento delas formas nesses locais. A sala onde as aulas são ministradas foi o primeiro local que Morena me apresentou, na minha primeira visita à ocupação. Morena ressaltou, bastante orgulhosa, a proposta do Insurgência do Povo para emancipação dessas mulheres que dependem exclusivamente das ações filantrópicas para sobreviver. Conta que agora as mulheres que perderam seus empregos, ou até mesmo aquelas que pretendem aprender uma outra atividade para complementação de renda, encontram na ocupação aprendizado e apoio para serem financeiramente independentes, qualquer que seja a situação econômica do país.

É verdade que, diante do aumento do desemprego, da pobreza e da fome, capacitar os moradores para exercerem suas próprias atividades rentáveis é uma saída que pode conferir autonomia financeira a algumas famílias, sobretudo àquelas que conseguem se alimentar somente se recebem auxílios do governo ou doações filantrópicas. No entanto, é importante perceber que, ainda que seja uma solução de emergência (CABANES, GEORGES, RIZEK, TELLES, 2011), essa solução acaba por se desdobrar em formas de ativação^{lvi} e capacitação de uma parcela muito vulnerável, envolta num processo de luta social que acaba se encontrando na encruzilhada entre emergência vinculada à sobrevivência e luta por moradia. O que se tem por trás dos cursos de capacitação nos territórios populares e do discurso de emancipação financeira dessas populações tangencia o empreendedorismo e o empreendedorismo social e cultural, assim como o empresariamento de si. Apesar disso, esse tipo de solução esconde suas causas mais profundas. Talvez seja possível encontrar, nesse processo, a face produtiva dessas novas dimensões que

transformaram os territórios de pobreza em ativação, em territórios de assimilação e de inserção plena nas dimensões do “mercado” e do negócio, do empreendimento, auto empreendimento.^{lvii}

Cabem ainda algumas considerações a respeito de processos que passariam necessariamente por programas de combate à pobreza, pela naturalização da focalização e constituição de demandas e de públicos-alvo, pela contagem, mapeamento, localização territorial da pobreza, pelo cálculo e modos de investimento. Os auxílios e programas comporiam assim uma espécie de cesta que incide sobre as possibilidades de sobrevivência somadas às formas de solidariedade. Pode-se pensar aqui o que Verônica Gago - em seus estudos sobre La Salata define como “pragmática vitalista”.^{lviii}

Após a visita à “sala de costura”, Morena nos levou ao seu bar, local que parece ser um ponto de referência importante na ocupação. Existem outros bares pela comunidade, mas foi possível compreender que a localização do bar da Morena parece ser privilegiada em relação aos locais mais “internos” do bairro. Há, aliás, uma diferença muito importante entre as condições de borda das ruas e “quarteirões” e os “meios ou miolos de quadra” visivelmente muito mais precários do que as “fachadas” da ocupação, que acabam se constituindo como suas vitrines. O bar e a casa - um sobrado em cima do bar, que comporta quartos, sala e banheiros, mas que ainda não possui cozinha, o que faz com que a cozinha da casa de Morena seja a mesma cozinha do bar – se encontram logo no início do morro, com facilidade de acesso e vias bastante largas em relação às vielas mais internas. Uma outra vantagem desta localização parece ser de maior acesso à água, uma vez que quanto mais alto, mais difícil de conseguir que abastecimento das casas se complete. É comum ver mulheres e crianças subindo a ladeira íngreme com garrafas pet ou galões cheios de água para suas casas.



Figura 8 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 9 Imagem de campo. Elaboração Própria

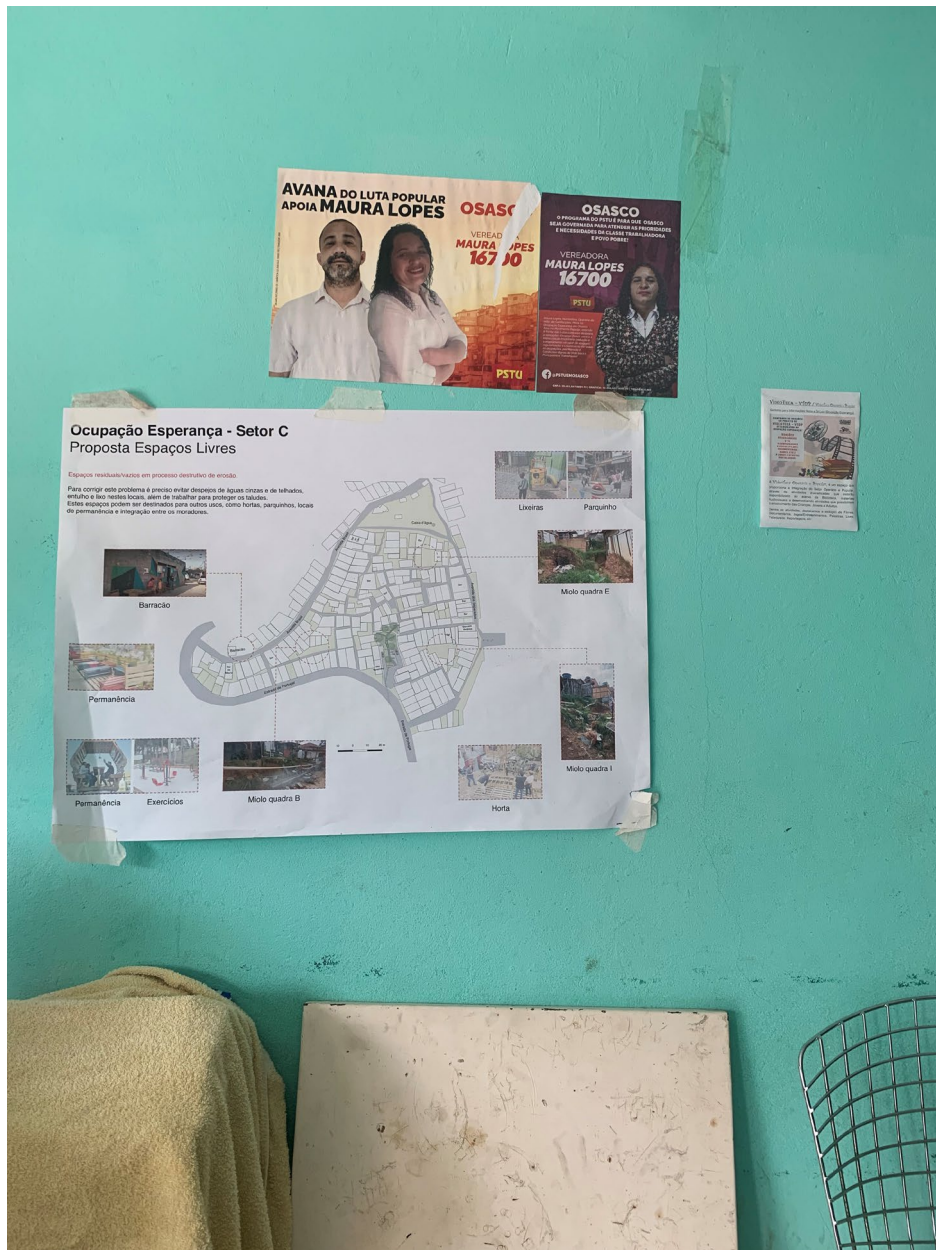


Figura 10 Imagem de campo. Elaboração Própria

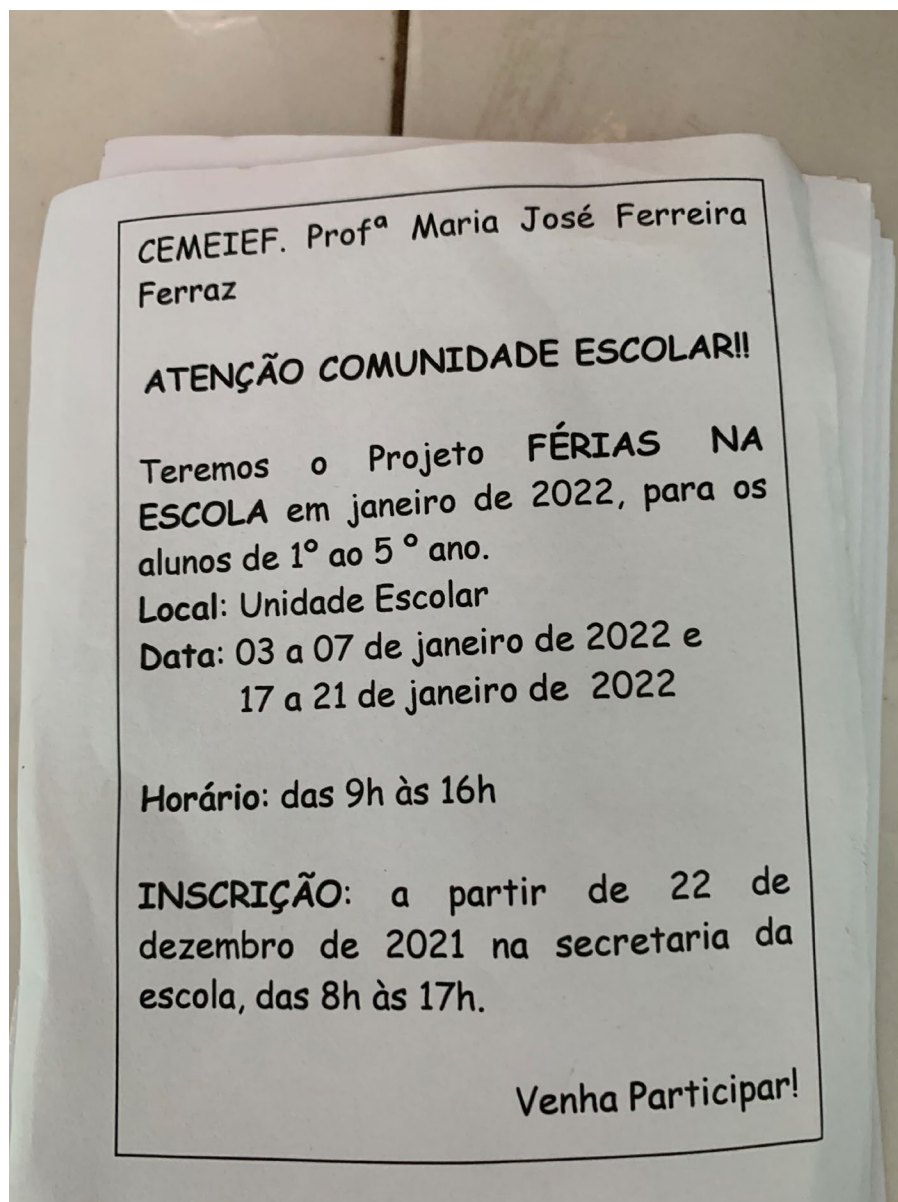


Figura 11 Imagem de campo. Elaboração Própria

Morena é hoje a líder da ocupação e faz parte da associação de moradores. De estatura mediana, porte forte, cabelos cacheados avermelhados e um longo e acolhedor sorriso, a maranhense não só é responsável por organizar a chegada e o destino das doações que recebe a ocupação, mas também por auxiliar na organização de eventos como a entrega dos presentes de Natal das crianças, visitas de grupos como assessorias técnicas, encontros do grupo de mulheres, assembleia de moradores, manifestações e atos e a organização e o engajamento político da ocupação. O bar da Morena parece representar não somente o bar do começo do morro, mas um local onde, de um lado, a pauta política dos movimentos que acompanham a ocupação, que carregam formação política do PSTU, se veicula, como nos adesivos de “Fora Bolsonaro”, “Greve Geral!” e o próprio panfleto de candidatura à vereadora da líder, e de outro, como um local

informativo das dinâmicas e acontecimentos mais recentes da ocupação, como o cartaz do projeto de reurbanização desenvolvido pela ATHIS que ali atua, avisos sobre arrecadação de equipamentos da cinemateca da ocupação ou mesmo aviso a respeito das atividades escolares.

Foi possível observar que existe uma sala onde as reuniões e assembleias acontecem, que recebe as produções coletivas, as aulas de alfabetização de adultos, o grupo de mulheres, reuniões com advogados, entre outras. Porém, o bar, localizado em frente, se apresenta como a extensão do que fora desenvolvido ali dentro, e que precisa estar mais constantemente à vista daqueles que ali habitam ou visitam.



Figura 12 Imagem de campo. Elaboração Própria

Assim, Morena se coloca como uma figura de referência dentro da ocupação e de difusão das ideias de luta e das decisões coletivas estabelecidas pelos moradores. Mãe de três filhos, sendo o mais velho de 21 anos, morava com a família na entrada da ocupação em um barraco de madeira. No início da pandemia, conseguiu construir a casa de alvenaria, onde habita atualmente, em cima do bar. O local ficou fechado por conta das medidas restritivas, fazia bicos de passadeira na lavanderia onde o marido trabalhava, mas quando se infectou, por duas vezes, com corona vírus, perdeu o emprego. O filho mais velho, de 21 anos, foi quem segurou as pontas nos

momentos mais difíceis da pandemia quando ela, o marido e a filha do meio perderam seus empregos.

Atualmente, o mais velho continua no trabalho que os sustentou durante os momentos mais restritivos da pandemia, trabalhando em uma empresa da área de Tecnologia da Informação, localizada na cidade de São Paulo. Além do trabalho, o jovem cursa publicidade e propaganda no período noturno. A filha do meio também trabalha e estuda, porém, na área de administração e recursos humanos. Ao mudar-se para a casa de alvenaria, Morena conta que conseguiu alocar os filhos em quartos diferentes, uma vez que trabalham remotamente desde que foi estipulado o distanciamento social. Durante nossas conversas, a maranhense comentou que ambos os filhos recebem vale-refeição totalizando cerca de R\$1000,00, e que esse valor ajuda nas compras do mês da família.

Durante a pandemia, a cunhada da líder também ficou desempregada e foi morar na ocupação Promessa. Morena então, para ajudá-la, entregou o bar para sua administração, dividindo com ela a cozinha, que atende o bar e a casa. Nas andanças pelo bairro, Morena nos levou à casa de sua mãe, que mora ali por perto, mas em uma área um pouco mais íngreme. Aproveitando o relevo, a mãe, que também mora em casa de alvenaria, construiu um edifício de 3 andares, com térreo habitado pelo irmão mais novo de Morena, o primeiro andar habitado pela mãe, e o último por seu irmão mais velho. Assim, a ocupação Promessa é o local onde toda a família de Morena habita e trabalha, e, portanto, onde existe uma rede de apoio bastante consolidada para os seus membros.

Neste dia, almoçamos na cozinha de sua casa e, conseqüentemente, na cozinha do bar. Morena preparara um prato com carne do porco que seu marido matara no dia anterior, no sítio que a família possui em uma ocupação do MST próxima dali. Em uma de nossas conversas posteriores, mas que conto aqui como parte da apresentação de minha interlocutora, a líder comentou que achou um absurdo o aumento da energia elétrica no Maranhão, pois possui uma casa no estado e aluga, mas por estar sem locatário no momento, tem pagado a energia até que alguém se interesse por ela. “Deixo de pagar aqui para pagar lá, e achei que está tudo muito caro”, me confessou. Por ser parte do Movimento Insurgência do Povo e líder da associação de moradores, Morena ajuda na organização de outras ocupações que o movimento atua na região metropolitana da cidade. Em uma delas, localizada em Cajamar, mantém um barraco, ainda de madeira, para os dias que visita a ocupação para atividades da militância ou para festas e encontros dos amigos que moram lá. Quando fui conhecê-la, Morena me contou que ofereceu o barraco para a filha do morar, já que a menina gostaria de sair de casa e morar sozinha. Para a

líder, seria uma boa escolha, pois a garota pode ter a experiência de morar sozinha, sem precisar arcar com o aluguel e ajuda na manutenção do barraco, que fica a maior parte do tempo fechado. Além da “sala de costura” e do espaço das assembleias e reuniões, a ocupação conta com um terceiro espaço coletivo, intitulado “espaço Griot”, configurado como o espaço de cultura dali. É no espaço Griot onde se armazenam os livros doados para a ocupação, sobretudo livros infantis, e onde se encontram alguns brinquedos com os quais as crianças podem brincar conjuntamente. Percebe-se que esses três espaços são espaços de formação, seja ela política, cultural ou profissional, e carrega sempre a bandeira do Movimento Insurgência do Povo e CSP Conlutas.



Figura 13 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 14 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 15 Imagem de campo. Elaboração Própria

Esses espaços de uso coletivos foram construídos a partir de doações de entidades e pessoas simpatizantes com a luta da ocupação, bem como algumas reformas e reparos que a estrutura exige. No entanto, sobretudo o espaço Griot, apresenta alguns problemas estruturais e de humidade que podem comprometer o material ali armazenado, bem como aqueles que o utilizam.

A Ocupação Promessa já conta com 8 anos de existência, e por isso possui um projeto de reurbanização, ainda que os procedimentos de regularização do terreno ocupado ainda estejam em andamento e com previsões incertas de conclusão. Em razão disso, a assessoria técnica

Espaço Arquitetura desenvolve um projeto de reurbanização no local. No momento da ocupação do terreno, os próprios moradores dividiram a área em 17 setores, de nomenclaturas que vão de A a R, para melhor organização do assentamento. Com o passar do tempo, a assessoria apresentou um projeto que prevê não somente de definição das dimensões dos lotes, mas uma hierarquização de vias e calçadas, bem como a implantação de espaços de lazer como praças e parques de brinquedos.

Definiu-se que os lotes apresentarão dimensões de 10 metros por 50 metros, o que permitiu que muitas famílias pudessem iniciar a construção de suas casas em alvenaria e abandonar a vida nos barracos. Além disso, com a definição da localização e dimensão dos lotes, as ruas se estabeleceram, organizando o traçado da ocupação e mantendo um distanciamento entre as casas, que deverá permanecer após as obras finalizadas.



Figura 16 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 17 Imagem de campo. Elaboração Própria

Embora uma boa parcela do terreno esteja estruturada como o plano prevê, o setor C ainda apresenta condições bastante precárias em relação aos outros. Por isso, a partir do projeto intitulado Mitigação dos conflitos fundiários: ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Promessa

– Osasco, São Paulo, viabilizado pelo CAU-SP, a assessoria acompanhará as obras de reurbanização do setor, uma vez que a área também oferece riscos de deslizamento.

Apesar de existirem algumas construções em alvenaria, a maior parte das casas do setor em questão ainda permanecem como barracos cobertos por madeira, plástico ou até mesmo tecidos. O acesso à água também é dificultado, contando com uma caixa d'água, e as estruturas de condução de água e esgoto passam pelas vias de transitáveis.

Se existe uma parte da ocupação que se coloca como sua vitrine, esse setor seria, portanto, seu oposto. O acesso do setor A aos outros é dado por ruas mais largas e melhor estruturas, onde se encontram alguns dos serviços prestados no bairro. O setor C, no entanto, é acesso por uma estreita viela entre duas paredes cegas de alvenaria. É visivelmente a parte mais precária da ocupação e, de acordo com a líder, o local onde moram as famílias em condições mais precárias de sobrevivência.



Figura 18 Imagem de campo. Elaboração Própria

As andanças por ali, bastante dificultadas pelo estreitamento das vias e pelo solo irregular de pedras soltas, entulhos e canos expostos, pareceram revelar algo que não se fez presente nem nas falas de Morena nem nas ruas-vitrines. Quando começou nossa incursão pelo setor C, dois meninos, aparentando cerca de 9 e 11 anos de idade, caminharam conosco pelo local e se fizeram

presentes até a despedida. O mais novo andava à frente e dava ordens ao mais velho – “vai por ali”, “agora faz esse caminho”, “vem.. anda rápido, mas não corre” - que carregava um pedaço de madeira como se portasse uma arma. Ambos pareciam fazer a vigia do local, trocando algumas conversas e espiando por trás de um ou outro obstáculo. Algo que parecia uma brincadeira de criança, passou a se revelar como uma possível vigia quando saíram de casas diferentes alguns jovens, próximos de 20 anos, para observar nossa passagem. Vestiam camisetas largas, bermudas e boné, sem disfarçar os olhares de desconfiança à nossa presença. Parece existir ali, ainda que essa questão não tenha sido confirmada na fala da líder, a presença de integrantes do PCC^{lix}.



Figura 19 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 20 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 21 Imagem de campo. Elaboração Própria

A frente da casa aparece aqui como um espaço importante de apropriação. Ainda que os lotes possuam dimensões definidas e demarcações exatas, existe uma apropriação espontânea que diz respeito ao cultivo de plantas na frente das habitações, sejam elas de alvenaria ou barraco, nos setores mais bem estruturados ou não. A extensão da casa para a rua abre espaço para o cultivo

de legumes e vegetais, complementando a alimentação dos moradores, mas também incluem flores e plantas medicinais, que contribuem para a circulação de um saber de cura popular e troca de informações e cuidados entre os moradores. Assim, o espaço da rua se transforma num “espaço entre”, pertencente à casa, em alguma medida, mas que impulsiona certas relações e apoios que vão além da divisão “público e privado”.



Figura 22 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 23 Imagem de campo. Elaboração Própria

Algumas áreas remanescentes foram também transformadas em hortas comunitárias, nas quais cada morador interessado recebe uma caixa para cultivo à sua escolha, que fica sobre o cuidado de cada um. Porém, uma das reclamações de “seu” Cícero é que muitos moradores plantaram, mas não cuidam e nem colhem os frutos, então a horta fica sob os cuidados dele, que mora em um barraco logo em frente e cultiva coisas como couve, alho, salsinha e cebolinha.

No decorrer da caminhada, passamos por três locais que estão destinados a serem espaços públicos da ocupação. O primeiro deles, no topo do morro, é conformado por casas, um mercado, que pareceu ser o maior mercado da ocupação, e uma igreja Assembleia de Deus. Neste local, no dia 23 de dezembro, acontecia uma doação de roupas organizada por Nenê, da associação de moradores, que recebeu doações e as expôs para que os moradores pudessem selecioná-las. As pessoas em volta das roupas eram compostas em sua totalidade por mulheres e crianças. Alguns homens olhavam de longe enquanto bebiam em um pequeno bar que se localiza vizinho da roda que se formou ali.



Figura 24 Imagem de campo. Elaboração Própria



Figura 25 Imagem de campo. Elaboração Própria



O segundo espaço recebe o nome de Parq Criança Feliz, que se formou com a colocação de um balanço, e onde crianças brincavam por volta das 13:00 do mesmo dia.

O terceiro espaço, hoje rodeado por casas, é previsto no projeto como uma praça principal, que contará também com uma escola para as crianças da ocupação. A casa de mãe de Morena é próxima à essa praça, e se aproxima também da casa da filha, que mora na Avenida Brasil, o que parece ser a avenida principal do bairro.

Propõe-se aqui uma reflexão a respeito da presença da religião na ocupação. Ao estacionar o carro para iniciar a visita, foi possível avistar, em meio à densa vegetação que circunda o local, um edifício de uma outra igreja Assembleia de Deus, pertencente a uma ocupação distinta que se estabeleceu na vizinhança na segunda metade do ano de 2021, segundo relato da líder.

Pensar a presença do neopentecostalismo (MARIANO, 1999) nesses territórios pressupõe, necessariamente, recorrer às análises da inserção da racionalidade neoliberal nos países da periferia do sistema capitalista e, mais recentemente, a ascensão da extrema direita em seus governos, em especial o governo Bolsonaro em solo brasileiro. Como coloca Mariana Cortês

o movimento pentecostal ofereceu um diagrama simbólico para que os sujeitos periféricos pensassem seus lugares no mundo social, como classe, raça e gênero. Desde a década de 1990, para além de fomentar uma remagificação do religioso, o pentecostalismo criava e recriava modalidades inventivas e plásticas de condução das condutas dos indivíduos nas margens. O diagrama da guerra, a narrativa da humilhação, a recusa da autoridade, o empreendedorismo periférico compunha tecnologias de governo do outro e de si. Mais tarde, esses dispositivos ofereceram eixos de governamentalização do próprio Estado, em um movimento das margens ao centro. Estavam assentadas as bases para que se produzisse uma insurreição dos humilhados, segundo a perspectiva de que a “reparação” pela humilhação não poderia mais ser aguardada na transcendência de outra vida ou no messianismo de outro tempo, mas teria que ser executada já, em uma batalha violenta (se necessário, armada) contra aqueles que ameaçam a existência dos “justos”. (CORTÊS, 2021)

Dentro disso, o neopentecostalismo se insere nos territórios populares a partir de uma dinâmica da guerra, advinda de uma experiência social dos sujeitos que compõem esses territórios marcada pela violência e pela humilhação, possibilitando a ressignificação de suas histórias e trajetórias de vida marcadas, muitas vezes, por uma linguagem atravessada que se constitui a partir da “sociabilidade violenta” do “mundo do crime” e o imperativo de aniquilação do inimigo (Feltran, 2011; Machado da Silva, 2008), onde atuam milícias que aterrorizam territórios através da chantagem, da ameaça e do extermínio (Feltran, 2021; Manso, 2020).

A religião encontra espaço nesses territórios também dentro do que Cortês denomina como “dispositivo da humilhação”, ativado por um afastamento do modelo católico de naturalização da exploração social, a partir dos anos 1980, criando condições para que os sujeitos periféricos fabricassem, nas margens, seus próprios mecanismos de sociabilidade, produzindo uma nova gramática social que traduz seus lugares no mundo social marcados não só pela violência, como por suas posições de classe, raça e gênero.

Não por acaso, o terceiro fator que pode explicar a forte presença dessas igrejas nas ocupações, mais especificamente aqui na Ocupação Promessa, se coloca através de um empreendedorismo periférico (COSTA, 2015). As religiões neopentecostais – sobretudo a Igreja Universal - passaram a incorporar o empreendedorismo em seus fundamentos teológicos, fomentando a possibilidade

de assumir riscos de abrir um próprio negócio, recusando a identidade do trabalhador como empregado, que passa a ser encarado em uma relação de servidão com o patrão. Por meio de uma surpreendente inversão, a carteira assinada, meta de um sonho socialdemocrata no qual a aquisição de direitos sociais se daria pelo ingresso na sociedade salarial, torna-se signo de submissão (CORTÊS, 2021). Assim, a tragédia da “viração” brasileira (Telles, 2010; Abílio, 2020); a impossibilidade de acesso aos direitos sociais; a precarização do trabalho nas formas desprotegidas da informalidade, se revestem de um discurso religioso criativo, e aparentemente muito eficaz, acionando o diagrama da humilhação e causando seu reforço.

A presença da religião, portanto, parece se colocar como um dispositivo importante de articulação e modelagem da concepção dessas novas formas de vida e existência, e que se enraíza nesses territórios associadas a outras formas, até aqui apresentadas, de modulação das subjetividades. O elogio ao empreendedorismo, numa situação em que parte considerável dos moradores perderam seus empregos e se viram reféns de ações de filantropia, reforça a busca e a implementação de soluções como a profissionalização, sobretudo das mulheres, realocando essa mão de obra “livre” para atividades que, aparentemente, se inserem como emancipadoras, mas reforçam as condições desiguais ali presentes. É possível identificar uma multiplicidade de repertórios presentes na ocupação que margeiam um processo de individualização atuando com consonância à religião, ações filantrópicas, movimentos sociais, poder público e associação de moradores.

Nesse sentido, uma vez que esta pesquisa se propõe a compreender a atuação dos movimentos de luta e emancipação pelo direito à moradia, me questionei, até essa primeira visita, se o movimento que acompanha a ocupação não atua em uma espécie de indistinção, de zona cinzenta, que permite uma intenso mescla associativa, de nichos de empresariamento, de práticas empresariais de todos os tipos, conduzindo àquilo que Benjamin chamou de Estado de Exceção, noção à qual me permito acrescentar a noção de zona de espera, na concepção de Paulo Arantes. Tais noções de indeterminação, indecidibilidade, indistinção e, por outro lado, as dimensões produtivas das formas de poder e de governo, das formas de gestão das linhas que se afirmam e se esgarçam na tensão entre legalidades e ilegalismos, atuariam aqui não como uma força “que vem de cima” capaz de ser vencida pela luta à moradia, mas como uma linha que costura todas essas noções e conformam as relações ali estabelecidas. Nesses termos, seria possível pensar a ocupação como um lugar primeiro de produção de uma sociedade e, por isso, os atores até então apresentados performam se constituindo, um perante o outro, em alguns momentos, um contra o outro, em outras situações, mas constantemente atados entre si.

Entremeio 2: A Cidade da Promessa

Osasco e São Paulo: uma análise urbanística da reprodução do espaço urbano

A primeira visita à Ocupação Promessa proporcionou uma série de elementos que se desenvolvem ali naquele território, mas que não se limitam aos perímetros da ocupação ou do bairro em que se localiza. Muitas das dinâmicas urbanas descritas até aqui, se relacionam profundamente com a história da cidade de Osasco, assim como com a da metrópole paulista. A formação dos bairros populares está intrinsecamente ligada aos processos de urbanização das cidades, reproduzindo velhas precariedades e inaugurando outras. Na tentativa de identificação e, se possível, explicação dessas dinâmicas – novas e antigas – se faz necessário um retorno ao passado para entender a formação da cidade de Osasco, seu desenvolvimento urbano, sua relação com a metrópole paulista e os possíveis caminhos que sua legislação indica tanto para a cidade quanto para o bairro onde se localiza o objeto de estudo desse mestrado.

Antes de iniciar a contar a história da cidade de Osasco, é importante ressaltar que a cidade tem reconstruído recentemente a forma de contar seu passado, sobretudo a Câmara Municipal, reunindo em seu site fotos e documentos antigos que resgatam as memórias da cidade. No entanto, com a pandemia do Corona vírus, o museu da cidade foi fechado e ainda continua sem funcionamento, o que dificultou um pouco a coleta de informações sobre a história da cidade. Para tanto, essa pesquisa se utilizou de teses e dissertações de mestrado, bem como o site da Câmara Municipal e de um munícipe – Hagop Koukdjian Neto - que se dedica, por hobby, a reunir informações que seu pai e avô possuíam da cidade em um blog, para compreender um pouco como a cidade se formou, bem como conversas com professores de geografia da cidade durante as visitas de campo.

Sua formação esteve fortemente vinculada à cidade de São Paulo, não apenas por se tratar de um bairro da metrópole que, em meados do século XX conseguiu sua emancipação, mas também porque as transformações urbanas, econômicas e sociais sofridas por São Paulo, empurraram para a região de Osasco suas consequências. Nesse sentido, essa retrospectiva histórica pretende retomar como a produção do espaço urbano na metrópole não se restringe aos seus limites administrativos, produzindo espaços e lógicas bastante parecidos, ainda que as cidades guardem suas particularidades.

As primeiras ocupações da cidade de Osasco foram formadas por chácaras e sítios, datados do final do século XIX para o início do século XX, de propriedade de famílias que utilizavam o local para fugir dos conflitos urbanos do centro de São Paulo ou para passar a noite entre as viagens do centro da futura metrópole e o interior do estado. O modal de transporte ferroviário foi um fator fundamental para a formação da cidade, seja pela característica de transporte dessas

primeiras famílias, seja pelo desenvolvimento econômico das indústrias que se instalarão na cidade anos mais tarde.

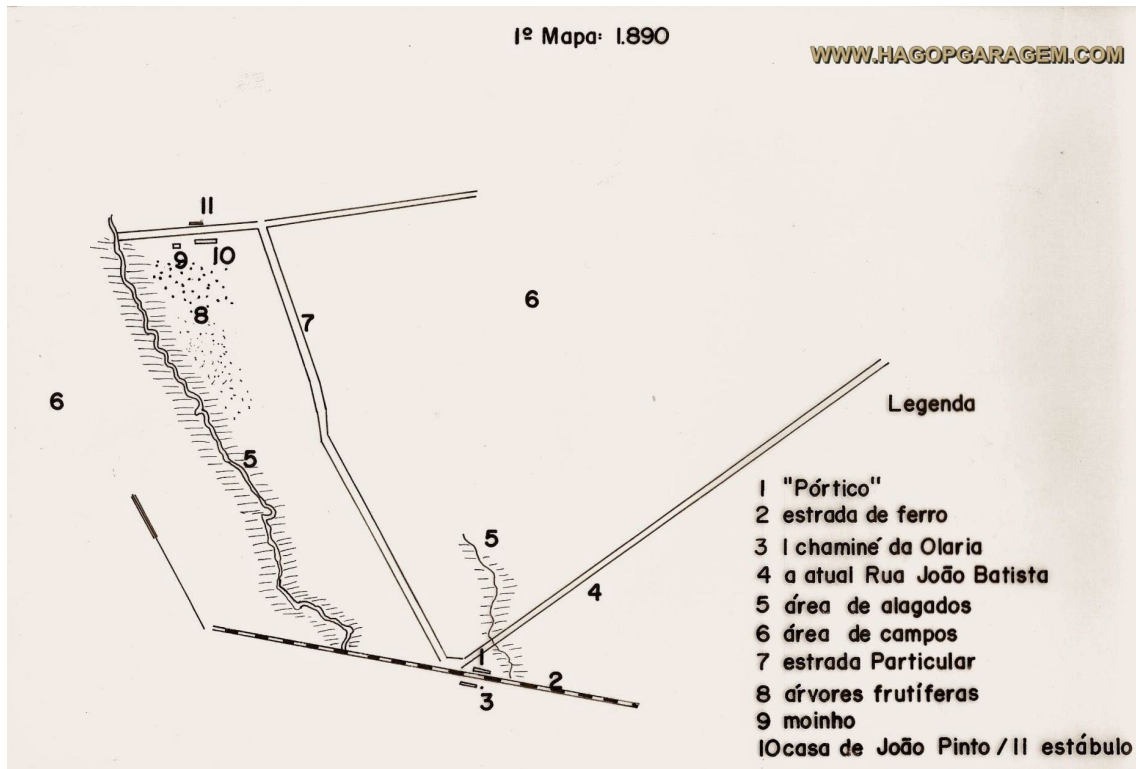


Figura 26 Mapa de Osasco de 1890

Osasco recebeu as primeiras fábricas em meado de 1880, ligadas ao setor de cerâmica e tecidos, cujos proprietários guardavam estreitas relações com a família Matarazzo e outras da elite paulistana. Nesse processo de instalação das fábricas, as terras que eram locais fugidios e de estadia curta desses proprietários, foram loteadas para a produção de moradia dos trabalhadores dos novos negócios. Assim, a cidade de Osasco tem seu processo de urbanização iniciado por volta de 1890, através construção de fábricas e o loteamento de terrenos promovidos pelos próprios proprietários das delas.

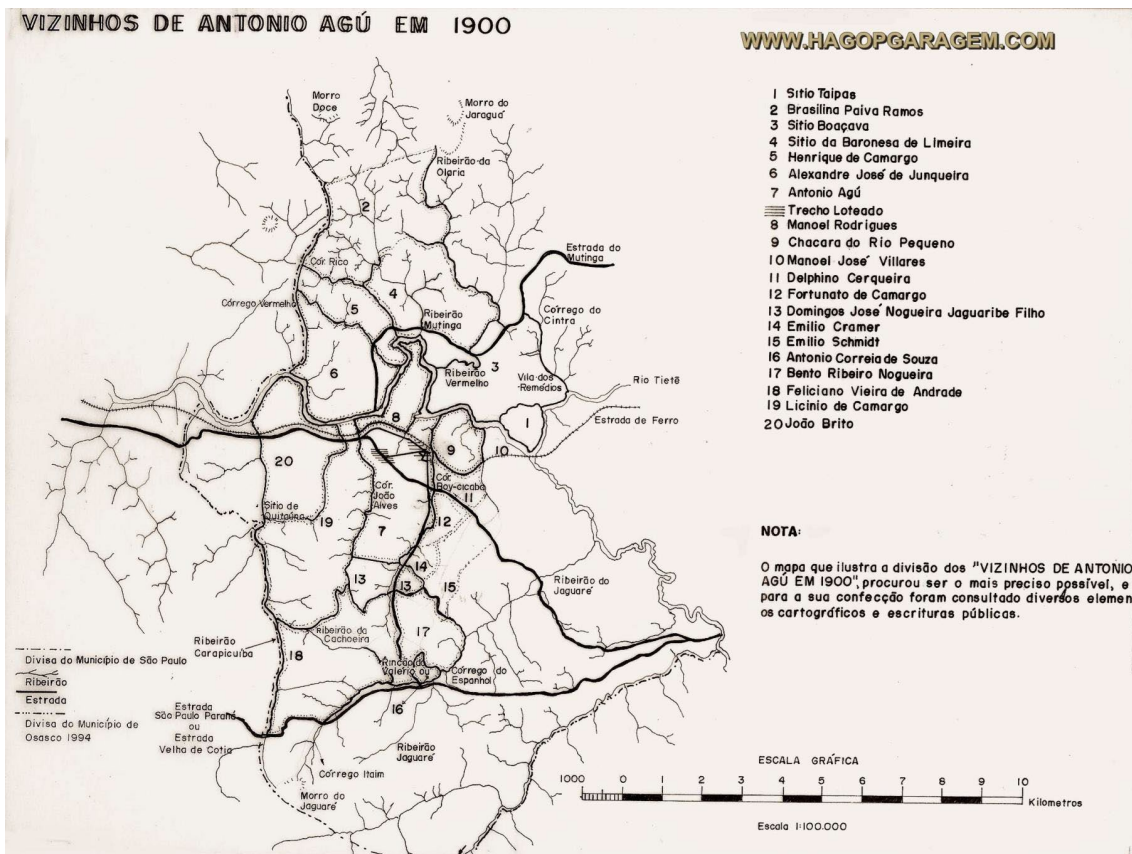


Figura 27 Mapa de Osasco, ano de 1919

O estabelecimento desses vilarejos ao longo da estrada de ferro e do Rio Tietê impulsionaram o aparecimento de alguns aparelhos públicos e comércios, mas não foi capaz de impedir uma urbanização precária e com pouca infraestrutura urbana, assumindo características de bairros operários bastante com escassez de recursos para a constituição da vida por ali. As péssimas condições de vida impulsionaram uma greve, em 1919, na Vidraria Santa Marina, que teve como uma das conquistas os direitos e a verba para construírem a Cooperativa dos Vidreiros em Osasco (WERNER, 1981). A cidade se configurava, até esse momento, como um núcleo urbanizado, bastante afastado do centro da metrópole, cercado por propriedades rurais e com ocupações operárias próximas às poucas fábricas instaladas ali.

Não parecia existir, no entanto, um projeto urbano da prefeitura de São Paulo e do governo do estado para essa área longínqua. Ainda que tivesse existido um certo crescimento nos anos seguintes, não foram instaladas novas infraestruturas para a população que chegara.

A partir dos anos 1940, sobretudo em decorrência da guerra que acontecia na Europa, Osasco se torna um local atrativo para a implantação de indústrias, em razão da localização geográfica da cidade, de políticas de incentivos fiscais às empresas que investissem em São Paulo, além do

acesso ao trem e às rodovias que ligavam o interior do Estado ao eixo São Paulo e Rio de Janeiro e à oferta de grandes terrenos desocupados que existiam ao longo do caminho.

Do processo de industrialização decorreu um expressivo aumento populacional no vilarejo de Osasco, justificado também pelo crescimento do número de pessoas no centro de São Paulo pelo aumento dos preços dos terrenos e serviços na região central da metrópole, forçando a população de menor renda a procurar outros locais para viver, sobretudo nas periferias da cidade. Assim, o vilarejo ganhou outros bairros que se expandiram sentido oeste e norte.

Uma década mais tarde, com o final da guerra, o país enfrenta sua segunda fase de industrialização, e as cidades passam a receber ainda mais indústrias de setores cada vez mais diversificados, sobretudo porque aumenta a demanda de infraestrutura urbana dos novos bairros que se formam com a chegada dos novos setores produtivos. No entanto, começa-se a executar no centro de São Paulo transformações urbanas que elevasse a cidade a título de metrópole multipolar, acentuando o crescimento periférico da cidade, influenciando também na formação de novos bairros no vilarejo de Osasco. Vale ressaltar que não escapa desse processo uma expansão pautada no sonho da casa própria e da autoconstrução, presentes também na história recente da Ocupação Promessa.

Os bairros de Osasco foram se formando a partir de loteamentos que cumprissem o mínimo necessário para disponibilizar os terrenos para venda, sem contar com pavimentação das vias, sistema de esgoto, água ou energia elétrica, além de se localizarem distantes do centro principal e muito próximos às indústrias que se estabeleciam no local. Vale ressaltar, que essa forma de ocupação se tornou a forma majoritária de ocupação das cidades, sobretudo nas regiões mais periféricas da metrópole e seus municípios vizinhos. As habitações que formavam esses bairros foi, até os anos 1980, a forma de ocupação popular das cidades, resultante da reprodução da força de trabalho na casa autoconstruída; da solidariedade ampliada entre amigos e familiares para o mutirão de construção e é seguida pelo investimento público em infraestrutura urbana, que valoriza a área loteada e, conseqüentemente, aumenta o valor das casas que são compradas futuramente por outras famílias com poder aquisitivo maiores (BONDUKI, ROLNIK, 1979). A paisagem da cidade se formou, portanto, a partir de loteamentos distantes entre si, que atraíam uma classe média sobretudo pela locomoção facilitada pela rede de transporte coletivo urbano e estrutura viária que se consolidavam no período.

A insatisfação dos moradores do distrito impulsionou transformações políticas que deram a Osasco, no ano de 1953, a emancipação política de São Paulo, a partir da atuação de grupo SADO - Sociedade de Amigos do Distrito de Osasco, composto por donos de comércios e pequenas

empresas, sem relação com o movimento operário. O problema da moradia e da produção da precariedade, porém, não foi combatido pelo primeiro governo eleito em 1962, como se esperava. Se sucede um processo que se acentuou entre os anos 1960 e 1990, foram obras de melhoramento concentradas no centro do local emancipado, estruturando sobretudo indústrias do setor de logística, enquanto se reproduzia nas periferias uma infraestrutura de precariedades, cenário que marcou não somente a paisagem urbana de Osasco, mas também da metrópole paulista e de seus municípios do entorno, em processos bastante intensos de loteamentos clandestinos.

Com o final dos 1980 e do Milagre Econômico, o país enfrenta intensa desindustrialização, com alto índice de desemprego, queda no rendimento médio anual e acentuação das jornadas de trabalho irregulares, transformando a paisagem daquele centro industrial e comercial e residencial.

Uma passagem pelos planos diretores e mapas de zoneamento da cidade evidencia uma transformação radical nos espaços que os planos municipais pretendiam e pretendem produzir na cidade. O projeto urbanístico de 1966, de autoria de Jorge Wilhelm junto com a Serete S.A., priorizava integração entre as regiões norte e sul da cidade – uma vez que o sentido leste-oeste já se integrava desde os primórdios - através da proposição de avenidas e pontes na tentativa de integrar ao centro as áreas urbanizadas da periferia.

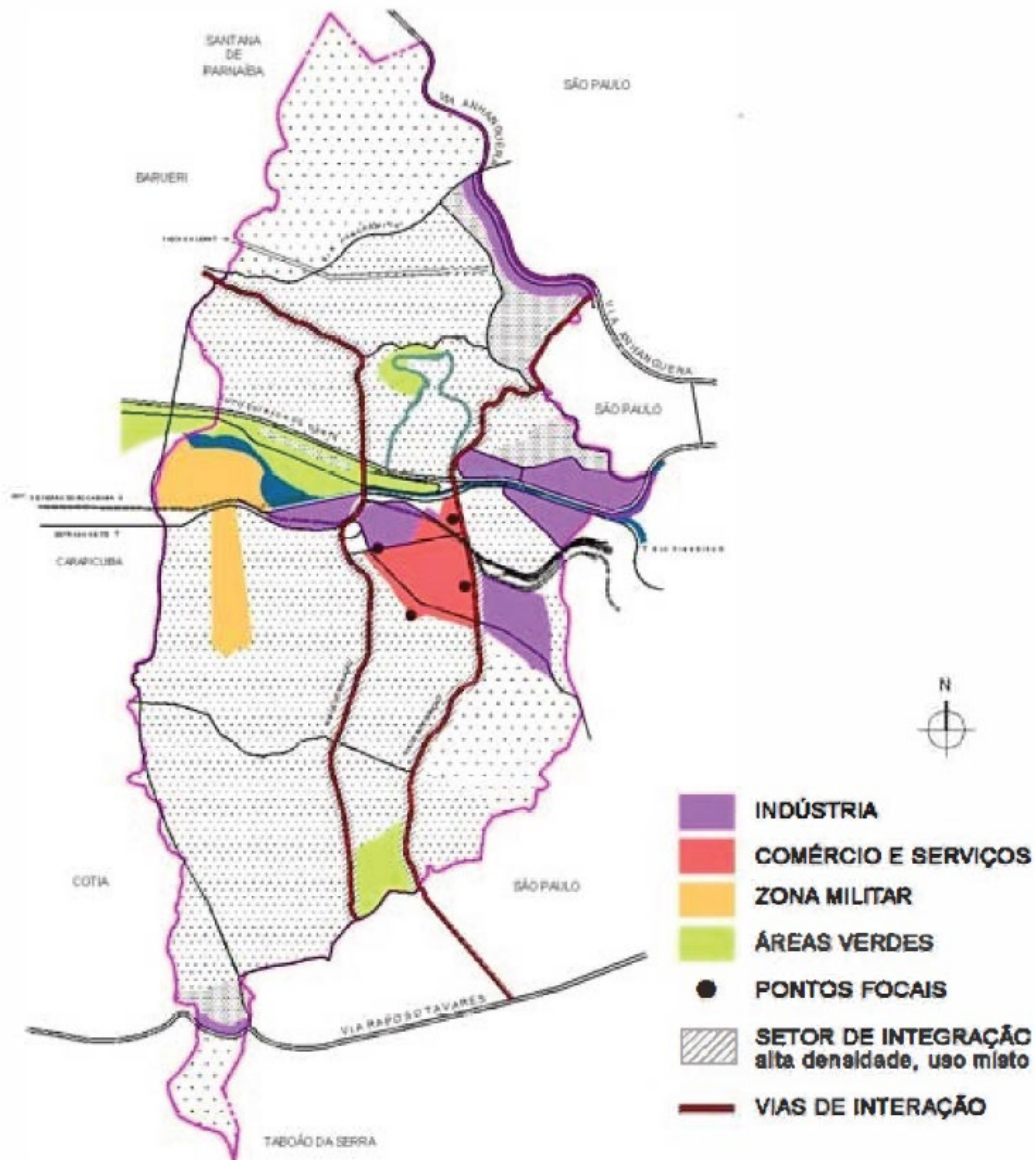


Figura 28 Plano urbanístico de Osasco

Percebe-se que, nesta época, momento em que a atividade industrial ainda rendia bons frutos para a economia local e regional, uma parte considerável do centro de Osasco estava destinada ao uso industrial, mas começa-se a se pensar em zonas de comércio e serviços que garantissem maior autonomia para a cidade em relação à São Paulo em relação a esses serviços. Vale destacar que a integração favoreceria outra característica da cidade decorrente do intenso processo de loteamento que se deu ao longo de sua formação: Osasco se tornara um local de caráter residencial, composto por uma parcela de trabalhadores industriais, mas outros que viviam em São Paulo e se mudaram em busca de valores mais baixos de moradia, sem, contudo, desfazer o vínculo com a cidade natal. Assim, o centro de Osasco reunia uma parcela grande da classe média paulistana que se locomovia para São Paulo através das redes de transporte público, mas,

sobretudo, com veículos próprios, em contraposição aos loteamentos periféricos que seguem a mesma lógica de produção sem infraestrutura urbana adequada para o assentamento.

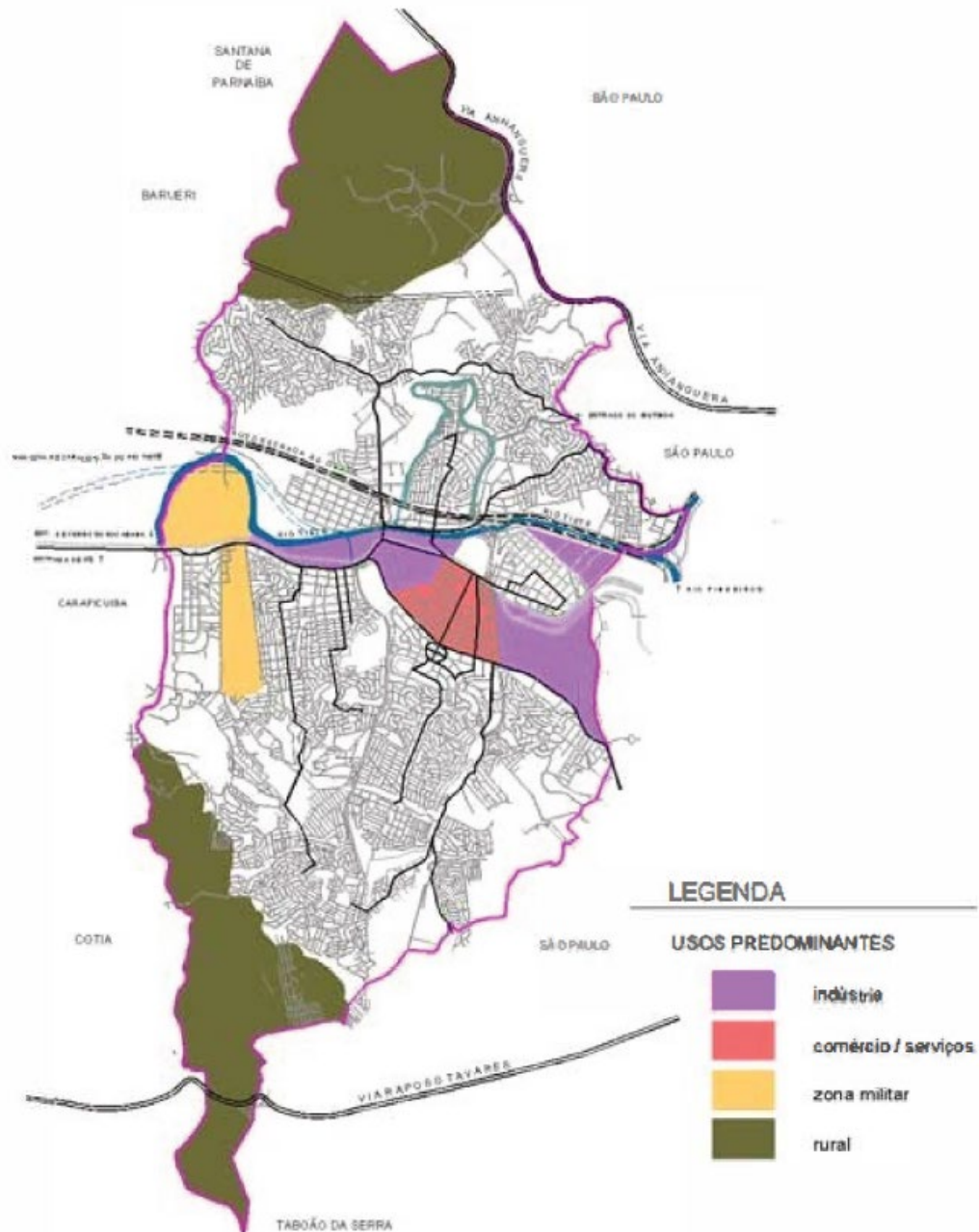
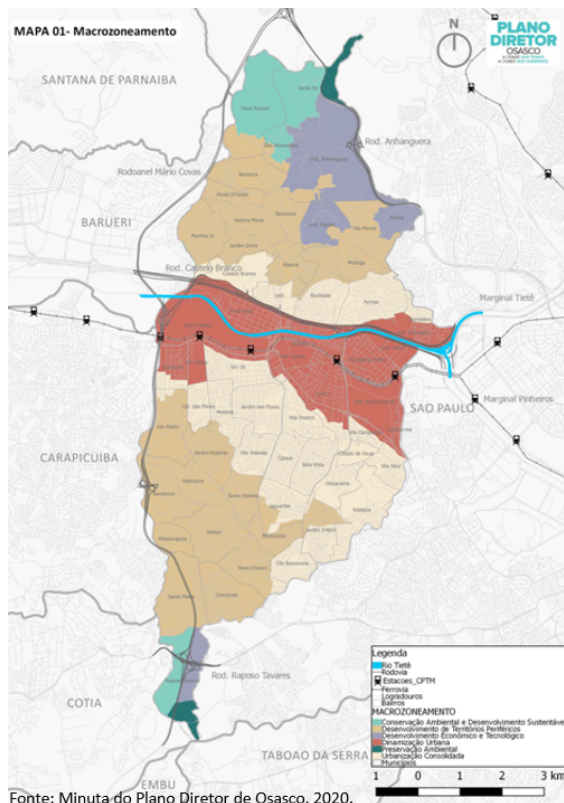


Figura 29 Plano urbanístico de Osasco

A ligação norte-sul não apenas facilita o acesso de serviços mais diversos aos bairros mais afastados do centro, como também à infraestrutura logística de rodagem urbana, viabilizando o acesso do centro às rodovias. Anos mais tarde, no macrozoneamento proposto em 2020 pelo

novo Plano Diretor da cidade, esses eixos de ligação possibilitaram, sobretudo, uma mudança considerável no zoneamento da cidade. Enquanto as atividades industriais se localizaram no centro de Osasco nos momentos de um país que se industrializava, o processo de enfraquecimento desse setor produtivo deu espaço a uma ocupação privada da região do centro do município, a partir de uma mudança das leis de zoneamento que caracterizam a área central como "zonas de comércio e serviços" e "zonas residenciais". Os espaços mais distantes do centro, a partir da Lei Complementar 123/2004, se transformaram nas novas zonas de produção industrial, através dos incentivos fiscais que a lei dá às empresas que ocuparem os espaços das zonas industriais norte e sul. Essas novas áreas, agora determinadas como predominantemente industriais, se localizam próximas aos acessos das rodovias Anhanguera e Raposo Tavares, viabilizando o escoamento das produções. As zonas de interesse social, que no plano anterior não estavam previstas, também foram alocadas para as proximidades das rodovias e, conseqüentemente, em regiões mais longínquas do centro.

Afastar as zonas industriais e de interesse social do centro não afasta as classes populares dessa região, pois elas continuam a frequentá-lo e ocupá-lo de diversas formas, justamente pelo Centro ser um espaço policlassista (FRÚGOLI JR., 2006), mas intensifica a espoliação urbana ao concentrar recursos, investimentos e infraestrutura em uma região da cidade, "em prejuízo da grande massa de trabalhadores" (KOWARICK, 2000 p.26) que vivem nas regiões periféricas, desatendidas desses recursos, com condições precárias de moradia e dificuldades na locomoção interna da cidade. (NASCIMENTO, 2021)



MACROZONEAMENTO

Macrozona de Preservação Ambiental (MPA):

- Parques estaduais - Jaraguá e Jequitibá
- Remanescentes da mata atlântica e cursos d'água
- Terra indígena.

Macrozona de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (MCADS):

- Áreas de relevância ambiental com intervenção humana.

Macrozona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (MDET):

- Centros de logística de grandes empresas
- Próximas à Rodovias de importância metropolitana
- Não possuem grande adensamento populacional
- Grande número de vínculos empregatícios.

Macrozona de Desenvolvimento de Territórios Periféricos (MDTP):

- Carência de infraestrutura e concentração de assentamentos precários
- Altos índices de vulnerabilidade social
- Baixa oferta de emprego
- Concentração de famílias baixa renda
- Maiores densidades populacionais do município, chegando a concentrar 65% da população (IBGE, 2010)

Macrozona de Urbanização Consolidada (MUC):

- Boa oferta de infraestrutura e equipamentos públicos.
- Caráter residencial, com algumas centralidades
- Baixa e baixíssima vulnerabilidade social.

Macrozona de Dinamização Urbana (MDU):

- Melhor aporte de infraestrutura do município,
- Áreas próximas às linhas da CPTM, acesso à Rodovia Castelo Branco, Av. dos Autonomistas, terminais de ônibus intermunicipais e previsão de implantação de corredor de ônibus intermunicipal.
- Concentra grande oferta de comércio e serviços
- Baixa densidade populacional - esvaziamento da região após horário comercial.

Figura 30 Mapa do macrozoneamento de Osasco. Fonte: Plano Diretor de Osasco, 2020

De acordo com o Plano Diretor de Osasco de 2020,

a região destinada para uso predominantemente industrial é caracterizada por grandes quadras e grandes lotes, parcelados historicamente para a implantação de indústrias, serviços e outros usos que exijam grandes terrenos. Com o processo de reestruturação produtiva, muitos desses lotes tornaram-se ociosos e estão passíveis de novas destinações e aproveitamentos.

A proposta para esta Macrozona é estimular o uso dos lotes ociosos, sobretudo para usos produtivos, fortalecendo seu papel como polo de empregos e atividades, incentivando o emprego da mão de obra local. Para tanto deve-se dotar a área com infraestrutura para o pleno funcionamento destas atividades (ampliação do sistema viário, de saneamento, de telefonia e de fibra ótica). Serão estimulados ainda usos que cumpram a função de apoio aos usos produtivos.

Com vocação também para a instalação de empresas de logística, devido ao fato de ser margeada pela Rodovia Anhanguera, faz-se necessário dotar a região com as condições adequadas para o trânsito do transporte de cargas.

Além disso, a melhoria no sistema viário e a mobilidade urbana, prevendo a implantação do Anel de Mobilidade e Integração Urbana, além da integração tarifária, facilitará a

locomoção da população aos postos de trabalho, concentrados nesta Macrozona. (Plano Diretor de Osasco, 2020)

A partir de uma retrospectiva histórica e urbanística da cidade de Osasco, é possível compreender que a formação da cidade, bem como sua produção ao longo dos anos, sobretudo na atualidade, esteve muito atrelada às transformações urbanas que aconteceram na metrópole paulista. Ainda que um município emancipado, os movimentos urbanos que sucederam na metrópole não se isolam dentro do seu limite administrativo, mas produz espaços desiguais e, sobretudo, precários em suas cidades vizinhas.

A geolocalização dos assentamentos precários existentes evidencia esse movimento de concentração deles nas margens da cidade, sobretudo nos extremos norte e sul osasquense. Os mapas a seguir originam de informações compartilhadas pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEH DU), e se referem ao mapeamento dos assentamentos existentes na cidade realizado em 2018 (dado mais recente). Foi possível extrair desses dados não apenas a localização dessas formações, mas também a classificação de cada um deles, sua condição urbanística, o tipo de propriedade dos terrenos ocupados, o ano de formação e uma quantidade estimada (pela SEH DU) de unidades de habitação de interesse social existentes ou necessárias em cada área. Vale ressaltar que a secretaria parece não ter todas as informações de cada um dos temas levantados, sobretudo o ano de formação dessas ocupações, que foram completadas por mim na tentativa de obter um panorama mais completo do histórico de aparecimento das ocupações.

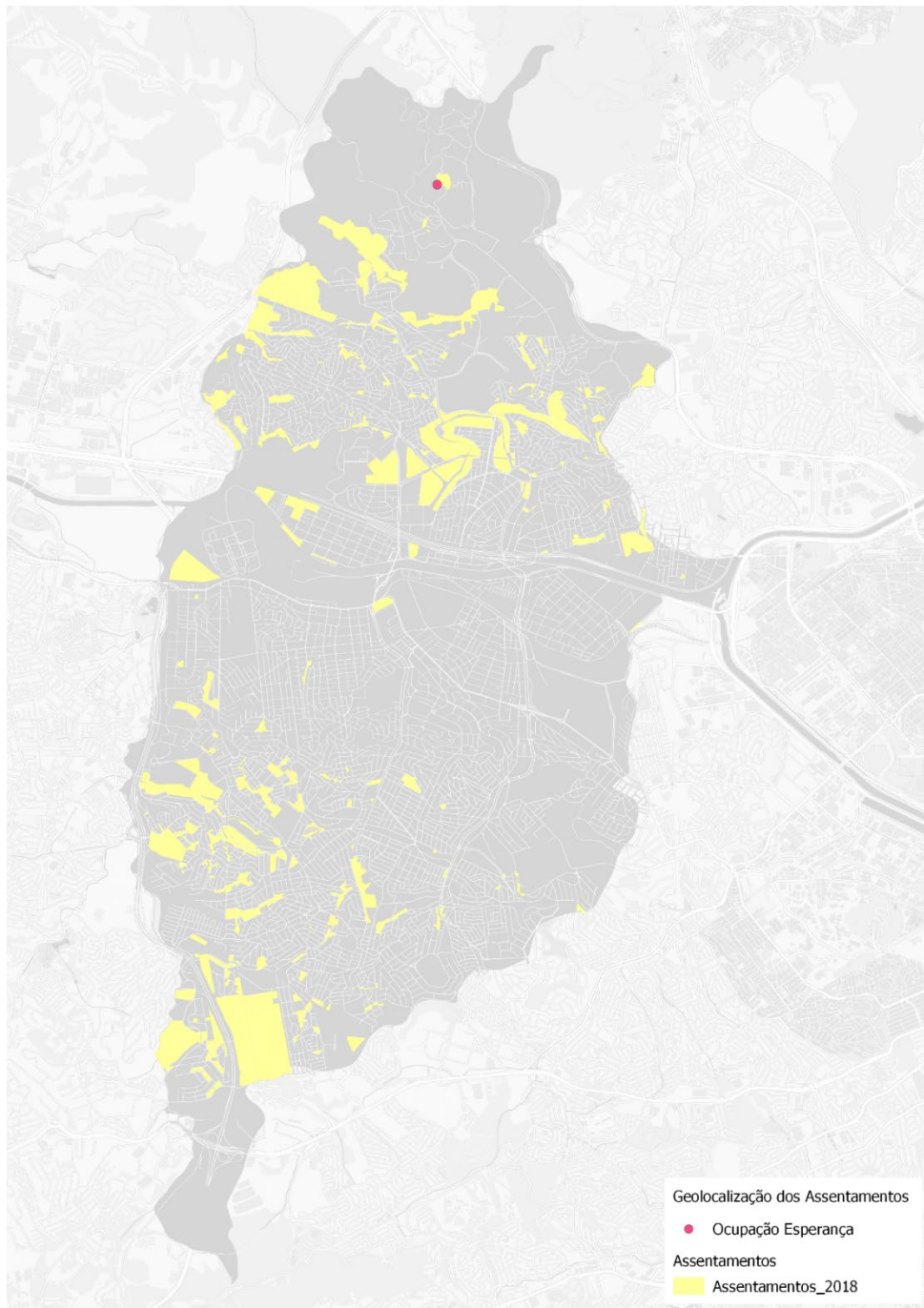


Figura 31 Geolocalização dos assentamentos existentes

O mapa a seguir mostra que a maioria das ocupações mais antigas (com 30 anos ou mais) se localizam ou nos extremos norte e sul de Osasco, ou nas bordas da região central, muito provavelmente porque esses moradores trabalhavam nas dependências centrais, mas não tinham condições de promover a manutenção da vida por ali.

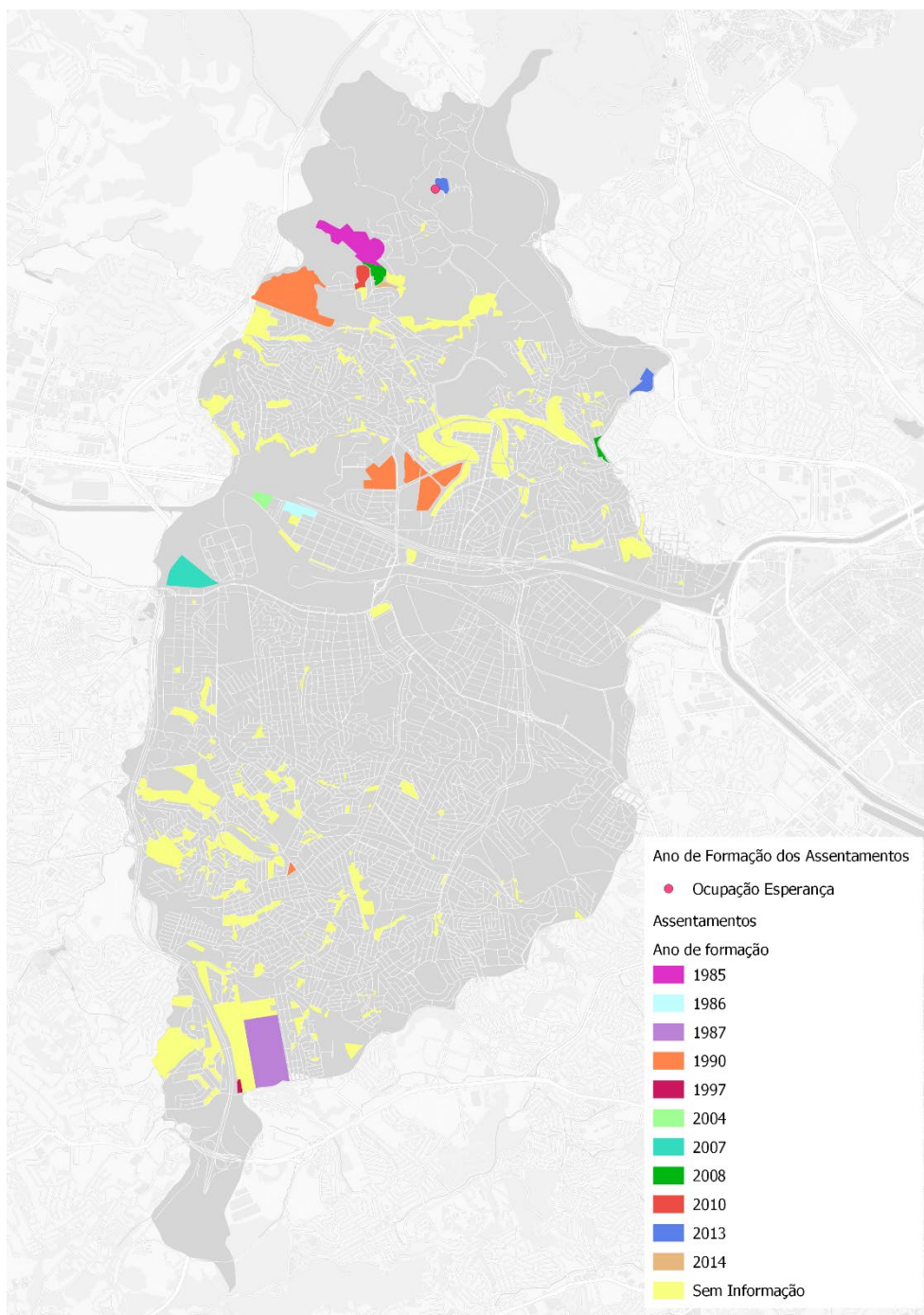


Figura 32 Ano de formação dos assentamentos

Cinco entre as 10 formações que se sucederam antes da década de 1990 caracterizam-se urbanisticamente como conjuntos habitacionais, ou seja, foram alvo de algum tipo de programa habitacional de reurbanização de favelas promovidos nos últimos anos. As mais recentes, no entanto, seguem classificadas como favelas ou loteamentos irregulares.

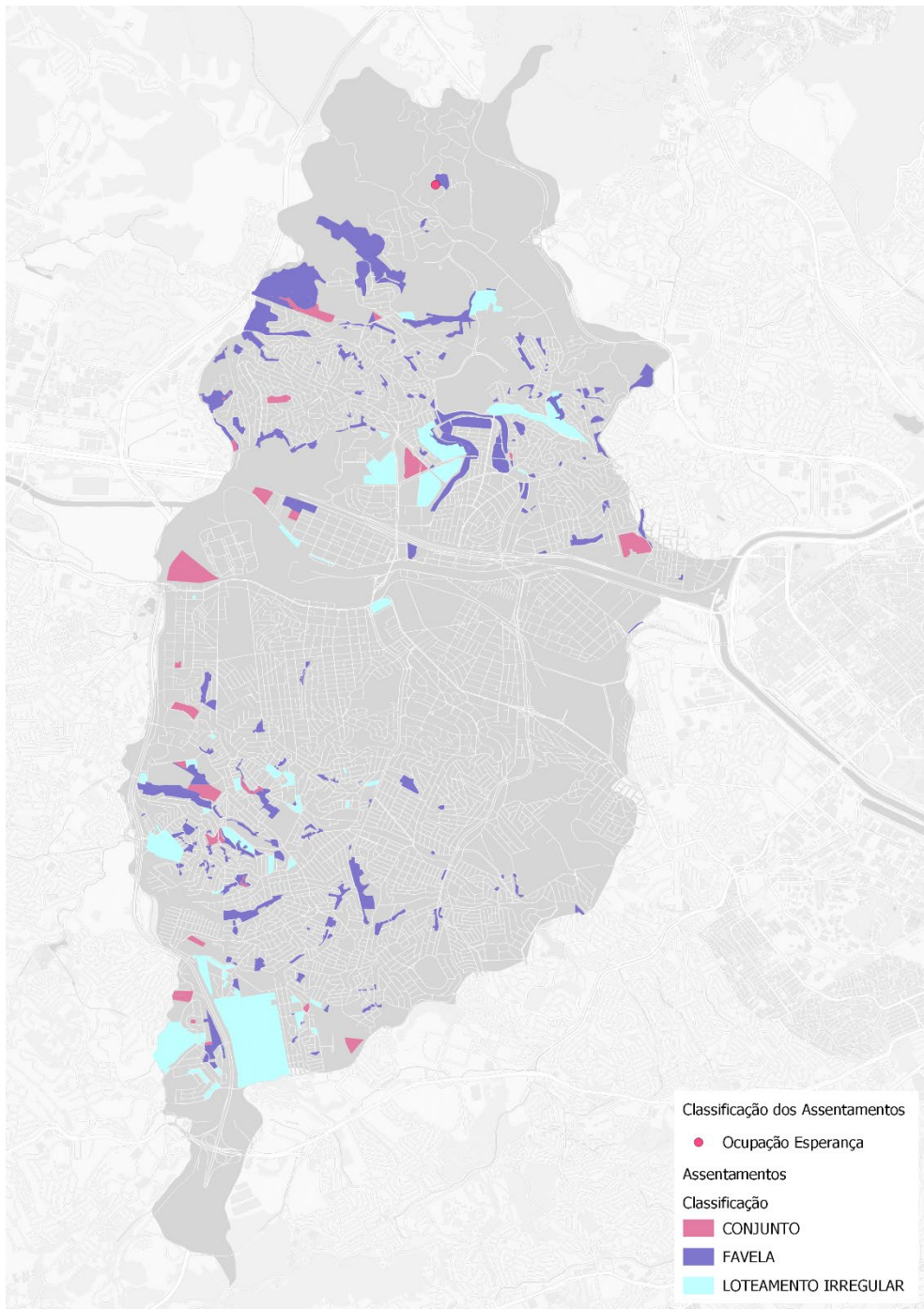


Figura 33 Classificação dos assentamentos

Boa parte dos assentamentos são caracterizados pela secretaria em questão como urbanizável ou parcialmente urbanizado. No entanto, é preciso destacar que essa caracterização não decorre do fato de a região ter sido, necessariamente, alvo de algum programa de política pública habitacional ou urbanística. Na tentativa de constituir um mapa mais completo do ano de formação das ocupações, tentei complementar os dados buscando em notícias de jornal, blogs, grupos de facebook ou outras fontes disponíveis online sobre o ano exato de formação de cada

um dos assentamentos. Durante essa busca, muitos foram os vídeos encontrados de vereadores que promoviam nas regiões algumas melhorias urbanísticas, como recapeamento das vias, construção de calçadas e guias, sinalização de trânsito, entre outras. Mais que isso, alguns dos materiais mostravam, de uma maneira bastante positiva, a parceria desses vereadores e a população, dizendo que o financiamento daquelas melhorias foram, inclusive, resultantes de levantamento de dinheiro feito entre os próprios moradores.

A Ocupação Promessa pode ser usada como exemplo para determinada forma de classificação: o terreno não se encontra regularizado e sofre com o risco de reintegração de posse a qualquer momento, mas recebeu um plano urbanístico, após um incêndio em 2016, financiado pelos próprios moradores, determinando ao local a classificação de parcialmente urbanizável, ainda que exista uma parcela considerável da área de barracos de madeiras e vielas bastante estreitas, com esgoto a céu aberto, sem infraestrutura de abastecimento de água ou recapeamento de vias.

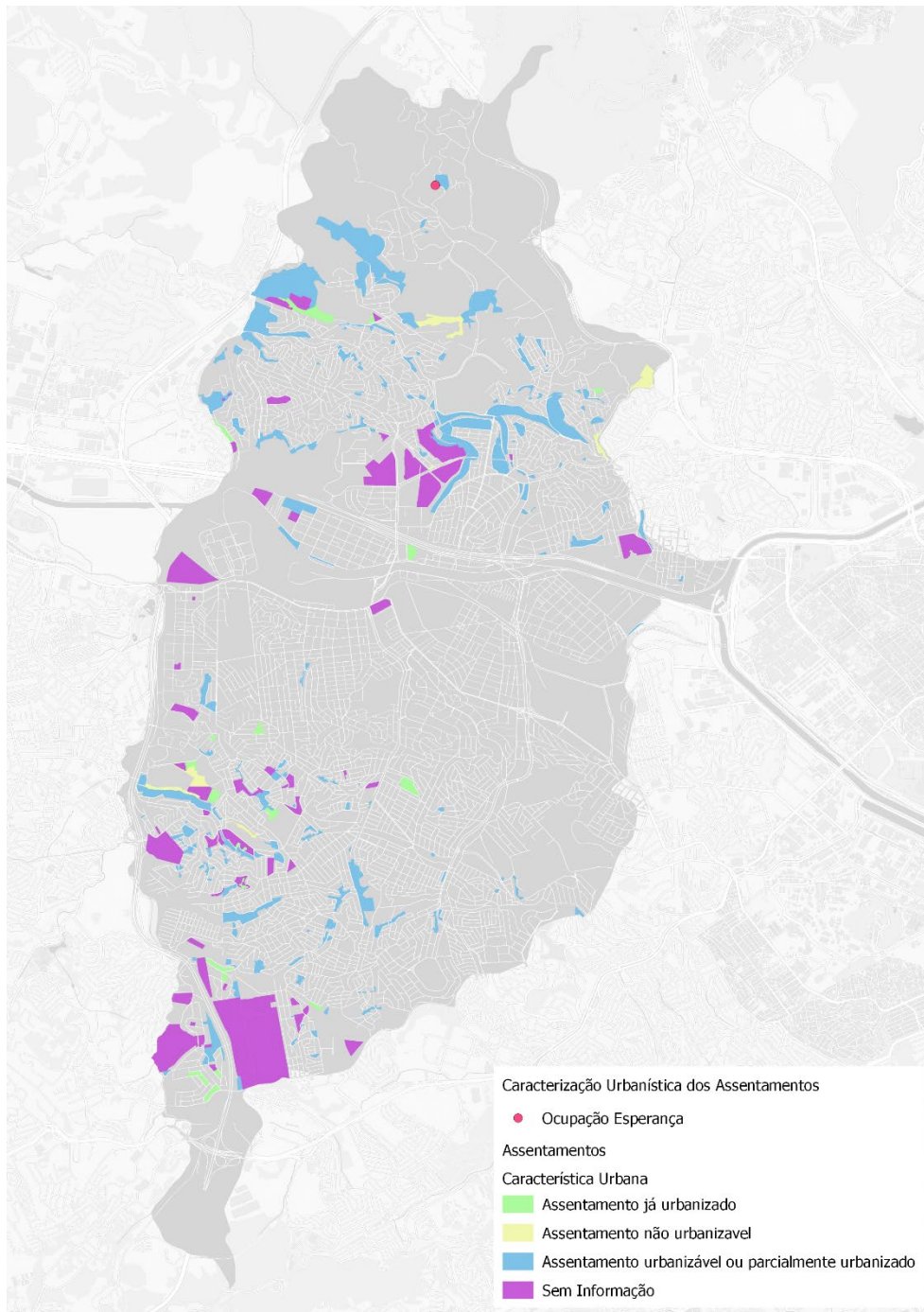


Figura 34 Característica Urbana dos Assentamentos

Dos terreno ocupados, existe uma distribuição relativamente equivalente entre propriedades públicas, privadas e mistras, chamando atenção para uma concetração maior de áreas mistas na região norte da cidade. As áreas participares parecem ser aquelas com terrenos de dimensões maiores, e poucas delas se transformaram em conjuntos ao longo dos anos, o que ajuda a levantar a hipótese de que poucos dos terrenos privados foram alvos de desapropriação para a aplicação de políticas públicas habitacionais.

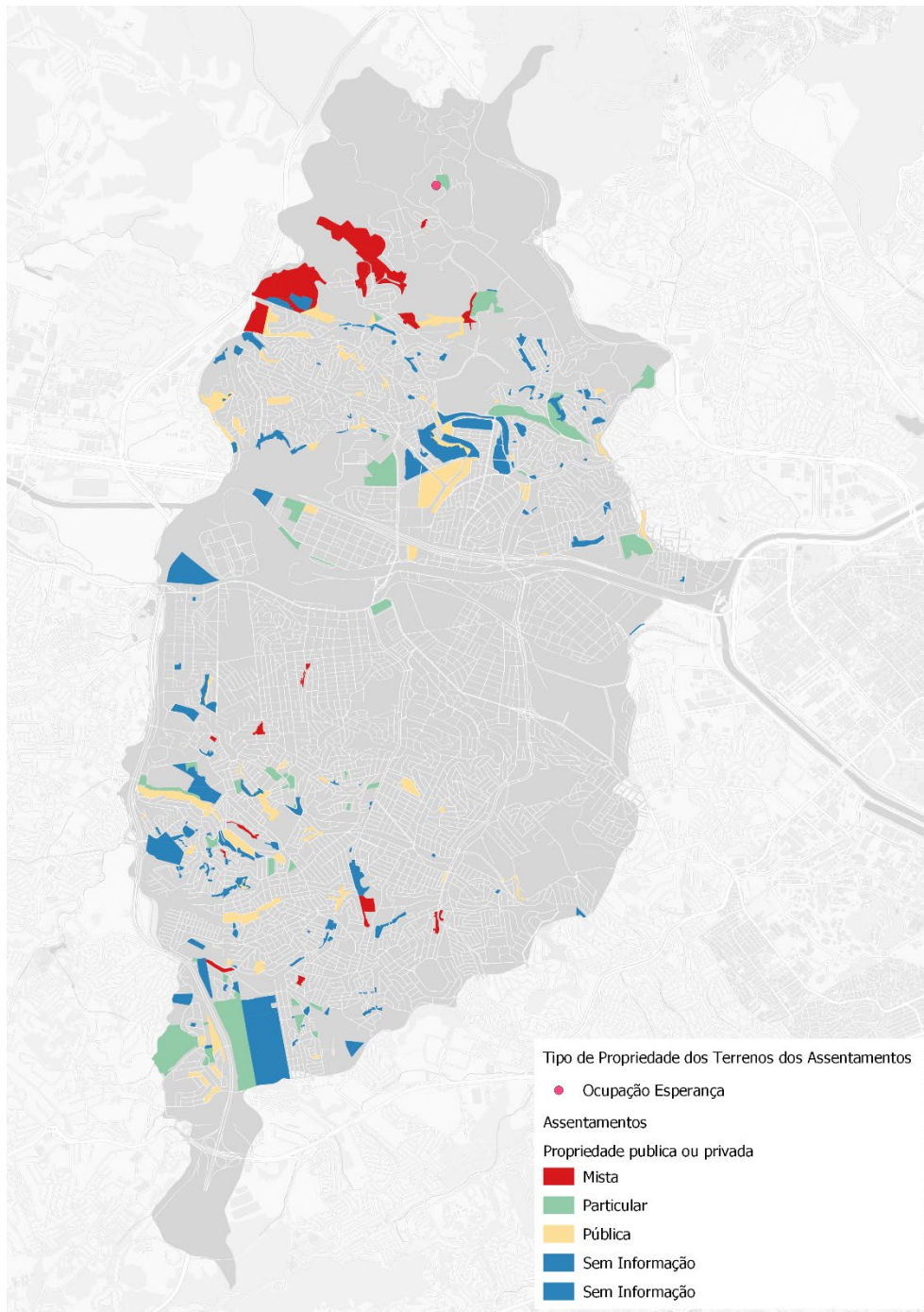


Figura 35 Tipo de propriedade do terreno dos assentamentos

Junto a essas informações, a SEHDU compartilhou uma tabela de estimativa da quantidade de unidades habitacionais de interesse social existentes ou necessárias em cada uma das áreas. Percebe-se, a partir disso, que existe uma forte concentração de unidades habitacionais na região central, mas que os assentamentos com os maiores índices das unidades em questão ainda se encontram nas extremidades mais longínquas do centro da cidade, sobretudo nas fronteiras do município com outros da região metropolitana da cidade de São Paulo. Mais uma vez, a

cartografia consolida aquilo que se desenvolveu ao longo deste capítulo: as cidades que compõem a RMSP têm sua conformação urbana profundamente atrelada às dinâmicas que acontecem na metrópole, apresentando indícios urbanos relativos aos mesmos processos de produção do espaço. Os assentamentos consolidados nos limites de Osasco são formados também por famílias oriundas de cidades fronteiriças, que realizam o movimento pendular entre casa e trabalho, muitas vezes, entre a cidade de origem e a de moradia. Dentre as histórias coletadas nesta pesquisa, por exemplo, existem moradores da Ocupação Promessa oriundos de Carapicuíba que deixaram a cidade por conta dos gastos com aluguel, mas mantiveram seus trabalhos e escola dos filhos na cidade de origem.

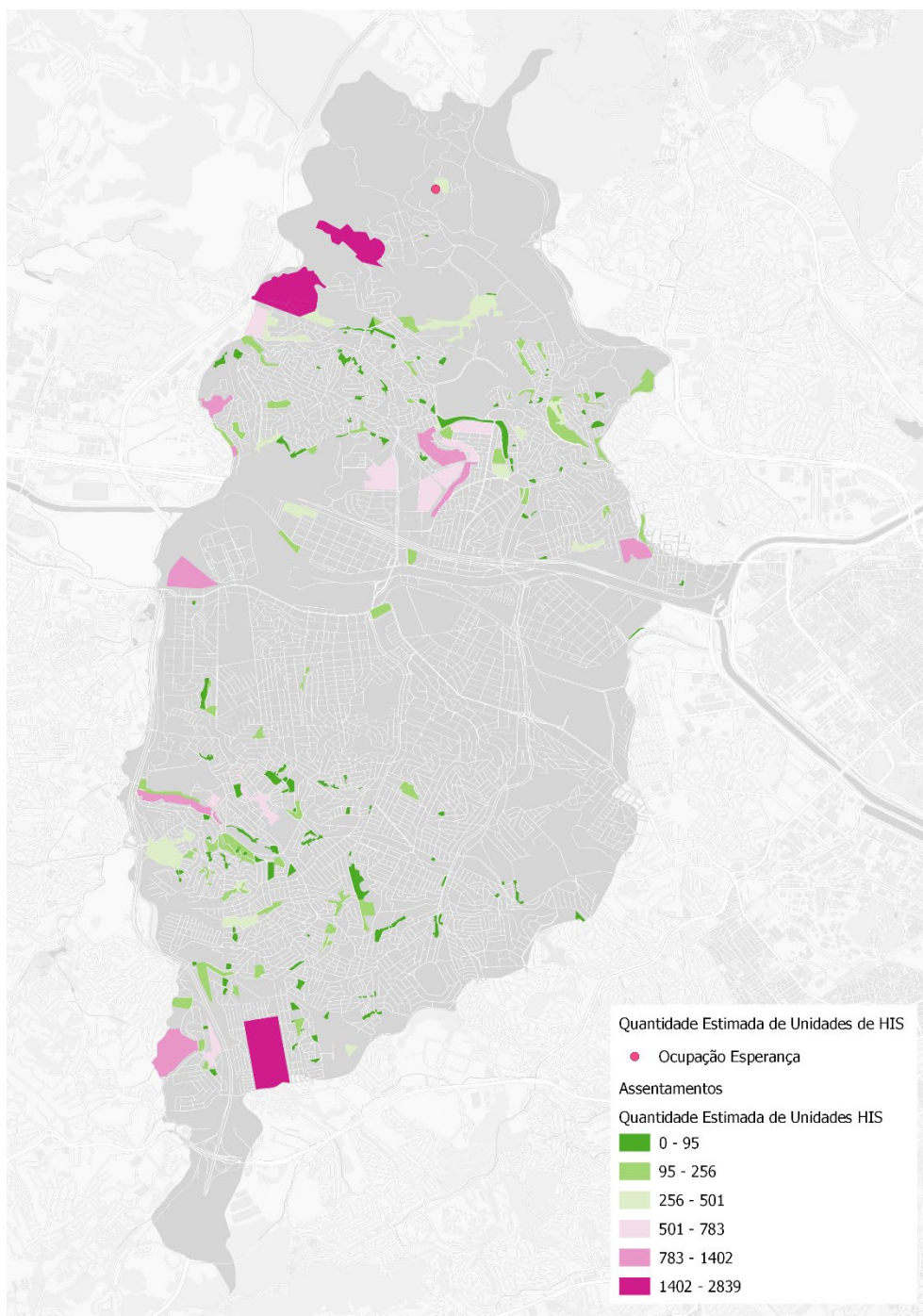


Figura 36 Quantidade estimada de unidades de habitação de interesse social existente ou necessária

O bairro Jardim Santa Fé e sua inserção urbana

Nesse processo de contar a história da Osasco para entender como foi produzido o seu território, me deparei com a necessidade de contar também a história do bairro onde se encontra a Ocupação Promessa, entendendo que bairros guardam particularidades capazes de explicar suas dinâmicas e complexidades de formação.

Como citei anteriormente, a prefeitura de Osasco, mais especificamente a Câmara Municipal, tem recontado a história da cidade, recriando seus mitos, heróis e sua formação. No entanto, muitas informações das fontes utilizadas nesta pesquisa histórica estão ausentes, como no caso da história do bairro Jardim Santa Fé.

Dessa forma, procuro entender um pouco da formação do bairro a partir de imagens de satélite, das formas de ocupação que a observação dessas imagens pôde proporcionar e de cartografias que ajudem a traçar um panorama das características sociais, econômicas, ambientais e de infraestruturas urbanas da região. Início, portanto, a partir do uso das cartografias, que auxiliam na compreensão das características do bairro em relação à toda a cidade.

Osasco se organizava demograficamente em áreas mais adensadas próximas ao eixo leste-oeste, o mesmo sentido que nortearam as primeiras ocupações de sua origem. Embora o centro apresente uma densidade demográfica bastante elevada, justificada pela transformação de uso com a desindustrialização que a cidade sofrera a partir dos anos 1980, é possível observar que o eixo mais adensado, ainda assim, apresenta áreas bastante vazias, pela manutenção do uso industrial.

A região menos adensada, porém, é a região norte, formada por grandes áreas de proteção ambiental, mas também por muitas indústrias e galpões de logística, alocadas ali pela proximidade à rodovia Anhanguera e ao Rodoanel para escoamento de suas produções.

Dados do IBGE das últimas três décadas, evidenciam um movimento de esvaziamento populacional do centro da cidade e um conseqüente adensamento de suas regiões periféricas, assim como sua expansão para as extremidades do município. Ainda que as infraestruturas urbanas e as maiores ofertas de emprego se concentrem na região central, o local vem sofrendo um esvaziamento populacional. (Plano Diretor de Osasco, Caderno de Propostas, 2020)

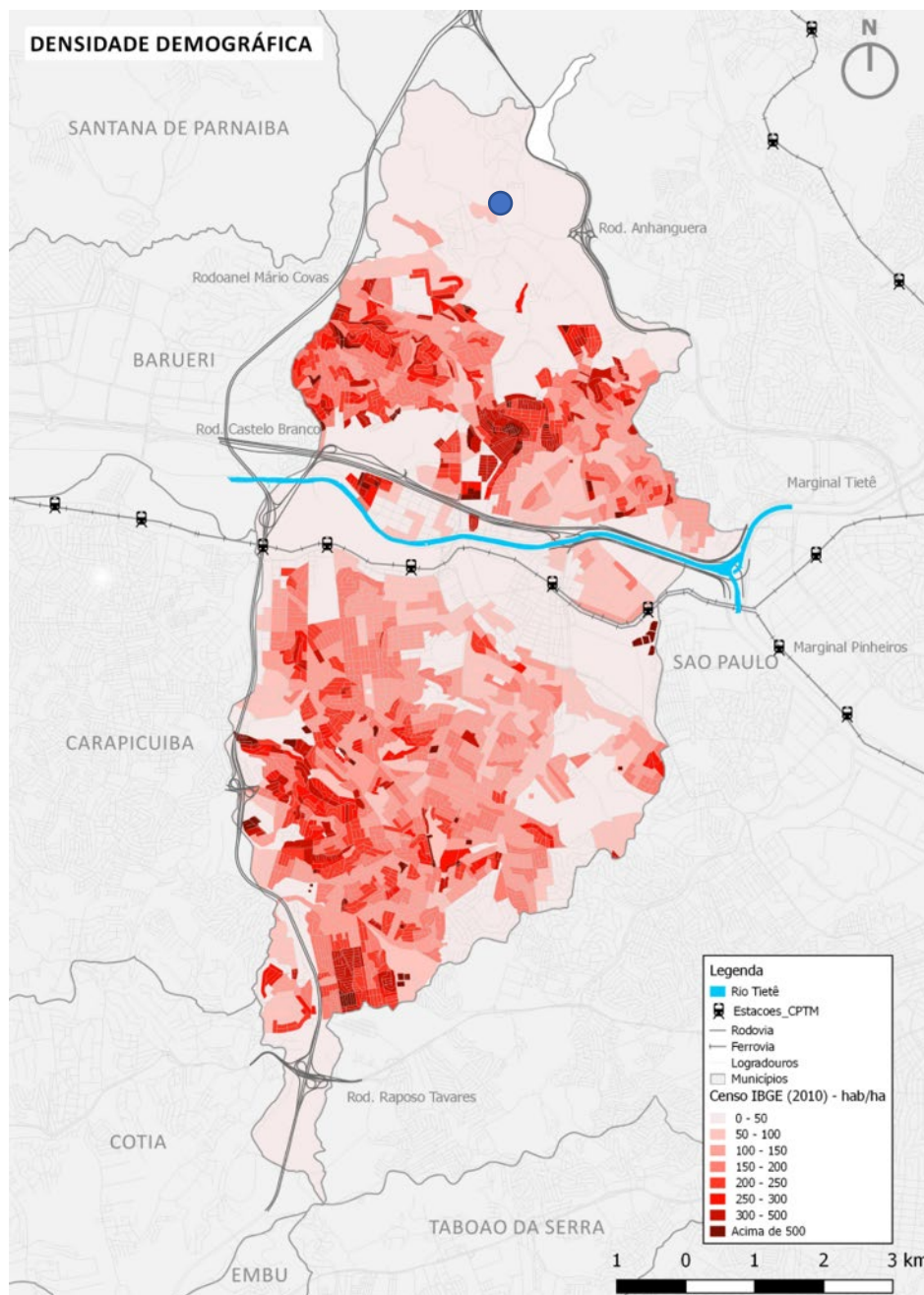


Figura 37 Mapa de densidade demográfica. Fonte: Plano Diretor de Osasco, 2020

O mapa de IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social), evidencia que, quanto mais distante da região centro-sul da cidade, conseqüentemente as mais próximas das linhas de transporte da CPTM e da metrópole paulista, maior o índice de vulnerabilidade das pessoas que ocupam essas regiões. São nessas áreas onde se encontram também as habitações mais precárias de Osasco.

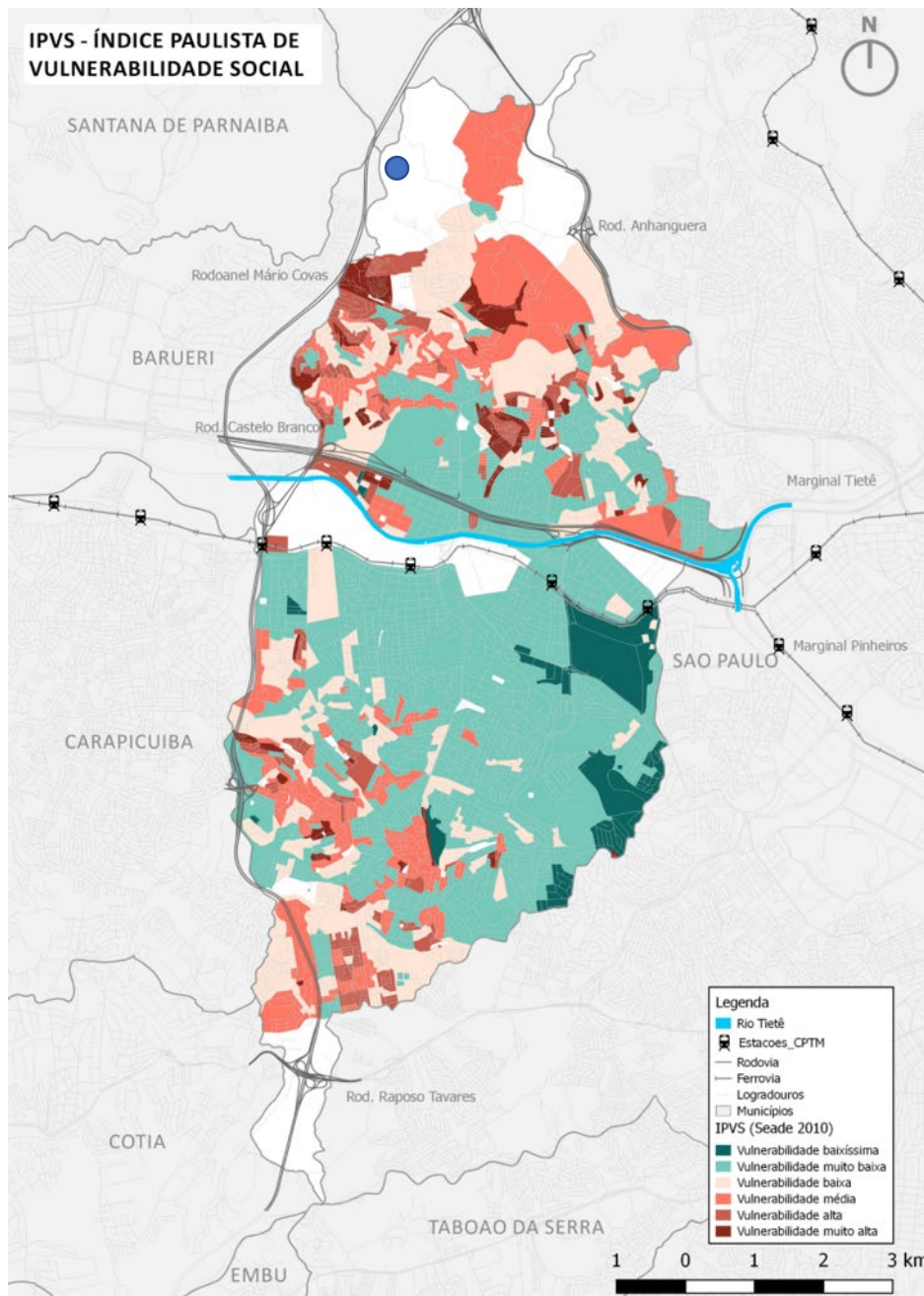


Figura 38 Mapa de IPVS. Fonte: Plano Diretor de Osasco, 2020

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, tais regiões detêm os menores rendimento médios da cidade, concentrados entre 0 e 6 salários-mínimos, indicando que aproximadamente metade da população de Osasco (47,15%) possui faixa de renda de até 3 salários-mínimos, o que correspondia na época a R\$ 1.530,00, enquanto a parcela que concentra uma renda de mais de 10 salários-mínimos, correspondente 10,21% da população, vive na região Sudeste do município.

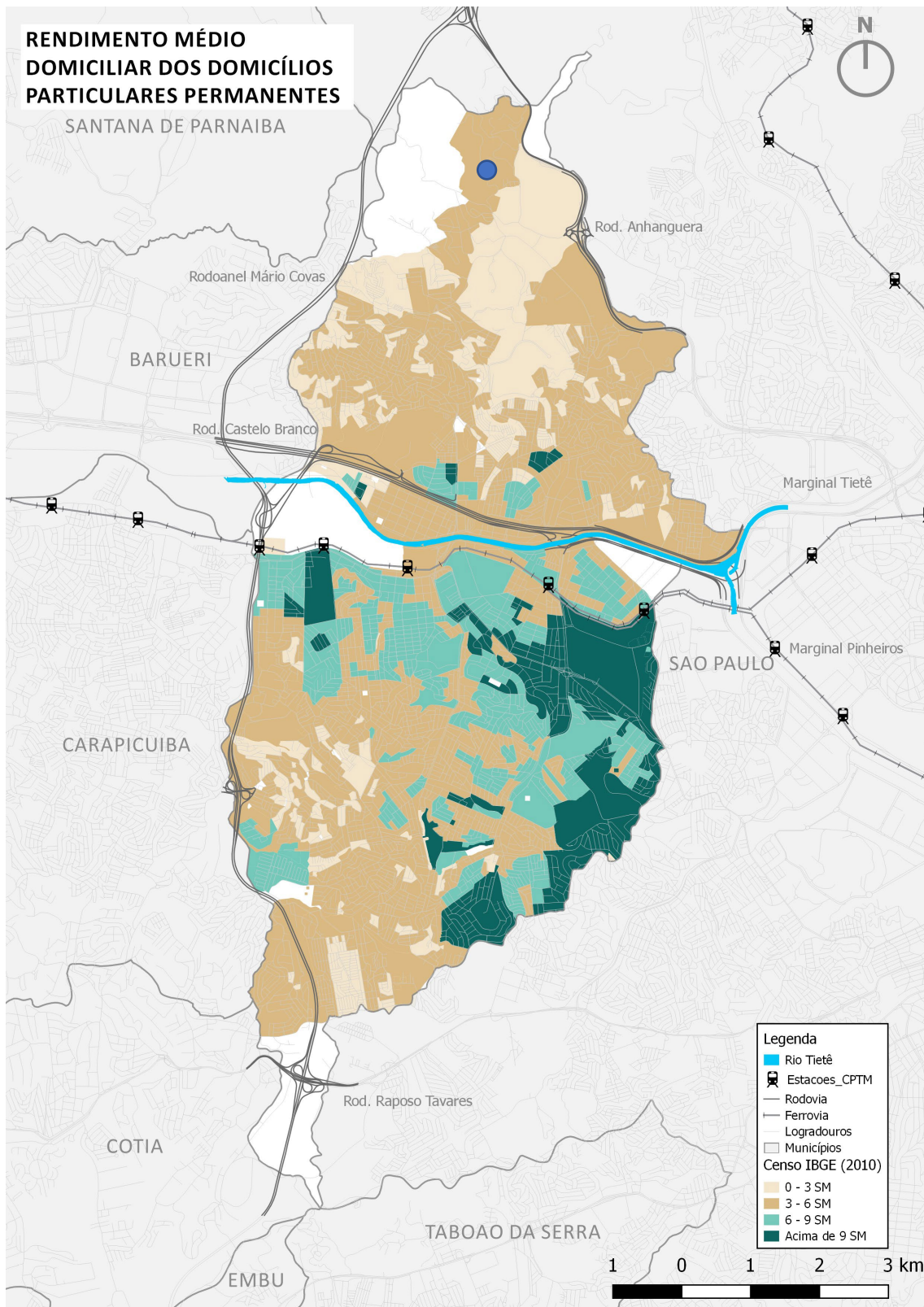


Figura 39 Mapa do rendimento médio domiciliar dos domicílios particulares permanentes. Fonte: Plano Diretor de Osasco, 2020

Atualmente, a economia de Osasco é predominantemente impulsionada pelos setores de comércio e serviços, que correspondem a 84% dos empregos formais, representando 28% e 56%,

respectivamente. Juntos, esses setores totalizam 88% dos estabelecimentos empregadores. Em contraste, a indústria e a construção civil representam apenas 8% e 4% dos empregos, respectivamente. A história de formação urbana de Osasco sempre esteve fortemente ligada à dinâmica de São Paulo e à atividade industrial, embora a presença de indústrias, de acordo com documento do Plano Diretor da cidade, tenha diminuído significativamente nas últimas três décadas. Baseado nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, o quadro de empregos em números absolutos era de 40.291 em 1988. Esses números aumentaram para 43.243 em 1989, mas declinaram para 32.939 em 1991 e para 30.072 em 1993. Essa queda acentuada indicava uma tendência preocupante, com previsão de agravamento nos anos subsequentes devido ao fechamento de fábricas e setores de produção industrial na região central da cidade. Ao longo das últimas décadas, muitas das principais indústrias deixaram a cidade, seja por conta da conjuntura econômica que mergulhava em crise, das pressões sindicais, do aumento da fiscalização das atividades industriais ou mesmo pelos incentivos de outros municípios do interior do Estado, como, por exemplo, os investimentos estaduais que, durante as décadas de 1970 e 1980, foram direcionados para diversas áreas-chave, incluindo infraestrutura viária, como a construção e expansão de rodovias e estradas, modernização de ferrovias e a implementação da Hidrovia Tietê-Paraná. Houve também investimentos significativos em telecomunicações, infraestrutura urbana, pesquisa e tecnologia. A maior parte desses investimentos foi viabilizada por recursos federais, especialmente através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Este plano também priorizou a alocação de fundos em setores como geração e distribuição de energia, indústria petroquímica, agroindústria e parques tecnológicos.

Por meio da sua estratégia de desenvolvimento urbano, o II PND desempenhou um papel crucial na descentralização industrial da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) para o interior do estado e para outras regiões do país. Paralelamente, os municípios do interior implementaram políticas para atrair empresas, oferecendo incentivos como investimentos em infraestrutura urbana, doação de terrenos, isenções fiscais e taxas municipais, reembolso dos gastos das indústrias em infraestrutura, estabelecimento de Distritos Industriais, entre outras estratégias.

Embora Osasco seja detentora do sexto maior PIB do Brasil e o segundo maior do Estado de São Paulo, superado apenas pela capital, a distribuição de renda na cidade é altamente desigual.

Cerca de 65% da População Economicamente Ativa (PEA) recebe até 3 salários-mínimos. Além disso, embora a cidade ofereça 169.369 empregos formais, a PEA de Osasco é composta por 371.127 munícipes, o que significa que mais da metade da força de trabalho não encontra emprego formal dentro do município. Esses fatores mostram a complexidade dos desafios econômicos e sociais que Osasco enfrenta atualmente.

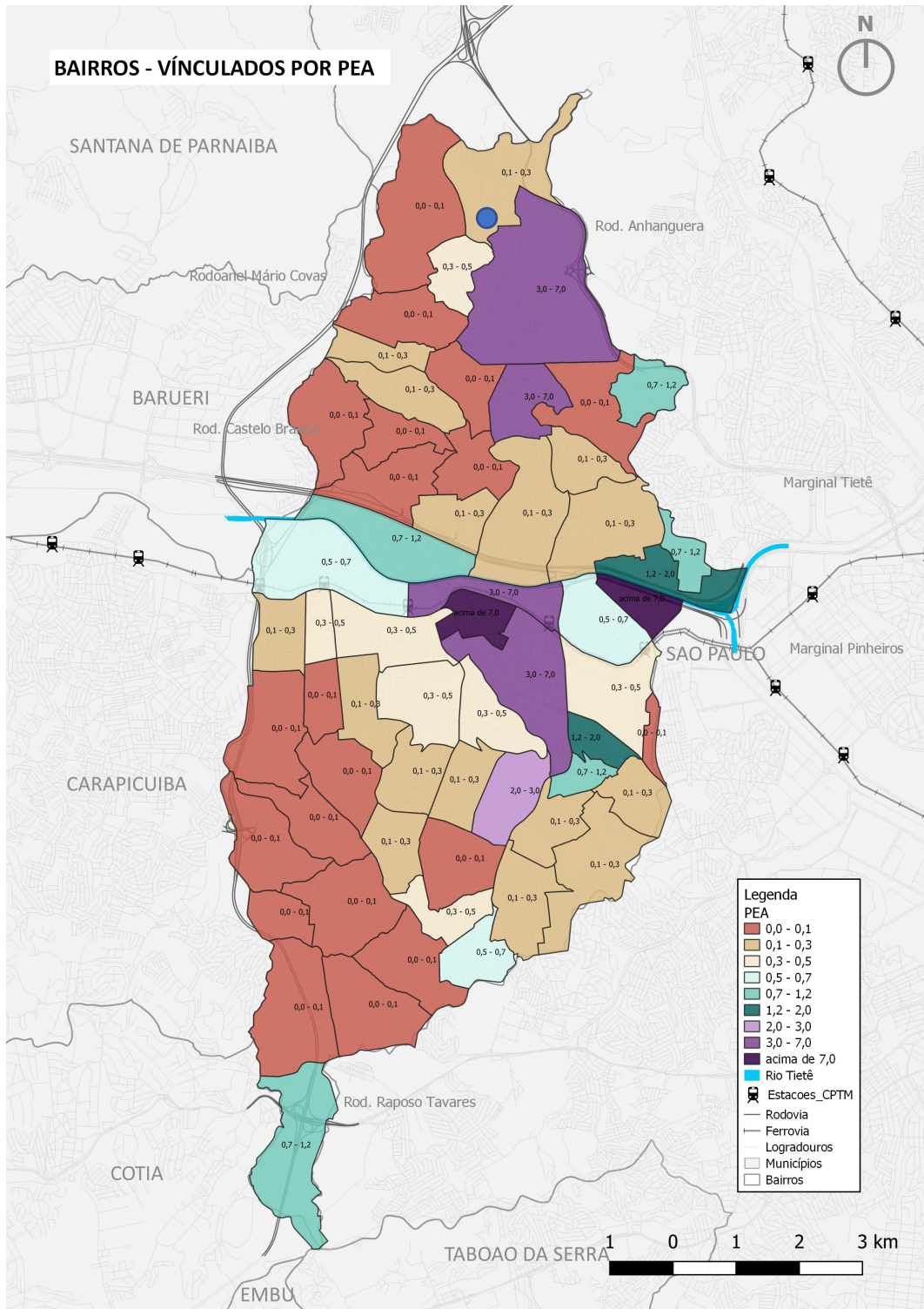


Figura 40 Mapa dos bairros vinculados por PEA. Fonte: Plano Diretor de Osasco, 2020

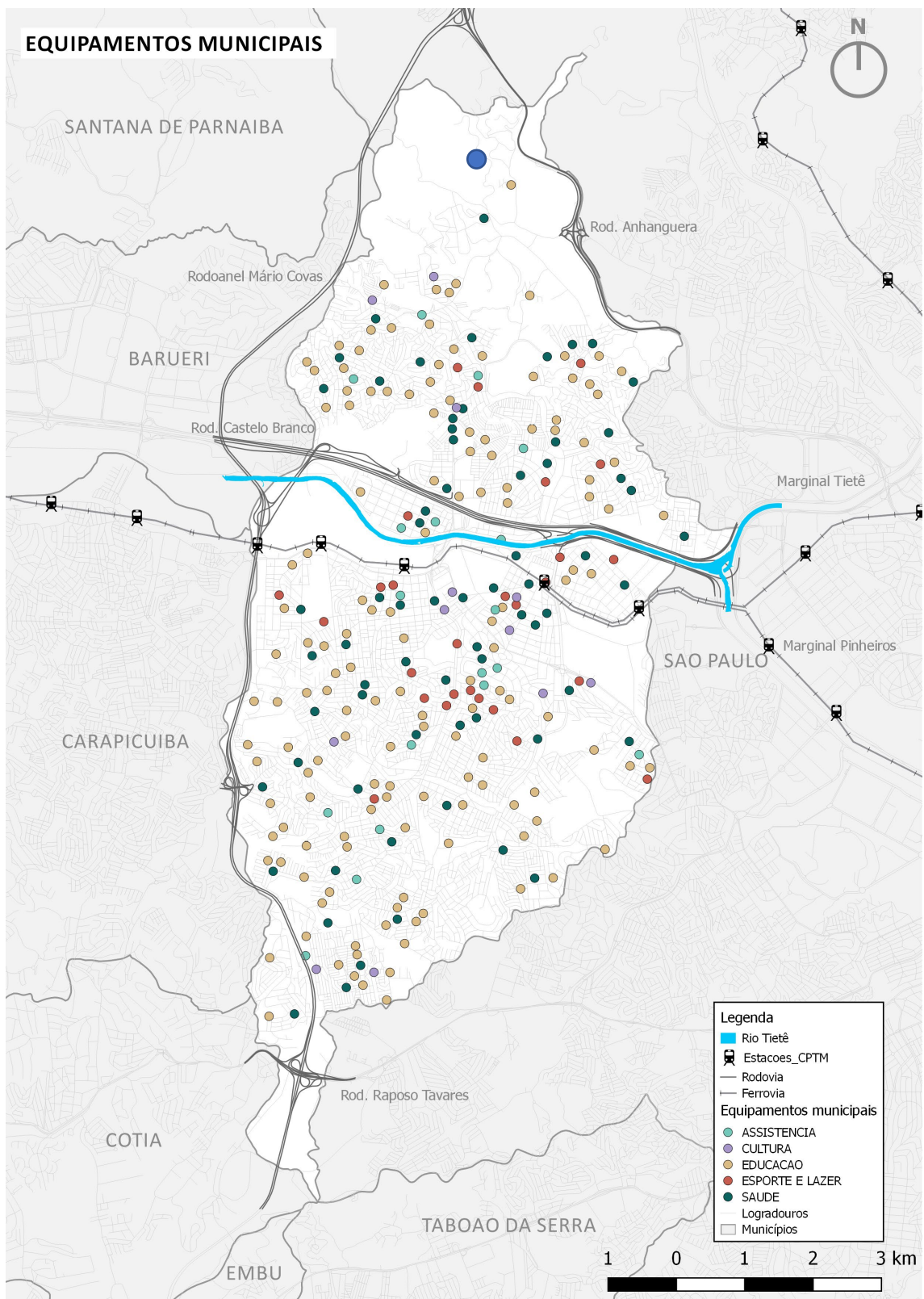


Figura 41 Mapa dos equipamentos municipais. Fonte: Plano Diretor de Osasco, 2020

Os mapas revelam uma desigualdade evidente entre as regiões da cidade, o que se desdobra nas formas de vida dos habitantes. Os bairros onde os índices de vulnerabilidade social são mais altos,

são também os bairros onde as condições de emprego e rendimento médio domiciliar são mais baixos, assim como são aqueles com menor infraestrutura urbana ou equipamentos públicos de saúde, cultura, educação, esporte e lazer.

O Jardim Santa Fé, onde se localiza a Ocupação Promessa, apresenta todas essas precariedades: é um bairro predominantemente de uso industrial, cercado, à esquerda por uma grande área de proteção ambiental e, à direita, pela rodovia anhanguera.

INSERIR AQUI MAPA DOS BAIRROS DA CIDADE COM A LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO PROMESSA

Na ausência de documentos históricos que contem a história de sua formação, recorri aqui a compreender o desenvolvimento da Ocupação Promessa e de seu entorno a partir de imagens de satélite dos últimos 12 anos.

As imagens de satélite evidenciam poucas transformações no bairro entre 2011 e 2022, chamando atenção para dois pontos: o desenvolvimento da Ocupação Promessa. Até 2013 essa ocupação não aparecia nas imagens, assim como a empresa Lemar Logística e transporte, sua vizinha, cuja implantação é da mesma época.

2011



Figura 42 Imagem de satélite de 2011

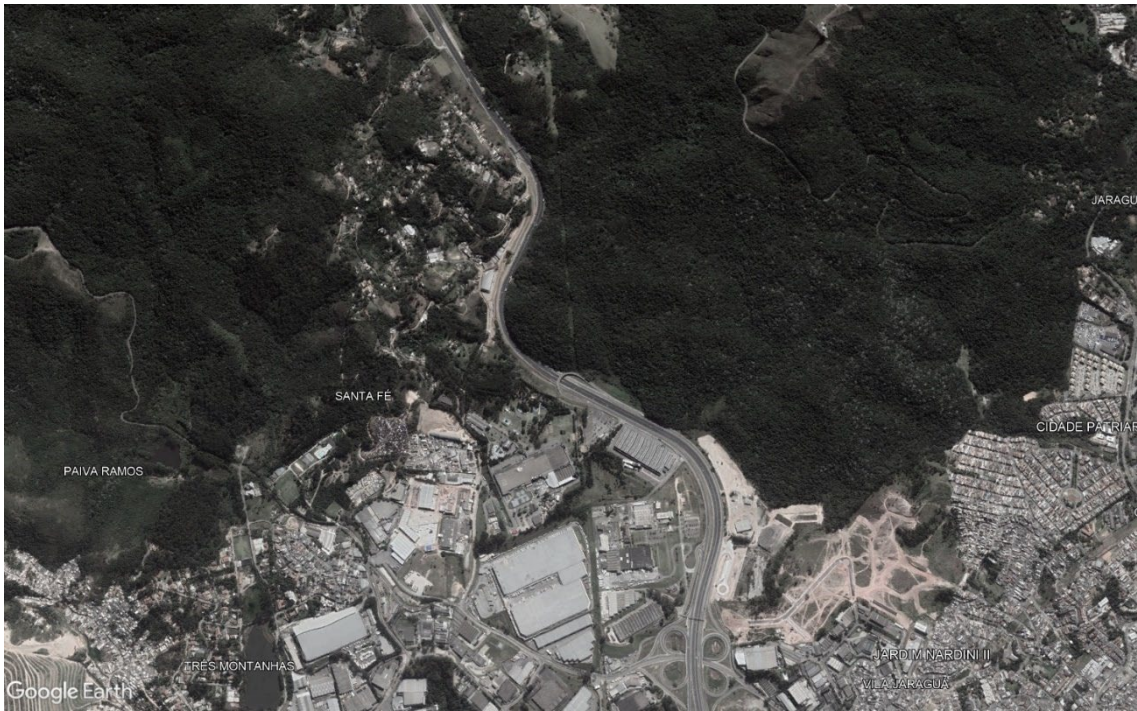


Figura 43 Imagem de satélite de 2013



Figura 44 Imagem de satélite de 2016



Figura 45 Imagem de satélite de 2019



Figura 46 Imagem de satélite de 2021



Figura 47 Imagem de satélite de 2023

As poucas mudanças na paisagem podem ser justificadas pela já consolidada rede de indústrias e logísticas que se instalaram na região ao longo dos anos. A existência dessa rede reforça a condição de isolamento do bairro em razão do seu uso estritamente industrial, característica que a própria legislação de Osasco pretende reforçar a partir da revisão do Plano Diretor que tramita na Câmara.

A lei de regulamentação de uso e ocupação do solo da cidade (Lei nº 1.485/1978), estabelece que a área onde se insere a Ocupação Promessa se caracteriza como zona ZI-15, uma Zona de uso predominantemente industrial, caracterizada como Macrozona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (MDET), voltada para o interesse de centros de logística de grandes empresas, sobretudo em razão da proximidade à rodovias de importância metropolitana e por, conseqüentemente, não possuírem grande adensamento populacional, embora apresentem considerável vínculo empregatício devido às atividades que ali funcionam.

No entanto, tramita na Câmara o Projeto de Lei Complementar 16/2020 que busca a demarcação da área como ZEIS, de acordo com o mapa seguinte, uma medida de alteração do zoneamento da região para redução do preço do terreno e facilitação de sua desapropriação e regularização. Junto a isso, uma consulta público resultante da revisão do Plano Diretor de Osasco (Lei nº125/2004), que acontece desde 2017, traz a minuta do projeto de lei que propõe um novo mapeamento da da demarcação de ZEIS na cidade, incluindo a área da Ocupação Promessa como

ZEIS 2, que corresponde a zonas destinadas às ações de urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e não mais como área de uso estritamente industrial. Vale ressaltar que, ainda que a área não esteja demarcada como Zona Especial de Interesse Social, o Artigo 18 da Lei 13.465 dispõe que a REURB se condiciona necessariamente à existência de ZEIS, permitindo, portanto, que que existe a proposição de um processo de Regularização Fundiária Urbana.

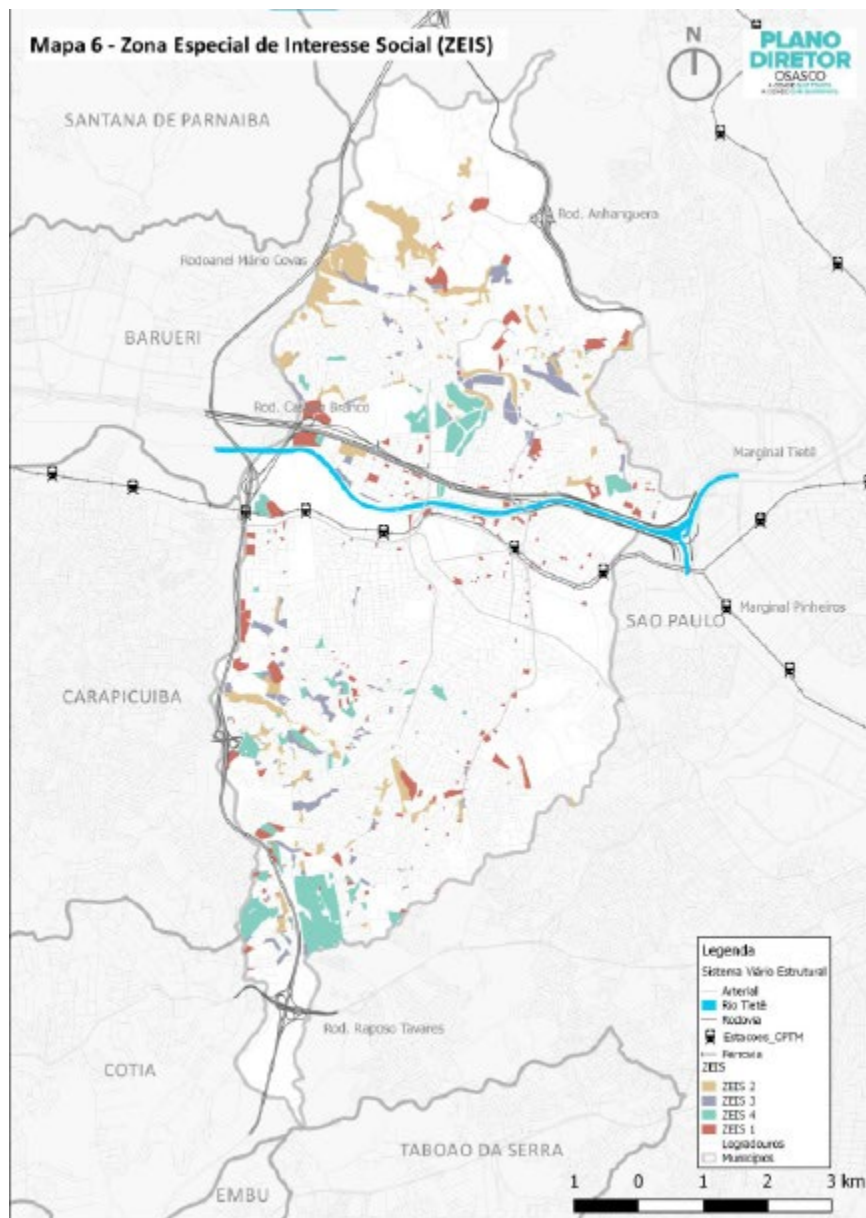


Figura 48 Mapa das ZEIS. Fonte: Plano Diretor de Osasco, 2020

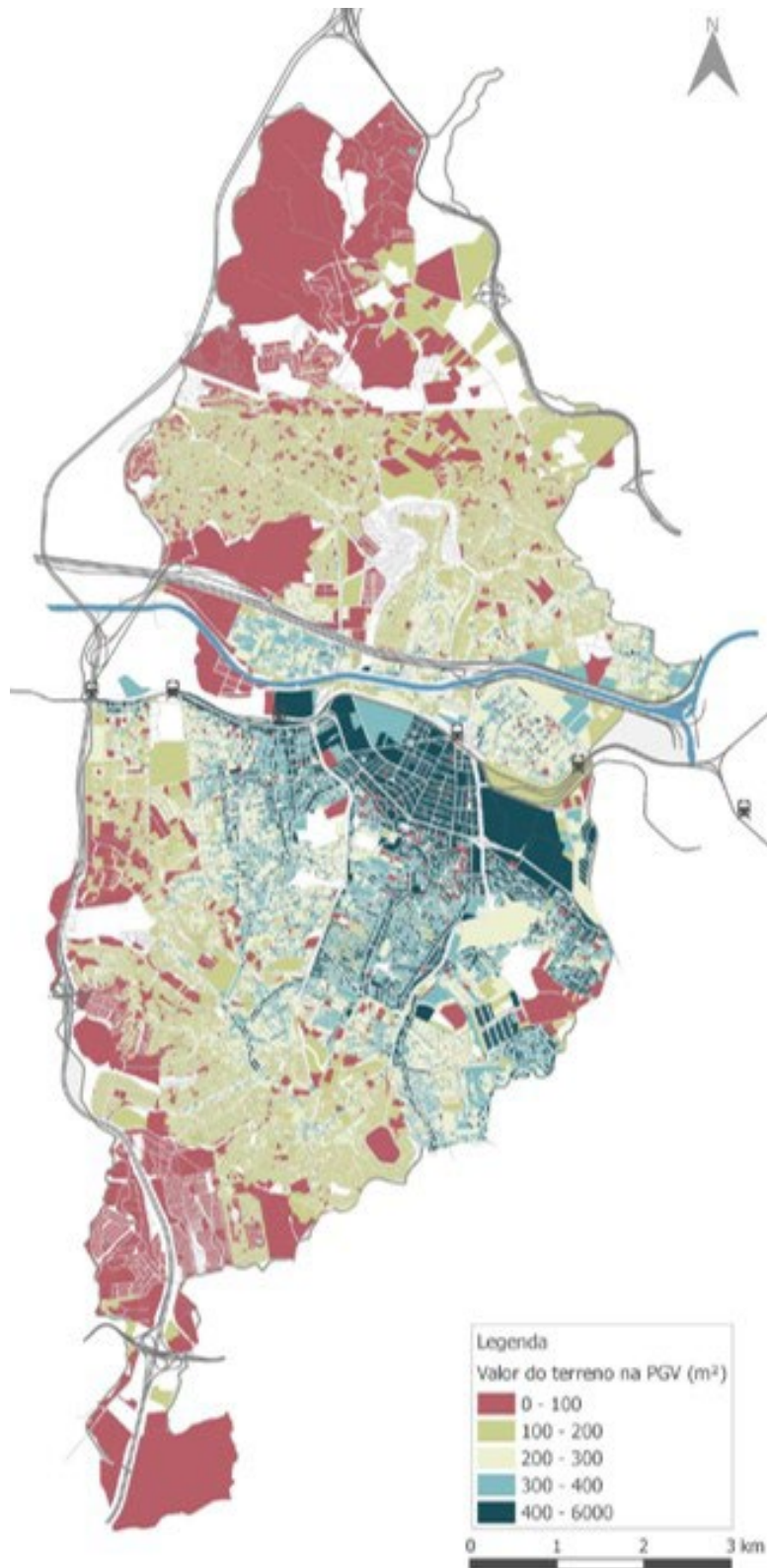


Figura 49 Mapa da Planta Geral de Valores. Fonte: Plano Diretor de Osasco, 2020

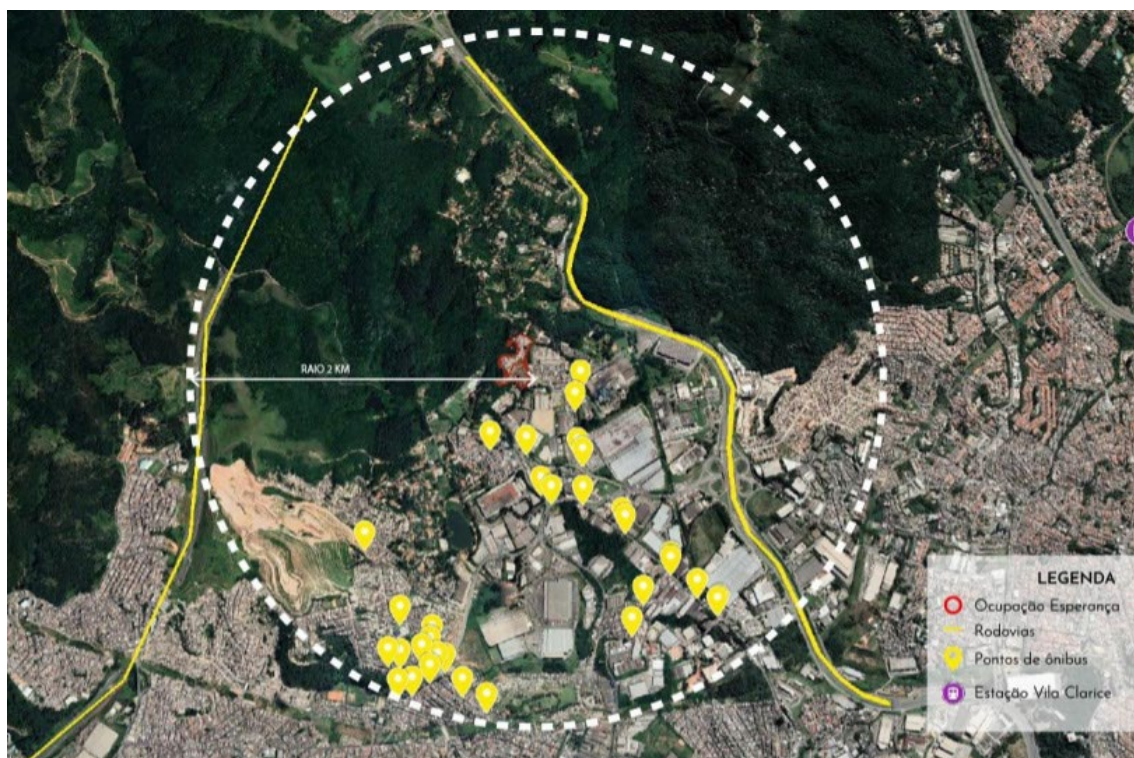
Uma análise do entorno imediato da ocupação reforça o que foi desenvolvido até aqui sobre a caracterização do bairro perante a cidade. O entorno urbano se localiza basicamente na sua parte sul, uma vez que à norte e leste a presença do Parque Estadual Jaraguá impeça ocupações

urbanas por ali. A Rodovia Anhanguera e o Rodoanel também são elementos que parecem isolar a ocupação em relação ao acesso a outros bairros. No entorno imediato há inúmeras fábricas e indústrias, sendo uma delas a sede da emissora SBT. E, segundo moradores, o bairro que mais acessam para realizar tarefas e compras é o Três Montanhas.



A região conta com 5 escolas públicas, 2 CEUs (um deles situado do outro lado da Rodovia Anhanguera), 1 CRAS e 1 UBS, presentes em um raio de 2km a partir da ocupação. Em relação a espaços de lazer, também no raio estabelecido, encontram-se os parques Glauco Vilas Boas e Parque Ecológico Jardim Bonança, além das praças: Praça Ederval Alves Veloso e Praça Agrícola La Paz, que não se configuram exatamente como espaços de fruição e lazer, uma vez que possuem a qualidade de simples rotatórias. Além desses locais, existem dois campos de futebol de várzea na região.

Quanto às infraestruturas de transporte, não há ciclovias na área e a estação da CPTM mais próxima fica dentro de um raio de aproximadamente 4 km, o que faz do ônibus o meio de transporte principal dos moradores da ocupação, também porque existe uma linha que tem sua última parada bem próxima dos limites da Promessa.



Sob uma perspectiva ambiental, é relevante mencionar a proximidade da ocupação com o Parque Estadual do Jaraguá, localizado ao noroeste, e com o bairro vizinho, conhecido como Paiva Ramos. Esse bairro abriga uma extensa cobertura vegetal da antiga Fazenda Paiva Ramos e está previsto para receber futuramente a implantação do Parque Ecológico e do Jardim Botânico de Osasco, de acordo com a Operação Urbana Consorciada Paiva Ramos (Lei Complementar nº 222/2011).

O macrozoneamento da região é estabelecido pelo Plano Diretor em vigor (Lei nº 125/2004), que classifica o bairro Santa Fé como Macrozona de Interesse Ambiental (MZIA). A minuta do projeto de lei para revisão do Plano Diretor, elaborada no início de 2020 e atualmente em consulta pública, mantém essa orientação e designa a área como Macrozona de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (MCADS). Essa caracterização tem como foco a preservação da vegetação e dos cursos d'água, estabelecendo diretrizes para manter uma baixa ocupação do solo e evitar a expansão urbana.

Dentro do perímetro da ocupação, não há ocorrência de Área de Preservação Permanente (APP). As principais questões ambientais relacionadas à área dizem respeito à topografia, com alto grau de declividade e risco de deslizamento de solo, à ausência de sistemas de drenagem e pavimentação asfáltica, e à carência de infraestrutura de saneamento básico, como abastecimento de água e rede de esgoto.

Cena 3: Mulheres da Promessa

Visitar a Ocupação Promessa em diferentes dias da semana ajuda a construir um cenário das dinâmicas que compõem o bairro. Durante a semana, a vida por ali parece mais “pacata”, uma vez que boa parte dos moradores estão fora da ocupação em seus trabalhos. Os sábados parecem ser o de “botar a vida em ordem”: dar continuidade na construção da casa, dar conta dos afazeres domésticos ou confraternizações sem hora para começar ou terminar. Assim, as ruas ficam bastante movimentadas e há música tanto nas casas quanto fora delas.

Aos domingos, no entanto, o silêncio parece estar mais presente no bairro. Neste 12 de junho, o dia estava nublado por volta das 13:30, quando cheguei ao local. Me dirigi até a casa de Morena que, para meu espanto, estava com a porta do bar fechada. Ao longo de todas as visitas até aquele dia, a porta esteve sempre levantada e a movimentação bastante intensa. Entrei pela porta lateral e, o salão que abrigava uma mesa de bilhar, agora se preenchia com 3 sofás, uma televisão e uma mesa redonda com 6 cadeiras. Celma, a cunhada de Morena, havia construído seu bar algumas casas para cima, liberando para Morena o espaço que a líder havia emprestado para ajudar a cunhada quando esta perdeu o emprego na pandemia.

Confesso que ter a porta sempre aberta e um comércio funcionando por ali me conferia certa sensação de conforto, uma vez que aquela indefinição parecia deixar o espaço aberto para “qualquer um”, e eu não me sentia invadindo o espaço íntimo de Morena. Neste dia, com a porta fechada e o salão com cara de casa, me colocou alguns limites que pareceram reconfigurar o meu comportamento e posicionamento no campo. É como se aquele lugar agora fosse somente da Morena – o que de fato era – e que as regras de uso e convivência deveriam ser novamente reconfiguradas.

Me sentei à mesa com Morena e Marcela e a dona da casa insistiu que eu almoçasse com elas. Já havia comido em casa, mas aceitei provar da galinha caipira que Luís, marido da líder, matara no dia para o almoço de domingo. Apesar de a porta estar fechada, as panelas continuam cheias de comida para quem quiser almoçar por ali.

Conversamos sobre as atualizações da regularização do terreno. Morena e Marcela me disseram que, passados quase 1 mês da última reunião, ainda estavam sem resposta, e que essa costuma ser uma prática das autoridades envolvidas: encaminham algumas decisões e desaparecem por um tempo. Marcela estava de certa forma confortável com essas situações, sobretudo porque ganhava tempo para atualizar o cadastro dos moradores e poderia se preparar para a continuidade do processo.

Fui à ocupação neste dia para participar da reunião do grupo das mulheres. O combinado era que todas as participantes contribuiriam com um prato doce ou salgado, faríamos um ensaio da música de dona Zezé, que seria gravada daí duas semanas junto ao grupo Palhaços sem Fronteiras e, depois de uma dinâmica, continuaríamos em uma confraternização com as participantes.

Sempre que acontece algum tipo de atividade na ocupação, a casa de Morena se enche de adultos que ficam por ali para almoçar e esperar o momento do compromisso. Neste dia, no entanto, a casa se ocupava de mais 3 crianças, que brincavam com o filho mais novo da líder, que eu conhecera pela primeira vez. Eram três irmãos – Gabrielle – a única que me lembro o nome, de 4 anos, um de 8 e um de 12 - filhos da Lu, moradora dos Queixadas, que ficam com Morena sempre que precisa visitar o marido na prisão. O Marido de Lu é motorista, e recebeu uma proposta de R\$5000,00 para fazer a entrega de uma carga no interior do Estado de São Paulo., mas foi parado pela polícia e verificaram que a carga era roubada. Já há 8 meses na prisão, os advogados tentavam reduzir a pena, mas o processo não corria bem e ele poderia passar até 3 anos em confinamento.

Após o almoço, algumas delas começaram a chegar. O dia estava um pouco frio, então me sentei à frente da casa de Morena, onde batia sol para me esquentar e esperar a atividade. Foi então que se juntou a mim Tati, outra concunhada de Morena e moradora da ocupação. Uma mulher de estatura baixa, pele escura, usava óculos e trazia à mão uma lata de cerveja. Sentadas por ali, Tati começou a me contar como foi parar na ocupação. O marido havia vindo logo no início, quando o terreno fora ocupado, mas veio sem ela, pois ainda não havia amadurecido a ideia de se mudar, sobretudo para morar em uma ocupação. A casa em que morava era alugada, e sofria com o pagamento mensal do aluguel, mas confessou que carregava um certo preconceito em se mudar para morar em ocupação. Com o passar do tempo, entre idas e vindas nas visitas do marido e da família que ali ainda mora, se juntou ao marido e tentou trazer a filha que, assim como a mãe, não queria morar em ocupação em razão dos mesmos preconceitos. Tati me contou que o tempo longe da filha fora bastante sofrido para ela, pois sentia muita saudade de sua presença no dia a dia, e sempre que queria vê-la, tinha de ir até à casa que alugava, pois, a menina dizia ter medo de ir até a ocupação e a mãe obrigá-la a ficar por lá, como uma armadilha.

No desenrolar da vida, Tati contou que a menina passou a aceitar os convites de visitá-la por apenas algumas horas. Aos sábados ou domingos, a menina ia almoçar na casa da mãe e passar a tarde com ela, mas no fim do dia, retornava para sua casa. Porém, ao longo desse processo, a menina pediu inúmeras vezes que a mãe voltasse a morar na casa antiga, pois sofria de saudade. No entanto, a vida na ocupação mostrou que pagar aluguel não era mais uma opção, uma vez

que Tati confessou entender como o aluguel pesava no balanço financeiro. Contou que pagava 600,00 mensalmente, além de água, energia e gás, e isso apertava bastante as contas da casa.

As idas à ocupação da filha de Tati passaram a se estender para pernoites. No início, a menina ia aos sábados e dormia por lá até o dia seguinte. Passava o dia com os pais e ia embora, para retornar no próximo sábado. Depois disso, Tati contou que os pernoites aumentaram, até que a menina passou a deixar algumas roupas na gaveta para não precisar fazer e desfazer a mala semanalmente. Com o passar do tempo, a menina foi trazendo coisas da própria casa, até que decidiu se mudar definitivamente. Tati confessou estar muito feliz com a mudança da filha, pois além de a menina não ter mais o compromisso do aluguel, viu sua família morando novamente sob o mesmo teto.

O relato de Tati elucida a vivência da zona de espera para além do aguardo pelo título do terreno causado também por prisões burocráticas e legislativas, entre outras tantas situações que os acometem à imobilização constante de uma exceção imposta e normalizada. A condição de espera permanente se coloca também nas relações familiares cotidianas e, conseqüentemente, na formação subjetiva que cada um vivencia o estreitamento e a manutenção dos laços afetivos, saudade, reencontro, estruturação familiar, sensação de completude e segurança, que se colocam ameaçados diante da vida neste lugar. A necessidade da mãe em morar na ocupação para que o dinheiro do aluguel sobre para outras responsabilidades financeiras demonstrou, para além das precariedades impostas pela vida em um terreno ocupado, as precariedades afetivas que as famílias enfrentam no momento de decisão da vida nas ocupações.

Durante essa conversa, a frente do barracão já estava um pouco mais movimentada, porque as mulheres começaram a se concentrar por ali para a atividade. Nenê se sentou num banco improvisado que fica em frente ao barracão e nos juntamos, eu, Tati e Morena, a ela, seguidas de Marcela e Gabi, que dias depois eu descobrira que é Gabriela Moncau, autora da dissertação “Nóis por nós” como luta constante: uma etnografia das mulheres da Ocupação Promessa”.

Nenê contava a Marcela e Gabi que ela e Morena foram a um almoço “lá em cima” e que foram muito bem recebidas. Esse almoço foi a convite do dono da boca, integrante do PCC, definidos por Morena como “o terceiro setor”, para conversar sobre uma “parceria” entre a liderança do movimento social e o grupo “lá de cima”. Morena e Nenê não entraram em detalhes do porquê foram chamadas e do conteúdo das conversas, mas disseram que foram muito bem recebidas e que ele havia cozinhado para elas.

Nos reunimos no barracão para começar a reunião. Todas as comidas foram concentradas na mesa ao fundo e esperávamos dona Zezé para o ensaio. Dona Zezé, apesar de não saber nem ler

nem escrever, possui 6 músicas compostas, sendo 2 sobre a luta por moradia e 4 religiosas. O grupo Palhaços sem Fronteiras^{lx} teve contato com dona Zezé e propôs a gravação de um clipe de sua música sobre as mulheres da Promessa. A compositora pediu que todas as mulheres aparecessem e cantassem com ela, e por isso, na reunião, seria feito um ensaio.

A letra da música é a seguinte:

As mulheres da comunidade Promessa

Na mente tem uma lembrança

De tudo como começou

Com muita luta, com muitas lágrimas, e muito amor (2x)

Mulher de luta (gesto de abraço)

Mulher coragem (punho erguido)

Mulher de fé (mãos em prece/oração)

Mas é por isso

Que eu te apresento (mover a mão abrindo os braços para um lado e para o outro, como se apresentasse algumas pessoas)

Essas mulher (Refrão - 2x)

Oferecemos essa música

Para todas as mulheres

Não importa sua idade

Nem também quem você é

Mulher de luta (gesto de abraço)

Mulher coragem (punho erguido)

Mulher de fé (mãos em prece/oração)

Mas é por isso

Que eu te apresento (mover a mão abrindo os braços prum lado e pro outro, de apresentação)

Essas mulher (Refrão - 2x)

Já no ensaio, muitas das mulheres se emocionaram. Uma delas, Dorinalva, chorou durante todo o tempo. Foi muito emocionante ver como as mulheres, mesmo em momento de ensaio,

entregavam seus corpos, vozes e sentimentos àquele momento. A cantoria “vinha de dentro”, pois carregava 10 anos de história e envolvimento com a ocupação que vinham construindo.

Após o ensaio, Marcela organizou uma gincana de "mitos e verdades" sobre o machismo, dividindo as participantes em dois grupos que, um de um lado e outro de outro lado da sala, deveriam correr, ao seu sinal, até uma cadeira posicionada no meio da sala e tocá-la. O grupo que primeiramente tocasse, deveria responder se uma frase narrada pela organizadora, antes do sinal, era mito ou verdade, e explicar o porquê da resposta.

Participaram cerca de 20 mulheres (Morena e sua filha, dona Zezé, Cida (não moradora, mas participa de todas as atividades da ocupação), sua irmã (primeira vez que visitava a ocupação), Gabi, Marcela, Nenê, Isa (sobrinha de Nenê, com cerca de 7 anos de idade), Celma e sua filha (5 anos de idade), Ivone, Mirela e suas duas filhas (aparentam ter entre 15 e 18 anos), Mara, Tati, uma menina, de cerca de 20 anos, com Miguel, um bebê de 7 meses, e outras 3 mulheres moradoras da ocupação, mas que nem sempre participam de todas as atividades.

As frases que deveriam ser avaliadas foram:

- A mulher tem o dom para os cuidados da casa e dos filhos
- Tapa de amor não dói
- Homem que pega todas é garanhão e mulher que pega todos não se dá valor
- Um pouco de ciúme é bom
- Se apanhou é porque alguma coisa fez

Em todas as situações, seja de um grupo ou de outro, as mulheres responderam de forma correta às provocações feitas por Marcela. Foi interessante observar que as participantes de fato se envolveram na brincadeira e levaram a sério a construção das respostas. As adolescentes, um pouco envergonhadas, ainda que o grupo fosse apenas para mulheres e com pessoas bastante conhecidas, acabavam comentando entre si sobre as perguntas, mas não interagiam com as mulheres mais velhas. Já Isa, a única criança na brincadeira, ficou encarregada de correr até a cadeira. Embora não tenha participado da formulação de nenhuma das respostas, parecia bastante atenta às discussões do grupo. Isa é uma menina cheia de energia e comparece em todas as atividades que o Movimento Insurgência do Povo organiza.

Enquanto discutiam sobre as respostas ou ouviam as colegas respondendo, para todas as frases algumas delas comentavam “é assim mesmo” ou “já aconteceu comigo”, de modo que a

brincadeira pudesse ser capaz de elucidar situações quotidianas que, talvez, se não fossem por aquele espaço, passariam despercebidas.

Mirela tem 2 filhas adolescentes, como comentei, e um menino, Kauã, de 7 anos. Kauã entrava e saía da sala, mas não participou da dinâmica, porque aquele era “um grupo de mulheres”, como disseram repetidas vezes todas as participantes, inclusive a mãe do garoto. No entanto, pude vê-lo por várias vezes bastante atento às frases e respostas apresentadas pelo grupo, como se acompanhasse o jogo mesmo de longe e sem compreender exatamente o que se decorria ali.

Finalizada a dinâmica, aos poucos fomos nos concentrando ao redor da mesa das comidas. Trouxeram uma caixa de som e fizemos uma roda com as cadeiras no centro da sala. Algumas mulheres levaram cerveja e ficamos sentadas conversando e ouvindo música.

Depois de um tempo ali, começou a tocar um samba, desconhecido por mim, mas que todas aquelas mulheres cantavam com muita força e extremamente emocionadas. A energia daquela situação me tocou forte, pois o canto “saía de dentro”, com muita vontade e emoção, como se aquilo que o samba narrasse fosse conhecido. No momento em que acontecia não consegui compreender exatamente sobre o que dizia a canção, mas quando tive acesso a ela, me lembrei do incêndio que acometeu a ocupação em 2016. A música discute a relação entre os incêndios nas favelas de São Paulo e a especulação imobiliária. A emoção da cantoria vinha, portanto, da autoidentificação com a situação narrada: o medo dessas mulheres de perderem seu lugar no mundo, seja pelo incêndio, seja pela remoção ou por qualquer outra ferramenta de violência e criminalização que se colocam cotidianamente em suas vidas.

DESFECHO CRUEL – TOINHO MELODIA

É fogo

A vida de toda essa gente

Pra viver honestamente

Sol a sol a labutar

Mas ontem

Quando voltei do batente

Na favela queimava inclemente

O barraco que outrora já fora o meu lar

Meu olhar transbordou

Na esperança do fogo apagar

*Meu peito calou
Sem lágrimas pra derramar
Meu olhar transbordou
Na esperança do fogo apagar
Meu peito calou
Sem lágrimas pra derramar
Vou morando no sapato
Onde a faísca pode se ascender
Porque nunca bebi da bebida
Daqueles que estão no poder
É ver pra crer
O despejo é um destino cruel
Favela queimando
Para construir mais um arranha-céu
É enquanto os ratos
Invadem as casa de terno e gravata maleta na mão
Prometendo o que é de Deus pra quem não pode beber
É fogo que queima e arde sem explicação
Nem sei por que
Mas o foco de incêndio
Deu no rádio e na TV
É fogo que queima e arde sem explicação
Nem sei por que
Mas o foco de incêndio
Deu no rádio e na TV*

“Parece que ele ta cantando pra nós né, amiga?!”, comentou Mirela com Cida.

Enquanto rolava a confraternização no salão, fui à casa de Morena pegar mais alguns lanchinhos para repor a mesa de comidas, e presenciei uma passagem das crianças, que estavam no banheiro: o irmão do meio dizia a Gabrielle para ficar tranquila, pois ele não contaria nada à Morena. Perguntei se precisavam de ajuda e Gabrielle me respondeu chorando que estava com

vergonha, pois não teve tempo de tirar a roupa para fazer xixi, e acabou sujando a roupa e o banheiro. Seu irmão estava limpando o chão e trocando a irmã. Ajudei o garoto a terminar a limpeza e Gabrielle me disse que queria ir embora, pois estava com saudade da mãe e queria sua casa. O irmão disse a ela, de uma forma bastante madura para uma criança de 8 anos, que naquele momento a mãe precisava que eles ficassem com Morena sem chorar, e que era apenas por aquele dia. Enquanto o irmão mais velho observava essa situação bastante distante e sem manifestar qualquer intervenção, o irmão mais novo fazia o papel do cuidador, como se assumisse a responsabilidade do cuidado da irmã na ausência da mãe.

Entremeio 3: Ocupação Promessa

A formação do bairro

A história da Ocupação Promessa não se inicia no dia em que as famílias se estabeleceram no terreno em que permanecem há 10 anos. Diante do contexto de ebulição política que se espalhou por todo o país no ano de 2013, no dia 12 de julho se estabeleceu em um terreno público no bairro Parque Bandeirantes, com cerca de 300 famílias, uma ocupação de luta por moradia que, 5 dias depois, recebeu a visita da Guarda Metropolitana de Osasco, junto à Polícia Militar de São Paulo, para a realização do despejo sem decisão judicial e sem mandato de reintegração de posse. Depois de negociações, os ocupantes optaram por sair pacificamente mediante promessa de reunião com a prefeitura após a realização de um cadastro das famílias que ali tentavam se estabelecer.

A prefeitura, no entanto, com o cadastro em mãos, não deu continuidade a resolução do problema de moradia e, foi então que, no dia 23 de agosto, “numa madrugada fria no bairro Jardim Santa Fé, da cidade de Osasco, cerca de cem pessoas desceram dos ônibus que pararam no asfalto e caminharam no escuro por uma estradinha de terra, com lanternas, bambus, barbantes, facões e lona” (MONCAU, 2021), e ergueram pequenos barracos no meio do mato de um terreno privado abandonado há quase três décadas^{lxi}. Cerca de 10 dias depois, a Ocupação Promessa já reunia quase 1500 famílias. A realidade das famílias que ali chegavam era a mesma: majoritariamente moradores da periferia da cidade que não conseguiam pagar aluguel^{lxii}.

“fomos lá, cortamos o bambu, e eu ansioso para saber onde era o terreno. Quando foi 11 e meia da noite nós saímos da igreja do Menck com um busão atrás e quatro carros na frente e eu no meio com a jipinha vieira cheia de bambu. Chegamos aqui, já jogamos o bambu no chão, todo mundo catô e já fomos entrando pra dentro e roçando de facão, foice,

machado, derrubando tudo, e já fizemos as nossas choupanas aí.”

(Lourenço)

Os primeiros meses da sua formação foram marcados por momentos tensos de ameaças de remoção e de morte dos integrantes. Para que a ocupação se consolidasse, uma série de mobilizações coletivas foi organizada, como a criação de grupos de ronda e vigílias noturnas, que se revezavam de 3 horas em 3 horas, para proteção dos barracos. Esses grupos eram compostos majoritariamente pelos homens que se dispuseram a passar noites em claro para fazer a segurança do local, mesmo após o dia todo de trabalho.

Essas mobilizações resultaram também na construção de banheiros coletivos e da cozinha comunitária, tornando-se ponto de referência espacial e afetiva daquele lugar. Gerida pelas moradoras, se sustentaram pela doação dos próprios moradores, vizinhos e entidades relacionadas ao Movimento Insurgência do Povo, oferecendo café da manhã, almoço e jantar aos residentes.

“a parte melhor da nossa Ocupação Promessa foi a cozinha. Era onde nós alimentávamos 1440 família. Todo dia tinha que tem o café da manhã, o almoço e a janta. A primeira coisa que foi montada na Ocupação Promessa foi a cozinha comunitária, porque nós pensamos na população, que precisava do café, do almoço e da sua janta. Teve muitos que não tinha onde morar. Estavam sendo despejados das casas de aluguel. Não foi fácil nossa luta. A cozinha foi nosso ponto de referência... foi a parte principal da nossa ocupação, onde a gente alimentava os nossos companheiros, a gente gritava de manhã “olha o café”, e a gente olhava aquela fila... era muito lindo. Nós passamos momentos difíceis na cozinha, porque não tínhamos água para abastecer a cozinha, tinham dias que demorava sair o café e o almoço porque nós precisávamos de companheiros para irem buscar água. Foi muito gratificante... muito gostoso trabalhar na cozinha comunitária”
(Ivone)

“antes da ocupação eu pensava assim: “como que eu vou fazer para alimentar meus filhos?” e depois da ocupação a gente começou a pensar como que a gente ia fazer pra alimentar 1000 famílias” (Aline)

Através de uma vaquinha para a compra de postes e fiação, moradores que trabalham como eletricitas fizeram um “gato” e trouxeram luz às ruas e barracos. A chegada da eletricidade foi uma necessidade não somente para a vida cotidiana das famílias, mas também para o suporte aos grupos de segurança contra as constantes ameaças de morte que sofriam. O mesmo aconteceu com os canos e as caixas d’água. Aos poucos, os barracos de lona se transformaram

em barracos de madeira e depois alvenaria, tomando forma de bairro, ao mesmo tempo em que as casas foram ganhando mobílias, banheiros e cozinhas individuais. Com a conformação do bairro, aparece então um pequeno comércio local, suprindo as ausências de usos diversificados muito em decorrência, mas não exclusivamente, do plano de zoneamento da cidade, como apresentado anteriormente.

Tais mobilizações se sucederam na tentativa de formação dos sujeitos políticos que ali residem. Assembleias, que eram feitas diariamente, no início da montagem dos barracos, foram se espaçando conforme a ocupação ganhou corpo e se consolidou, dando espaço para mesas de debate e formação política, atividades culturais e de lazer, promovidos pelo Movimento Insurgência do Povo.

Em 2014, com a intensificação do conflito entre Palestina e Israel, o Movimento Insurgência do Povo organizou, junto à CSP Conlutas, um debate sobre a temática, alinhado a uma perspectiva internacional de solidariedade ao povo palestino.

Em 2015, as mulheres da ocupação inauguraram, no centro da cidade, o salão de beleza Abayomi^{lxiii} Cabeleireiras, que tinha como objetivo associar os cuidados estéticos à discussões que envolvessem temas como beleza negra, posição da mulher na sociedade e aceitação do corpo.

A luta política não deixa de se manifestar também nos momentos de festa. No carnaval de 2015, o bloco Unidos da Promessa desfilou pela primeira vez pelo bairro com composições do sambista Chocolate de Vila Maria, que anualmente marca presença no desfile que acontece pelo bairro.

Marchinha de 2015 e 2016: “Vamos botar pra fora os governantes!”

*Vamos lá meu povo,
com Unidos da Promessa
tá na rua nessa festa
pulando que nem criança (bis)
A gente vai, e mete as cara
É com luta, com garra
que a casa sai na marra
Vamos lá meu povo,
botar pra fora esse moço
tá no governo brincando*

e só trazendo desgosto (bis)

Foi, foi ele sim!

Foi o Alckmin quem

tirou água de mim

Vamos lá meu povo,

botar pra fora esse moço

tá no governo brincando

e se fingindo de morto

Lapas, aumentou o busão

deixando todos

numa insatisfação

Vamos lá meu povo,

botar pra fora essa moça

tá no governo brincando

e só fazendo desgraça

Se não tem casa

pra gente morar

sinto muito, Dilma,

vamos ter que ocupar!

Marchinha de 2017: "Com luta e com garra da terra não abro mão"

[Refrão]

Ô Lins, eu quero!

Ô Lins, eu quero!

Casa pra eu morar

Dá o Decreto,

Dá o Decreto,

Dá o Decreto se não nós vai lutar!

[1ª estrofe]

Lapas quetinho aumentou o busão

Temer nos corte só lasca o peão

Nossa ocupação, se chama Promessa

Aqui ninguém se cala,

Põe pra fora esses pilantra!

[2ª estrofe]

*Tivemos um incêndio e foi muita dureza
Mas na Promessa ninguém baixa cabeça
Com muito apoio, tem reconstrução
Com luta e com garra da terra não abro
mão!*

Marchinha de 2018:

Chegou a turma da Promessa

*Tamos protestando nesse carnaval de
novo!*

Jamais duvide

Da força do nosso povo

Ô Lins vê se negocia

Ou nós vamos meter o loko!

Chegou!

Chegou a turma de Osasco

*É busão que aumenta, despejo, fila no
posto*

Febre amarela

Pão de Açúcar ardendo em fogo

Os rico tá numa boa

E o povo no sufoco!

(Parte 2)

O Temer não deveria

Aprovar reformas e aumentar a nossa ira

Nós vamos fazer greve

Parar esse Brasil

E pôr pra fora todo esse canil

(Parte 2)

Quem tá em baixo bem que podia

Se ajuntar pra derrubar quem tá em cima

*Dos índios aos favelados
A gente vai se unir
Mostrar que o Jaraguá é Guarani*

Marchinha de 2019:

*A nossa ocupação, não para
não, para não!
Esse ano tem luta! Ninguém
arrega não!
A nossa ocupação, não para não,
para não!
Queremos moradia e fora esses
ladrão!
O povo afogado na lama
Onde é que já se viu?
O lucro vale mais que tudo
Nós não vamos admitir!
A nossa ocupação, não para
não, para não!
Esse ano tem luta! Ninguém
arrega não!
A nossa ocupação, não para não,
para não!
Queremos moradia e fora esses
ladrão!
O Bolsonaro e o congresso
Na marra e no fuzil
Quer acabar com a previdência
Vamos parar o Brasil!
A nossa ocupação, não para
não, para não!
Esse ano tem luta! Ninguém
arrega não!*

*A nossa ocupação, não para não,
para não!*

*Queremos moradia e fora esses
ladrão!*

Aqui na nossa Promessa

Nóis mede até barril!

O Lins veio fazer visita

E depois ele sumiu!

Marchinha de 2020:

*Lá vem Unidos da Promessa
Lá vem Unidos da Promessa*

*Mais uma vez neste carnaval
Para te fazer sorrir*

*Ocupação maravilhosa
Com garra vamos nos unir
Na marra será vitoriosa
Com luta vamo até o fim
(2x)*

*Rogério Lins prometeu o terreno comprar
Será que ele nos mente?
Não ficaremos só a esperar
Vamos cobrar aquilo que é da gente*

*Ocupação maravilhosa
Com garra vamos nos unir
Na marra será vitoriosa
Com luta vamo até o fim
(2x)*

*Na chuva o povo fica no desamparo
E o desemprego tá de doer
Precisamos pôr pra fora o Bolsonaro
Assim não dá para a gente viver*

No ano de 2018, a Ocupação Promessa ajudou a construir a ocupação dos Queixadas, localizada em Cajamar, que se consolidou após 3 tentativas frustradas em diferentes terrenos próximo de sua localização atual. O terreno ocupado é de propriedade particular, e foi demarcado como área de ZEIS até o estabelecimento da ocupação. Segundo a associação de moradores e membros do Movimento Insurgência do Povo, a proprietária do terreno é uma pessoa bastante influente na prefeitura de Cajamar, e conseguiu modificar a legislação para retirar a demarcação do terreno

como Zona Especial de Interesse Social, na intenção de especulação da sua terra. Quando visitei a ocupação, próximo do dia 30 de outubro de 2021, muitos dos moradores haviam abandonado seus barracos e tentado se estabelecer em outro local, pois corriam o risco de despejo quando acabasse a liminar de suspensão dos despejos em razão da pandemia. Até aquele momento, o despejo era inevitável, e o movimento negociava com a prefeitura o pagamento de bolsa aluguel para as mais de 100 famílias, uma vez que o poder público havia dado a contrapartida de pagamento para 40 famílias. Passados mais de um ano deste episódio, a ocupação resiste no local, mas enfrentaram outras ordens de despejo desde então.

Durante os anos da pandemia, o Movimento Insurgência do Povo realizou um curso quinzenal de formação política com os moradores, oferecido como atividade remota, abordando temas sobre machismo, racismo, questão indígena, legalização das drogas, do aborto, das armas e sobre a produção teórica do marxismo. O curso tinha o intuito de desmistificar as desinformações que circularam pelos grupos de WhatsApp durante o governo Bolsonaro e não deixar que as atividades de formação cessassem devido às urgências do período.

As aulas que pareceram ter tocado o morador foram as que abordaram a questão indígena e da legalização das drogas. Zé Luís se mostrou entusiasmado com a descoberta de uma narrativa histórica que compreende os povos nativos como povos dominados e expropriados daquilo que os pertencia. No seu imaginário, a constituição do Brasil havia sido formada por um pacto pacifista entre o português, que trouxera a civilização, e os nativos, que aceitaram as influências externas. Porém, repetira inúmeras vezes:

- Você precisa participar dessas aulas, aí sim você vai ver que o que contaram pra gente foi uma grande mentira. Você precisa ver a moça falando, como ela fala bem, como ela ensina o que os índios sofreram e o que eles passaram quando os portugueses chegaram. E aí você começa a entender por que o Bolsonaro faz o que ele faz, porque ele tá querendo reduzir as reservas e o que pode acontecer com os índios se for aprovado.

Zé Luís me dizia tudo isso muito entusiasmado, mas havia muito de um certo deslumbre que não se configurava apenas como uma admiração, mas um deslumbre de um espanto do conhecimento que recebera, quase como se aquela história da colonização pacífica nunca fizera sentido, mas ele não possuía os elementos corretos para contrariar o que lhe fora ensinado.

Foi aqui que me pareceu importante a presença do movimento social naquele espaço. Zé Luís mora na ocupação e ganha a vida com um bar que abriu na frente de sua casa. Só

cozinha em panela elétrica e Air Fryer, porque o gás é muito caro e exigiria uma parte considerável do pouco que ganha. É separado e vive sozinho, e parece ter encontrado na associação de moradores um motivo pelo qual lutar junto. Repetiu algumas vezes para mim que está fazendo alguns exames de próstata e que precisa de atendimento no hospital do homem, mas que não tem conseguido marcar as consultas. Em suas palavras,

- “eles não te atendem porque sabem que você é pobre e não querem pobre lá se tratando, mas eu sei dos meus direitos. Eu sei que eles têm que me atender. Eu liguei lá e falei exatamente todos os deveres que eles têm, e então marcaram pra eu ir lá daqui 2 semanas”.

O conhecimento sobre os seus direitos veio também das formações promovidas pelo Luta. Zé Luís me explicou que não somente essas aulas fazem parte do processo de formação política dos moradores, mas também discussões sobre os direitos dos cidadãos perante os serviços de saúde, educação, moradia, transporte etc.

A conversa com o morador foi longa, marcada por um vai e vem de assuntos que nem sempre se finalizavam. A imagem que tinha de Zé Luís, até essa conversa, foi do nosso primeiro contato quando o vi muito entretido no filme “Encanto”, exibido para as crianças na reinauguração do espaço Griot. Foi então com essa longa conversa pude observar que sua presença na atividade do filme não se limitava apenas a viabilizar o evento, mas se mostrou eficaz como espaço de formação também para o adulto e não somente para o público infantil. A presença do movimento social e das atividades de formação parecem ter, pelo menos para ele, um papel fundamental na sua compreensão como sujeito no mundo, bem como na sua participação na luta pela moradia. (Excerto de caderno de campo, 02/07/2022)

Muitos dos moradores, não somente Zé Luís, reconhecem esse momento como espaços de união e fortalecimento das famílias e do sentido de luta, reforçando esse sentimento como um legado para as gerações futuras. No entanto, relatam que ao longo dos anos a participação foi diminuindo gradativamente.

“Hoje é mais individual, cada um por si, antes era mais coletivo. Eu participo da associação, mas as vezes não funciona. E também tem as várias reuniões do Luta, toda semana tem, com a Clara e com o Vladimir, que são eles que negociam direto com a prefeitura. Eu voltei a trabalhar fora de casa, na confecção de jeans, mas tento sempre estar nas reuniões do GT, do conselho popular.” (Marlene, ex-líder da ocupação)

Dos marcos importantes que compõem a história da ocupação, e que resgatam esse sentimento de coletividade saudoso de Marlene, foi o incêndio ocorrido em 12 de setembro de 2016 que ainda aparece muito vivo na memória dos moradores. O fogo consumiu boa parte dos setores B e C, contabilizando a perda de aproximadamente 200 moradias.

Ainda que não tenha se concluído a investigação sobre a causa do incêndio, a ocupação comemorava, há menos de um mês, 3 anos de existência, e três dias antes da tragédia, as famílias tinham conseguido obter um Decreto de Utilidade Pública, que determinava o uso da área para fins de moradia popular, importante também por conter uma liminar de reintegração de posse que corria na justiça até aquele momento, e conseguiu suspendê-la por 2 anos.

Aqui vale um parênteses: ano de eleição, a notícia do decreto foi dada pessoalmente, no território da ocupação, pelo então prefeito, Jorge Lapas (que se elegeu como prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, mas com o desgaste do PT e impeachment da presidente Dilma, se filiou ao PDT, e governou Osasco entre 2013 e 2016), que se dizia muito contente de estar ali naquele momento de vitória, pois desde o começo havia assumido o compromisso de encontrar uma solução para aquelas famílias, pois a Ocupação Promessa era um movimento organizado e “de gente séria”. O que o prefeito esqueceu de comentar, foi uma declaração que dera à imprensa, logo quando assumiu, dizendo que aquelas famílias não seriam atendidas pelos programas de habitação da prefeitura. No fim, Jorge cumpriu a promessa que fizera à imprensa.

Durante aquela noite, o Estado se fez presente de diversas formas: os bombeiros enfrentaram dificuldades para apagar as chamas, enquanto os policiais militares responderam com repressão em vez de oferecer ajuda. Técnicos, funcionários e gestores das secretarias de assistência social e habitação também estavam presentes, mas não conseguiram resolver a situação. O prefeito e os vereadores não hesitaram em aproveitar o período eleitoral para promover suas campanhas, colocando seus interesses políticos à frente da emergência. Além disso, representantes da imprensa, desde grandes redes como Rede Globo e SBT até outras mídias alternativas, estavam presentes, documentando os eventos da noite.

Em assembleia, os moradores decidiram que ninguém arredaria o pé do terreno e a comunidade reconstruiria tudo, como foi feito, através de mutirões e as montanhas de doações. Quando narram esse momento, os moradores buscam na memória o sentimento de coletividade que esteve presente nos primeiros meses de ocupação: a rápida organização para os mutirões de reconstrução das casas, busca e recebimento de doações, cozinha comunitária, vigílias e assembleias diárias, são períodos que aparecem como “lampejos em que se suspende a rotina diária voltada às questões individuais da vida, em que a dinâmica coletiva é intensa e os

acontecimentos são muitos em um curto espaço de tempo. São momentos privilegiados em que se vive a abertura de uma fissura no aparentemente rígido funcionamento da sociedade no cotidiano das pessoas implicadas. Como lampejos que são, no entanto, essas experiências têm tempo de duração”. (MONCAU, 2021)

meu barraco não pegou fogo, mas fiquei até sem roupa pra vestir, porque a gente tirou e deixou no mato, e teve o oportunismo que levou quase tudo nosso, eu achei umas coisas minhas depois, mas o povo lá em cima perdeu tudo, nunca mais quero passar por isso, mas a gente renasceu. O fogo também foi o momento de maior solidariedade aqui, veio ajuda de todo o Brasil, muita doação, a comunidade se uniu um com o outro, quem não perdeu o barraco colocou outra família dentro pra dividir até a pessoas reconstruir o que perdeu” (Marlene)

Como um lampejo, quando a música “Desfecho cruel” tocou durante a reunião do grupo das mulheres, relatada no início deste capítulo, todo esse sentimento de coletividade e solidariedade me pareceu estampado no rosto de cada uma delas. Algumas cantavam com muita força, de olhos fechados e a cabeça voltada para o alto, como um grande grito que jogava ao mundo a dor de terem visto as casas queimando, mas também o orgulho de terem permanecido ali.

A destruição de parte da ocupação e a decisão pela não desocupação e sim reconstrução após o desastre motivou o movimento e o coletivo de moradores a procurarem um grupo de arquitetas e urbanistas, que já tinham experiências anteriores em processos de projeto junto a movimentos sociais, para a composição de um projeto que previsse a reconstrução “organizada” do bairro, de modo a se evitar futuros incêndios devido à aglomeração desordenada das casas. O projeto urbanístico^{lxiv} de caráter de urgência definiu, a partir de decisões coletivas, que o novo bairro se consolidaria a partir de lotes unifamiliares e se realizaria a partir de mutirões, com a participação do movimento social e do coletivo dos moradores na delimitação das áreas comuns, vias e áreas privadas. Este projeto foi realizado por um grupo de arquitetas e pelos moradores, desde a concepção do projeto até a sua implementação. As obras de melhorias ficaram à cargo dos moradores da ocupação, que arcaram também com os custos dos materiais e da remuneração das arquitetas. A cena 5 desta dissertação apresentará os desenrolares deste momento que marca a história da ocupação.

A cara da Promessa

Das famílias que compõem a ocupação, 371 delas que se cadastraram nas fichas organizadas pela Associação de Moradores, 44,7% são formadas por casais, enquanto 55,3% se configuram como pais ou mães solo, sendo mães a sua maioria. A maioria dos moradores autodefine como parda, sendo 54% dos moradores (onde desses 138 são mulheres e 151 homens); 11,5% se definem

como preta (32 mulheres e 30 homens); 28,3% como branca (78 mulheres e 74 homens) e 6,2% não respondeu à pergunta (19 mulheres e 15 homens). Somando pretas e pardas, as pessoas negras correspondem a 65,5% do total.

Os locais de origem são diversos, embora 68% dos moradores sejam oriundos da região nordeste do país, tendo Piauí, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Paraíba como principais estados emigração. A segunda região de onde mais se originaram os moradores da ocupação é a região sudeste, representando 25% do total, principalmente dos municípios de São Paulo e Osasco. Vale ressaltar que os nascidos no estado de São Paulo são em geral mais jovens que as de outras localidades, indicando a probabilidade de serem filhos de migrantes que vieram para São Paulo em décadas anteriores.

Muitas das pessoas não têm emprego fixo e sobrevivem com bicos, empregos informais e a minoria com benefícios sociais como Bolsa Família, aposentadoria e auxílio-doença. De acordo com as fichas, 52% das 537 pessoas têm emprego, das quais 47,3% trabalham com CLT. Assim, entre essas que recebem salário fixo, a média de renda mensal por pessoa é de R\$1206. Alguns dos moradores passaram por outras ocupações antes de chegarem à Promessa, dentre elas uma parte significativa na capital paulista.

Os gráficos abaixo são resultados de um trabalho financiado, em 2020, pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP), intitulado “Mitigação dos conflitos fundiários ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Promessa – Osasco”, como Termo de Fomento, para o desenvolvimento e a execução de projetos de “APOIO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITACÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS), e traça o perfil social dos moradores do setor C da Ocupação Promessa. De acordo com o levantamento, 26% das famílias cadastradas pela associação de moradores possuem renda familiar mensal entre R\$1100 e R\$1650, seguido de 19% que recebem mensalmente entre R\$500 e R\$1100. Somente 1% desses moradores possuem renda maior que R\$3300 mensais.

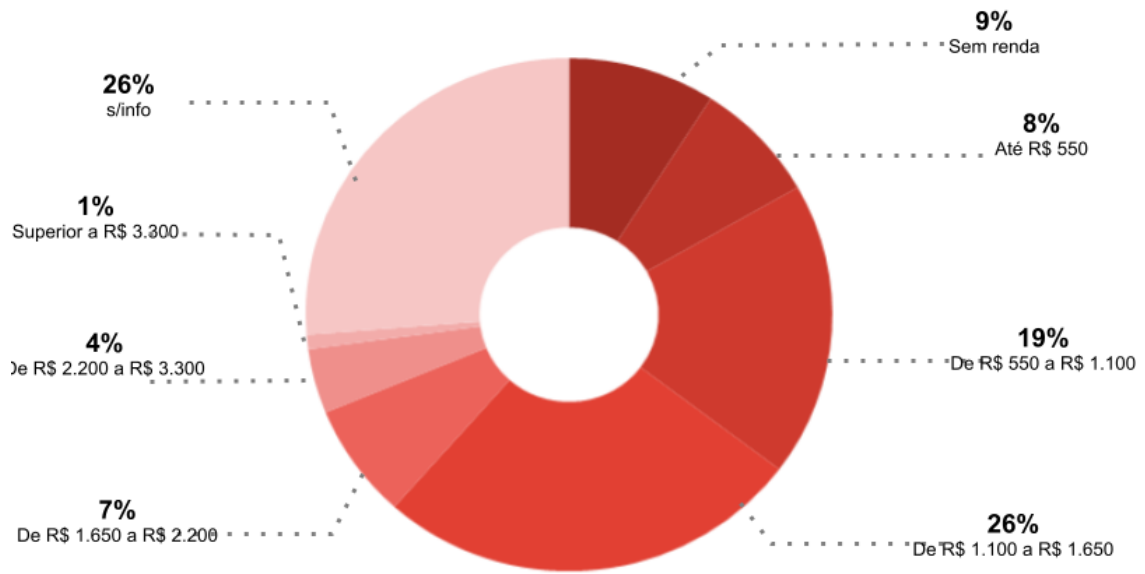


Figura 50 Renda familiar mensal

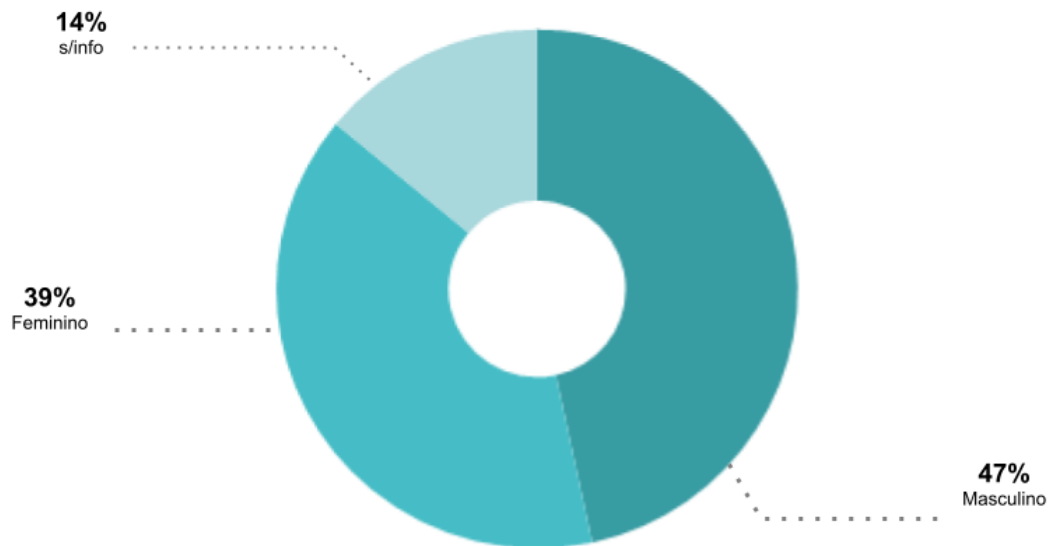


Figura 51 Sexo responsável

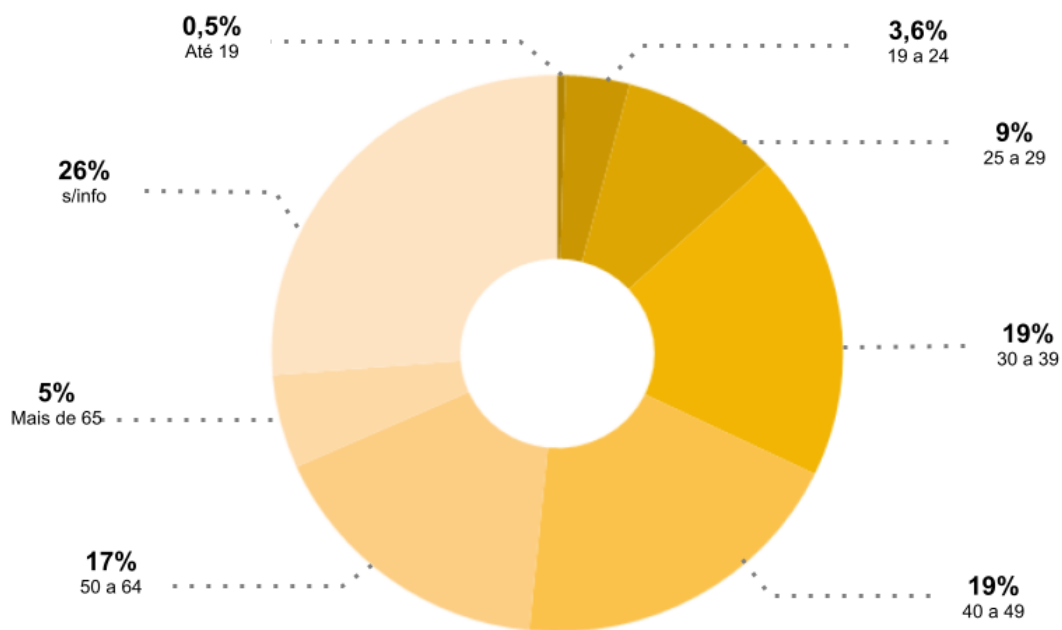


Figura 52 Idade do responsável

O estudo revelou também que a maior parte responsável por essa renda são homens de faixa etária entre 30 e 49 anos. Em segundo lugar estão as pessoas entre 50 e 64 anos o que demonstra a existência de uma parcela importante dos moradores da ocupação próxima de se tornar idosa, mas que ainda é responsável pela manutenção financeira dos lares.

Os trabalhos mais comuns entre os homens são, nessa ordem, de ajudante geral, pedreiro, “autônomo”, motorista, operador (de máquina, guincho, caixa, rebobinadeira), segurança/vigilante, carregador e cozinheiro. Entre as mulheres, de auxiliar de limpeza, cozinheira/ajudante de cozinha, empregada doméstica/diarista, ajudante geral, auxiliar de produção, “do lar”, “autônoma”, manicure e vendedora.

O estudo demonstrou também que 59% dos moradores da Ocupação Promessa ali residem há pelo menos 5 anos, sendo 34% desses habitantes desde 2014 ou 2013. Ou seja, muitos dos integrantes continuam, mesmo após 10 anos da consolidação da ocupação, na luta por aquele espaço na espera da regularização e da casa própria. O gráfico demonstra também que 4% dos moradores se estabeleceram nos últimos 6 meses, ou seja, chegaram entre o início e o decorrer da pandemia de covid-19.

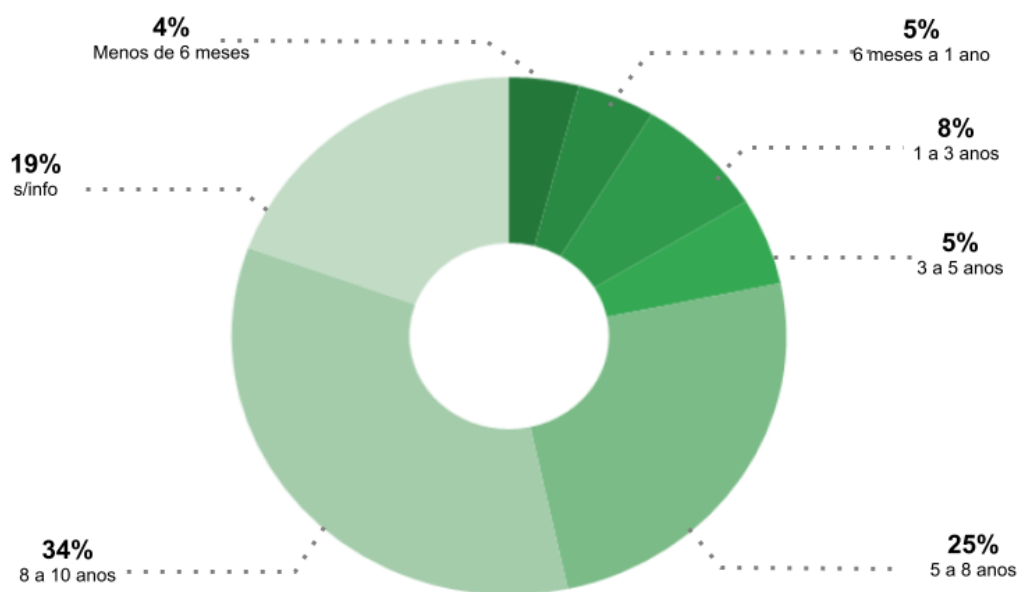


Figura 53 Tempo de moradia na ocupação

As idas e vindas do “juridiquês”

A história da ocupação é marcada por idas e vindas à prefeitura, atos no centro da cidade, fechamento de rodovias, manifestações no centro de São Paulo, entre outras formas de pressão ao poder público reivindicando o direito à moradia. A persistência atravessa a vida desses moradores, que há 10 anos se mantêm no local, mas são transpassados também pelo medo e a angústia da espera dos processos que não avançam ou que, se avançam, retornam ao ponto inicial.

Logo após a entrada no terreno, uma série de processos e negociações jurídicas se sucederam, marcadas por um “vai e vem” de reuniões, promessas e deliberações, que conseguiram manter as famílias na área pelos próximos 10 anos, mas que não mudaram significativamente a situação da área: o local ainda é de posse da empresa e o poder público não possui nenhuma estratégia habitacional de destino dessas famílias, nem mesmo para direcioná-las a outros locais.

Assim que os ocupantes chegaram à área, a empresa proprietária tomou medidas legais ao entrar com uma ação de Reintegração de Posse. A alegação da empresa era que ela manteve a posse direta do terreno desde sua aquisição, inclusive cumprindo com o pagamento regular dos tributos, e que a área estava sendo negociada para a instalação de um empreendimento comercial. A solicitação de liminar foi analisada e ficou condicionada à realização de uma audiência de justificação prévia agendada para o dia 18 de setembro.

Entretanto, nessa data, o Movimento informou sobre a existência de diálogo com o Ministério das Cidades para a possível aquisição do imóvel. O juiz concordou em suspender o processo por 30 dias devido a essa situação. Além disso, em setembro, a Câmara dos Vereadores aprovou uma moção de apoio às famílias da ocupação, comprometendo-se a participar de tratativas para buscar uma solução mais definitiva para a questão.

Na data de 11 de outubro, foi realizada uma reunião com a Caixa Econômica Federal para discutir maneiras de viabilizar o projeto habitacional. Passados 3 dias, a Comissão, junto ao Ministério das Cidades, elaborou etapas de planejamento de apresentação do projeto.

No mesmo período, em 1º de outubro, o Movimento enviou um ofício à Prefeitura de Osasco, solicitando posicionamento e manifestação a respeito das negociações para encontrar uma alternativa à remoção das famílias.

Em dezembro de 2013, a juíza decidiu suspender o processo por 60 dias para obter informações sobre a possibilidade de realizar um empreendimento habitacional. Além disso, ela oficializou a Prefeitura, solicitando que se pronunciasse sobre a viabilidade de decretar interesse social na área ou designá-la como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) para fins de regularização fundiária.

Contudo, devido à ausência de resposta dos órgãos públicos, em 12 de março de 2013, a juíza deferiu a liminar para a reintegração de posse. Diante dessa situação, o Movimento redobrou seus esforços, continuando as ações realizadas na área, incluindo o cadastramento socioeconômico das famílias, e insistindo com a Prefeitura para encontrar uma solução efetiva.

Após a suspensão da liminar, a Prefeitura de Osasco se manifestou, alegando que não se opunha ao cumprimento da reintegração de posse, o que levou à determinação da remoção no dia 5 de abril de 2014.

No dia 3 de abril as famílias da ocupação estiveram mobilizadas em frente à Prefeitura e no dia 15, em reunião com o Movimento, a Prefeitura assumiu compromisso de colaborar com a busca de solução habitacional, o que fundamentou a decisão da juíza de suspensão da reintegração e com a negativa de prosseguimento do Recurso Especial pelo STJ.

Em 12 de maio, a Prefeitura assinou Termo de Compromisso com o Movimento para que fossem executadas medidas para a viabilização de empreendimento, assumindo, inclusive, despesas com projeto.

Em razão da natureza do conflito, em 19 de maio de 2015, a juíza determinou a atuação do GAORP (Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse).

Em agosto de 2015, as famílias apresentaram uma proposta para adquirir diretamente a área, mas o proprietário a recusou, afirmando que a atuação do GAORP ocorreria em 20 de julho de 2016. Na audiência, não houve acordo, e a proprietária reiterou sua indisposição para vender o terreno, que foi avaliado em 12 milhões de reais.

Em 20 de fevereiro de 2016, foi fundada a Associação de Moradores da Ocupação Promessa, uma entidade civil sem fins lucrativos, registrada com CNPJ nº 26.956.291/0001-80, sediada na cidade de Osasco-SP, na Estrada da Alpina, s/n, Parque Industrial Anhanguera/bairro Santa Fé.

Em 1º de agosto de 2016, a juíza determinou a reintegração de posse, enviando um ofício para a Polícia Militar. Em seguida, em 6 de setembro de 2016, a Prefeitura emitiu o Decreto Municipal nº 11.351/2016, declarando o interesse social para fins de desapropriação do terreno. Poucos dias depois, em 14 de setembro, a ocupação foi atingida por um incêndio.

Esse decreto considerou o Processo Administrativo nº 020246/2016 e a possibilidade de pacificar disputas de posse e questões fundiárias presentes nos processos judiciais, possibilitando a aquisição de recursos provenientes do financiamento de um empreendimento imobiliário nos termos do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, do governo federal.

De acordo com o art. 2º do decreto, o imóvel localizado na Estrada Alpina, no loteamento Chácara Anhanguera, de propriedade da empresa KJ Kady Jaqueline Limitada ou suas sucessoras, totalizava uma área de 29.607,71m².

Em 12 de dezembro de 2018, foi promulgado o Decreto nº 11.903, o qual determinou que a área localizada na Estrada Alpina, no loteamento Chácara Anhanguera (Jardim Santa Fé), era de interesse social para fins de desapropriação. O conteúdo desse decreto era idêntico ao anterior, mantendo a intenção da Prefeitura Municipal de Osasco de declarar a área como de interesse social para desapropriação, com o objetivo de implantar um empreendimento imobiliário destinado à população de baixa renda que já habitava o local.

O Decreto foi renovado pelo nº 12.008, datado de 29 de março de 2019. Foram apresentados recursos, mas o STJ negou o prosseguimento do Recurso Especial.

Em 23 de maio de 2017, a Associação protocolou um pedido de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S). Posteriormente, em 30 de julho de 2020, a Prefeitura formalizou o

envio do projeto de lei complementar para alteração do zoneamento da área, que segue até o momento sem novas decisões.

Mulheres da Promessa

Dos espaços coletivos que se formaram nos primeiros meses da ocupação, a cozinha comunitária e os banheiros, conforme os barracos foram ganhando suas próprias cozinhas e instalações sanitárias, deixaram de existir. Porém, a rotina da cozinha deu início ao grupo Mulheres da Promessa, que persiste até hoje e se coloca como uma forma de fortalecimento das lutas dessas mulheres, através de uma auto-organização que, no início semanalmente e agora em encontros mais espaçados, promove espaços de discussão sobre machismo, racismo, identificação dos processos de violência contra a mulher, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sobrecargas domésticas, dentre outros temas. O grupo se configurou também como um espaço de acolhimento das situações de abuso e violência^{lxv}, traçando estratégias para lidar com as violências ocorridas dentro da ocupação.

Durante os primeiros dias da ocupação, em uma conversa sobre a composição dos grupos de vigília noturna, alguns homens opinaram que seria melhor não delegar essa função às mulheres, pois “qualquer barulhinho que elas ouvirem no meio do mato já vão sair correndo de medo”. No entanto, uma integrante do Insurgência do Povo e moradora da ocupação que estava presente na conversa perguntou a ele se seu peito era de aço. Obtendo resposta negativa, disse que o dela também não era, e que a bala que a atravessaria, faria o mesmo com ele. “Você não me conhece para querer dizer o que é que me faz sair correndo”, concluiu ela pedindo para ser incluída na lista de integrantes da vigília. Outras mulheres seguiram seu caminho, e a organização da ocupação passou a dar destaque para muitas moradoras, o que gerou incômodo e descontentamento de alguns maridos e outros moradores. Junto a isso, relatos de violência doméstica começaram a aparecer nas conversas cotidianas, trazendo a necessidade de organizar as moradoras no combate dessas e de outras formas de violência que estavam submetidas.

Foi então que, na cozinha coletiva, Marcela e Gabi reuniram aquelas que ali preparavam o almoço e outras que chegavam no local, para lerem um poema sobre maternidade e iniciar uma discussão sobre machismo. Muitas delas sentiram vontade de falar sobre suas realidades, levantando sobretudo o fato de o espaço da cozinha e da limpeza dos banheiros não contarem com a presença masculina. Uma das moradoras sugeriu a criação de um grupo de discussão sobre o tema, dando início ao grupo Mulheres da Promessa, que por três anos se reuniu semanalmente e, a partir de 2016, teve suas reuniões mais espaçadas.

Assim como ocorre em grande parte das ocupações de terra, a maioria dos moradores na Ocupação Promessa é composta por mulheres. Essa configuração é uma manifestação da estrutura patriarcal que permeia nossa sociedade, na qual as mulheres são frequentemente designadas ao papel de provedoras da reprodução da vida, responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com a família (MAESTRO, 2016). Além disso, outro fator relevante para explicar a presença constante e significativa das mulheres nos movimentos de luta por moradia é a situação social que resulta em menor acesso à educação e qualificação profissional para elas, o que dificulta o ingresso no mercado de trabalho. Assim, muitas mulheres acabam encontrando na ocupação de terras uma alternativa para residir. Mesmo quando conseguem trabalhar fora de suas casas, enfrentam a dupla jornada de trabalho, mantendo o espaço doméstico e suas formas de moradia como elementos constantes em suas rotinas.

Fato é que as mulheres são inegáveis sustentáculos das ocupações. Seja na manutenção do seu dia-a-dia, quando moradoras e moradores saem para trabalhar, seja na disposição de enfrentamento no processo de luta por uma política habitacional à frente das passeatas e na mobilização da comunidade, as mulheres organizam as ocupações, são ativas nos seus mutirões, cozinhas coletivas, atividades e cuidado com as crianças (não apenas suas, mas também das que trabalham e precisam da solidariedade das demais – fato que tem um notável papel político na ausência de políticas públicas que garantam creche), e dinâmicas de autoconstrução e manutenção cotidiana. (MAESTRO, 2016)

Segundo Moraes (2018), as histórias dos moradores de ocupações são caracterizadas por uma constante presença de crises. No caso das mulheres, porém, há uma condição permanente que as conecta ao trabalho de reprodução social, englobando não apenas os cuidados e a reprodução da mão de obra masculina para o mercado de trabalho assalariado, mas também o trabalho doméstico remunerado em outras residências e a tarefa cotidiana de estabelecer e reconstituir relações e comunidades (MORAES, 2018).

Se por um lado o Mulheres da Promessa se define como um grupo responsável por pautar a dimensão feminista como chave fundamental na luta por conquista da moradia, a palavra feminismo, bem como as reflexões teóricas sobre o tema, não aparece diretamente nas reuniões ou no cotidiano das moradoras e integrantes do coletivo. O que pude observar ao longo da pesquisa, foi que as suas protagonistas se entendem como mulheres e se entendem iguais enquanto mulheres, o que significa que compreendem as marcas sociais, econômicas e raciais entre umas e as outras, e que se veem entrelaçadas umas às outras em razão das inúmeras opressões diárias que compartilham pelo simples fato de serem mulheres, e somente por isso.

A existência do Mulheres da Promessa foi um dos motivos que me levou à esta ocupação como objeto de estudos, tendo como motivação as formas de constituição dos sujeitos políticos, sendo o feminismo, neste local, uma delas. Gostaria de observar como, através das pautas feministas, seria possível – ou não – formar^{lxvi} mulheres conscientes da sua condição e impulsioná-las à luta por seus direitos. No entanto, o campo me mostrou que o feminismo teórico, não é suficiente para justificar o envolvimento dessas mulheres na luta, mas sim suas repercussões práticas, terrenas, que as atravessam em todos os momentos da vida. Estar em campo foi o que me ajudou a pensar sobre as marcas que me distanciam e me aproximam dessas mulheres, e como e por que alguns laços foram travados comigo. Nossos contatos sempre foram marcados por muito carinho e acolhimento, mas, por vezes, nas conversas, as diferenças se estabeleciam através de alguns comentários que faziam umas com as outras conforme iam me conhecendo. Morena não se conformava com a idade que tenho em relação à que aparento ter, e sempre comentava com as amigas: “parece muito mais nova, porque não têm as marcas da preocupação no rosto”. Outras delas me perguntavam seu eu era da universidade, “porque parece com Gabi, que também estuda”, ou mesmo se comecei a frequentar a ocupação por ser amiga dela, ou então as diferenciações da cor da pele, em frases como “fulana é bonitinha, branquinha como você”, relato que também aparece nos escritos de Gabi.

O que pude observar na reunião do grupo de mulheres relatada no início deste capítulo e em outras que tive a oportunidade de participar foi que o grupo é um espaço de formação na medida em que as atividades propostas para a discussão tentam evidenciar de forma lúdica as situações de machismo e violência do dia a dia, sem necessariamente trazer uma discussão teórica a bibliográfica para a pauta. No entanto, mais do que um espaço de formação feminista, o grupo me pareceu um lugar de criação e consolidação de laços e relações de confiança, mas sem deixar de lado as marcas de diferenciação entre essas mulheres, apontando que compartilharmos a condição de mulher e sofrermos com o machismo não nos faz compartilhar de outros aspectos que nos posicionam nessa sociedade.

Nesse sentido, entenderem-se como mulheres e reconhecerem que as opressões vividas não são individualizadas e sim coletivas, não é o único fator capaz de construir relações e laços de confiança e solidariedade entre essas mulheres. Uma das marcas responsáveis pela formação desses laços, que não necessariamente se estabelecem por serem laços de intimidade, mas laços de cooperação, é a ideia de luta; a ideia de “mulher de luta”, que aparece repetidas vezes na música de dona Zezé. Conforme mencionado por Moncau, existe uma ideia singular de "luta" que se entrelaça com concepções de fé e se manifesta nas narrativas de várias moradoras da Promessa. Dessa forma, a luta surge nas palavras dessas mulheres como uma dimensão ativa em

suas vidas, conferindo um propósito significativo à sua existência. Ela parece ser o elemento organizador do sentido de suas vidas, dando-lhes um propósito vital.

“Ah, a luta pra mim é tudo. Se eu não tiver na luta... é assim, eu tenho sempre que participar de alguma coisa. Capoeira, reunião das mulheres, ir pra av. Paulista, fechar avenida, puxar o povo pra ir junto, lutar pelos nossos direitos, fazer mutirão, ocupar – isso pra mim é luta: nunca desistir. Ter sempre uma esperança. Pra mim luta é vida. Enquanto eu estiver respirando, estou na luta. Que a luta é uma coisa que te fortalece, você cresce. Algumas mulheres às vezes não lutam porque ficam com medo, recuadas, e você não pode ter medo. Você tem que ir pra cima. A luta é uma coisa maravilhosa, é uma coisa que assim, eu não sei te explicar... a luta é uma coisa que nasce. Assim, da raiz, do chão. Uma coisa que brota. Quando eu tô na manifestação ali segurando uma bandeira, eu me sinto outra mulher, me sinto realizada, passa um filme assim na minha mente, vejo tantas mulheres do nordeste sofredoras e eu tô ali por elas, por nós. É isso a luta pra mim” (Entrevista Nenê, 11/10/2019)^{lxvii}

De forma atrelada à ideia de luta, essas mulheres mobilizam a noção de guerreiras, como se lutassem uma guerra^{lxviii}, ativando muito do universo masculino para reafirmar e reconhecerem a força que carregam, não só por serem responsáveis pela reprodução da vida, mas também pelo funcionamento da ocupação e pela sua continuidade. Para essas mulheres, a luta não se inicia ou termina nelas, mas é algo que “se entra”, que vem de outros tempos, como um curso nos envolve, nos dá forma e que se forma a partir da nossa entrada e participação nele.

A antropóloga Alana Moraes analisa as experiências das mulheres que vivem em ocupações do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) nas periferias de São Paulo, identificando nelas uma "ecologia política" complexa que envolve diversos elementos, como fé, sofrimento e desgaste das relações conjugais. Essas vivências também incluem a construção de relações que promovem uma vida coletiva, cura e exaustão, mas também um forte senso de "luta", que talvez seja uma síntese desses vários elementos (MORAES, 2018a, p. 74).

Mais do que simplesmente tecnologias políticas, as ocupações são também, evidentemente, elaboradoras de suas próprias concepções êmicas^{lxix} sobre e vida. E a “luta”, conceito fluido e muito presente no cotidiano, é um deles. Como a capacidade de não desistir, de ultrapassar imposições que cruzam o caminho, a “luta” diz respeito às condições em que as vidas são produzidas, inventadas, criadas.

Se são possíveis de se identificarem como iguais na medida em que se veem oprimidas pelas mesmas condições de violência e opressão colocadas pelas estruturas patriarcais, a participação na luta é um outro fator de constituição dos laços entre as moradoras. Por vezes foi possível ouvir muitas delas falarem uma das outras como “a fulana é mulher de luta, a gente pode contar

sempre com ela” ou “conheço a fulana de outras lutas”, revelando que, seja naquele local ou em outras ocupações que participaram, a luta aparece como uma teia capaz de conectar essas mulheres e os espaços pelos quais foram percorridos na reivindicação dos seus direitos. Como moradoras ou não, criando laços afetivos ou não, existe uma identificação de uma com a outra como companheira de luta, o que não necessariamente pressupõe uma proximidade afetiva, de amizade entre essas mulheres, mas que de alguma forma se sentem conectadas.

O Mulheres da Promessa, no entanto, não é o único grupo onde essas relações se desenvolvem, e nem todas as moradoras se sentem representadas por ele, mas não significa que não se conectem de outras formas umas com as outras. Dona Amélia é um exemplo bastante significativo de que nem sempre as violências quotidianas estão evidentes ou presentes nas reivindicações de todas as mulheres, mas isso não impede de que a participação na luta se efetive.

Dona Amélia mora na Avenida Brasil, rua principal da ocupação, três casas para cima da casa de Morena. Acabara de reformar sua casa e fazer uma espécie de varanda no seu barraco e foi ali que a conheci, no dia em que gravaríamos o clipe da música de dona Zezé. Ela estava ali apoiada na cerca e observava a movimentação da rua. Encostei por ali e a conversa começou, porque comentara comigo que prefere ir de ônibus ao trabalho que de metrô, pois para chegar à Barra Funda, onde trabalha em um apartamento como empregada doméstica, anda cerca de 15 minutos para pegar o ônibus, que a deixa em frente ao prédio em que trabalha. Se optasse pelo metrô, andaria menos até o ponto que a levaria até o centro de Osasco e, conseqüentemente, ao metrô, mas demoraria mais para chegar ao destino e, portanto, deveria sair mais cedo de casa.

Dona Amélia tem 70 anos, mora com o segundo marido, Miguel, e é mãe de 6 filhos, todos do primeiro marido. Os filhos não moram na Ocupação Promessa, mas a visitam com bastante frequência, com netos da moradora.

Trabalha há 11 anos em um apartamento na Barra Funda, próximo ao Jardim das Perdizes, para um casal que tem um filho autista e 9 anos de idade. Dona Amélia foi contratada quando estava desempregada e fora chamada para fazer a limpeza deste apartamento ao final das obras de reforma após a entrega da construtora, por indicação da arquiteta de seus empregadores. O patrão gostou muito do seu trabalho e a contratou para trabalhar na casa, como CLT.

Confessou que o garoto é apaixonado por ela, reforçando, com bastante orgulho, que a chama de Mary, apelido fruto da alfabetização bilingue que os pais escolheram. Conta que o menino fica quase o dia todo na escola, e se encontram apenas durante o café da manhã e próximo do jantar. Nesses momentos, porém, o garoto fica “aos seus pés”, levando os brinquedos para perto da

funcionária e se comunicando com ela o tempo todo. Na hora de dar tchau, chora e pede que ela volte o quanto antes para que eles possam ficar juntos.

Dona Amélia gostaria de se aposentar, mas seu o patrão pede a ela que repense, sempre que levanta essa questão, pois gosta muito do seu trabalho e o garoto tem grande afeição por ela. Assim, sempre que aborda esse assunto, pondera, pois pensa no menino, no dinheiro e que os padrões são muito bons para ela, dando, por várias vezes durante a nossa conversa, o exemplo de terem mantido o pagamento durante a pandemia e pedido que ela ficasse em segurança em casa, mesmo sem trabalhar.

Depois de me contar sobre seu trabalho, me chamou para conhecer sua casa e tomar outro café. Piso de cimento e divisórias de madeira, Dona Amélia está, aos poucos, construindo em alvenaria. Cozinha, sala de jantar e sala de TV são espaços integrados, o que dá uma sensação de amplitude à casa. Confesso que das casas que entrei, a organização espacial desta é a mais interessante e que melhor parece aproveitar o espaço do terreno. A planta, para falar na linguagem da arquitetura, é bastante racional, separando espaços de convívio e área privativa. O projeto da casa é de sua autoria, segundo ela. De uma limpeza impecável, a funcionária doméstica tem fotos dos filhos e netos espalhados pela casa toda, e se orgulha por ter construído o barraco e por conseguir construir em alvenaria as paredes internas com o dinheiro fruto do seu trabalho sem precisar pedir nada a ninguém, como reforçou inúmeras vezes.

Perguntei como viera parar na Ocupação Promessa e ela me disse que a luta a levava até ali. Ex-moradora de Carapicuíba, vivia na casa do pai que, após seu falecimento, os irmãos decidiram vender, restando a ela a “vida de aluguel” no mesmo bairro. Depois disso, passou a ajudar os moradores de uma ocupação que se estabeleceu no bairro perto de sua casa, compondo as equipes de vigília dos primeiros dias e, após a construção da cozinha comunitária, passou a cozinhar para os moradores. Foi ali que conheceu Helena, e “a mulher ensinou o que é luta”. Ficaram amigas nesta mesma ocupação, e relembra:

- Ali era luta mesmo. Se a Helena tivesse aqui, isso aqui já tinha saído, mas tiraram ela né?!

- O que aconteceu? – indaguei

- Gente mal-intencionada, que não gostava dela e armaram pra ela ir embora daqui – respondeu.

Perguntei se são pessoas que ainda continuam na Promessa e ela disse que sim, mas não quis prolongar o assunto e por isso emendou em outro perguntando o que aconteceria no barracão. Expliquei que gravaríamos a música de dona Zezé, e Amélia me confessou que não gosta da vizinha, pois é uma pessoa que se diz religiosa, mas joga praga em quem discorda dela. “Esse

grupo de mulheres uma besteira”, completou. Indaguei, então, se ela não participava e a moradora rebateu:

- Já falei pra Marcela que eu não vou... eu não sou mulher, sou homem.

Depois desse diálogo, retornou a contar sobre como veio morar na Promessa. Depois de alguns anos morando de aluguel, viu suas economias reduzirem e não conseguir manter a casa com filhos e netos (pagava 600,00 de aluguel em 2013) e ficou sabendo de uma ocupação que se iniciaria em Osasco. Foi então que na noite da tomada do terreno, Dona Amélia se viu, pela sua surpresa, novamente ao lado de Helena, agora lutando pela sua casa e não somente em apoio à luta de outros companheiros e companheiras.

Dona Amélia não soube muito bem me explicar por que “não é mulher”, só dizia que não concordava com o grupo, mas tinha um carinho e empatia por todas as participantes e as entendia como companheiras de luta. Dona Amélia tem uma voz rouca e bastante forte, acredito que pelos inúmeros cigarros que fuma ao longo do dia. Muito observadora e brincalhona, tem sempre um cabo de vassoura na varanda de casa, e ameaça os homens que passam por ali recomendando que “andem na linha, se não já sabem...”, apontado para o cabo de madeira. Essas passagens com os homens da ocupação, e mesmo com Eduardo, que quando fora comigo visitá-la recebeu o recado que cuidasse de mim “se não, já sabe...”, me fazem pensar que Dona Amélia se reconhece como mulher, e reconhece as violências vividas como parte da condição de ser mulher, mas reforça muito mais a força dos laços travados na luta e no guerrear, que nos momentos de identificação das muitas violências quotidianas.

Retorno ao relato para tentar concluir essa ideia: Morena cuida das crianças de Lu quando esta vai à prisão visitar o marido. Lu não faz parte do coletivo das mulheres e não é moradora da Ocupação Promessa – mora na ocupação dos Queixadas -, mas participa das atividades, faz bolo para as comemorações de aniversário do início da luta e frequenta bastante a Promessa. No entanto, sobretudo por conta da prisão do marido, a mãe das três crianças é acolhida e acolhe nessa rede de apoio que se estende para além da formação feminista.

Conforme fui conhecendo as moradoras e fazendo parte das reuniões do Mulheres da Promessa, fui incluída no grupo de Whatsapp das moradoras da ocupação. Este grupo é composto por todas as mulheres ocupação que se interessarem em integrá-lo, não sendo obrigatória a participação nas reuniões do Mulheres da Promessa, do Insurgência do Povo ou da associação de moradores. Nele, são travadas essas relações de solidariedade entre uma e outra, para além daquelas que acontecem pessoalmente. Pouco se vê postagens sobre feminismo ou sobre as violências e opressões, mas muitas são as postagens de vagas de emprego, doações de roupas, móveis,

compra e venda de alimentos, pedidos de ajuda para remédios, médicos, caronas, dentre outras urgências da vida cotidiana que criam e reforçam tais apoios entre as moradoras.

Como registro, deixo aqui algumas das postagens que têm aparecido neste grupo sobre os empregos divulgados por Ivone. Ivone é moradora da ocupação desde o início e é ela quem posta, numa frequência de a cada dois dias, anúncios de vagas de emprego disponíveis pela região

Exemplo de postagem (dia 04/07):

A moradora enviou um áudio dizendo que a partir das 19:00 estaria no barracão para recolhimento das informações de homens, mulheres e adolescentes (para vagas de jovem aprendiz) para as seguintes vagas (essas em formato de texto):

Assaí Anhanguera

Processo seletivo – Quarta-feira no CIC

As 09h e as 14h

50 - Mulher : Operador de caixa - Médio completo

50 - Homens: Repositor - Médio incompleto.

Ambos não é obrigatória a experiência.

Acima de 18 anos

Precisa de disponibilidade de horário de 14h às 22:20h.

Necessário interesse em fazer carreira na empresa, ter energia e vontade de aprendizagem.

A quantidade que tivermos

Homens ou Mulheres Aux de Açougue e Açougueiro

Acima de 18 anos

Com Ensino Fundamental completo

Com experiência

A quantidade que tivermos

Atendente para venda de cartão, com disponibilidade de horário

Com Ensino Médio

Acima de 18 anos

Não precisa de experiência

Ter vontade de fazer carreira no Assa

LOGSTOK - TERCEIRIZADA PARA O PÃO DE AÇUCAR

AUX DE CARGA E DESCARGA HOMENS

REQUISITOS:

- Todos os documentos - RG, CPF, Título, Histórico escolar, Reservista, Carteira de trabalho pode ser digital

- Sem experiência

- Idade: 18 anos a 46 anos

- Ter Tomado As Duas Doses Da Vacina

- Escolaridade: Ensino fundamental (concluído)

- Centro de distribuição Logística

- Horário de trabalho: Escala 6x1 (precisa ter disponibilidade de horário)

Função: Recarregar e Descarregar mercadoria

Salário: R\$ 1372.95

Benefícios: VT + CB, refeição no local,

Hora Extra

rsterceirizacao.com.br
rsterceirizacao.com.br

TEMOS VAGAS

AUXILIAR DE LIMPEZA (MASC) SERVIÇOS BRAÇAIS

- Regime de contratação: CLT (Temporário ou efetivo);
- Salário: R\$ 1.384,64;
- Vale-Refeição; Vale-Transporte e Vale-Alimentação;
- Escala: 6X1;
- Local de trabalho: **TODAS AS REGIÕES DE SÃO PAULO.**

Requisitos:
Ensino Fundamental
Experiência na função

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASC) SERVIÇOS BRAÇAIS

- Regime de contratação: CLT (Temporário ou efetivo);
- Salário: R\$ 1.402,84;
- Vale-Refeição; Vale-Transporte e Vale-Alimentação;
- Escala: 6X1;
- Local de trabalho: **TODAS AS REGIÕES DE SÃO PAULO.**

Requisitos:
Ensino Fundamental
Experiência na função

Interessados, comparecer à Rua Catão, 941- Vila Romana.
Atendimento das 7h às 12h.
Levar RG/CPF e App da Carteira de Trabalho Digital instalado no celular.

Interessados, comparecer à Rua Catão, 941- Vila Romana.
Atendimento das 7h às 12h.
Levar RG/CPF e App da Carteira de Trabalho Digital instalado no celular.

rsterceirizacao.com.br
rsterceirizacao.com.br

TEMOS 20 VAGAS

PORTEIRO

- Regime de contratação: CLT (temporário ou efetivo);
- Salário: R\$ R\$ 1.607,97;
- Vale-Transporte, Vale-Refeição e Vale-Alimentação;
- Escala: 4X2;
- Local de trabalho: **IPIRANGA - ZONA SUL.**

Requisitos:
Ensino Fundamental Completo
Cursos em portaria

VAGAS DE EMPREGO

- Garçom
R\$ 1.510,00
- Auxiliar de cozinha
R\$ 1.510,00
- Sushiman
R\$ 1.800,00
- Churrasqueiro
R\$ 2.000,00
- Atendente/ Balconista com experiência em sorvete expresso/ milkshake
R\$ 1.510,00

Todos os candidatos precisam ter ensino médio completo e experiência na função

Processo seletivo com a empresa no PAT de Carapicuíba no dia 26/7, às 9h30

CIDADE DE CARAPICUÍBA

PAT Carapicuíba (Dentro do Ganha Tempo)
Plaza Shopping Carapicuíba
Estr. Ernestina Vieira, 149 - Vila Dirce

Interessados, comparecer à Rua Catão, 941- Vila Romana.
Atendimento das 07h00 às 12h00.
Levar RG/CPF, PIS e App da Carteira de Trabalho Digital instalado no celular.

A constituição dessa intensa e extensa rede de apoio entre essas mulheres e suas famílias se desenvolve também em razão da vida perpassada por uma série de ambiguidades e transitoriedade permanente^{bx}, onde os laços de apoio entre uma e outra, ainda que em um terreno bastante movediço e incerto, conferem algumas situações de certeza. O medo permanente da remoção se consolida a partir da construção de um aparato jurídico-legal em que os moradores são percebidos como transgressores da lei e da ordem, quando, na verdade, ocupam um espaço complexo entrelaçado por diferentes níveis de legalidade, permeado por inúmeras tensões. Estes espaços compartilham a característica de serem zonas onde os limites entre legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do estado se tornam indistintos. Essas ambiguidades representam os mesmos mecanismos que perpetuam uma condição de constante transitoriedade, criando um vasto território de reserva suscetível a ser apropriado "no momento oportuno". Para essa população, a remoção representa apenas uma transição entre uma habitação precária e outra. Para essa

população, remoção é apenas o que fica entre uma moradia precária e outra, restando aos laços entre uma e outra um último fio de certeza em meio à zona de espera da indistinção.

Me perguntei por muito tempo se a pretensão de ter um grupo feminista forte dentro da ocupação atingia as bases do movimento ou somente suas lideranças. Ao longo dessa pesquisa pude entender que o grupo feminista carrega um papel importantíssimo de elucidação das violências que recaem sobre essas mulheres, mas que por si só não é capaz de criar as relações de confiança e solidariedade uma com a outra. Elas se reconhecem como próximas, sem dúvidas, identificando na outra as opressões que as atravessam, mas sobretudo pela luta que travam diariamente pela moradia e pela manutenção da vida diante de todas as adversidades que impõem a vida em uma ocupação. Por fim, tendo em vista a existência e força do grupo feminista nesse território, e observando mais de perto as raízes constitutivas do movimento social que se insere nesse pedaço de cidade, indago se este não estaria redirecionando se imaginário emancipatório da força trabalhadora, como fora desde os anos de sua criação, para as mulheres pobres da periferia, enxergando nesse grupo aquele capaz de mobilizar as transformações rumo às conquistas sociais.

Cena 4. Uma boa notícia

‘(...) Nós estamos lutando por isso e nós vamos seguir lutando até chegar lá. E quando chegar lá nós vamos querer mais... nós vamos querer ter creche aqui do lado, nós vamos querer ter mais escola, nós vamos querer ter um posto de saúde e um hospital que preste, porque tudo que a gente precisa para viver é na luta, na marra, e a Ocupação Promessa é uma lição para outras quebradas, mostrando que é possível a gente juntos construir um bairro e arrancar a conquista.

Bom, feita essa lembrança aí da nossa caminhada, a gente está há 2 anos tentando ir atrás do prefeito, porque vocês lembram que depois do incêndio, em 2016, na época era o prefeito anterior, fez um decreto sobre a nossa área, esse decreto venceu sem ele fazer nada além de fazer um pedaço de papel, foi feito um outro decreto, esse decreto venceu, a juíza mandou a prefeitura se manifestar – como que vai tá o andamento da regularização? – cobrando um andamento das coisas, porque nós apresentamos um projeto de regularização na prefeitura, contratou arquiteto, fizemos mapa que todo mundo ajudou a desenhar. Nós sempre corremos atrás daquilo que a gente sempre quis desde o dia que entramos aqui que é a garantia da moradia. Só que a prefeitura sempre fez corpo mole ou fez muito pouco para o que a gente quer.

Bom, depois desses dois anos tentando ir atrás do prefeito, ano passado vocês se lembram em agosto nós fomos até a câmara dos vereadores numa grande manifestação cobrar o presidente da câmara, de lá nós fomos em marcha até a prefeitura, entramos lá, paramos o secretário de habitação, que falou que ia ver, que ia isso, que ia marcar reunião com o prefeito, e nada!

Bom, há 2 semanas atrás a gente conseguiu juntar um grupo de moradores e ir atrás do prefeito na inauguração de uma creche que ele ia fazer. Se não quer receber a gente, nós vamos atrás dele como a gente sempre fez. Pegamos o prefeito no pulo lá na creche e conseguimos arrancar a reunião que a gente está há tanto tempo pedindo para conversar sobre se vai ou não vai regularizar porque nós queremos que regularize o nosso bairro.

Bom, semana passada então a gente fez a reunião com o prefeito... Fizemos uma reunião terça-feira passada onde estavam presentes o prefeito, o secretário de habitação, o presidente da câmara e a comissão de moradores que tem participado das reuniões de negociação. O que que foi passado para a gente nessa reunião? Todo mundo presta bem atenção.

O prefeito nos disse que o dono do terreno se dispôs a negociar para entregar o seu terreno para que possa ser feita a nossa regularização. Vamos por partes.

Qual que é a proposta da prefeitura depois desses 9 anos de batalha para a nossa comunidade? Vocês lembram que há alguns anos atrás a prefeitura falou que ia adquirir o terreno e depois as famílias iam se dividir para fazer o pagamento do terreno e a prefeitura urbanizar, entrar com as obras? Quem está aqui desde 2017, 18, se lembra. Isso aí deu pra trás, né, o dono do terreno falou que ia negociar, deu pra trás, só que aí percebeu que Ocupação Promessa não vai ceder 1mm dessa terra pra ninguém porque daqui ninguém vai sair. Certo?! Então, ele foi percebendo que não ia ter muito jeito e ele ia ser obrigado a sentar e negociar com a gente certo?!

Então qual que é a proposta, gente, para todo mundo entender da regularização: a prefeitura vai adquirir o terreno, ou seja, pagar pelo terreno para o dono, e com isso resolve o nosso problema da justiça, porque nós temos uma ação de reintegração de posse que continua rolando na justiça. A prefeitura vai adquirir o terreno, e a caixa econômica federal vai sentar numa negociação entre os moradores, dono do terreno, prefeitura e a caixa para que os moradores possam repor o valor do seu lote ao longo dos anos através da caixa econômica. Então, a prefeitura compra e a gente, ao longo dos anos, através da caixa, vai ter que ir repondo esse dinheiro para a prefeitura.

Junto com isso, a prefeitura vai entrar com as obras para transformar a ocupação num bairro. O que que isso significa? Que a prefeitura vai entrar com toda a parte de urbanização, que é o esgoto, né, o saneamento, a energia e fazer todos os ajustes que forem necessários para regularizar o nosso bairro conforme a lei. Certo?! Então isso significa que uma parte da organização do espaço a gente foi fazendo por conta própria, com ajuda dos arquitetos, abrindo as ruas, marcando os lotes de 5 por 10, todo o processo que todo mundo sabe de lá de trás. Ainda tem partes que tem viela muito estreita, tem ainda coisa que vai ter que ser mexida lá na frente quando entrar o projeto.

Por que que eu estou falando isso? Porque quem tiver, por exemplo, construindo a casa... pensando em construir para tirar madeira e pôr o bloco numa rua de viela... espera um pouco para não ter que fazer de bloco e depois ter que mexer. Mas, a gente sabe que isso é uma etapa mais para a frente e que quando vier as obras vai ser mexido o mínimo possível para manter o máximo possível do que a gente já tem, mas vai ter algumas áreas que vai ter que alargar para poder passar um cano de esgoto, esse tipo de coisa.

Segunda coisa: ao transformar isso em um bairro, para a prefeitura poder justificar que vai investir um dinheiro grande para fazer essas obras de infraestrutura para transformar num bairro, a prefeitura também vai aproveitar para aquilo que sobrar de área trazer pessoas que também estão na demanda da moradia para ocupar esse bairro reorganizado, que vai se conectar com o restante dos bairros. Então, eles vão estudar linha de ônibus, para poder chegar até aqui, vão estudar se o posto de saúde dá conta do tamanho ou se vai ter que ser maior. Então, vão ser feitas várias transformações para aqui virar um bairro integrado com o resto da cidade. Então, com isso, a prefeitura pode justificar dela estar pondo dinheiro numa área particular.

Por que que eu estou dizendo isso? Porque, (...), no nosso caso, a prefeitura vai adquirir a terra, nós vamos ir pagando, repondo esse dinheiro ao longo dos anos através da caixa, e aí justifica a prefeitura entrar numa área que já vai ser pública para poder, inclusive, incorporar famílias que estejam nessa lista.

Então, é muito interessante né... porque a prefeitura não faz política de moradia, e a gente através da nossa ocupação não só vai garantir casa para nós que lutamos, mas também para aqueles que eles não resolvem o problema. Então, a Ocupação Promessa, além de tudo, vai estar sendo parte de acolher famílias que tão há anos na lista de espera, como tantos aqui estavam, até o momento que nós entramos aqui. Tudo isso, gente, ainda vai ser conversado, como que vai ser direitinho cada passo da obra, como vai ser esse acordo... tudo isso vai ser discutido. Porque nós não vamos entregar na mão da prefeitura e "faz o que vocês quiserem", porque esse território é organizado pelos moradores e moradoras da Promessa, então cada etapa desse projeto nós vamos estar lá discutindo, propondo qual que é a solução para cada problema que surgir, porque fomos nós que construímos e pensamos esse bairro.

Esse acordo, gente, de prefeitura adquirir o terreno, fazer o acordo com a caixa, para que as famílias possam ir repondo ao longo dos anos o valor, e a prefeitura entrar para fazer as obras de infraestrutura... esse acordo vai ser assinado na justiça. E isso é muito importante para a gente, porque a gente sabe quantas vezes a prefeitura fez um combinado com a gente, e não cumpriu e deu para trás. E a cada vez que eles fizeram isso, nós fomos lá na porta, nós fizemos protesto, nós tivemos que ir atrás, porque a gente não confia, a gente sabe como é que funciona. Para garantir os nossos interesses têm que ser nós mesmos junto. Então, esse acordo vai ser assinado na justiça perante a juíza que é aquela que está com a nossa ação de reintegração de posse, e isso é muito

importante pra gente porque cada passo fora que for dado pela prefeitura, cada coisa que eles botaram lá que vão fazer e não fizerem, além de ter nós mesmos pra ir lá cobrar, a gente vai ter a justiça, a juíza para fiscalizar e pra gente falar: olha, juíza, prefeitura falou que ia fazer isso e não fez. Então, isso para a gente é importante porque a gente vai ter que assinar um acordo que vai ter a justiça envolvida pra... vamos dizer assim... homologar que fala né... esse acordo que a gente vai ter que fazer.

Bom, mais duas coisas. A gente vai ter que passar para a prefeitura o nosso cadastro, certo?! O cadastro das famílias que moram na Ocupação Promessa. Para duas coisas a gente vai ter que passa né?! Primeiro para a gente poder passar para eles quem são as pessoas que moram aqui, que estão nessa luta, para a gente poder sentar e fazer o acordo na justiça com o nome de todas as famílias. Depois disso, vai ter que ter um segundo momento do cadastro que a própria prefeitura vem aqui, passando de casa em casa para conferir, tipo cara-crachá, conferir o cadastro e a casa. Porque, obviamente, não vão fazer o acordo no nome de alguém que tem cadastro, mas não tem casa... não mora aqui. Então, eles vão vir fazer a conferência de cada família que está no cadastro com a sua casa e vão já pegar uns documentos... RG, CPF, certidão de casamento..., mas isso é mais para a frente... quando a prefeitura vier.

(...)

A gente sabe que vai ter muito desafio pela frente. É uma vitória importante, mas vai dar trabalho, viu... vai dar trabalho para todos nós. Então, a gente vai ter que se comunicar muito, para ir discutindo juntos cada passo, porque qualquer coisa que andar de um jeito que a comunidade não gostar, não quiser, nós vamos ter que brigar para ser do jeito que a gente acha que tem que ser, como sempre foi.

(...)

Então, gente, a informação da assembleia de hoje é: finalmente, depois de 9 anos de muita luta e muita resistência, a prefeitura, junto com o dono do terreno, junto com a caixa econômica, topou, se comprometeram, e nos afirmaram que vamos fazer um acordo para regularizar a nossa comunidade.

Salva de palmas para a Ocupação Promessa”

Marcela, advogada da ocupação

Chegar à ocupação aos finais de semana oferece uma experiência bastante diferente daquela de quinta-feira antevéspera de Natal. No sábado, era possível ouvir música que saía das casas ou dos carros estacionados pelas vielas, bem como barulhos de obras, crianças brincando, carros anunciando produtos etc. O bairro apresentava vida.

Diferente do que se vê em dias uteis, aos sábados e domingos, os moradores têm tempo livre para construir suas casas, ou para receber pedreiros que aceitam, em seus tempos de descanso, “pegar um bico” nas casas em construção na ocupação. Um caso mais raro é o de familiares – moradores ou não da ocupação – que vêm nesses dias colaborar com a construção. Se observa na prática a discussão, já enunciada algumas páginas antes, de Chico de Oliveira a respeito do auto empreendimento da casa própria.

A ida neste dia se justificou por conta de 3 eventos que aconteceriam a partir das 14:00: reinauguração da biblioteca, reunião da associação de moradores e assembleia dos moradores. O primeiro evento decorre da reforma que o espaço sofreu em razão da estrutura do telhado que estava danificada, mas também reinaugurou as atividades culturais que o movimento que organiza a ocupação realiza ali, cessadas desde 2020 em razão da pandemia. A reunião e a assembleia foram marcadas em decorrência de uma reunião que acontecera dias antes, junto ao prefeito e ao secretário de habitação, que informou à associação de moradores a decisão de regularizar o terreno.

No período da manhã, ajudei na organização da atividade para as crianças. Era preciso colocar no lugar os livros da biblioteca após a reforma. Almocei com algumas moradoras e, no horário mais próximo da exibição do filme, ajudei a montar a atividade. Logo depois de iniciada, me sentei em frente ao local com alguns moradores para esperar a reunião da associação, que aconteceria daí 2 horas. Durante a conversa, se aproxima Robson (nome fictício), morador da ocupação e integrante da associação de moradores. Perguntaram a ele como estava sua mãe e respondeu que bem, apesar do ocorrido da semana. Contou, então, que um morador da ocupação havia discutido com ela, também moradora dali, e colocado o dedo no rosto da senhora. Dias depois, ficou sabendo que ele fora “virado na porrada” pelo pessoal de lá. Nesse momento, começaram a discutir sobre esse homem, dizendo que ele era “assim óh” - fazendo um gesto com os dedos para indicar que era muito próximo de alguém – “com os caras”, e confirmaram que ele fora apadrinhado e que vivia falando dos “parentes”.

O homem que havia brigado com a senhora é um morador bastante problemático - que “arruma confusão com todo mundo” - e tem dito abertamente que fora “acolhido” pelo crime, assumindo

a condição de “parente”. Por conta disso, tem atitudes bastante agressivas com os vizinhos e reforça, sempre que pode, o seu vínculo com a organização.

Conforme a conversa foi se desenrolando, Nenê, que chegara um pouco depois do começo do assunto, confessou já ter discutido com o mesmo rapaz, e que alguma providência deveria ser tomada o mais rápido possível. Robson, então, acrescentou uma nova informação:

- Ele arrumou confusão com morador, arrumou confusão lá na outra e agora vive falando que está junto dos caras lá de cima... já falaram que vão dar um jeito nele, mas como ele tem confusão com todo mundo, não dá pra ser de uma hora pra outra, mas os caras lá já sabem o que fazer.

Conforme a rua foi se tornando mais movimentada, o assunto perdeu força, dando espaço para um outro sobre os “moradores sem vergonha”, que se referem àqueles que ocuparam alguns terrenos na ocupação, venderam ou passaram a alugá-los para outros moradores. Segundo o grupo, algumas pessoas chegaram na ocupação desde o seu início, mas com o passar do tempo, entenderam que existe uma certa rentabilidade em vender ou alugar um terreno ali ocupado, passando a morar em outras ocupações e receber pelos terrenos daquela ali. Para o grupo, essas pessoas atrapalham a luta pela moradia. Os valores de venda de um barraco podem girar em torno de 15 mil reais e os aluguéis 150 reais.

A conversa foi interrompida para começar a reunião da associação de moradores, que decidiria como comunicar a todos a novidade da regularização. Marcela iniciou explicando o que fora decidido com a prefeitura naquela semana: a prefeitura e o dono do terreno decidiram encaminhar o processo de regularização daquela terra para as famílias e, juntamente com a Caixa Econômica Federal, dariam início aos financiamentos dos terrenos baseados nos dados cadastrais de cada família moradora. Porém, a advogada alertou certa apreensão em relação a esse processo pois, embora a prefeitura tenha se comprometido com a regularização, não deixou claro como o processo aconteceria. O que pareceu mais inapropriado, na visão dela, é que a prefeitura solicitou o cadastro dos moradores para “ter uma ideia de quantas são as famílias”, apesar de já possuírem essa informação. A desconfiança da advogada em mandar os cadastros que já foram feitos, decorre da apreensão de a prefeitura enviar à Caixa Econômica Federal os cadastros como estão e o banco iniciar o processo de verificação das situações das famílias, correndo o risco de excluir, já neste momento, aquelas que apresentam alguma irregularidade perante as regras.

Um outro aspecto nebuloso da situação é o fato de a prefeitura querer alocar as famílias da fila de espera que aguardam por uma casa nos lotes que estarão vagos com a exclusão das famílias irregulares. Segundo ela, a prefeitura tem intensão de povoar o local e transformar esta parte da

cidade em um bairro e direcionar o crescimento urbano no vetor norte, além de desafogar a fila de espera pela moradia.

Marcela frisou que o assunto da regularização pode ter aparecido naquele momento por uma questão eleitoral, pois existem muitos vereadores interessados em se beneficiar dos votos oriundos da luta por moradia. Nas palavras dela, a ocupação dali do lado não é “organização nossa... já deixaram claro que não querem a gente lá, mas vai acabar regularizando porque a gente sabe que ali o negócio é bem mais complicado e tem vereador interessado e envolvido com eles lá”.

Terminada a reunião, nos posicionamos em frente ao salão para o começo da assembleia. Enquanto aconteciam os preparativos, parei ao lado de um integrante do movimento para saber um pouco mais a ocupação vizinha. Ele contou que a ocupação dali de cima é de estrita organização do crime, e que o movimento social não conseguiu se articular com os moradores para participarem da organização. Comentou, dando continuidade na fala de Marcela, que existe um vereador ligado PCC, e que, muito provavelmente, a terra ali será regularizada às custas da luta da Promessa, o que renderia a ele alguns votos em razão da conquista, se efetivada.

Entremeio: Juntando as peças

A notícia da regularização é esperada pelos moradores há quase 10 anos. Foram 10 anos de permanência, permeados pelo medo do despejo, de perder o pouco que se tem, de ter de recomeçar a vida em outro lugar e estar fadado ao mesmo destino do despejo e da mudança. A notícia veio, enfim, mas, como se explicitou na fala de Marcela, e mesmo depois dos 10 anos de espera, não é concreta a garantia do acesso à moradia. O processo exige um tempo para se realizar, e exige, mais do que tempo, certa minúcia nas declarações burocráticas e, além disso, que a promessa, por parte do poder público e do proprietário do terreno, se cumpra.

Uma vez que a regularização aparenta estar próxima, foi possível observar em campo que as forças atuantes no território parecem apresentar uma movimentação diante da possibilidade da transformação da ocupação em bairro. Nesse sentido, as conversas entre os moradores me ajudaram a formular algumas hipóteses a respeito dos caminhos que podem ser tomados a partir da tão esperada notícia. É importante ressaltar que essas hipóteses foram formuladas a partir do conhecimento da nova lei federal de regularização fundiária rural e urbana, aprovada em 2017, a 13.465/2017.

Em linhas gerais, os aspectos da lei que se voltaram para a questão da habitação de interesse social, incluem medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus

ocupantes (título de posse da terra, que dá ao ocupante segurança jurídica sobre a propriedade). As medidas urbanísticas que estão implicadas na lei visam adequar o parcelamento à cidade regularizada e à implementação de infraestrutura básica (água, energia, esgoto, vias de acesso etc), permitindo a regularização dos lotes sem a infraestrutura necessária para a implementação das habitações. Um dos grandes pontos críticos da ferramenta é a retirada da obrigatoriedade do poder público em garantir e oferecer infraestruturas básicas para a implementação da vida no local. Assim, ficaria a cargo única e exclusivamente dos moradores a viabilização desses serviços, abrindo espaço para que a construção desse novo pedaço de cidade seja feita pela iniciativa privada. Nota-se, ainda que o título de propriedade esteja garantido, que a condição de precariedade da vida permanece, além de abrir mais uma fronteira da experiência de financeirização do espaço urbano.

Tendo em vista esse cenário, me questiono se o interesse da prefeitura na regularização da Promessa se configure única e exclusivamente como uma jogada eleitoreira, como apareceu nas conversas do campo. Não seria possível, em um contexto de exploração dos recursos de produção de um pedaço da cidade viabilizados pela lei supracitada, que o interesse do poder público na regularização da área passe por determinados acordos com empresas que possam, a partir da regularização, implementar as infraestruturas privadas no local?

Relembrando os comentários tímidos e cuidadosos de Marcela a respeito “de lá de cima”, e o aparecimento do vereador vinculado ao PCC, que tem se esforçado para viabilizar a regularização, nasce, então, uma segunda hipótese que questiona se não seria possível a mesma associação crime, poder público e iniciativa privada para a viabilização da infraestrutura como grande potencial de investimentos. Mais que isso, não seria a promoção da urbanização mais uma ferramenta estratégica de atuação e dominação da organização nesses territórios?

Posto isso, me parece importante reforçar que o debate sobre a questão da moradia no Brasil, sobretudo quando pousado nos territórios populares, bem como seus desenrolares – avanços e empecilhos – deve passar, necessariamente, pela questão da produção e reprodução das informalidades. Como se viu na segunda cena deste texto, a produção da moradia – mais especificamente da autoconstrução da habitação – se relaciona intrinsecamente com a precarização das condições de trabalho e salário, cada vez mais presentes nos territórios em questão, sustentada pela nova lei da reforma trabalhista, e fomentada pelos mecanismos da fé. Percebe-se, portanto, um movimento de criação das bases de uma sociedade caracterizada por um certo embaralhamento das linhas e fronteiras entre legalidades e ilegalismos, criando um conjunto de zonas cinzentas que recolocam fronteiras entre o legal e o ilegal (RIZEK, 2016),

articulado pelos marcos legais da institucionalização, que parecem não combater, mas produzir novas precariedades e intensificar outras.

Cena 5: Os planos para Promessa

Reconstrução

Dos eventos que marcam a história da Ocupação Promessa, como vimos, o incêndio foi um dos que mais movimentou emoções dos moradores, em parte porque acarretou a perda material de quase 200 moradias, e por outro lado por trazer à tona o medo e a insegurança de perder suas casas, mas também a mobilização coletiva de ajuda e reconstrução do bairro, retomando os sentimentos e os laços travados no início da jornada de luta.

Como já mencionado neste texto, os moradores decidiram continuar no terreno e reconstruir os destroços causados pelo fogo, não somente para que as famílias afetadas voltassem a ter onde morar, mas para dar ao bairro uma conformação urbanística mais segura, caso outras situações como essas voltassem a acontecer. Somado a isso, no vai e vem do processo jurídico que tenta regularizar a situação das famílias, surgiu a possibilidade de entrar com um processo de REURB para área da ocupação e, para isso, seria necessária a apresentação de um plano urbanístico.

Assim, na urgência da reconstrução e dos caminhos da regularização, a ocupação foi loteada através de mutirões para a delimitação das áreas coletivas e privadas, localização das ruas e vielas e tamanhos de lotes a fim de se enquadrar no Programa de Reurbanização de Favelas e estar de acordo com a legislação urbana, conforme a Lei Complementar 152/20065 (OSASCO, 2006). O processo todo começou com Luísa, como chamarei minha interlocutora, arquiteta e urbanista responsável pelo projeto, que conhecera Helena e Marcela em um ato nas manifestações de 2013 e mantiveram contatos esporádicos. Por volta de 2014, Marcela solicitou a ela um laudo técnico que pudesse comprovar a possibilidade de implantação de habitações naquele terreno bastante acidentado, iniciando seu primeiro contato com a ocupação.

Foi então, em 2016, após o incêndio, que o movimento social e os moradores a procuraram para fazer o projeto de urbanização do bairro e reconstrução das casas. Junto a isso, havia a possibilidade deste contribuir para o andamento jurídico que tramita na prefeitura de regularização da área, uma vez que comprovada a viabilidade de implantação de um bairro residencial e da infraestrutura urbana, se tornando um elemento a mais na pressão do poder público pela regularização do terreno. Posto isso, a arquiteta e outras 4 amigas aceitaram o desafio de elaboração do plano e, atuando como “uma ATHIS ligada ao movimento social... uma ATHIS de atuação orgânica” (definição dela), o projeto deveria ser desenvolvido de forma coletiva entre elas, o movimento social e os moradores, atendendo a questões técnico-construtivas, mas também às necessidades apresentadas por eles no imaginário de construção de um bairro em que gostariam de morar. Foram desenvolvidas, a partir disso, uma série de oficinas de coletivas para a concepção do masterplan e, mais tarde, colocado em prática pelos próprios moradores as

transformações urbanísticas idealizadas no projeto. O trabalho das arquitetas padronizou a medida de cada lote da ocupação em 5 metros de frente e 10 metros de profundidade, bem como sua disposição levando em consideração a hierarquia das ruas que comporiam o bairro. A partir da definição da metragem das casas, a implantação pôde ser pensada.

Antes de seguir com o desenvolvimento da minha conversa com Luisa, gostaria de apresentar o resultado desse trabalho coletivo. As imagens abaixo foram compartilhadas por ela como colaboração a esta pesquisa e apresentam a implantação final, além de algumas perspectivas ilustrativas de como ficaria o bairro se seguido o projeto original.



Figura 54 Implantação geral das habitações

ÁREAS COMUNS

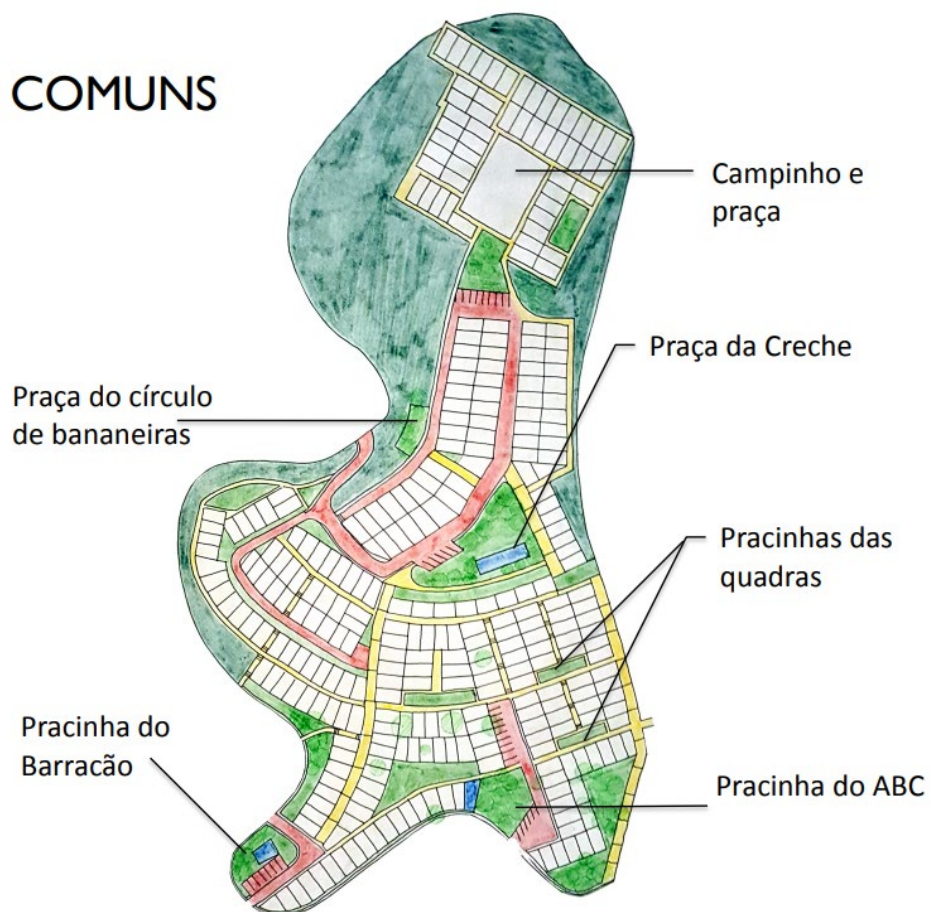


Figura 55 Indicação das áreas não edificadas

RUAS

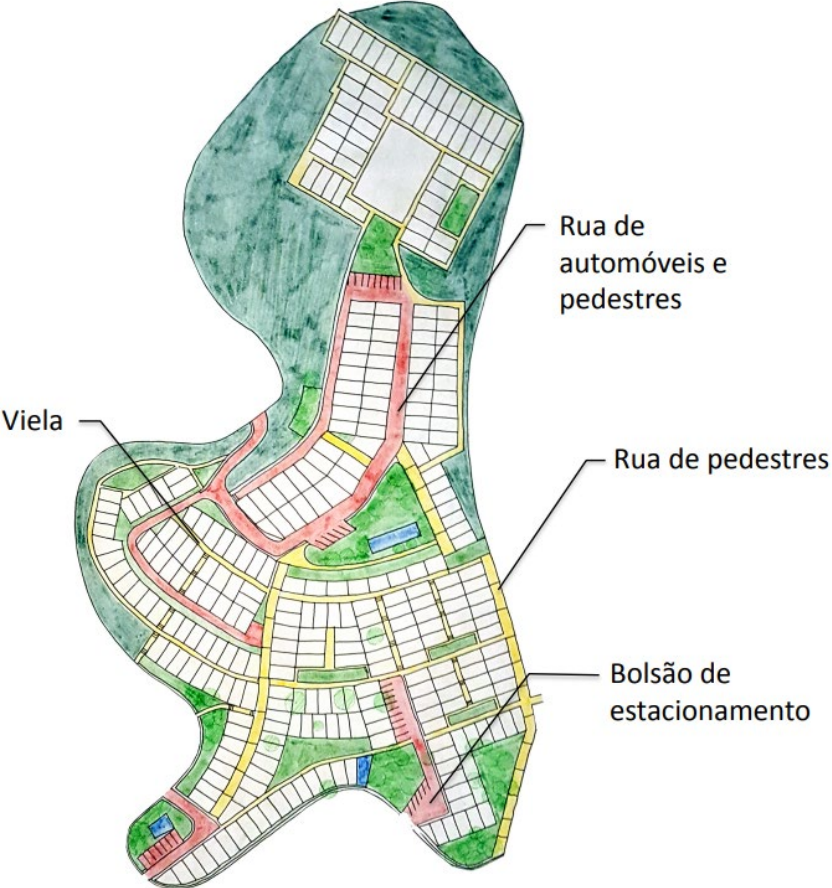


Figura 56 Hierarquia viária das ruas do novo bairro



Figura 57 Imagens de oficina de concepção do plano urbanístico, referência urbanística e imagem de satélite da ocupação

CAMPINHO, PRAÇA, ESTACIONAMENTO

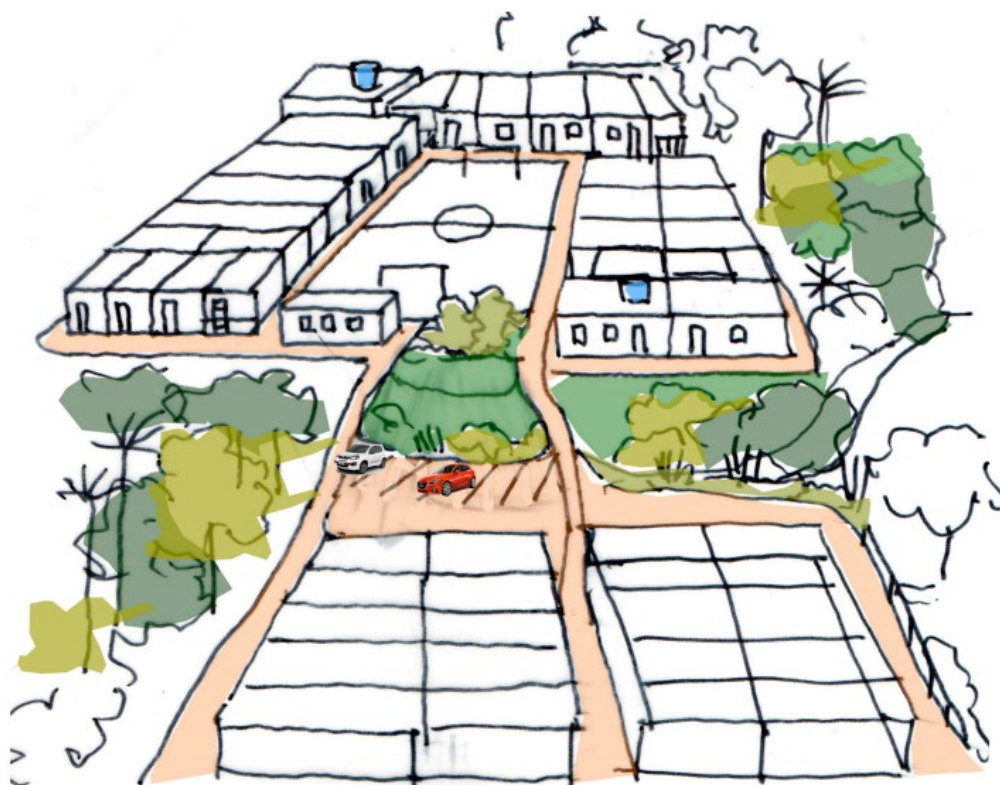


Figura 58 Perspectiva ilustrativa



Figura 59 Perspectiva ilustrativa e desenho de criança que participou das oficinas

RUA DE PEDESTRES

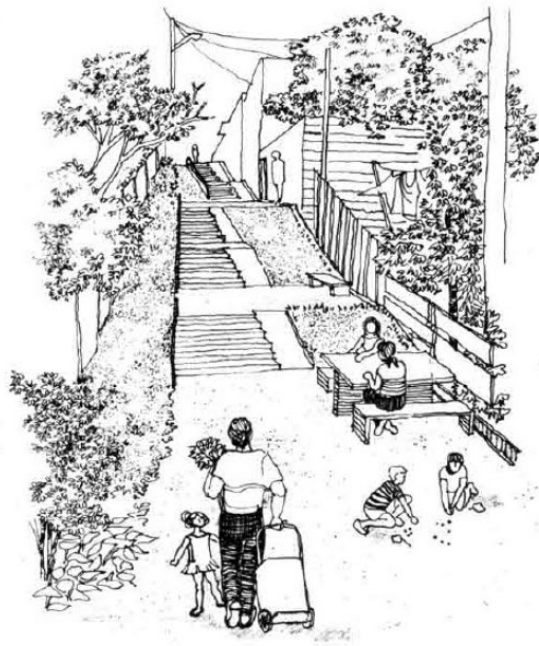


Figura 60 Perspectiva ilustrativa

CASAS SOBREPOSTAS

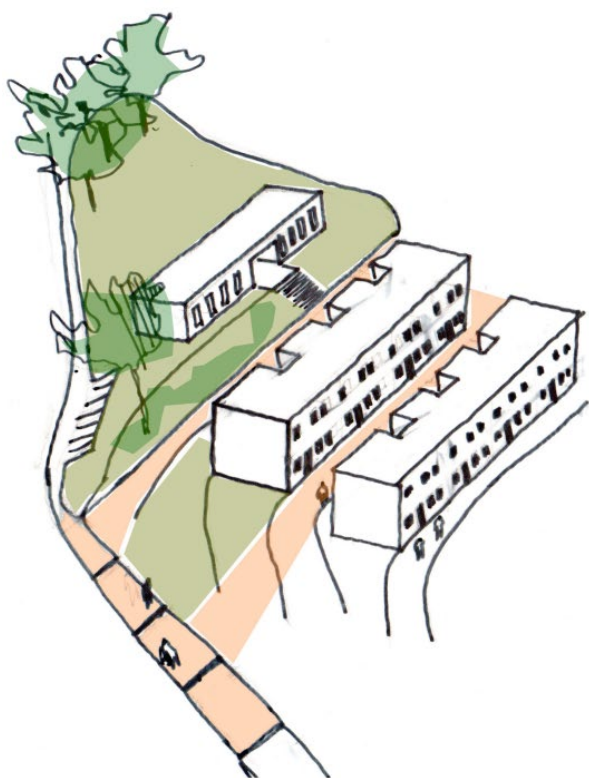


Figura 61 Perspectiva ilustrativa

Alguns elementos importantes para as investigações desta pesquisa surgiram a partir das minhas conversas com Luísa. Uma das minhas maiores dúvidas em relação ao processo de constituição deste plano urbanístico consistia na participação dos moradores. Luísa me revelou que foram feitas muitas oficinas até chegar na implantação final do bairro e que, no começo, muitas famílias participavam, sobretudo as mulheres, que traziam seus filhos para contribuírem com a atividade. Nas imagens, é possível observar o desenho de uma criança, que ilustra os espaços de lazer que gostaria que estivesse presente no novo bairro. Porém, com o passar do tempo, a frequência dos moradores foi minguando, e as decisões acabaram sendo tomadas em grande parte pelos integrantes da associação de moradores ou daqueles que estão mais próximos das lideranças do movimento social. Comentei com ela que consigo imaginar quem são essas pessoas e citei alguns nomes: Morena, Ivone, Michelle, Zezé, Nenê, Zé Luis, e ela me confirmou. Reforçou que não foram somente eles, mas que esses estavam sempre presentes. Além deles, um grupo de senhorinhas – das quais não se lembra os nomes – participou assiduamente do início ao fim do processo, porque plantavam e tinham um apego e uma necessidade grande de espaços de plantio para darem continuidade às suas atividades.

A participação de poucos moradores, e quase sempre dos mesmos, foi observada em quase todos os momentos de campo desta pesquisa que contaram com determinadas atividades coletivas na ocupação. Boa parte dos organizadores das atividades são também aqueles que participam, sobretudo quando as atividades são voltadas para o público adulto. Aquelas pensadas para o público infantil conseguem abarcar uma diversidade maior de crianças, e muitas vezes algumas mães e pais que acompanham os pequenos. No entanto, momentos mais decisórios, ou que exigem momentos de encontro mais prolongados, acabam por se esvaziarem na medida em que o evento se estende.

No momento da decisão do plano, Luísa se surpreendeu com uma situação que definiu como inusitada: quando haviam finalizado a concepção da implantação, naquela que seria a última reunião para início da etapa de implementação do projeto, os moradores trouxeram uma contraproposta de implantação àquela que havia sido desenvolvida até ali. A proposta se diferenciava das arquiteturas na medida em que ocupava alguns dos espaços livres pensados para lazer, porque tentava dar conta da implantação de uma maior quantidade de lotes. Os respiros pensados pelas arquiteturas eram importantes porque criavam um sistema de espaços públicos em meio às residências, capazes de conferir não só espaços de lazer, mas aumentar os tempos de permanência dos moradores da rua e deixar, conseqüentemente, as ruas mais seguras. Esses espaços trabalhariam também como um espaçamento entre algumas residências, na tentativa de conter alastramento de fogo caso um outro incêndio se iniciasse na ocupação. Apesar dos argumentos, as sugestões dos moradores foi o que resultou nas imagens apresentadas, pois contemplava um maior número de famílias por ali.

Por diversas vezes na nossa conversa, Luísa definiu o processo que passou dentro da ocupação como sinuoso e lotado de contradições, ora por conta dos agentes que medem forças e atuam naquele território – movimento social, poder público, vereadores, moradores, igreja, o tráfico - ora pela necessidade de conciliação das atividades da obra com diversos moradores. Relatou que com o tempo os moradores foram abandonando as obras, mas lembrou – e ao lembrar falou com muito carinho – de Carlos, João e Deco, que se mantiveram, se não até o fim, a maior parte do tempo na participação nas tarefas da implementação. Comentou que Deco saiu por uma questão interna do movimento – outro aspecto que apareceu bastante na conversa, mas sobre o qual não se sentia à vontade para falar - e João foi o único que participou das obras de reforma até que chegassem ao fim.

Um parêntese sobre João: em razão do apelido, é de se imaginar que seu João é uma característica marcante da sua aparência, mas não só: João leva sempre um sorriso no rosto e é

com ele que a maioria dos moradores contam em momentos de socorro a emergências. Morena, seu marido e seus filhos, por exemplo, não dirigem e contam com o vizinho para irem ao hospital. Em muitas das nossas conversas Morena reforçou que sempre pode contar com João para ir ao hospital ou para o centro da cidade quando o transporte público não está disponível. Durante o tempo que fiz as visitas, uma moradora da ocupação faleceu vítima de um câncer no meio do ano de 2022 e foi João quem ajudou a recolher o corpo de sua casa, reunir a família e cuidar das burocracias do enterro.

O momento de definição do lote, tanto a sua metragem quanto de qual lote seria de cada morador apareceu nas conversas com meus interlocutores como um marco na conquista de suas casas. Quando contam como, quando e porque chegaram à ocupação, essa passagem aparece em todas as histórias e é sempre marcada de muito carinho e emoção na voz. Desenhar, definir, o lote de 50m² simbolizaria demarcar seu lugar no mundo, e trazia a sensação de pertencimento que, apesar de muito frágil, aparece como possibilidade de fincar raízes e conquistar seu lugar.

“aqui eu fiz a minha cozinha... tá vendo como ela é grande. Ali fica a sala de jantar com os menus armários e logo ali fica a sala de tv. Eu consigo ver tv da casa toda. Aqui tudo já é alvenaria, agora você tá vendo essa parte aqui? Eu vou fazer de alvenaria daqui a pouco. Já tenho o dinheiro pra isso. Aqui fica o banheiro e ali o quarto. Só falta essa parede pra casa toda ser alvenaria. Fui eu que pensei a minha casa inteira depois que vieram as arquitetas e falaram que ia ser aqui e que ia ser de 50 por 10. Eu fiz essa casa inteira sem precisar de ninguém... foi tudo dinheiro meu” (Dona Amélia)

Após a conversa sobre a reconstrução da ocupação, perguntei a ela como entendia a atuação do movimento social na ocupação e o que pôde observar nesses quase 3 anos de acompanhamento. A arquiteta me contou que Helena saiu da Ocupação Promessa por conflitos internos, mas ela não soube me explicar, da mesma forma como Dona Amélia, exatamente o que aconteceu.

Dessa discussão apareceu algo bastante interessante para o desenvolvimento do trabalho: Luísa me contou que acompanhou alguns momentos de mudanças de lideranças do movimento enquanto esteve na ocupação. Marcela coordenava o movimento quando ela entrou, mas saiu por um tempo, também por divergências internas, e um homem assumiu seu lugar – a interlocutora não quis revelar seu nome. Foi nesse momento que o grupo das mulheres perdeu força, e passaram a percorrer pelas conversas entre os moradores relatos de violência doméstica em algumas casas, que até então eram escassos e tinham acolhimento. Nessa fase, viu o tráfico ganhar força e mais espaço na ocupação, ocupando lotes, desmatando boa parte da área de vegetação densa que estava definida para não ser ocupada por nenhum morador e realizando compra e venda de terrenos.

Um dos pontos que ela julgou importante como decisão do movimento social foi não ter aceitado que o processo de regularização se desenvolvesse através da empresa Terra Nova, empresa de regularização de terras que seria responsável por fazer a regularização no lugar da prefeitura – proprietário venderia o terreno para a empresa e os moradores pagariam à Terra Nova a regularização. No entanto, ainda é um desafio para o movimento qual caminho seguir para conseguir a regularização do terreno e o título de posse para os moradores, que já se arrasta para o seu décimo ano de espera.

O fator tempo ocupou uma boa parte da nossa conversa. Para ela, essa espera não está relacionada somente à espera pela regularização da terra, mas se faz sentir ou está presente em cada etapa que se desenvolve desse processo de luta. Os tempos de quem mora na ocupação não são tempos seguros, e ela diz isso se referindo ao processo de implementação das melhorias urbanas no bairro: “no início muitas pessoas participavam, depois, ao final dos 3 anos, a participação minguou bastante”. Ela avalia que o acontecer da vida é um fator importante para um certo engajamento dos moradores nos espaços de formação e luta, mas também nos de implementação das melhorias.

A questão das relações entre segurança e temporalidade se coloca também em razão de serem tempos marcados por constantes conflitos, sejam eles pelas discordâncias entre uma decisão e outra do projeto, da obra, da falta de colaboração de alguns moradores na execução, ou conflitos mais complexos, como a presença do tráfico e a negociação com o mundo do crime. Me relatou, muito superficialmente que algumas áreas livres pensadas pelo projeto haviam sido incorporadas pelo tráfico, e que nem sempre foi possível retomá-las como área coletiva, sobretudo porque o PCC também realiza venda de lotes dentro da ocupação^{lxix}.

Assim como os moradores, principalmente aqueles que fazem parte da liderança do movimento ou da associação de moradores, relatam vendas de lotes na ocupação e condenam a prática, a arquiteta faz o mesmo discurso, apontando que a venda de lotes atrapalha a luta do movimento em direção à regularização da posse da terra, ou seja, essa se coloca como a fala nativa do movimento e das assessorias que permeia, portanto, os sujeitos que compartilham uma visão e uma prática política à esquerda.

Nessa conversa, Luísa usou muitas vezes as frases “os tempos tinham conflitos” e “o processo é muito sinuoso e cheio de contradições”, para reforçar que o processo de reconstrução da Ocupação Promessa pouco tem a ver com a execução dos trabalhos, mas sim com os conflitos que se desenvolvem no território desde o seu início. Salienta-se, portanto, que a execução da obra é tão parte desses conflitos e contradições, se vistos dentro da perspectiva que essa obra

foi realizada pelos próprios moradores e com financiamento deles mesmos, quanto outras forças e agentes que se interessassem por aquele espaço. A discussão se aproxima da atuação dos mutirões autogestionários que pipocaram pelos territórios populares nas últimas décadas. BARROS; BERGAMIN; RIZEK, 2003^{lxvii} se questionam que, “quando as esperanças do desenvolvimentismo chegaram ao fim, ao longo dos anos 70, as perspectivas da democratização brasileira começaram a se desenhar pela constituição de uma sociedade civil que se fundava não a partir do associativismo civil, nem de organizações não-governamentais investidas da roupagem virtuosa da capacitação técnica e política, mas da presença surpreendente de uma novidade que tinha no movimento sindical seu principal protagonista, problematizando no centro desta cena pública as figuras e as formas do trabalho e a presença dos trabalhadores”, no entanto, os próximos anos estariam, paradoxalmente, revelando o desaparecimento dessas formas de associações e substituindo-as por ativismo e associativismo, pelo “comunitarismo”, pelas parcerias e por todo um conjunto de novos modos de interlocução e negociação que podem democratizar e publicizar processos, ao mesmo tempo que conformam outras formas de controle e de gestão, crescentemente legitimadas por seu caráter virtuoso, de administração das esferas da necessidade que aparecem como a única alternativa, que se desenham como espaços democráticos e democratizantes, ali mesmo onde a política (pensada como dissenso, como reinvenção de lugares e de falas, como ação que desafia as prescrições consagradas) crivada de competências técnicas e de cálculos de eficiência, pode ter deixado de existir (BARROS, BERGAMIN, RIZEK, 2003).

Luísa acompanhou as obras até agosto de 2019, mas não me contou por que saiu. Quando veio a pandemia, ela nunca mais retornou à ocupação, mas vez ou outra conversa com Marcela sobre os andamentos dos processos de regularização do terreno. Suas colegas arquitetas saíram ao longo do processo de implementação do plano.

Como não pude acompanhar a implementação do plano porque meu contato se deu muito tempo depois do seu início, me lancei às ferramentas de satélite para entender as modificações que os eventos relatados até aqui foram capazes de promover na produção daquele espaço. Começo a análise com imagens de julho de 2012, um ano antes do assentamento das famílias. A área se caracterizava como um local livre de construção e parecia estar tomado por vegetação arbustiva ou gramíneas.



Figura 62 Imagem de satélite de julho de 2012

Em setembro de 2013, um mês após a chegada das famílias, o terreno já se encontra todo desmatado e com uma quantidade grande de barracos, dispostos muito próximos um do outro, com apenas uma via larga e muitas vielas, compostos de lona e plástico, denunciados pelas cores preta e, em alguns casos, azul ou vermelho.



Figura 63 Imagem de satélite de setembro de 2013

Passado 1 ano da ocupação, a coloração do teto das moradias se uniformizou, o que pode indicar que muitas dos moradores conseguiram implantar um teto de telha nos seus barracos. A conformação espacial de vielas continua a mesma, seguindo uma proximidade grande entre as casas, agora com mais moradias ao sul e à oeste daquelas que se estabeleceram no ano anterior.



Figura 64 Imagem de satélite de dezembro de 2014

Tanto em 2015 quanto em 2016, antes do incêndio, percebe-se um intenso adensamento das moradias, dificultando a visibilidade do que anteriormente se tinha como referência como via principal.



Figura 65 Imagem de satélite de agosto de 2015



Figura 66 Imagem de satélite de agosto de 2016

Depois do fogo, as imagens denunciam como a tragédia diminuiu consideravelmente a quantidade de moradias que existia por ali. Dois meses depois do incêndio, é possível identificar algumas casas no processo de reconstrução e a demarcação no solo e alguma movimentação de terra para definição de espaços não edificados.



Figura 67 Imagem de satélite de novembro de 2016

Os três anos seguintes mostram que o plano elaborado pelo conjunto de arquitetas foi seguido pelos moradores. Os espaços não edificados permanecem, assim como a hierarquia de ruas e a delimitação da medida dos terrenos de cada moradia.



Figura 68 Imagem de satélite de dezembro de 2017



Figura 69 Imagem de satélite de dezembro de 2018



Figura 70 Imagem de satélite de abril de 2019

Em 2020, com o decorrer da pandemia, percebe-se um pequeno adensamento sobretudo na região norte da ocupação, onde até o ano anterior contava com uma praça que teve seu tamanho reduzido para abrigar novas moradias.



Figura 71 Imagem de satélite de outubro de 2020

Um ano mais tarde, verifica-se que surgiram novas habitações à noroeste, local que não havia sido habitado até então. Acredito que essas novas ocupações se justifiquem pela chegada de pessoas que, com o decorrer da pandemia e a piora das condições de vida, tenham recorrido à ocupação para morar e fugir do aluguel. Até o momento em que escrevo a Associação de Moradores não tinha o controle de quantas pessoas chegaram no decorrer da pandemia, mas está em processo de atualização do cadastro das famílias.



Figura 72 Imagem de satélite de maio de 2021



Figura 73 Imagem de satélite de maio de 2022

As imagens atualizadas da implantação da ocupação nos permitem concluir que houve um certo respeito ao plano urbanístico de reconstrução do bairro, uma vez que boa parte da hierarquia de ruas foi seguida e os espaços não edificados permanecem, em sua maioria, da forma como fora pensado no papel. O tamanho dos lotes também parece ser respeitado tanto pelas novas moradias que chegaram após a pandemia, quanto por aquelas que deixaram de ser barracos de madeira e se transformaram em casas de alvenaria.



Figura 74 Imagem de satélite de março de 2023

A mitigação

Com o plano urbanístico estruturado e colocado em prática, algumas atividades de extensão universitária foram realizadas na Promessa para dar continuidade à implementação do plano. O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo ÁTICO^{lxxiii}, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, realizou, em 2019, por meio de mutirão, uma oficina para o início da construção da praça da creche, proposta no plano de reurbanização. Denominada Atuação Integrada no Espaço Urbano, resultou de uma iniciativa do fórum ATHIS e Extensão Universitária^{lxxiv}, viabilizada através de um edital do CAU/SP para fomentar ações de ATHIS na região metropolitana de São Paulo. A demanda da praça foi levantada pelas próprias crianças através de assembleias entre os moradores que participaram da oficina, junto à equipe da ÁTICO e voluntários do Fórum, tendo como resultado a o plantio de mudas no terreno e a construção de

um muro de arrimo com pneus. Essas melhorias foram, assim como as oficinas, executadas através de mutirões em conjunto com os moradores.



Figura 75 Oficina realizada no fórum ATHIS e Extensão Universitária na Ocupação Promessa, em 2019. Fonte: Acervo da equipe ÁTICO, 2019

“Agora temos que lutar com a prefeitura somos nós que fazemos tudo, colocamos nossas vidas em risco... Isso aqui vai ser que nem o Morumbi II, olha que linda vista nós temos”. (Depoimento de um dos líderes da associação de moradores sobre a atuação dos estudantes no local)

Em 2020, uma vez traçada a primeira relação com a Ocupação Promessa, o EMAU submeteu ao chamamento 006/2020^{lxxv}, do CAU/SP, iniciado no segundo semestre de 2020, um projeto intitulado “Mitigação dos Conflitos Fundiários no Contexto Metropolitano: Ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Promessa em Osasco – SP” envolvendo os trabalhos da ÁTICO com o EMAU Colmeia^{lxxvi} e as associações de moradores de ambas as Ocupações. O termo de fomento do CAU/SP, através da Lei 11.888/08, objetivou a conexão e capacitação de profissionais da área da arquitetura e do urbanismo, além da ampliação de sua atuação no campo das assessorias técnicas de habitação de interesse social. Os EMAUs contaram com a parceria da assessoria técnica Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado^{lxxvii}. Durante 5 meses de duração, 30 arquitetos e arquitetas, junto a assistentes sociais e engenheiros, elaboram levantamentos sobre as questões ambientais, fundiárias, urbanas e sociais da área, consolidaram e atualizaram os cadastros dentro do setor C, propondo projetos de drenagem, de soluções para as áreas livres, ampliação e melhorias

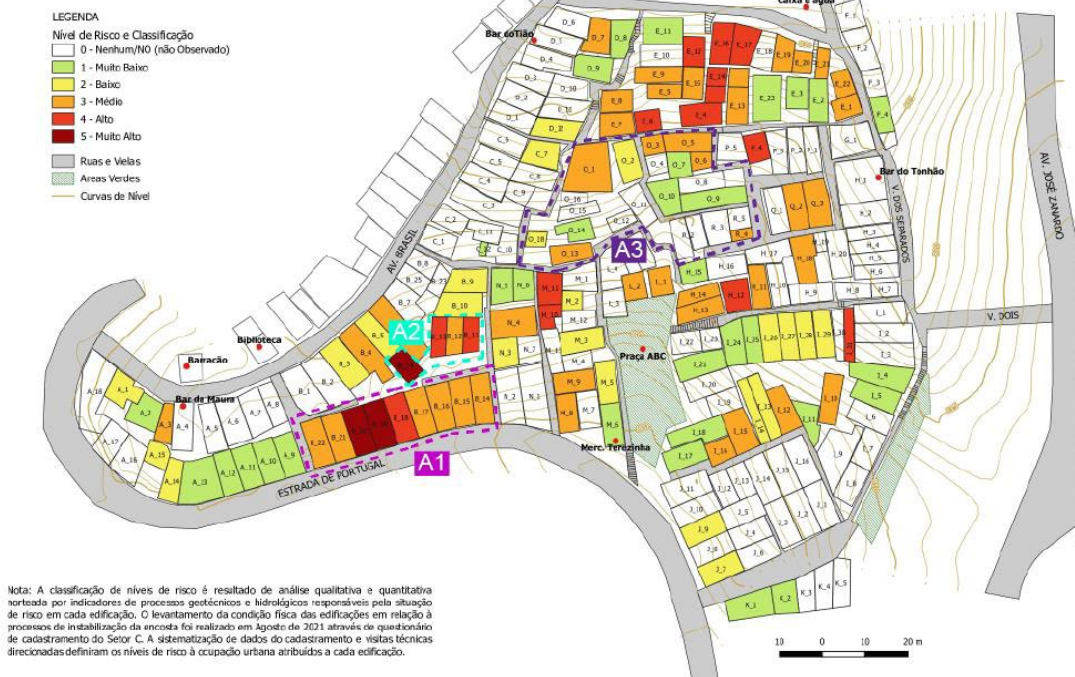
O plano urbanístico emergencial realizado em 2016 não teve alcance ao setor C, que acabou por caracterizar como uma das áreas mais vulneráveis da ocupação, sobretudo por conta da topografia acidentada. Tal vulnerabilidade se agrava em razão da ocupação e construção dos barracos, dificultando a realocação dos barracos, organização das vielas e lotes devido à falta de espaço, dentre outros fatores urbanísticos, geotécnicos e hidrológicos e sociais. O plano contou também com um cadastramento das moradias e das famílias que residem no setor, compondo a

análise da área não somente através da visão técnica do terreno e das condições urbanísticas, mas também levando em consideração a condição daqueles que ali habitam. No entanto, produziu um material de diagnóstico e orientação de construção para todas as moradias as moradias da ocupação. Assim, o documento conta com os seguintes produtos:

1. Relatório diagnóstico, que reúne informações das características urbanísticas e territoriais da área, assim como o perfil social dos moradores da ocupação;
2. Cadastramento do setor C, com o registro de cada morador e sua respectiva unidade habitacional;
3. Plano urbano, com propostas de algumas soluções para a área com base nas informações levantadas nas etapas anteriores.
4. Cartilha de melhorias habitacionais, correspondente a um conjunto de soluções possíveis para questões e problemas comuns das moradias e que foram identificadas nos levantamentos e conversas entre moradores e os arquitetos. A cartilha se divide em duas partes, sendo a primeira de soluções para questões relacionadas ao lote da moradia, chamadas de melhorias de infraestrutura e a segunda soluções para as questões que acontecem dentro da moradia, chamadas de melhorias internas.

O trabalho apontou algumas questões interessantes sobre a análise de risco da área: embora a ocupação se localize em um terreno bastante acidentado, são poucos os lotes que apresentam risco geológico muito alto ou alto.

MAPA DE RISCO
Ocupação Esperança - Setor C



As análises concluíram que o terreno não ofereceria risco para a implantação de residências se estas estivessem sendo implementadas seguindo as normas corretas de drenagem, fundação e sistemas construtivos apropriados. Sendo assim, o estudo oferece soluções para que as moradias possam ser reformadas e não se configurem mais como moradias de risco para aquelas famílias.

Para compreender um pouco melhor sobre o desenvolvimento deste trabalho, Ana, a arquiteta da Espaço Arquitetura, me concedeu uma interlocução que elucidou não apenas algumas análises sobre o plano, mas sobre a Ocupação Promessa que ainda não haviam sido possíveis concluir em campo.

Começou me explicando, como já relatado, que o contato com a Promessa veio através de Raissa, engenheira que estagiou na Ambiente, mas que na época compunha o corpo de alunos da ATICOS.

Eu não conhecia nada do Promessa e eles já tinham uma atuação, mas normalmente escritório modelo quando faz alguma atuação com movimento são trabalhos muito específicos tipo a construção da praça. Então, eu acho que não aprofunda tanto nas relações. Foi uma surpresa pra mim porque eu achei que eles acompanhavam um pouco mais, e quando de fato a gente entrou – no Promessa - a gente viu que eles estavam muito distantes. Eu fiz essa crítica com o coordenador do IFSP, disse que não podem

deixar os alunos soltos assim, é movimento de moradia muito sério. Eu acho que isso vincula um pouco com essa atuação minha na Ambiente porque a gente está acostumado a trabalhar com movimentos há muitos anos, então dentro do movimento já tem uma estrutura de formação. Então quando a gente entra na obra com movimento de moradia autogestão a gente faz um trabalho social de formação, mas dentro de um lugar que já tem uma estrutura. Ter entrado no Promessa eu percebi que a gente entrou sem estrutura nenhuma. Então foi uma grande novidade. A gente tinha um projeto no CAU, e sugiu essa parceria, a própria Universidade falou que era importante pra gente ter parceria com ATHIS, e tendo o contexto da pandemia, surgiu esse edital do CAU e a gente topou. A decisão foi também considerando que a atuação estava escassa pra caramba porque não tinha nenhum programa vigente, a gente estava acompanhando uma obra e o governo federal não estava colocando dinheiro, então com a ideia também de ampliar o leque da Ambiente, a gente acabou entrando em 3 escopos diferentes no edital do CAU: um com um curso de regularização, outro uma atuação mais interna dentro de um movimento e essa que foi uma ocupação. Aí a gente entrou na ocupação e a gente falou: então deixa a gente entender um pouco da ocupação, o estágio inicial. Aí a gente percebeu que dentro da universidade eles sabiam bem pouco, não por conta dos alunos mas eu acho que faltou esse entendimento da faculdade do tipo não ficar fazendo só trabalhos pontuais, não ficar sendo assistencialista, mas tentar entrar num escopo maior e isso talvez eles nunca tivessem tido como instrução e acho que não era o foco também... escritório modelo eu que achei que era porque a gente está acostumado a trabalhar assim. Ai eu percebi que eles não sabiam nada da estrutura do Promessa. Aí a gente tinha um escopo de projeto que era um escopo básico de qualquer ocupação: diagnostico e elaboração de projeto. (Ana, arquiteta da Espaço Arquitetura)

A situação deste edital do CAU era muito nova para as arquitetas da ATHIS porque a prática mais comum de trabalho do grupo está relacionada à provisão habitacional, onde o trabalho com o movimento social de luta por moradia se inicia muito antes do projeto de arquitetura, de modo que a atuação da ATHIS esteja sempre muito conectada ao contexto histórico do movimento e aos processos de formação política daqueles que receberão a moradia. Assim, iniciar esse trabalho no escuro foi um grande desafio, contornado pela contratação de Luisa e da equipe que trabalhara com ela, montada pela própria arquiteta reunindo amigos e apoiadores dos movimentos de luta pelo direito à moradia, no plano emergencial.

Uma das coisas que a gente viu era que já tinha um projeto de urbanização pra área e a gente contratou esses arquitetos que fizeram esse projeto inicial, para tentarmos juntar o escopo do que é o Promessa. Eu percebi, tendo contato com esse histórico, que o movimento ele se forma e desforma, se forma e desforma, então ele não tem uma

estrutura fixa de anos, claro, uma ocupação recente... recente, mas não muito recente, e ele vai sempre buscando trabalhos pontuais. Então quando foi desenvolvido esse primeiro projeto, pelo que me contaram, foi porque haviam conseguido uma brecha pra fazer REURB e saíram às pressas para aprovar um traçado o mais rápido possível. (Ana, arquiteta da Espaço Arquitetura)

A arquiteta reforça em sua fala algo que desde o princípio deste campo faz parte das minhas reflexões: embora o movimento tenha trabalhado para a urbanização da área, ela não parece apresentar muitos atrativos que favoreçam essa urbanização, uma vez que o bairro não apresenta diversidade de uso, em razão do uso quase majoritário de indústrias e galpões de logística, está distante do centro sem possuir rede densa de transportes públicos que dão acesso a ele e por configurar-se como uma área enclausurada entre as rodovias Anhanguera e Bandeirantes, além do parque na sua porção noroeste. No entanto, foi do entendimento do grupo que era importante produzir um material capaz de documentar as condições do terreno e fornecer subsídios para as famílias lutarem pela regularização, ainda que aquele terreno não apresente uma condição favorável, do ponto de vista do poder público, para se tornar urbanizável.

não é uma ocupação interessante para o bairro. Quando eu apresentei o trabalho para a prefeitura - não que seja uma obrigação, mas a gente acha necessário porque eles são responsabilidade do poder público. Não adianta a gente ficar fazendo tudo no modo particular, então a gente quis transferir essa responsabilidade para eles, mesmo a gente fazendo, a gente foi muito pouco ouvido, mas a gente conseguiu a reunião e ele me respondeu exatamente isso: "um terreno particular, longe de tudo, por que que eu vou investir dinheiro nessa área? Eu tenho tudo isso aqui para investir em Osasco e não tenho recurso financeiro. Se eu for investir em algum lugar não vai ser aqui". (Ana, arquiteta da Espaço Arquitetura)

Diferente do que se sucedera com o projeto emergencial, o contexto da pandemia não permitiu que a participação dos moradores fosse ampla como anteriormente. Foi selecionado um grupo pequeno de moradores que se reuniria com a assessoria e o escritórios modelos para desenvolver as atividades que daria origem ao plano de mitigação. Sendo assim, a arquiteta julga que não houve um trabalho de formação política junto a esses moradores, mas uma atuação mais descolada e muito restrita em comparação ao que estão acostumados a realizar.

a gente desenvolveu o trabalho, mas eu acho que faltou muito um trabalho de formação. Também teve uma dificuldade ali da troca de liderança. Quando a Luisa estava era o Ari e quando nós entramos era o Cubano. Depois dele que voltou a Marcela, então a única liderança que de fato acompanhou todo o trabalho foi a Morena, mas que não é uma liderança do movimento, é uma liderança do Promessa. (...) A ideia era que o IFSP

continuasse com o movimento, mas acontece que as pessoas se formam, vão atrás de trabalho e os alunos novos nem sempre continuam, então a gente volta de novo na questão dos trabalhos pontuais e não à continuação de um plano como um todo. (Ana, arquiteta da Espaço Arquitetura)

Mais uma vez, quando a conversa caminha para o assunto do movimento social, aparece a questão das trocas e da questão da venda de lotes dentro da ocupação. Minha interlocutora comentou que um dos líderes tinha interesses próprios dentro da ocupação, realizando a venda de lotes, prática condenada pelos moradores, mas que acontece com certa frequência, como relatado por muitas das minhas interlocuções.

A questão jurídica também esteve presente na etapa de diagnóstico, e vale lembrar que os editais do CAU disponibilizam verba apenas para os custos com profissionais de arquitetura e urbanismo. Apesar disso, os grupos decidiram arcar com a contratação de engenheiros, assistentes sociais e advogados para abarcar o maior número possível de áreas e oferecer aos moradores resultados mais sólidos da situação proposta para análise.

E a gente deu também um diagnóstico jurídico que foi a Juliana Avance que fez a maior parte, conseguiu levantar tudo. A situação é bem complicada para eles permanecerem lá. A gente tentou deixar isso claro, mas acho que tem esse lance do movimento ah, eu não sei se fala isso para todo mundo, sabe?! E fica delicado. Eles estão produzindo muita casa... cada final de semana que a gente ia lá a gente falava: meu deus, como as pessoas estão gastando dinheiro com isso e assim, eles só estavam lá porque só estava segurando o despejo zero, acabando o despejo zero a gente sabia que ia voltar a reintegração de posse e era preocupante, porque tinha muito investimento das pessoas e a gente deixou isso claro em todas as reuniões, que a lei não estava favorecendo-os a ficar lá. Urbanisticamente falando, o risco do talude, as coisas que eles estavam fazendo, o tipo de construção que eles estavam fazendo eram bem complicados, então a gente entrou com uma atuação muito no foco mitigação de risco. Vocês estão aí, tem que lutar pela resistência, mas é uma área complicada para se defender. (Ana, arquiteta da Espaço Arquitetura)

Ainda que o plano emergencial não tenha alcançado o setor C, as mesmas definições de metragem dos terrenos foram aplicadas, agora no edital do CAU, para o setor mais precário da ocupação, sendo que essas moradias também teriam terrenos de 50m² de área. Um relato interessante sobre a demarcação dos lotes apareceu nas histórias contadas pela arquiteta:

Ana: você conheceu o João?

Laura: sim

Ana: ele que marca os lotes, então ele sabe quem está errado ou não, e aí um dos dias a gente pegou o mapa todo e foi mostrando para ele o traçado, o antigo e o novo, que a gente estava propondo e foi indicando: “esse daqui tem que sair porque não está respeitando isso, a curva de nível está ruim, etc.”, e fomos passando com ele, porque olhar só no papel é difícil de entender, então fomos ao local repassar cada uma das modificações

Laura: e quando chegava numa situação da moradia ter que sair, vocês presenciaram algo assim. Ou vocês indicaram e...

Ana: não, a gente indicou... e não é que tem que sair. Normalmente eles mesmos já tinham apontado e já sabiam que estava errado antes, mas se o morador era uma pessoa difícil de lidar acabava ficando por isso mesmo, mas para eles, o João, que eu falo que é o plano diretor do Promessa, ele já sabia que aquela pessoa estava errada, estava menor ou maior que o tamanho, ou fora do projeto e ele já tinha orientado. Mas sobre as ruas foi interessante porque a gente orientou aumentar, explicamos que teria que alargar um pouquinho, porque para um processo de regularização fundiária é muito interessante ter essa abertura, ter essa horizontal porque eles vão ver acesso de lixo, acesso de iluminação, então é interessante ter essa medida aqui... aí eles aceitam mais quando você fala isso, geralmente eles comentam: “ah, se é para o bem de todo mundo então vamos fazer”.

Minha interlocutora revela, a partir dessa falar, que a implementação dos planos de reurbanização da área gerava conflitos quase sempre nos momentos em que uma residência precisava ser removida para a implementação de novas vias os espaços livres propostos pelo plano. No entanto, quando os argumentos para a remoção – e implementação da moradia e uma outra parte da ocupação – passavam pela necessidade de readequação do plano para facilitação da regularização da terra, os moradores cediam às orientações que as arquitetas davam, ainda que essas implementações não fossem responsáveis sozinhas pela aceleração ou concretização do processo de posse da terra.

a escapatória que tinha, até onde eu entendi, é que o movimento ia comprar o terreno. Era a possibilidade que tinha. Negociar e aí eles estavam querendo a ajuda da prefeitura para negociar o preço do terreno, tipo ajudar a negociar, intermediar o preço do terreno e uma das alternativas eram eles comprarem. Porque a prefeitura em hipótese alguma tinha se manifestado em comprar o terreno. E aí eles comprando a prefeitura entraria com as ruas públicas. Mas é isso, é um monte de conversa que o secretário não banca o que ele fala. Foram conversas muito difíceis... eu já tive muitas conversas difíceis com o poder público e essa foi uma das conversas mais difíceis. E agora recentemente no Ribeirão Vermelho ele removeu as pessoas, porque lá é um projeto do DAEE, então a

prefeitura sinalizou que todo mundo deveria ser removido por quê? Porque quem banca o auxílio moradia é o Estado, e não eles. Se ele decidisse manter algumas lá, que dava para manter boa parte, que é isso que a gente mostrou no nosso projeto, dava para manter boa parte lá, quem ia ter que arcar com essas famílias é a prefeitura. Então pra eles foi mais fácil justificar que é um risco, o que não era, e aí ele passa a bola para o Estado e ele não tem que arcar com isso.

Laura: você comentou sobre o movimento pagar o terreno. Eles chegaram a alguma solução de como conseguir esse dinheiro?

Ana: ratear... normalmente rateiam, fazem rifa. Eles queriam uma ponte com a prefeitura para ajudar a pressionar o proprietário a não cobrar milhões. É muito comum, principalmente se você resgatar as histórias das cooperativas, que pegava o valor total e dividia entre todo mundo, eu acho que é um pouco essa a ideia. A gente tem esse terreno, custa tanto e se divide todos os gastos.

Entremeio: Caminhos Tortuosos

Em minha primeira visita à ocupação, já relatada neste texto, foi possível observar uma espécie de desigualdade formal entre uns e outros espaços do bairro. Como já mencionado, algumas vias se comportam como vitrine da ocupação: largas, asfaltadas, sem esgoto e tubulações expostos e conformadas por moradias de alvenaria, muitas delas com dois ou três andares, enquanto outras, o que chamei de “fundos”, abrigam as moradias mais precárias, ainda de madeira ou plástico, com esgoto a céu aberto e dimensões muito estreitas. Neste primeiro dia, me questionei sobre o que teria determinado tamanha desigualdade entre frente e fundo. Enquanto andávamos pelo setor C, Morena comentou: “dá pra ver que aqui não é tão bonito. Deve ser porque essas famílias não têm tanto dinheiro para reformar”. Naquele momento, não havia entendido por que isso seria uma verdade, uma vez que ainda colonizava o meu imaginário que os recursos urbanísticos e habitacionais deveriam vir das iniciativas do poder público.

Foram, então, as conversas relatadas neste capítulo que amarram essa ponta que ficara solta desde o início: Morena estava certa. A desigualdade espacial entre frente e fundo da ocupação está diretamente relacionada à falta de recursos financeiros daquelas famílias, pois algumas delas puderam arcar com as melhorias urbanísticas e habitacionais rateadas e executadas coletivamente com o plano de reconstrução, enquanto outras ficaram de fora por não conseguirem participar da colaboração.

Essas passagens inauguram, portanto, mais uma linha de reflexão que o campo permitiu a essa pesquisa: há algo de novo na produção dos territórios populares diante de um contexto de

desmonte de políticas públicas habitacionais? Como têm sido produzidos tais espaços? É possível identificar os agentes que atuam nesses locais, assim como seus comportamentos e associações? Mais do que isso, existem novos agentes ou seriam suas formas de se relacionarem que vêm sendo transformadas? Para retomar ao objetivo principal desta pesquisa, como se dá a atuação do movimento do social neste que parece ser um novo cenário de produção desses territórios?

Parto, portanto, da atuação das assessorias técnicas e dos profissionais de arquitetura e urbanismo, sobretudo as formas de fomento de suas atividades a partir do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, para, acredito que não responder as indagações elencadas, mas, abrir linhas de pensamento desta que parece ser uma nova conformação da produção dos territórios periféricos.

Ainda que a atuação de assessorias técnicas de Arquitetura e Urbanismo tenha se consolidado, no Brasil, nos anos 1990 – após a redemocratização e a retomada de forças políticas por parte da sociedade civil –, foi apenas recentemente que esse tipo de atividade profissional passou a ter uma espécie de “marca registrada”, decorrente da instituição da Lei Federal nº 11.888, em 2008, e da decisão da 56ª Plenária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), em 2016, de utilizar pelo menos 2% de sua arrecadação para financiamento de ATHIS em atenção à referida Lei.

O que se viu, a partir disso, foi um aumento considerável no país, nos últimos 5 anos, da promoção de uma diversidade de ações práticas alinhadas a tal conceito, além da realização de cursos, oficinas e seminários para capacitação dos profissionais na atuação de assessorias técnicas, impondo um questionamento de que tipos de atividades tem sido realizada sob esse título, mais ainda, quais têm sido as consequências dessas atividades no que diz respeito a construção do espaço socio e político.

Por um lado, tais pluralidade e expansão nacional trazem grande potencial de ampliação dos campos abertos para a atividade de arquitetos, podendo atender a variados interesses e admitir diferentes práticas, de modo a abarcar diversos princípios tomados por grupos distintos sobre o que é e como deve ser praticada a ATHIS. Por outro lado, há de se pensar sobre os limites dessa amplitude, pois o uso de um discurso específico (o da Lei 11.888/2008, principalmente) tem sido instrumentalizado como justificativa legitimadora para práticas que não lhe dizem respeito, eventualmente perdendo seu significado histórico, distorcendo-o, ou, ainda, construindo um campo de indeterminação (RIZEK; OLIVEIRA, 2007) funcional para a ampliação de interesses alheios ao campo do direito à moradia e à cidade.

Os anos 1980 e 1990 colocaram na agenda das reivindicações políticas a ideia de direito democrático e participativo, tendo a figura dos movimentos sociais como os grandes articuladores da realização destas lutas, sobretudo por acesso à terra e moradia. Sendo assim, as assessorias técnicas apareciam nesse cenário associadas a eles, sem ocupar o papel de protagonista dessa cena. Na grande maioria das vezes, os recursos públicos se destinavam a esses movimentos, cabendo a eles a contratação dos profissionais da área. Essa relação, sob a égide do Estado democrático de direitos, carregava uma série de complexidades que abria um campo de disputa entre assessoria e movimento social. Por um lado, o movimento entendia que a atuação da ATHIS devesse atender seus anseios da produção habitacional sem tantas contestações em relação a como o movimento lideraria os caminhos da luta. Em outras palavras, que tivesse uma atuação mais pragmática e se restringisse à prática da profissão. Por outro, as ATHIS viam nesse campo a possibilidade de inserirem e atuarem de forma politicamente nesses territórios, muitas vezes colocando em xeque os caminhos que o próprio movimento delineava para a luta da moradia.

Nos anos 1980, deu-se maior atenção à assessoria e à autogestão por parte dos arquitetos, das universidades e da sociedade civil, com o surgimento de parcerias entre movimentos sociais, grupos de extensão universitária e técnicos – além de outros profissionais, como assistentes sociais e advogados (BARAVELLI, 2007; LOPES, 2018). Já na década seguinte, após a redemocratização e com apoio da nova Constituição de 1988, que enfatiza a função social da cidade, estabelece-se a moradia como direito social, e dá-se maior força às políticas locais, sendo instituídas algumas leis municipais impulsionando iniciativas de assistência e/ou assessoria técnica (AT) para habitações (BONDUKI, 1992). (MANAIA; GUERREIRO, 2022).

Ainda que se colocar como sujeito político abrisse um campo de disputa entre movimento e ATHIS, existia uma relação de companheirismo entre os atores no sentido de entendimento e definição de estarem na mesma luta. Mais que isso, de reconhecerem ser efetivamente uma luta. Essa associação se travava em torno do fundo público, entendendo que essa luta se dava pelo recurso público, mas que não se cessaria nele^{lxxviii}. Com o orçamento, seria possível fazer a habitação e a cidade que se imaginava com maior qualidade. Toda a disputa da autogestão se daria, portanto, entorno da produção do espaço urbano com qualidade e formação política.

O novo programa (Programa Minha Casa Minha Vida) trazia subsídios vultosos e, além disso, introduzia a modalidade Entidades, que acabou nacionalizando o modelo de construção autogerida pelas comunidades anteriormente existente somente em âmbitos locais, de forma pontual e extremamente vinculada aos movimentos populares na conjuntura dos anos 1980 e 1990. Esse processo – que inevitavelmente acaba levando a

uma padronização da produção –, estando inserido em um programa vinculado aos interesses de reestruturação produtiva de grandes empresas do mercado imobiliário (BARAVELLI, 2014; SHIMBO, 2012) em fase de abertura de capital (FIX, 2011), levou novos desafios ao tema da assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo: novos agentes, para além dos tradicionais movimentos populares de moradia; novas estratégias desses movimentos (GUERREIRO, 2018); novas demandas dentro de periferias, cada vez mais consolidadas e com realidades mais distintas (GIAVAROTTI, 2018); e novas formas de relacionamento dos municípios com a política habitacional, agora promovida por meios mais diversificados. (MANAIA; GUERREIRO, 2022)

O Golpe de 2016, no entanto, passa a minar sistematicamente os recursos voltados ao PMCMV-Entidades, descontinuando a atuação da produção habitacional no país, sobretudo essas associadas aos movimentos sociais e às ATHIS. Os próximos quatro anos, em continuidade às atribuições do governo Temer, reduziram ainda mais os orçamentos para as políticas habitacionais, fossem elas federais, estaduais ou municipais. É no mesmo ano do golpe, no entanto, que o CAU/BR decide em destinar um mínimo de 2% das suas arrecadações de cada regional às ações estratégicas desses grupos, demonstrando uma nítida transformação das ações de AT (antes muito mais vinculadas a programas públicos e a movimentos populares organizados) em direção a um fomento dirigido por uma entidade de classe, com interesses próprios e regionalizados (MANAIA; GUERREIRO, 2022).

Seria possível, assim, imaginar que aquele contexto de 30 ou 40 anos atrás viria associado a um horizonte de expectativas que, na atualidade, não mais se efetiva. Qual seria o sentido político de travar essa luta dentro da ideia de uma política pública cada vez mais desmontada? A ideia de direito, portanto, se esvazia, assim como a de autogestão tal qual foi construída nas décadas de 80, 90, muito atrelada ao que se quis pelo direito participativo. O que se verifica, tomando os apontamentos dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo, feitos por minha interlocutora, é que esse esvaziamento caminha na direção de uma perspectiva de gerenciamento de demanda cotidiana, sem um compromisso com a formação política ou encaminhamentos que pudessem de fato transformar estruturalmente o acesso à moradia. Ainda que a forma de produção habitacional e dos espaços não tenham efetivamente transformado os caminhos da produção habitacional no Brasil – e não o fariam sozinhos – pareciam existir trajetórias mais bem definidas para seguir com a luta do que se entendia como uma luta por direitos sociais. A atualidade, porém, revela que a atuação desses grupos, assim como a lacuna das políticas habitacionais, não aponta caminhos, mas limites, ao se restringir a atender as demandas da urgência cotidiana, se encaixando em ações cada vez mais assistencialistas.

Os editais do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, nesse sentido, reordenariam protagonismos de atuação nesses territórios, voltados agora para sua categoria. Evidencia-se, assim, uma contradição histórica que os próprios profissionais do campo da arquitetura sempre reivindicaram: um certo protagonismo que, agora conferido, nos transforma em prestadores de serviço na eventualidade dessa transformação ser possível. Junto a isso, com a ampliação do acesso à Universidade, as assessorias técnicas veem mudar a composição dos seus profissionais. Se nas décadas anteriores o modelo funcionava, em sua maioria, na forma do voluntário ou do engajamento político, uma vez que a maioria das pessoas que tinham acesso à Universidade e que se formavam originavam de famílias capazes de sustentá-las em um trabalho que pudesse remunerar pouco ou com uma frequência não muito bem estabelecida, o corpo de funcionários dessas ATHIS, agora, origina de classes sociais menos abastadas e que precisam da remuneração. Nesse sentido, os editais aparecem com recursos de manutenção dos corpos técnicos desses grupos.

Dentro dessa perspectiva, é possível pensar que houve uma alteração significativa no contexto de financiamento das atuações nesses territórios, que se adequaram de forma bastante contundente a um formato neoliberal de financiamento: processos mais curtos que impedem envolvimento político e dão conta de demandas cotidianas que se encaixam em planos de urgência ou mitigação de riscos. Se por alguns anos a atuação nas assessorias técnicas nem sempre foram encaradas como um mercado de trabalho e sim como uma atuação militante, ainda que seus profissionais fossem remunerados nos casos em que havia financiamento, a partir do momento em que essa atuação passa a ser encarada como mercado de trabalho, seja por financiamento do PMCMV, do conselho, ou até mesmo dos próprios moradores, entender as ATHIS como mercado de trabalho elucidada as contradições deste mercado que recaem sobre elas e, conseqüentemente, o esvaziamento do sentido político.

Se o formato neoliberal de produção habitacional se manifesta através das mediações entre CAU, movimento social, moradores e ATHIS, a forma “prestação de serviços”, como vimos acontecer na Promessa para o desenvolvimento do plano emergencial seria, portanto, o formato ultraliberal de produção de moradia e cidade? É verdade que não é nova a prática de rateio e pagamento das implementações ou até mesmo da compra do terreno por parte dos moradores, como vimos na passagem de uma das interlocuções. Porém, o que parece ser novo, é que essa seja a única prática possível neste cenário de lacuna das políticas públicas de acesso à terra e à moradia.

Dentro disso, me questiono sobre o lugar do movimento social nessa balança de forças e interesses que incidem sobre o território. Tomo como exemplo algumas práticas do Movimento

dos Trabalhadores Sem Teto para pensar esse lugar, bem como suas diferenciações com o Insurgência do Povo que atua no meu campo e que pude acompanhar mais de perto. O MTST aplica uma metodologia, como minha interlocutora comentou, que se denomina “Levantar Bandeira”: consiste em auxiliar na entrada em campo nos momentos de início das ocupações, de forma que esta nova luta estaria protegida pelo movimento, mas sem necessariamente deslocar células ou lideranças para este novo lugar, revelando total descolamento do movimento social com as ocupações. O movimento possui uma assessoria técnica própria, assim como assessoria jurídica, que buscam auxiliar as diversas ocupações que cabem embaixo deste grande guarda-chuva. Essa prática homogeneiza as formas de luta, mas tem como pretensão viabilizar a existência de ocupações de luta por moradia, expandindo campo não apenas para uma futura regularização e acesso à moradia – se acontecer, excelente - mas desbravando caminhos para a atuação de agentes, por exemplo, como os discutidos até aqui. Em suma, é essa prática que abre espaço para e legitima a necessidade de formas de atuação como a que vem sendo desenvolvida pelo CAU, até aqui discutidas.

Meu campo, no entanto, apresenta algumas divergências dessas práticas, ao passo em que revela outras contradições. O Insurgência do Povo, como pude observar, parece atuar a partir de uma perspectiva de se fazer presente, que se manifesta nas atividades de formação, construção de espaços comunitários, promoção de atividades infantis, educação de jovens e adultos, coletivos feministas, aulas de autodefesa, oficinas profissionalizantes, entre outros, que constroem a imagem dos integrantes como líderes e, conseqüentemente, como referência para os moradores. No entanto, ainda que a existência dessas atividades seja vista como muito importante pelos moradores, elas não assumem um caráter emancipatório ou de construção de um sujeito político, porque são também formas assistencialistas de atuação. Ainda que tragam em si momentos de formação político-social, muitas delas funcionam mais como construção de lugares de resistência, baseando-se na ideia de que a própria luta forma, sobrepondo-se à ideia de que as ocupações são necessariamente espaços de emancipação

Uma passagem do campo me ajuda a exemplificar essa ideia: entre as idas e vindas e os “disse, não disse” das conversas com o secretário, em abril de 2022 a prefeitura e o dono do terreno decidiram encaminhar o processo de regularização daquela terra para as famílias e, juntamente com a Caixa Econômica Federal, dariam início aos financiamentos dos terrenos baseados nos dados cadastrais de cada família moradora. Quando Marcela passava as informações na reunião de associação de moradores, comentou que as famílias que tivessem melhores condições financeiras, conseguiriam pagar uma parcela maior do financiamento e, conseqüentemente, obter o título da propriedade em um tempo mais reduzido. Foi então que uma moradora a

interrompeu: “queria ser essa família pra ter a minha casa logo”. A advogada rebateu que seria essa nada mais que a reprodução de uma lógica privada de acesso à moradia, solucionando, mais uma vez, a questão pelas vias da financeirização. A resposta da moradora foi curta e certa: “mas pelo menos terei minha casa”.

Dentre agentes que incidem sob esse território, é preciso posicionar o mundo do crime diante das novas formas de financiamento dos trabalhos que são ali praticados. Tanto minhas interlocutoras arquitetas quanto os próprios moradores relataram em nossas conversas, sempre de forma muito cautelosa, a presença de integrantes do PCC na ocupação. Durante o tempo que Luisa atuou naquele território, pôde me confessar que, nos momentos em que as atuações do movimento social se mostravam mais arrefecidas, com problemas entre as lideranças e trocas constantes delas, o crime se fortaleceu e expandiu sua área de controle. Seria lógico imaginar, portanto, que uma vez consolidadas as lideranças do movimento, como se dá atualmente, seria possível, ao menos, conter o avanço dessa normativa naquele território. Apesar disso, o que as conversas “de corredor” me mostraram, foi que a regularização da área parece se mostrar como um caminho promissor para o mundo do crime, verificado na fala dos moradores quando denunciam a intensão de certos vereadores em viabilizar a regularização antes que o movimento social a faça. Nessa perspectiva, os moradores me contaram que existia certas divergências entre a vontade da regularização que o movimento tinha e o mundo do crime. Mais recentemente, este último tem construído relações mais próximas com o movimento social na busca pela regularização da área.

Essa nova associação revela a hipótese de uma novidade: os interesses do mundo do crime no mercado de terras, vinculado ao movimento social de luta por moradia. Na esteira da experiência dos movimentos sociais em regularização dos terrenos e conquista da casa, dois interesses se unem nesse mesmo lugar: se o crime pretende expandir seus mercados de atuação para o mercado imobiliário, é mais vantajoso que essa área esteja regularizada – ainda que exista compra e venda de terrenos na ocupação como ela se dá atualmente. Em contrapartida, a área regularizada se configuraria como vitória para o movimento social, de forma que cada um dos atores trabalha no seu nicho e expertise pelo mesmo resultado, que nada mais é que a formação de mercados informais, gerando propriedade e produto, para uns, e casa para as famílias aos olhos de outros. Se coloca, portanto, o mundo do indistinto, através da regulação dos mercados informais. Na esteira do desmonte das políticas públicas e dos caminhos de acesso à moradia cada vez mais financeirizado, onde tudo é mercado e a noção de direito já não faz sentido, é justamente pelas vias do mercado em que essas situações vão se resolver, mas não o mercado imobiliário, como se imagina, e sim o popular e informal.

A partir dessas novas associações, é possível pensar que tais práticas possam levar a uma redefinição das faixas dos cinturões periféricos nas metrópoles, inaugurando dinâmicas de expansão periférica e reordenando seus atores no território. Como coloca Simoni, a produção da periferia não é mero resultado ou rejeito de uma acomodação social às novas modalidades e configurações da economia. Os espaços marginais são um elemento ativo no processo de produção do espaço urbano contemporâneo porque são justamente essas condições de exceção que constituem a base da acumulação que tem na reprodução da periferia um de seus fundamentos. A violência e o exercício de atividades não regulamentadas são integrados ao núcleo da reprodução social mais geral e se conectam com essa forma de produção do urbano a partir dos negócios imobiliários ilegais que ampliam as margens do espaço construído. O mercado ilegal de terras nas franjas do tecido urbano articula uma miríade de ilegalismos que vão desde as formas mais elementares ligadas à sobrevivência, passando pelo trabalho precário e pela dívida, até os sistemas de controle e gestão dos diversos negócios do crime. O abastecimento demográfico contínuo das franjas é uma condição para essa modalidade de negócios e a segregação se torna, assim, um instrumento da acumulação. Para que o ordenamento social que mantém ativas as premissas desse complexo de negócios sigam funcionando, é preciso considerar a emergência de formas de governo diferenciais nessas áreas (SIMONI, 2022).

Nesse sentido, é possível imaginar que quem dá as cartas dessa ética é o crime e não os movimentos sociais. O lugar do movimento, nesse jogo, é ocupado nas ações de diálogo com o Estado, mas toda a normativa do cotidiano de como as coisas funcionam, do que pode ou não, de proteção e autorização do que vem acontecendo no território, passa pelas regras do crime, seja ele um território mais ou menos violento, seja esse diálogo com o movimento mais ou menos amigável.

No sentido do que se vem demonstrando aqui, de perda de um horizonte político, onde a urgência do morar, do comer, do trabalhar e do viver no mínimo, aprofundadas pela crise decorrente da pandemia, mas também das consequências geradas pelo governo Bolsonaro, a discussão sobre o neoliberalismo, empreendedorismo, barbárie na periferia, mercados populares, novas normatividades, novos agentes - que não é só crime, mas o CAU, as Universidades, as organizações sociais, etc, com muito mais proatividade e prestação de serviços, atuam e reforçam suas atuações nesses territórios ao passo que parecem solucionar, ainda que a curto prazo, essas urgências. Esse modelo tem se mostrado diariamente falido, porque parece resolve as emergências quotidianas, mas produzem cada vez mais precariedades, e, apesar de falido, vem sendo defendido e aprimorado no caminho de adequação do neoliberalismo ao capitalismo periférico, transformando movimento social em entidade social para gerenciar uma

demanda que se quer que seja gerenciada. Ou seja, um grande conglomerado financeiro que usa o movimento para gerenciamento de demanda e exploração dos mercados populares, que tem sido, há um bom tempo, um mercado de exploração bastante rentável.

Dentro dessa exposição, é possível imaginar que existe algo de novo na produção desses territórios populares, não necessariamente porque os agentes são novos – ainda que seja possível que novos agentes se incorporem e moldem os caminhos dessa produção – mas porque suas associações e formas de atuação nesses territórios tem apresentado uma relação cada vez mais entrelaçada às práticas neoliberais de produção da moradia e da cidade. Seria possível pensar que esses arranjos até aqui expostos se configuram como arranjos comerciais ou empresariais, que funcionam dentro da lógica de um empreendedorismo social que se reveste de uma contribuição para a construção de uma atividade que se estabeleça como instrumento de acesso e garantia de direitos, mas que na prática reproduz as lógicas de empreendimentos comerciais. A questão aqui colocada, no entanto, é sobre a falta de clareza nos propósitos, resultados e consequências da promoção de certas formas de atuação, na medida em que se cria ativamente um campo de indeterminação que, longe de ser neutro, colabora para a privatização da atuação em habitação social, uma temática essencialmente pública, do campo dos direitos sociais.

Considerações Finais: Esperar Promessa

Discutir a produção do espaço urbano contemporâneo exige tanto a compreensão das dinâmicas capitalistas, mais especificamente do capitalismo em seu momento financeirizado e neoliberal^{lxxix}, os agentes nele envolvidos, como também a constituição dos mecanismos de subjetivação^{lxxx} neoliberal, uma vez que a conformação dos espaços, das experiências de trabalho e das experiências de moradia se entrelaçam e se constituem nesses mesmos processos. As leituras atuais sobre o neoliberalismo têm focado, em análises macroestruturais, sua caracterização como uma reconfiguração econômica no contexto histórico do capitalismo, com implicações ao longo dos últimos 40 anos. Essas implicações abrangeram e continuam afetando experimentações de reestruturação estatal, privatizações, liberalização dos fluxos de capital e austeridade fiscal. Além disso, houve mudanças nas relações entre capital e trabalho, um aumento significativo das terceirizações, a redução de políticas de proteção social e o enfraquecimento do ambiente regulatório em favor do livre-mercado, em detrimento dos interesses das grandes corporações e do capital financeiro (HARVEY, 2008; KLEIN, 2008).

Se desdobrou no mundo a partir da década de 1970, e no Brasil mais recentemente a partir de 1990, uma privatização da esfera pública, em detrimento de uma publicização do setor privado, onde “todas as funções nas quais [o Estado] não demonstra dispor de uma vantagem comparativa relevante”, como coloca Paulo Arantes (2000), embaralhando a noção de sentido político entre o social e o econômico, produzindo um social privatizado que passa a ser gerido e administrado como negócio e mercadoria no varejo, tendo o Estado^{lxxxi} como grande protagonista e articulador dos atores que atuam intensificando cada vez mais o processo de privatização do social nesses territórios.

O princípio do neoliberalismo é a concorrência e o seu modelo é a empresa. Em uma palavra: é a universalização da razão capitalista. Essa lógica não conhece fronteiras: ela é global em dois sentidos do termo, planetária por sua dimensão e transversal por sua aptidão em penetrar todos os domínios da existência humana. Todos os países devem se abrir à concorrência e à livre circulação de capitais e mercadorias, toda atividade deve se inscrever em um quadro concorrencial e deverá se organizar segundo a forma empresa. A concorrência é a nova lei do mundo, ela envolve os grandes grupos oligárquicos e os Estados que os apoiam contra as populações e os assalariados. A competitividade é um princípio quasi-constitucional, o princípio supremo do novo direito público. O Estado sai desse processo transformado em sua função e forma: ele se tornou um agente muito poderoso da transformação neoliberal da sociedade em nome da necessária “competitividade”. Nenhum “mundo comum” pode existir lá onde a mais brutal concorrência pela acumulação de riquezas foi levada ao estatuto de lei mundial. Três

aspectos ao menos da racionalidade neoliberal foram e continuam na ordem das contestações e das lutas: a degradação social e econômica da posição dos dominados, resultantes da lógica ao mesmo tempo competitiva e desigual do capitalismo neoliberal; a degradação acelerada do meio ambiente; e a degradação da via política democrática. (BARROS; DAL'BÓ DA COSRA; RIZEK, 2018, p.164)

Ainda segundo Arantes (2000), em um “mundo inteiramente racionalizado pela economia monetária”, não apenas se transformam as formas de governar deste Estado privatizado, como também as suas disputas políticas, agora esvaziadas, embaralhando as noções de direitos, cidadania e participação social à uma nova gramática empresarial das parcerias, da filantropia e do assistencialismo, que colonizam as práticas de luta por acesso aos direitos e exercício da cidadania, de tal modo que as políticas sociais têm adotado uma abordagem que se assemelha a uma tecnologia de gestão neoliberal dos territórios vulneráveis, operando por meio de projetos sociais privatizados, através de Organizações Não Governamentais, Associações de Moradores, Movimentos Sociais, Assessorias Técnicas, grupos religiosos, Universidades, entre outras organizações que adentram esses territórios atuando, em sua maior parte, na construção de projetos empresariais que visam sanar, sobretudo, urgências cotidianas.

Tal empresariamento dos projetos sociais decorrente da *presença-ausência* do Estado, não incide somente na organização e gestão das ações, mas no próprio modo de pensar e agir dos sujeitos. Os cursos de profissionalização, oferecidos pelo movimento social e pela associação de moradores, as ONG que se coloca como intermediadora entre empresas e moradores desempregados, oferecendo palestras de empoderamento feminino e empreendedorismo ou mesmo a fala da moradora que assume querer ter melhores condições financeiras para poder comprar mais rápido o título da casa, somado à desconfiança em relação ao Estado, especialmente aos políticos, há uma tendência crescente de optar pela gestão privada dos projetos sociais, especialmente na busca por iniciativas de geração de renda, assim como do próprio território. Essa escolha encontra nos espaços deixados pela ausência de políticas públicas um meio privilegiado para sua legitimação.

Esse processo se coloca, portanto, inaugurando uma nova modalidade de discurso e pensamento que incorpora às maneiras cotidianas de compreensão da vida e do mundo permeadas sempre por uma lógica empresarial, onde a relação cidadãos-consumidores-empresendedores se estabelece, sobretudo, na luta por direitos e exercício da cidadania. No entanto, tais direitos e cidadania, na esteira do neoliberalismo, nada mais são que os direitos e a cidadania do mercado.

O significado da participação foi despolitizado e reduzido à gestão. Por fim, o projeto neoliberal desidratou os sentidos da ideia de cidadania anteriormente defendida pelos

movimentos sociais a uma relação direta, individualista e sedutora com o mercado: “Num contexto no qual o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania” (DAGNINO, 2004). (Laczynski, Pulhez, 2023)

Vale ressaltar, como coloca BROWN, 2018 que, o cidadão-consumidor-empreendedor, agora assim entendido, se configuram como agentes responsáveis e culpabilizáveis por suas vidas e pela vida da nação (BROWN, 2018), configuração esta que cai como uma luva na esteira da reestruturação econômica associada ao desmonte das políticas públicas e que se apresentam como única alternativa à crise. Ou seja, a *presença-ausência* do Estado na supressão das políticas públicas de acesso aos direitos, pautados na ideia de austeridade e crise fiscal, transferem para os cidadãos-consumidores-empresários a responsabilidade do “sacrifício compartilhado” de socialização da crise e de buscar novas alternativas para as condições de precariedade em que vivem.

Esse modo de operar tem um impacto expressivo na vida cotidiana e na territorialidade das periferias, que se atesta pela forma como tais projetos acabam servindo de esteio social precarizado nos espaços populares. Tratam-se de redes de projetos e negócios sociais localizados nos territórios e liderados por fundações empresariais, ONGs e igrejas que defendem a filantropia, agem a partir da constituição de novas lideranças comunitárias, do uso de tecnologia, da precarização do trabalho, de narrativas que enfatizam o pragmatismo e a defesa da liberdade individual. Por fim, a própria comunidade, sob o desamparo de políticas públicas inconsistentes, se agarra à essa narrativa e encontra nas ONGs e igrejas e, conseqüentemente, na narrativa do cidadão-consumidor, empresário e responsável por si e pelo social, a segurança de que precisa. (Laczynski, Pulhez, 2023)

As transformações até aqui apresentadas inauguraram também regulamentações e normativas morais modificadas desde a década de 1970, que se formaram, neste período, marcadas pela mobilidade ascendente das famílias, tendo como sustentação perspectiva fabril, a religião católica e a moral do trabalho, tomando a figura do trabalhador como elemento central para melhora nas condições de vida, se descredibilizaram, nos anos 1990, em razão do desemprego e da criminalização do jovem periférico, trazendo as religiões neopentecostais como o abrigo para esse cenário de desilusão, e se reconfiguraram, a partir dos anos 2000, transformando os sujeitos periféricos de “potencial bandido” em “trabalhador capacitado para o mundo do trabalho” (ROCHA, 2014, p. 321). Tais modulações inauguram novas fronteiras de reprodução da vida dos sujeitos periféricos (FELTRAN, 2010; 2014), que atuam também como poder disciplinador e

moralizante, reconfigurando discursos e preparando tais sujeitos para as condições de precariedade que se desenham nessa nova racionalidade.

A imagem estigmatizada de que o morador de favela ou é vítima ou é bandido é o fundamento daquilo que legitima a atuação dessas iniciativas, no sentido de impor aos moradores das periferias (e sobretudo aos jovens) um comportamento dócil e submisso. Além disso, serve ainda para legitimar o trabalho precário como uma alternativa de empreendedorismo e potencial sucesso individual. Segundo Rocha (2014), a participação em projetos sociais e de capacitação empreendedora oferecidos por ONGs, por exemplo, retira o “carimbo”, o marcador de origem da violência e do perigo colado a estes jovens, firmando a promessa da inserção profissional, que, no entanto, não se realiza em mais de 70% das trajetórias pesquisadas pela autora. (Laczynski, Pulhez, 2023)

A reestruturação estatal em contexto neoliberal produz uma trama de agentes que são figuras do Estado, atuando nas periferias através de políticas que modificam a vida cotidiana daqueles que diariamente calculam como sobreviver, se alimentar, cuidar de suas famílias, morar e permanecer naquele lugar onde lutam para um dia chamarem de seu. O que se buscou apresentar neste trabalho foi a compreensão da produção do espaço urbano, do planejamento urbano na presença-ausência do Estado e da vida cotidiana emaranhada por tensões e atores que se combinam nesse pedaço de cidade em formação para criar um novo terreno onde se coloca essa nova política oriunda de um contexto de desmonte e ressignificação da ideia de direitos e cidadania em um território marcado pela precariedade que, cada vez mais, se aprofunda.

Nesse sentido, neoliberalismo e produção da pobreza se articulam a partir de empreendimentos sociais e formas assistencialistas e filantrópicas, movimento social de luta por moradia, moradores, igreja, associação de moradores, crime, Estado, organizações não governamentais, sociedade civil, entre outros, numa espécie de trama de produção de precariedades fundamentada na forma empresa de compreensão e reprodução da vida. Os campos trouxeram alguns desses elementos: trabalhos informais que aumentaram na pandemia, sobretudo a procura por trabalhos de aplicativo, grupos de formação e profissionalização de moradores como complementação de renda, sobretudo de mulheres, movimento social e crime, rateio da implementação da infraestrutura urbana entre os moradores para que a vida naquele lugar se torne um pouco mais confortável, enquanto se viabiliza a regularização da área, a autoconstrução da infraestrutura urbana, e das próprias casas, pelos próprios moradores.

Uma vez que esta pesquisa se propõe a compreender a atuação dos movimentos de luta e emancipação pelo direito à moradia, me questionei o tempo todo durante este trabalho, se o movimento que o acompanha não atua em uma espécie de indistinção, de zona cinzenta,

permitindo uma intensa mescla associativa, de nichos de empresariamento, práticas empresariais de todos os tipos, conduzindo àquilo que Benjamin chamou de Estado de Exceção, noção à qual me permito acrescentar a noção de zona de espera, na concepção de Paulo Arantes. Seriam, portanto, os elementos trazidos pelo campo, peças importantes para a composição de tal situação de indistinção e espera permanente que vivem esses sujeitos, transformando essas vidas de forma que nunca se concretize de fato a conquista de cada e da melhor nas condições de vida, articulados pelo movimento social que tenta, constantemente, pelas vias jurídicas e de formação política, viabilizar a noção de direito e cidadania que se esvai.

Tais noções de indeterminação, indecidibilidade, indistinção e, por outro lado, as dimensões produtivas das formas de poder e de governo, das formas de gestão das linhas que se afirmam e se esgarçam na tensão entre legalidades e ilegalismos, atuam aqui não como uma força "que vem de cima" capaz de ser vencida pela luta à moradia, mas como uma linha que costura todas essas noções e conformam as relações estabelecidas. Nesses termos, seria possível pensar a ocupação como um lugar primeiro de produção de uma sociedade e, por isso, seus atores performam se constituindo, um perante o outro, em alguns momentos, um contra o outro, em outras situações, mas constantemente atados entre si. Dessa forma, o crime, a igreja, as empresas e os movimentos sociais atuam como extensões e variações de uma "violência da urbanização" (SAMPAIO, 2015). Essa violência aparece mediada pela propriedade privada, pelo Estado e planejamento urbano, desempenhando papéis fundamentais na reprodução da valorização imobiliária e na segregação socioespacial, além da vida cotidiana, permeada pela privação do urbano, que se manifesta nas várias faces do empreendedorismo popular, este impulsionado por diversas estratégias de autogerenciamento do trabalho, com a necessidade comum de gerar renda para a população precariamente inserida no mercado formal de trabalho na contemporaneidade.

Pensando nos termos de Rancière e na possibilidade de uma dimensão dissensual da atuação do movimento de luta por moradia nesse novo lugar que se origina, o que se vê é um esgotamento de perspectivas de um movimento social de luta por moradia que atua permeado pelas transformações neoliberais até então descritas, de uma forma que segue as contradições do contexto em que está colocado, ora produzindo espaços de formação e luta política, ora gerenciando os atores que reproduzem no território a racionalidade empresarial que produz e reforça a precariedade do lugar.

É nesse esgotamento de perspectivas que me coloquei a pensar sobre os moradores que moram ali, mas têm espalhado pelas ocupações nos arredores da cidade, ou mesmo pelo Brasil, outros

terrenos e casas que alugam e vendem para complementação da renda da família. As conversas com os moradores me mostraram que essa prática é entendida como errada dentro das ocupações, mas, para além do certo e do errado, ela está associada à forma como aquelas pessoas pensam seu futuro e o futuro de suas famílias. Nessa intensa zona de indistinção e espera que se encontram esses moradores, seriam essas estratégias que optam para sobreviver. Garantir uma casa em cada ocupação, com o risco do despejo sempre à porta, não poderia ser uma forma de imaginar um futuro mais seguro numa vida repleta de precariedades permeada pelo menos de perder o pouco que se tem? Não seria essa, portanto, a mesma lógica empresarial e mercadológica de sobreviver, de forma que os terrenos e casas em pedaços precários de cidade se transformem em ativos de investimento?

Na esteira da compreensão da produção da cidade, tendo como objeto de análise os territórios populares, que forma urbana toma esses ativos de investimento na precariedade? A escolha dos moradores por reduzir os espaços de lazer para a ocupação deles com mais lotes para casas reproduz, neste pedaço de cidade que se forma, a mesma lógica da “cidade formal”, que se verticaliza e ocupa todos os espaços possíveis para a implementação de novas unidades, seja em conjuntos habitacionais, seja para especulação imobiliária. Vale ressaltar que a demanda dos moradores de redução dos espaços livres não teve como motivação a especulação da terra, mas segue a mesma referência de espaço que se tem do que já está construído. Para além disso, a demanda dá conta da urgência do morar e não do habitar. Dá conta de assentar mais famílias, em detrimento da qualidade do bairro que se constrói.

Dos entrelaçamentos e transformações que decorreram desde a década de 1970 até aqui, viu-se um “deslizamento semântico” (RIZEK, XXXX) das noções de sociedade civil, participação e cidadania, de modo que a própria ‘linguagem dos direitos’ se esvaziou de sentido político, quando a ênfase em filantropia foi fortemente e propositadamente incentivada, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais criminalizados e a participação social reconfigurada como trabalho voluntário e sinônimo de responsabilidade social por parte de indivíduos e empresas, em uma nítida perspectiva privatista e individualizante. O projeto neoliberal desidratou os sentidos da ideia de cidadania anteriormente defendida pelos movimentos sociais a uma relação direta, individualista e sedutora com o mercado: “num contexto no qual o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania” (DAGNINO, 2004). Se uma ocupação de terras se coloca como um lugar primeiro de estabelecimentos de relações sociais possíveis de se estabelecerem ali, em um contexto de ausência de políticas públicas e fortalecimento das noções empresariais da vida, a articulação entre seus atores, não poderiam, portanto, escapar da produção e

reprodução da forma empresarial da cidade e da vida e, sobretudo, da forma empresarial de produção precária da cidade e da vida.

Referências Bibliográficas

- ABÍLIO, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. *Estudos Avançados*, 34(98), 111-126. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002
- AMETRANO, Lucrecia et al. *Técnicas de investigación social*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, São Paulo, Boitempo, 2009
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014
- AZÁIS C, KESSLER G, TELLES V. *Ilegalismos, Cidade e Política*. Editora Fino Traço, Belo Horizonte, 2012
- BARROS, J. DAL'BÓ DA COSTA, e RIZEK, C. *Os limites da acumulação, movimentos e resistências nos territórios*. São Carlos: IAU USP, 2018
- BATISTA, Tarciano Silva. *A VIDA NUA COMO ARCHÉ DA BIOPOLITICA EM GIORGIO AGAMBEN / Tarciano Silva Batista*. – João Pessoa, 2019.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre a crítica do poder como violência*. In: *Walter Benjamin: O anjo da História*. Trad. João Barrento. 2ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2013a; p. 57-82.
- _____. *Sobre o Conceito da História*. In: *Walter Benjamin: O anjo da História*. Trad. João Barrento. 2ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2013b; p. 7-20.
- BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo*. Politeia, São Paulo, 2018.
- CABANES, R. (Org.) ; Georges, Isabel (Org.) ; RIZEK, C. S. (Org.) ; Telles, V. S. (Org.) . *Saídas de Emergência - ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. v. 1. 478p .
- D'ALMEIDA, C. 'Concessa Venia: Estado, Empresa e a Concessão da Produção do Espaço Urbano'. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2019.
- CORTÊS, M. (2021). A REVOLTA DOS BASTARDOS: do Pentecostalismo ao Bolsonarismo. *Caderno CRH*, 34, e021025. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.46419>
- COSTA, Henrique Bosso da. *Entre o lulismo e o ceticismo: um estudo de caso com prounistas de São Paulo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2016.tde-15022016-120350. Acesso em: 2023-12-03.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016
- LAVAL, Christian. *As duas faces do neoliberalismo contemporâneo*. Trad.: Cibele Saliba Rizek. 2019 - Apenas uso interno
- DAS, Veena. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- DAS, Veena. *Textures of the Ordinary: Doing Anthropology after Wittgenstein*. New York: Fordham University Press, 2020.
- DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. Trad.: Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.
- FELTRAN, G. "A atualidade de A espolição urbana". In: *Blog da Novos Estudos*, 2017. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/a-atualidade-de-a-espoliacao-urbana%C2%B9/>, acesso em 20.12.2021.
- FELTRAN, Gabriel. *Valor dos pobres: A aposta do dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo*. *Cadernos CRH*, vol. 27, p. 495-512, 2014. FELTRAN, Gabriel. *Formas elementares da vida política: Sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-)*. *Blog Novos Estudos Cebrap*. 2020. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/formas-elementares-da-vidapolitica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013/>. Acesso em 20.12.2021.
- FELTRAN, Gabriel. *Polícia e política: O regime de poder hoje liderado por Bolsonaro*. *Blog Novos Estudos Cebrap*. 2021. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/policia-e-politica-o-regime-de-poder-hoje-liderado-porbolsonaro/>. Acesso em 20.12.2021.

FIX, Mariana. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. Urbanismo: dossiê São Paulo-Rio de Janeiro. Campinas, PUCCAMP/PROURB, 2004, p. 185-198

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008

GAGO, Verônica. A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo, Editora Elefante, 2018.

GEORGES I. RIZEK C. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores. Contemporânea, v. 6, n. 1, p. 51-73, Jan–Jun 2016

GUBER, Rosana. La etnografía: Método, campo y reflexividad. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. Habitação a contrapelo: As estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. O Urbano e as Lutas. Passa Palavra, 17/02/2020. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2020/02/129892/>> Acesso em: 30/03/2020

GENTIL, D. LAVINAS, L. Brasil anos 200: A política social sob regência da financeirização. DOSSIÊ Balanço Crítico da Economia Brasileira (2003-2016). Novos estudos, CEBRAP, São Paulo, v.37 n02 p. 191-211, 2018

HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço. Editora Anna Blume, São Paulo, 2005

Joana Oliveira, “Não tem trabalho, não tem vacina”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-11/nao-tem-trabalho-nao-tem-vacina.html>

HIBOU Béatrice, La Bureaucratization du monde à l’ère néolibérale, Paris : La Découverte, 2012.

KESSELMAN, Donna; AZAÏS, Christian. Les zones grises d’emploi: vers un nouveau concept dans la comparaison internationale du travail? L’exemple des Etats-Unis et de la France, 2011. Disponível em: <http://metices.ulb.ac.be/IMG/pdf/KESSELMAN-AZAIS.pdf>. Acesso em : 27 mar. 2020.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

Lefebvre Henri, O direito à cidade, São Paulo, Ed. Moraes, 1991.

LEITE, Márcia Pereira. Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca, tese doutorado, 398 p.. Rio de Janeiro 2001 (Tese de doutoramento em Sociologia).

_____. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 374, 2012.

Leonardo Vinicius Liberato, “A inovadora parceria entre o iFood e as milícias”. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-inovadora-parceria-entre-o-ifood-e-as-milicias/>

Ludmila Costhek Abílio, “Uberização do trabalho: subsunção real da viração”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>

MACHADO DA SILVA, Antônio. “Da informalidade a empregabilidade”, CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MARX, KARL. A chamada acumulação primitiva. MARX, Karl. O Capital: para a crítica da economia política. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013. p. 833-885.

MARX, K. “[Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade]”, in: _____. Grundrisse. Boitempo, São Paulo, 2011, pp. 578-596.

MORAES, Alana. Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo. usjt – arq.urb, número 23. Disponível em <https://www.usjt.br/arq.urb/numero-23/4-alana-moraes.pdf> (acesso em 2/8/2019). Setembro-dezembro de 2018a.

OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. . Petrópolis: Vozes. . Acesso em: 03 dez. 2023. , 1998

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. E PAOLI, M.C. (orgs). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 55-81.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a Exceção. Ou o Estado de Exceção? In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol.5, n.1, maio de 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2003v5n1p9>

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. E PAOLI, M.C. (orgs). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 55-81.

Pallamin, V. (2010). Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière. Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), (12), 6-16. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i12p6-16>

PULHEZ, M. M.; LACZYNSKI, P. . Projetos sociais-empresariais na periferia de São Paulo: notas sobre neoliberalismo, Estado e gestão territorial. In: Encontro Nacional da ANPUR, 2023, Belém. Anais do XX ENANPUR, 2023.

RANCIÈRE, Jacques. A Partilha do Sensível. Estética e Política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo, Editora 34, EXO experimental.org, 2005.

RANCIÈRE, J. “O dano: política e polícia”; “A razão do desentendimento”, in: _____. O desentendimento. Editora 34, São Paulo, 1996, pp. 35-54; pp. 55-70.

RIZEK, C. S. “Um balanço de pesquisa: 10 anos na Zona Leste e um social reconfigurado”. In: Revista Cidades, v.13, n.22, p. 94-140, 2016.

RIZEK, Cibele. Um mosaico macabro. Trabalho, moradia, violência de Estado: modulações contemporâneas. In: Revista Proposta FASE, Rio de Janeiro, 2019

RIZEK, C. S.. Temporalidades e Liminaridades. In: Fabiana Dultra Bretto e Paola Berenstein Jacques. (Org.). Corpocidade Gestos Urbanos. 1ed.Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2017, v. 1, p. 172-190.

ROLNIK, R.; SANTORO, P. “Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo”. In: Caderno Metrôpoles, v. 19, n. 39, pp. 407-431, maio/ago 2017.

ROLNIK, S. Cartografia sentimental. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSA, Thaís Troncon. Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. 2014. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014. doi:10.11606/T.102.2014.tde-24022015-101352. Acesso em: 2020-03-11.

ROSA, T.T. Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano. 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Santana, Alan Faustino de. Transformação econômico-espacial da região central de Osasco (1987-2009) / Alan Faustino de Santana. - 2019. 103 f

SENNETT, R. A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999

SIMONI SANTOS, CÉSAR. Da mercadoria impossível à mercadoria ilegal: Estado, mercado e mundo do crime na cidade como negócio. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra)

TELLES, V. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Argvmentvm, Belo Horizonte: 2010.

TELLES, V.; ABRAMOVICS, R. ; LACERDA, L. ; AGUIAR, A.L. ; Ramachiotti, Bruna ; QUINTANILHA, K. ; BRITO, J. M. ; BARBOSA, B. R. . (micro) políticas da vida em tempos de urgência. DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL, v. 59, p. 1-13, 2020.

TELLES, V.; CABANES, R. (orgs.). Nas Tramas da Cidade - trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TELLES, V.S. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, V.S.; CABANES, R. (Org.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006b. p.69-116

THOMPSON, E. P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Sitografia

Ocupação Promessa - Movimento Insurgência do Povo - Por uma cidade onde caibam todas as cidades!, agosto 2013, 1 vídeo (15:27 min). Publicado pelo canal [ADVP Ação Direta de Vídeo Popular](https://www.youtube.com/watch?v=BlW4CCJbqPI). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BlW4CCJbqPI>. Acesso em 10 agosto de 2020

Famílias reivindicam desapropriação de terreno em Osasco, setembro 2013, 1 vídeo (2:22 min). Publicado pelo canal Rede TVT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kSPSP7OpCO>. Acesso em 10 agosto de 2020

Ocupação Esperança o sonho e a luta por moradia, setembro 2013, 1 vídeo (6:33 min). Publicado pelo canal PSTU. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WssHHGPeEHM>. Acesso em 10 agosto de 2020

O Heliponto, setembro 2013, 1 vídeo (5:49 min). Publicado no canal Repórter Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ukuS9jONG1U>. Acesso em 10 agosto de 2020

<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2013/10/03/moradores-de-ocupacao-recebem-ameaca-de-morte-na-grande-sao-paulo/> out/2013 - Sakamoto - Moradores de ocupação recebem ameaça de morte na grande São Paulo

<https://www.youtube.com/watch?v=qjoL7YC3w5w> nov/2013 - CQC - CQC mostra ocupação esperança em Osasco SP. Ameaça de morte

<https://www.youtube.com/watch?v=cX4aGKcDAso> nov/2013 - GGN - Ocupação Esperança reforça segurança após ameaças de desconhecidos

<https://www.youtube.com/watch?v=554x5iMpM7k> nov/2013 - Apresentação Piratas de Galochas na ocupação Esperança

<https://www.youtube.com/watch?v=c70VXMTFusM> mar/2014 - LUTA - Ocupação Esperança bloqueia Anhnanguera em protesto por moradia

<https://www.youtube.com/watch?v=JaXYdyqAU6c> mar/2014 - LUTA - Recado da Esperança para Lapas (fala Aline)

<https://www.youtube.com/watch?v=j9X2X2-7a08> abr/2014 - Estadão - 700 famílias temem ficar sem teto em ocupação de Osasco

<https://www.youtube.com/watch?v=6jaQRq5zupU> abr/2014 - TV RIT Notícias - Conheça a Ocupação Esperança, em Osasco, Grande São Paulo

<https://www.youtube.com/watch?v=lwsXGdnkgk> abr/2014 - X - Pergunta Avana sobre negociação com Prefeitura

<https://www.youtube.com/watch?v=vUs2ifE5Uyk> out/2014 - LUTA - No segundo turno queremos Água!

<https://www.youtube.com/watch?v=l4K4xnCa74A> dez/2014 - LUTA - Mulheres da Esperança

<https://www.youtube.com/watch?v=AODSy9WkAVg&t=47s> fev/2015 - Mulheres da Esperança - Relato "Nete" - lembranças de casa

<https://www.youtube.com/watch?v=G3Kwb-zjrbU> mar/2015 - Mídia Negra - Ocupação Esperança marcha até a Prefeitura de Osasco

<https://www.youtube.com/watch?v=vH8AhAzot8E> mar/2015 - Mulheres da Esperança - Relato Aline

https://www.youtube.com/watch?v=Bey4EvJfc_M&t=10s mar/2015 - Mulheres da Esperança - Relato "Lurdes e Fernanda" a possibilidade de um despejo

<https://www.youtube.com/watch?v=G3rfjy5Hgns> mar/2015 - Mulheres da Esperança - Relato "Solange, Dona Maria, Antonieta" em defesa da moradia

<https://web.facebook.com/lutapopular/videos/34222259304939/> abr/2015 - LUTA - Anhanguera travada! Nem PT, nem PSDB, Queremos o povo no poder!

<https://www.youtube.com/watch?v=f2LpRhXZ6aU&t=21s> abr/2015 - Mulheres da Esperança - Cantoria de Josefa chamando pra festa

<https://www.youtube.com/watch?v=xp8YdBjP-V0> abr/2015 - Mulheres da Esperança - Lata d'água na cabeça - 1 ano e 8 meses da Esperança

<https://www.youtube.com/watch?v=D9D-5NpPrQU&t=28s> mai/2015 - Mulheres da Esperança - Conversar sobre a mulher e a casa - Relato de Ângela

<https://www.youtube.com/watch?v=Orisl13jejs&t=18s> jun/2015 - Mulheres da Esperança - O problema das peruas escolares

https://www.youtube.com/watch?v=MDd_AAXIEul&t=13s jun/2015 - Mulheres da Esperança - O dia que Dani nasceu

<https://www.youtube.com/watch?v=96SSAAVGuO8&feature=youtu.be> ago/2015 - LUTA - Retrospectiva de 2 anos

<https://web.facebook.com/lutapopular/videos/407347346125763/> nov/2015 - TV Globo - Dia Nacional de Lutas na Anhanguera

<https://www.youtube.com/watch?v=4ov3Y-Y8nNs> dez/2015 - X - Jogos Teatrais com Mulheres da Esperança

<https://www.youtube.com/watch?v=iZAUrzBn2OM&t=2s> fev/2016 - Carta Capital - O vai e vem de eletricidade na Ocupação Esperança, em Osasco

<https://www.youtube.com/watch?v=BTJ-2XNqhRU> ago/2016 - Brasil de Fato - Ocupação Esperança, em Osasco, completa 3 anos

<https://www.youtube.com/watch?v=0ZOsFXtp6uE> ago/2016 - LUTA - Somos a Ocupação Esperança e não vamos aceitar o despejo

<https://www.youtube.com/watch?v=1ViU7CCDwTk&t=40s> ago/2016 - LUTA - Guarai Kaiowá apoiam a luta da ocupação Esperança contra o despejo

https://youtu.be/lom0SLeFE_o set/2016 - LUTA - Lapas na Ocupação anunciando o decreto

<https://www.youtube.com/watch?v=ccZrcQ2cLSo> set/2016 - Caio Castor - Incêndio na Ocupação Esperança

<https://www.youtube.com/watch?v=4YrX96vpcz0> set/2016 - Jean Hipólito - Incêndio na Esperança

<https://www.youtube.com/watch?v=NJrVGLrQBQoQ> set/2017 - TV RIT Notícias - Grande Incêndio atinge favela em Osasco

<https://www.youtube.com/watch?v=eBHe1MXMHkM> set/2016 - Jean Hipólito - Agressão das PM ao Avana

<https://www.youtube.com/watch?v=MnWwOv4PtMI> set/2016 - TVT - Comunidade vai reconstruir casas destruídas por incêndio em Osasco

<https://www.youtube.com/watch?v=sjpQ6Xj1m5Y> set/2016 - TV RIT Notícias - Famílias já planejam reconstrução após incêndio em Osasco

https://www.youtube.com/watch?v=wfe7f7AfK_Q set/2016 - Gabi Moncau - Ocupação Esperança pós incêndio - o que o fogo não queima

<https://www.youtube.com/watch?v=mQ55wRfKygc> set/2016 - CSP Conlutas - O Recomeço da Esperança

<https://www.youtube.com/watch?v=sP3MxxV7pvA> set/2016 - PSTU - Ocupação Esperança, A Luta Continua

<https://web.facebook.com/lutapopular/videos/502075296652967/> set/2016 - LUTA - Informes Ocupação Esperança

<https://www.youtube.com/watch?v=6pAdZ1BQEV8&t=13s> set/2016 - Jean Hipólito - trechos de ato com metalúrgicos

<https://www.youtube.com/watch?v=3odhpLW0I5Y> nov/2016 - Unifesp - Vídeo-campanha Catarse para máquina de bloco

<https://www.youtube.com/watch?v=XvGOYIEqMjk&t=190s> ago/2017 - LUTA - Sábado, 26 de agosto de 2017 - 4 anos de Esperança

<https://www.youtube.com/watch?v=B1BKrcIMAVI> ago/2017 - Paulino Tó - Clipe de Cara no Asfalto

<https://web.facebook.com/lutapopular/videos/643827132477782/> ago/2017 - TV Globo - Ocupação Esperança na luta pela Escola Maria José

<https://www.youtube.com/watch?v=M0m639nGF4s> out/2017 - CSP Conlutas - O Recomeço da Esperança (1 ano depois)

<https://web.facebook.com/lutapopular/videos/691201627740332/> - dez/2017 - LUTA - Ajude o bloco Unidos da Esperança

<https://www.youtube.com/watch?v=qOjzEtmYy1k> mar/2018 - LUTA - Ocupação Esperança fala sobre a reforma da Previdência

<https://www.youtube.com/watch?v=UYPaHPzLKGg> mar/2018 - FRANCE 24 - Au BrÈsil, une favega géré par de femmes

<https://web.facebook.com/lutapopular/videos/758154727711688/> mai/2018 - LUTA - Campanha de apoio à urbanização das ocupações

<https://web.facebook.com/lutapopular/videos/758855147641646/> mai/2018 - LUTA - Repressão na Anhanguera em apoio aos caminhoneiros

<https://web.facebook.com/lutapopular/videos/758712490989245/> mai/2018 - LUTA - Fala Dé na Anhanguera em apoio aos caminhoeiros

<https://www.facebook.com/CSPConlutas/videos/258480221447841/>

<https://youtu.be/MJ92z1NfbyA> - documentário National Geographic

Reportagens internacionais:

<https://www.theguardian.com/cities/gallery/2017/nov/30/occupation-hope-ocupacao-esperanca-sao-paulo-brazil-women>

<https://www.philomag.com/lactu/reportage/ocupacao-esperanca-la-favela-feministe-39131>

<http://www.collectifsingulier.fr/portfolio/item/philosophie-magazine-reportage/>

<https://youtu.be/UYPaHPzLKGg>

<https://www.facebook.com/lutapopular/videos/1035983333403603/>

vídeo de 6 anos: <https://www.facebook.com/lutapopular/videos/2437590359658544/>

vídeo de 5 anos: <https://www.facebook.com/lutapopular/videos/286137675502561/>

vídeo campanha contra ref. da prev: <https://www.facebook.com/lutapopular/videos/2845958635417842/>

repressão anhanguera: <https://www.facebook.com/lutapopular/videos/758855147641646/>

ato em apoio aos caminhoneiros: <https://www.facebook.com/lutapopular/videos/758712490989245/>

https://www.youtube.com/watch?v=yf_M10AUi4Y mulheres contra o machismo

<http://www.labcidade.fau.usp.br/despejo-zero-quer-prorrogação-de-acao-no-stf-que-suspende-despejos-na-pandemia/>

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em->

[2020#:~:text=Com%20pandemia%2C%2020%20estados%20t%C3%AAm%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desemprego%20recorde%20em%202020,-](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020#:~:text=Com%20pandemia%2C%2020%20estados%20t%C3%AAm%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desemprego%20recorde%20em%202020,-)

[Editoria%3A%20Estat%3ADsticias%20Sociais&text=A%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desemprego%20recorde%20em%202020,-](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020#:~:text=Com%20pandemia%2C%2020%20estados%20t%C3%AAm%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desemprego%20recorde%20em%202020,-Editoria%3A%20Estat%3ADsticias%20Sociais&text=A%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desemprego%20recorde%20em%202020,-)

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/agravada-pela-pandemia-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-33-milhoes-de-pessoas-diz->

[estudo/#:~:text=A%20pandemia%20agravou%20a%20fome,2022%2C%20na%20compara%C3%A7%C3%A3o%20com%202020.](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/agravada-pela-pandemia-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-33-milhoes-de-pessoas-diz-estudo/#:~:text=A%20pandemia%20agravou%20a%20fome,2022%2C%20na%20compara%C3%A7%C3%A3o%20com%202020.)

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo>

i Este novo padrão de acumulação se configura a partir do desenho de políticas econômicas e sociais ditadas pela racionalidade do capital financeiro, impactando as formas de trabalho, de produção e a vida cotidiana (Martin, 2002). O processo traria como consequências a retração da massa salarial, acompanhada pelo agravamento da desigualdade de renda (Lavoie, 2015; Palley, 2013; Stockhammer, 2007); a prevalência da especulação; os booms de consumo com base na forte expansão do crédito, levando ao aumento expressivo do grau de endividamento das famílias, para compensar a estagnação ou a queda dos rendimentos, dentre outras.

Dentro disso, Fani (2011) coloca que a hegemonia do capital financeiro engendraria novas estratégias responsáveis por tornar o espaço em um elemento produtivo, resultando em novos conteúdos no processo de urbanização.

ii AGLIETTA, 1998; HARVEY, 1994

iii A forma como alguns processos recentes de renovação urbana tem ocorrido na cidade de São Paulo, através das parcerias entre o poder público e o setor privado, revela considerável distância entre o discurso e a prática. Como coloca Fix em “A “Fórmula Mágica” da Parceria Público-Privada: Operações Urbanas em São Paulo”, mecanismos como as Operações Urbanas são apresentados como “fórmula mágica” para as questões urbanas em tempos de crise fiscal do Estado. Porém,

mostraram-se contrários ao desenvolvimento de políticas de distribuição de renda, democratização do acesso à terra e aos fundos públicos, aumentando a influência do setor privado nas áreas da cidade.

Para além disso, em “Concessa Venia: Estado, Empresa e a Concessão da Produção do Espaço Urbano”, Heldt apresenta que há uma atualização nos mecanismos de renovação urbana após o encerramento do ciclo da Operações Urbanas, de modo que - os atualmente vigentes Projetos de Intervenção Urbana - tornam normalizada a concessão do urbano, ampliando a atuação de interesses privados sobre a cidade, fazendo desse tipo de intervenção um modelo padrão de desenvolvimento urbano, possibilitado por um determinado tipo de discurso e aparato jurídico-administrativo.

“Assim, o “projeto urbano de interesse público” passa a adquirir aqui um papel operativo fundamental como dispositivo de viabilização da concessão do espaço urbano [...]. O que a análise buscou demonstrar é a manifestação da generalização desse processo e a normalização que adquire no jogo das peças da legislação urbanística, tornando-se padrão normal de desenvolvimento urbano e de racionalidade de planejamento urbano.” (HELDT, 2019)

Para Lena Lavinias, estaríamos, portanto, diante da financeirização da política social, ou seja, da subordinação dos Estados nacionais às exigências de rentabilidade e revalorização mercantil que detentores de capital e grandes grupos empresariais impõem à sociedade e às suas instituições. (LAVINAS, 2017).

Não se trata, portanto, de “remercantilizar” totalmente as estruturas organizacionais que ainda restam do Estado brasileiro, mas torná-las precárias para adequá-las aos objetivos e interesses da revalorização. O desenvolvimento e a produção do urbano, nesse sentido, se colocam sob influência dessa mesma lógica, como expuseram Fix e Heldt, através dos mecanismos jurídico-administrativos e da construção dos discursos de consensos.

iv RANCIÈRE, Jacques. A Partilha do Sensível. Estética e Política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo, Editora 34, EXO experimental.org, 2005.

v Compreendido como um certo tipo de intervencionismo destinado a moldar politicamente relações sociais e econômicas a partir do discurso concorrencial, o neoliberalismo não se coloca como um sistema de normas, mas como uma racionalidade que justifica e naturaliza um conjunto de relações mercadológicas multi-escalar, permeando organizações internacionais (OMC, Banco Mundial, FMI), instâncias regionais como a União Europeia, nacionais e urbanas, como a individualização das relações de trabalho através da destruição do coletivo, resultando em um indivíduo enfraquecido, suscetível à subjetivação da sua maneira de ver o mundo. O homem empresa, empreendedor de si mesmo, é incapaz de compreender o enraizamento da sua condição de exploração, reproduzindo para si a lógica empresarial e mercadológica que atravessa as diversas instâncias supracitadas.

vi No sentido de Michel Foucault (2008) em o Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979).

vii Para Jacques Rancière, a política é entendida como reconfiguração da partilha do sensível e esta partilha pauta-se pela “distribuição desigual entre iguais” (RANCIÈRE, 2005). Ela ocorreria, portanto, quando a ocorrência da lógica promovida pelas partilhas desigualitárias ou a ordem da dominação são perfuradas por lutas por conflitos empenhados na atualização do princípio de igualdade. “A racionalidade própria da política é a racionalidade do dissenso. A ação política, via dissenso, rompe com a configuração dada ao estado de coisas, frequentemente naturalizada, em que as relações de dominação se encontram firmadas ou cristalizadas, mudando os destinos e lugares ali definidos. É uma batalha sobre o sensível, sobre o perceptível. [...] Em sentido estrito, a política não tem um lugar próprio ou sujeitos pré-definidos. É trabalho de atos de subjetivação realizados em nome da igualdade, que desafiam a ordem em vigor da ação, percepção e pensamento. Ela só existe em atos intermitentes de implementação, sem obedecerem a uma lei geral, mas tendo como operador comum o dissenso. Esta noção diz respeito a um processo que cria uma fissura na ordem sensível confrontando a estrutura dada e suas repartições, redesenhando campos de pertencimento” (RANCIÈRE, 2005)

viii Referente ao texto de Francisco de Oliveira (2000) em Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal.

ix A democracia aparece, portanto, “higienizada”: liberalização da democracia produziu não a tirania da maioria, mas a sobrevalorização do indivíduo em detrimento do coletivo. A defesa do individualismo extremo como princípio fundamental, e a articulação entre democracia e liberalismo que retira da cena política todo e qualquer tipo de ponto de antagonismo (MENDONÇA; VIEIRA, 2013). Nesse sentido, colonizada pelos valores da racionalidade neoliberal, os governos democráticos atuais têm mostrado dificuldades em se manterem estáveis diante das diversas crises suscitadas pelo modo de governo neoliberal, que se alimenta de suas próprias crises e só se sustenta por conta dessa dinâmica. Assim, esse modo de governo desestabiliza todas as dimensões da vida, de modo que as transformações se deem, sobretudo, no direcionamento de superação dessas crises colocadas.

x A própria crise é um modo de governo e a produção de crises é a produção de um modo de governar.

xi Retomando Antonio Gramsci, entende-se “hegemonia” por um processo liderado pelas classes dominantes onde sua dominação é naturalizada em razão da construção de um senso comum que, embora seja somente dela, aparece como de toda a sociedade. Se instala sobretudo pela existência de um “bloco hegemônico”, responsável pela criação de uma aliança entre grupos sociais antagonicos através da cultura e da economia em uma representação homogênea da realidade.

xii Oliveira, 2000.

xiii Rancière, 2005.

xiv Dentro do contexto até aqui desenvolvido, o espaço urbano, portanto, como coloca Lefebvre em “Espaço e Política”, é um espaço produzido, e não considerado um dado a priori, mas detentor de inúmeras contradições, ainda que estas estejam mascaradas, escondidas ou dissimuladas.

É um instrumento político intencionalmente manipulado; o lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e onde se manifestam seus conflitos, suas lutas e suas contradições. Tais contradições viriam, sobretudo, do conteúdo capitalista que expressa a dimensão política da luta, da disputa, do conflito entre suas classes sociais.

Esse espaço, que aparentemente se coloca como homogêneo, é um produto social, e não pode ser reduzido à mera produção de um objeto ou mercadoria, mas a existência de relações entre a produção dos objetos e a produção do espaço.

Se o espaço urbano é político, produzido e reprodutor de uma lógica repleta de intenções e estratégias, palco da produção e reprodução de consensos, é necessariamente o lugar da disputa; onde o dissenso tem nele o seu lugar e sua emergência.

xv “A ‘polícia’ não deve ser simplesmente identificada à noção de aparelho do Estado, como maquinário que impõe sua ordem social, pois na acepção do filósofo tal acepção, sem ter sentido depreciativo, estende-se também à suposta espontaneidade das relações sociais, às práticas de que se faz o cotidiano. Uma ‘ordem policial’ é definida por uma partição do sensível, designando modos de ser, perceber e fazer, assim como dizeres que têm ressonância no campo do comum e outros que aí são decodificados como barulho.” (PALLAMIN, 2010)

xvi ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014

xvii Jean-François Bayart, Le gouvernement du monde, cit.

xviii Esta Lei, segundo seu artigo 1º, assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

xix Referentes aos textos de Oliveira, 2003, O estado e a exceção ou o estado de exceção? e de Arantes, 2014, Tempos de Exceção em O Novo Tempo do Mundo

xx Referente ao texto de Arantes, 2014, Zona de Espera em O Novo Tempo do Mundo

xxi Compreendido como uma racionalidade política global, caracterizado pela imposição de governos pautados na lógica capitalista do mercado regente não só da ordem econômica, mas também política, social e cultural, o neoliberalismo trata-se de um projeto revolucionário produtor de subjetividades e de normas de existências, responsável por aprofundar as desigualdades estruturantes do sistema capitalista (LAVAL, 2019). Confundido, ingenuamente, apenas como um sistema econômico que prega a não intervenção do Estado na economia, não é uma doutrina completamente homogênea nem um modo de poder consolidado de uma vez por todas, mas um modo de governo que mescla as esferas pública e privada, privatizando o público sem necessariamente estatizar o privado. Mais que isso, impõe aos indivíduos um certo tipo de funcionamento social e subjetivo: o do capital humano e o do empreendedor de si mesmo.

xxii Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação no Brasil atingiu níveis recorde em 20 estados durante o ano de 2020. A média nacional subiu de 11,9% em 2019 para 13,5% em 2020, sendo a maior taxa desde o início da série histórica da PNAD Contínua, em 2012. Esses resultados são reflexos dos impactos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho. O IBGE também ressalta que, apesar da taxa média de informalidade ter diminuído de 41,1% em 2019 para 38,7% em 2020, ainda somaram 39,9 milhões de pessoas na condição de trabalhadores informais. No entanto, essa queda não se deve ao aumento de trabalhadores formais no mercado, mas sim ao fato de muitos trabalhadores informais terem perdido suas ocupações ao longo do ano, sendo os primeiros afetados pelos efeitos da pandemia. Além disso, o estudo do IBGE revela que a pandemia agravou a situação da fome no Brasil, com 33,1 milhões de pessoas passando por insegurança alimentar. O ano de 2022 registrou 14 milhões de brasileiros a mais em insegurança alimentar grave em comparação com 2020. Mais da metade da população brasileira (58,7%) convive com algum grau de insegurança alimentar, sendo 125,2 milhões de brasileiros nessas condições, representando um aumento de 7,2% em relação a 2020, quando a pandemia começou. Por outro lado, a Campanha Nacional Despejo Zero, formada em junho de 2020, monitorou um aumento significativo no número de famílias despejadas nos últimos dois anos. Entre março e agosto de 2020, foram despejadas 6.373 famílias, enquanto até fevereiro de 2022 esse número aumentou para 27.618 famílias, um aumento de 333%. Nesse mesmo período, o número de famílias ameaçadas de perder suas moradias também cresceu de 18.840 para 132.291, um aumento de 602%. Esses dados evidenciam a gravidade da situação habitacional no país e os impactos da pandemia sobre a segurança residencial das famílias vulneráveis.

xxiii Ver reportagens: <https://www.dw.com/pt-br/pandemia-impulsiona-surgimento-de-novas-favelas-no-brasil/video-54425674> e <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/06/09/profissao-reporter-mostra-a-busca-de-familias-por-uma-moradia-durante-a-pandemia.ghtml>

xxiv No início de 2019, segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), 3,8 milhões de brasileiros tinham no trabalho por aplicativo sua principal fonte de renda. Já a pesquisa do Instituto de Locomotiva demonstrou que aproximadamente 17 milhões de pessoas obtêm regularmente algum rendimento por meio do trabalho por aplicativo no Brasil (Estadão, 2019). Na Europa, pesquisas evidenciam uma participação pequena da população na composição desses dados, mas evidenciam um rápido crescimento na adesão da população por essas ocupações. Os números nos permitem compreender que, apesar das diferenças na composição e desenvolvimento do mundo do trabalho em partes diferentes do globo, os processos discutidos permeiam, ora mais acirrados, ora menos, todas as realidades.

xxv Nas palavras de Ludmila Abílio, “a uberização refere-se às regulações estatais e ao papel ativo do Estado

na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos; resulta da flexibilização do trabalho, aqui compreendida como essa eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador. Por essa perspectiva, ela se conecta ao direito como um campo em movimento, de disputas permanentes em torno das regulações que materializam os conflitos, as assimetrias e desigualdades, e as vitoriosas legitimidades que os envolvem.”

xxvi “Grande parte das decisões legais que negam o vínculo empregatício de trabalhadores uberizados com as empresas-aplicativo apoia-se na possibilidade de o trabalhador determinar sua própria jornada de trabalho e na ausência de exclusividade, que permite a adesão a mais de uma empresa-aplicativo. Podemos olhar para essa suposta autonomia por uma perspectiva inversa: a ausência de qualquer garantia ou obrigação por parte das empresas quanto à remuneração e à carga de trabalho oferecida vem obrigando o trabalhador a exercer jornadas extensas, a abolir dias de descanso, além de ter de aderir a mais de uma empresa-aplicativo para poder garantir sua remuneração – ao passo que o poder de definir o valor da remuneração, a distribuição do trabalho, as regras e critérios de distribuição e remuneração é de total propriedade das empresas.” (ABILIO, 2020)

xxvii O tempo, nesse sentido, ganha uma dimensão fundamental de controle. Nas palavras de Jacques-Alain Miller, “[a privação da liberdade] é medida pela duração, e a duração é perfeitamente divisível. A prisão é uma máquina de subtrair o tempo. Combinada com os trabalhos forçados, aí está uma punição de alta rentabilidade. [...] este será o castigo do futuro, o castigo dos tempos modernos”. Se em determinados momentos a prisão aparece como a materialização da punição e do castigo, sobretudo pelo aprisionamento do tempo, o tempo tomado do nosso personagem em razão dos entraves do processo trabalhista não exige mais o espaço prisional como lugar punitivo, uma vez que a recolocação do esperar dá vazão à punição. Percebe-se, portanto, que a punição não se aplica mais a um determinado grupo de infratores, mas ao trabalhador.

xxviii Para Jacques Rancière, a política é entendida como reconfiguração da partilha do sensível pautada pela “distribuição desigual entre iguais” (RANCIÈRE, 2005). Ela ocorreria, portanto, quando a ocorrência da lógica promovida pelas partilhas desigualitárias ou a ordem da dominação são perfuradas por lutas e conflitos empenhados na atualização do princípio de igualdade. “A racionalidade própria da política é a racionalidade do dissenso. A ação política, via dissenso, rompe com a configuração dada ao estado de coisas, frequentemente naturalizada, em que as relações de dominação se encontram firmadas ou cristalizadas, mudando os destinos e lugares ali definidos. É uma batalha sobre o sensível, sobre o perceptível. [...] Em sentido estrito, a política não tem um lugar próprio ou sujeitos pré-definidos. É trabalho de atos de subjetivação realizados em nome da igualdade, que desafiam a ordem em vigor da ação, percepção e pensamento. Ela só existe em atos intermitentes de implementação, sem obedecerem a uma lei geral, mas tendo como operador comum o dissenso. Esta noção diz respeito a um processo que cria uma fissura na ordem sensível confrontando a estrutura dada e suas repartições, redesenhando campos de pertencimento” (RANCIÈRE, 2005).

xxix Nas palavras de Brown, “o lado economicizante do neoliberalismo adicionou força e acelerou o niilismo de nossa era. Primeiro ao não deixar nada intocado pelo empreendedorismo e pela monetização; depois, com a financeirização, ao submeter todos os aspectos da existência humana a cálculos de investimento sobre seu valor futuro. Conforme nos tornamos capital humano de cima a baixo, e em nosso íntimo, o neoliberalismo torna a venda da alma algo cotidiano e não um escândalo”. Se os direitos trabalhistas e as condições de trabalho puderam, em algum momento, proporcionar dignidade nas esferas básicas da vida cotidiana, apontando para um futuro de estabilidade e garantia da mesma dignidade às gerações futuras, essas gerações se viram no solo movediço dos horizontes desmantelados, da vida tomada pela monetização, “empreendedorização” de si e no constante “se” dos riscos tomados. A zona de espera se coloca, portanto, não como a espera óbvia da esperança, mas completa perda dela mesma, ainda que a única saída seja a continuidade dos processos, como acontece com o personagem do filme.

xxx Gostaria de ressaltar aqui que, as novas relações e condições de trabalho apresentam uma série de perdas e precarizações para a classe trabalhadora, mas são parte da contradição profunda da necessidade de sobrevivência da maioria da população mundial, sobretudo aquela que compõe os países periféricos do sistema capitalista. Embora o emprego do ciclista entregador do Ifood apresente um sem-número de problemáticas, essa é a prática laborativa que uma parte significativa da população brasileira encontrou para sobreviver, sobretudo no decorrer do ano de 2020, marcado por uma alta nos índices de desemprego e uma queda brutal das taxas econômicas. As desigualdades impostas por esse sistema colocam esses trabalhadores no nó de situações contraditórias “vendidas” como autoempresariamento e trabalho livre, mas que de fato se configuram como o aprisionamento de uma classe que a ela só resta o trabalho precarizado e a sobrevivência. Configura-se, mais uma vez, uma situação de indistinação, de envelamentos dentro da qual não se existe um lado se não o lado de dentro. texto Bruno Lautier tradução da Cibele cadernos CRH (ideia da condição de indistinação)

xxxi O termo indistinação remete às reflexões produzidas por Agamben (2002), e refere-se à dissolução de determinações claras. O autor procura pensar a relação entre poder soberano e a vida dos indivíduos, a partir da formulação de três hipóteses. Na primeira, a figura do estado de exceção é desenhada como uma relação presente na origem da política. Tal relação trata da delimitação entre o que está incluso e excluído da política, do direito e da normalidade. O poder soberano produz zonas de indiferença, confundindo elementos como violência e direito, natureza e cultura, interno e externo. Tal indistinação está na origem da própria política, e demanda a constante presença da decisão soberana para instituir a normalidade. Esse poder de decisão presentifica-se também na produção de distinções, seja de justo e injusto, típico do monarca absolutista, seja de pertencimento ou não à comunidade, como encontrado na democracia. Sua segunda hipótese continua a trabalhar a indistinação introduzindo a vida do indivíduo como elemento fundamental da relação com o poder. Essa vida articula-se em dois momentos fundamentais, sendo eles a vida biológica, caracterizado pelo corpo e suas funções vitais, e a vida política e seu o espaço em comunidade. Quando a identidade cultural é negada a um indivíduo, restando-lhe apenas seu corpo natural, este se reduz à condição de animal, e deixa de ser considerado como um semelhante. Por fim, na terceira tese, sua análise ressalta que o poder soberano necessita produzir zonas de indistinação porquanto se torna realidade em sua plenitude apenas ao exercer a decisão sobre o status da vida.

xxxii HIBOU Béatrice, *La Bureaucratization du monde à l'ère néolibérale*, Paris : La Découverte, 2012.

xxxiii OLIVEIRA, 2000.

xxxiv O debate sobre as fronteiras do legal e do ilegal conta com inúmeros pensadores que colocam as irregularidades não como uma condição de incorporação ou não no sistema de reprodutibilidade do capital. As irregularidades, o trabalho informal está dentro e não fora desse funcionamento, justamente porque o informal existe para ser gerido – incorporando aqui as noções de poder biopolítico dos trabalhos de Foucault. Portanto, o trabalhador informal que hoje é parceiro assume

o mesmo papel em ambas as situações, mas esse deslocamento de compreensão é o que permite a série de precarizações discutidas até aqui capazes de conter os impulsos reivindicativos de uma parte considerável da classe trabalhadora.

xxxv Para ABÍLIO, 2020, a categoria de trabalho amador (Dujarier, 2009; Abílio, 2014, 2017) refere-se a um trabalho que é trabalho, mas que não confere identidade profissional, que não carrega elementos socialmente estabelecidos envolvendo as regulações do Estado e estruturando a identidade do trabalhador enquanto tal. Se apresenta como uma provisoriedade constante, mesmo que sua condição seja permanente. Traz consigo uma maleabilidade que possibilita sua capilaridade com diferentes modos de vida e trajetórias ocupacionais, traduzida sobretudo na ausência de medidas e limites com relação ao tempo de trabalho, às condições de trabalho, à saúde e segurança do trabalhador, nublando também as definições de remuneração, uma vez que ganhos se confundem com investimentos e custos.

xxxvi ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, São Paulo, Boitempo, 2009

xxxvii Vale ressaltar que o Brasil atingiu, no ano de 2020, a maior taxa de trabalhadores desalentados da história

xxxviii "A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é a regra. Temos de chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia. Só então se perfilará diante dos nossos olhos, como nossa tarefa, a necessidade de provocar o verdadeiro estado de exceção; e assim a nossa posição na luta contra o fascismo melhorar". (BENJAMIN, 2013b,13). Através de um longo debate entre Benjamin e Carl Schmitt acerca do estado de exceção, no contexto histórico social da Alemanha nazista, Benjamin busca articular concepções teóricas que funcionem como "armas" contra o fascismo, e atribui ao historiador a tarefa de observar a história a seu contrário e colocar em xeque a perspectiva dos vencedores.

Oliveira, F. de. (2003). O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 5(1), 9. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2003v5n1p9>

xxxix OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. E PAOLI, M.C. (orgs). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 55-81.

xl Vale ressaltar que há uma diferença importante nas formas de exercício do bem-estar social nos países centrais do capitalismo e naqueles chamados periféricos. No entanto, seu desmonte e as decorrências desse processo intensificaram as dinâmicas de exploração e suas formas de subjetivação, em alguns momentos, de forma bastante similar, como se pretende demonstrar nos paralelos desenhados neste capítulo.

xli RANCIÈRE, Jacques. A Partilha do Sensível. Estética e Política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, EXO experimental.org, 2005.

xlii Importante ressaltar que este Estado do Bem-estar social discutido nunca se realizou na periferia do capitalismo, mas esteve, por vezes, entre as expectativas de construção do processo civilizatório desses países.

xliii Como pensa Oliveira em Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. E PAOLI, M.C. (orgs). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 55-81.

xliv OLIVEIRA, 2000

xlv OLIVEIRA, 2000

xlvi OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a Exceção. Ou o Estado de Exceção? In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol.5, n.1, maio de 2003. DOI: [http://dx.doi.org/10.22296/2317-](http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2003v5n1p9)

1529.2003v5n1p9

xlvii THOMPSON, E. P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

xlviii MARX, KARL. A chamada acumulação primitiva. MARX, Karl. O Capital: para a crítica da economia política. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013. p. 833-885.

xlix Nos parece uma reapropriação por parte da acumulação financeirizada dos mesmos mecanismos de espoliação utilizados ao longo de séculos contra artesãos e camponeses, para compor essa nova força de trabalho livre, mas agora destituída de tudo e numa zona de indistinção que a imobiliza. Os processos de desapropriação/desposseção (HARVEY, 2005; OLIVEIRA, 2000) permanecem em operação por vezes agravados por esse novo momento da acumulação financeirizada.

I FOUCAULT, 1979

li Trata-se de área vinculada a grandes espaços industriais que pouco a pouco, diante dos processos de reestruturação e desindustrialização vão sendo substituídos por equipamentos de logística de grandes redes de supermercados além de outros setores. Essa reconfiguração é digna de nota especialmente porque a sede das grandes empresas de plataforma em São Paulo se localiza também no município de Osasco de notório passado industrial no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo.

lii Dados de 2021

liii Como forma de proteção dos interlocutores, seus coletivos de luta político e da ocupação estudada, todos os nomes e referências aos interlocutores e locais foram substituídos por nomes fictícios.

liv A pandemia, sua longa duração e seus efeitos devastadores viu pipocar por todo o país uma constelação de iniciativas, formas de articulação e redes de apoio às populações mais afetadas, tendo as redes sociais e a produção de conteúdo para essas mídias como importante veiculador das ações de socorro, justificadas por uma lógica da urgência. No entanto, essas redes de apoio e iniciativas se ancoram e mobilizam uma trama densa, construída ao longo de décadas, de coletivos e movimentos organizados. A pandemia fez acelerar, precipitar, transformar relações e articulações que já existiam, ancoradas no terreno concreto em que se condensa um acúmulo de experiência social, política e histórica de longa data (TELLES, 2021), produzindo novos arranjos e alianças que, fora de um regime de urgência exigiriam tempos muito mais prolongados para se estabelecerem. Nesse sentido, o papel das mídias tradicionais e sociais se colocou como portador de uma celebração da solidariedade e da iniciativa popular, amparando e apoiando as populações afetadas, mas incidindo sobre uma malha de articulares que vai muito além da propagação da escala do socorro

lv Movimenta-se a noção de “zona cinzenta de trabalho e emprego” (AZAÍS, 2017; KESSELMAN e AZAÍS, 2011), a partir do processo de constantes transformações das modalidades de trabalho, caracterizada pela vitalidade, ambiguidade e desgaste dos protagonistas e estruturas institucionais, assim como das políticas públicas que historicamente tentaram garantir uma distribuição equitativa (KESSELMAN e AZAÍS, 2011). Se vê surgir, a partir dessa dinâmica, novas profissões ou a migração de profissões já existentes para estatutos com menos direitos. Isso coincide com a crescente fluidez das fronteiras entre diferentes formas de emprego e trabalho, minando a clara distinção entre legal e ilegal, formal e informal, autônomo e subordinado (AZAÍS, 2017).

lvi A noção de ativação utilizada aqui encontra ancoragem nas proposições de Beatrice Hibou, em especial *Work discipline, discipline in Tunisia: complex and ambiguous relations* in https://www.academia.edu/17325175/Work_discipline_discipline_in_Tunisia_complex_and_ambiguous_relations _acesso junho de 2022

lvii Ver Rizek, *Temporalidades e liminaridades*. In Fabiana D Brito e P. B. Jacques (org) *Corpo Cidade Gestos Urbanos*. Salvador, UFBA, 2017.

lviii Esse espaço de comércio popular em Buenos Aires, conhecido como “a maior feira ilegal da América Latina”, fundado por bolivianos na década de 1990 foi objeto de extensa pesquisa. Para a autora, - que se põe a refletir como as desigualdades aprofundadas pelas políticas neoliberais não operam apenas em um padrão macro ou nas altas camadas da estrutura social, mas também se produz e reproduz na vida cotidiana “dos de baixo” – pensar como os governados fazem política se coloca como uma forma de desvitalizar as populações periféricas que, na América Latina, enfrentam lógicas de “desposseção” e de expulsão muito intensas. Estas formas de resistência são também de negociação e implicam uma série de cálculos que desenham isso que ela denomina como “pragmática vitalista”: uma dinâmica de captação de oportunidades ainda que marcadas por relações de força advindas de uma condução e governo da vida passíveis de serem reconhecidos como neoliberais. Seria possível então pensar numa política de conquistas locais e concretas, uma tensão dentro dos próprios mecanismos de poder. A feminilização apareceria redefinida como caráter do novo padrão de capitalismo que se capitaliza nessas economias informalizadas, atendendo-se para a forte presença pública de mulheres e deslocamento para o cenário público de características específicas das formas de domesticidade. Coloca-se, portanto, mutação do saber fazer do trabalho doméstico para o meio pelo qual se irá garantir a sobrevivência e, talvez, uma reorientação do papel atribuído ao feminino e, em especial, a um maior intercâmbio entre lar e trabalho

lix Primeiro Comando da Capital. Gostaria de ressaltar aqui, como avalia Gabriel Feltran, com as transformações que aconteceram nas periferias paulistas durante as décadas que se estenderam desde os anos 1970, aspectos como religião, família, trabalho e representação política passam a se relacionar diretamente com uma esfera de sociabilidade antes construída como totalmente oposta à figura coesa do “trabalhador”, que ao longo do tempo passou a conviver e tensionar esses sujeitos e instâncias legítimas nos territórios periféricos, inaugurando uma sociabilidade do “mundo do crime”. Para o mesmo autor, no contexto brasileiro, ao lado das políticas estatais, o “mundo do crime” e as agências neopentecostais aparecem como dois “regimes normativos” inseridos como governo das margens (e pelas margens), para citar Veena Das, oferecendo novas formas de administração e subjetivação dos sujeitos que compõem essas margens.

lx O grupo se que se define como organização sem fins lucrativos que através da palhaçaria e das artes circenses atua como garantidor do direito mais essencial do ser humano, o riso, utilizando-o como elemento base de transformação social e como instrumento de regeneração afetiva e resiliência, transcendendo dessa forma idiomas, culturas, classes sociais, religiões e nacionalidades. (<https://www.palhacossemfronteiras.org.br/proposito>)

lxi O terreno, de 48 mil m², está no nome da empresa de cosméticos KJ Kady Jacqueline Ltda, que veio a falência e encontra-se em desuso há mais de 30 anos.

lxii De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015 (última medição), observa-se um crescimento anual de cerca de 30% dos lares afetados pelo comprometimento de suas rendas com os gastos de aluguel, afetando cerca de 3,8 milhões de moradias. Para além disso, entre os anos de 2013 e 2015, quase 400 mil unidades foram reduzidas dos programas de produção de novas moradias, reforçando o cenário de déficit habitacional e alta nos custos de morar que assolam tantas famílias no país.

lxiii O nome Abayomi faz referência às bonecas artesanais feitas com retalhos de tecidos, que as mulheres africanas davam a seus filhos antes de serem separados em razão da compra e venda de escravos para o trabalho forçado. Esses brinquedos foram elementos de união, anos depois, de diversas famílias, se transformando em um símbolo da luta da mulher negra contra a escravidão.

lxiv A passagem do desenvolvimento do projeto urbanístico e sua implementação será mais bem desenvolvida no capítulo 3 desta dissertação e por isso, desenvolvo até aqui essa exposição como um marco importante na história do bairro.

lxv Em situações de agressão e violência doméstica, por exemplo, o grupo trabalha no acolhimento e orientação das vítimas, podendo aplicar, em alguns casos, punições ao agressor, como a expulsão da ocupação.

lxvi Quando uso a expressão “formar mulheres” não me refiro à construção de uma formação de fora para dentro, imposta, mas construída entre uma e outra a partir das conversas, das atividades dentro e fora do grupo, das experiências vividas e compartilhadas, se reconhecendo e universalizando suas condições de vida.

lxviii Nos últimos anos, as metrópoles brasileiras enfrentaram os impactos do aumento da criminalidade e da violência em razão da transformação na natureza desses crimes impulsionada pela expansão do tráfico de drogas e suas conexões com organizações criminosas internacionais. A resposta a esses novos cenários de violência e insegurança se aproxima da construção de uma metáfora da guerra (LEITE, 2001), colocando em risco o direito à vida, sobretudo, das populações que habitam os territórios populares dessas grandes cidades. Dessa forma, o conflito social ganhou contornos representativos de guerra, acionando um repertório simbólico onde diferentes lados ou grupos em confronto são vistos como inimigos, e em situações extremas, a eliminação se torna uma estratégia para alcançar a vitória. Essa representação frequentemente sugere que circunstâncias consideradas excepcionais, comparáveis a situações de guerra, demandam ações igualmente excepcionais, muitas vezes divergentes das práticas institucionais e democráticas habituais. A metáfora da guerra, nesse sentido, se entranharia, portanto, nas outras formas de compreensão dos conflitos desses territórios, de modo que a ideia de confronto seria mobilizada em todas as instâncias da vida, acionada também na luta pela igualdade de gêneros, como no caso das linhas interlocutoras.

lxix Categorias nativas elaboradas pelos interlocutores da pesquisa

lxx ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015

lxxi SIMONI SANTOS, CÉSAR. Da mercadoria impossível à mercadoria ilegal: Estado, mercado e mundo do crime na cidade como negócio. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra), vem identificando, em estudos realizados na zona Sul da metrópole paulista, práticas de vendas de terras pelas organizações criminosas nas ocupações da região.

lxxii Ver Rizek, C. S., Barros, J., & Bergamin, M. de A. (2003). A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: construindo algumas questões. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 5(1), 31. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2003v5n1p31>

lxxiii Caracterizada como um escritório modelo de extensão universitária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus São Paulo, a ÁTICO atua junto a grupos organizados para “garantir qualidade de vida e o direito à cidade”, se colocando também como um espaço de debate e formação para as comunidades em vulnerabilidade social. Se consolida conforme o Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA), documento elaborado pela FeNEA, que orienta os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU).

lxxiv O Fórum Regional de ATHIS e Extensão Universitária de 2019 integrou um projeto selecionado por meio de edital de chamamento público pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – São Paulo (CAU/SP). O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH) foi o responsável por sua contemplação, em colaboração com o Entre:FAUs (Coletivo das Entidades Estudantis das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Região Metropolitana de São Paulo), Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo (IABsp) e FAU Mackenzie.

lxxv O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) tem estabelecido uma parceria para um Termo de Fomento em ATHIS, com o intuito de promover Ações Emergenciais. O objetivo deste edital é selecionar Organizações da Sociedade Civil (OSC) para firmarem parcerias por meio do termo de fomento, visando o desenvolvimento e a execução de projetos de "Apoio à ATHIS", em conformidade com a Lei Federal nº 11.888/2008. Além disso, o edital busca promover parcerias entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil para a capacitação e disseminação da assistência técnica.

Essa iniciativa prevê o incentivo à contratação de profissionais em arquitetura e urbanismo pelas entidades parceiras, que atuarão nos territórios descritos, visando a realização das ações de projetos e capacitação.

lxxvi Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo Extensão Universitária da Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT) – Unesp - Câmpus de Presidente Prudente

lxxvii Fundada em 1992, a assessoria Ambiente Trabalhos Para o Meio Habitado Ambiente é formada por arquitetos (as), engenheiros (as) e assistentes sociais que atuam, a partir da defesa por direitos, na promoção de moradias, voltada para movimentos de moradia, em especial com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), a assessoria atua na elaboração de projetos urbanísticos e arquitetônicos, e acompanhamento das obras para Habitação de Interesse Social (HIS), por meio da autogestão na produção habitacional.

lxxviii Ver OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes. Acesso em: 03 dez. 2023, 1998

lxxix O aprofundamento do processo de mundialização do capital acaba por engendrar um regime de acumulação com dominância financeira. Apesar da mundialização, os Estados nacionais não desaparecem; tornam-se evidentes a partir de suas ações nos processos de liberalização e desregulamentação financeiras, fortalecendo e interconectando os mercados financeiros.

lxxx Importante destacar aqui o que denomina Christian Azaïs de zonas cinzentas do assalariamento. Em suas palavras, “as mudanças no trabalho permitiram o surgimento de práticas novas que ainda não se consolidaram em normas, invalidando, a mesmo tempo, o binômio legal/ilegal na própria medida em que esses termos não logram traduzir nem a dinâmica nem a complexidade das relações de trabalho. A partilha não se faz mais unicamente entre trabalho protegido e formal versus trabalho não protegido e informal, já que até contratos de trabalho “formais” recobrem agora formas mais precárias de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho”.

Nesse sentido, as zonas cinzentas do assalariamento colocam-se como anulação de algumas das normas de emprego vigentes, normalizando situações que até então eram classificadas como atípicas, uma vez que remetem às transformações nos conteúdos da atividade ou das profissões assim como os deslizamentos nos estatutos.

O que se observa é que, “em razão de mudanças ou transformações nos contratos de trabalho existentes, aparecem zonas ainda não regulamentadas, nas quais os empregadores, sejam eles públicos ou privados, operaram em situações ainda não previstas pela lei. Tais casos não podem ser considerados como ilegais. Da mesma forma, dá-se a emergência de novas ocupações nos interstícios na lei, dando margem a situações confusas”.

Esses novos fenômenos expressam a evolução dos mercados de trabalho no capitalismo contemporâneo, no que tange às normas e às relações de emprego e de trabalho, relações essas cada vez mais caracterizadas por zonas não claramente delimitadas e movediças, de difícil captação. Como coloca o autor, “a presença de zonas cinzentas do assalariamento permite evidenciar a panóplia diferenciada de formas de inserção dos trabalhadores nos mercados de trabalho; elas remetem aos dois processos intrínsecos à globalização: a uniformização e a diferenciação. Atualmente, esses processos se evidenciam na tendência generalizada no sentido de um solapamento das conquistas trabalhistas, consideradas pelo receituário neoliberal como obsoletas e tidas como impossíveis de serem preservadas. Concomitantemente, a individualização da relação salarial, e o tratamento diferenciado dos trabalhadores, visível no amplo leque de modalidades de contratos de trabalho e na diferenciação dos salários, configuram a dinâmica atual do capitalismo marcada pela emergência de processos de trabalho diferenciados e concorrentes”.

lxxxi Vale ressaltar que o Estado é compreendido aqui como um campo, um setor específico do campo de poder. Dentro do campo burocrático do Estado existem agentes com interesses diversos, que por isso estão em constante luta. Retomando as noções de “mão direita” e “mão esquerda” do Estado, apresentadas, por Bourdieu, este Estado neoliberal nunca se apresentaria como Estado mínimo, ao passo que, de um lado se faz presente sua atuação na ala econômica acompanhada de isenções fiscais e políticas de austeridade, e por outro apoiando categorias destituídas de capital econômico e cultural por meio de ações sociais em sua versão protetora e assistencialista, sempre marcada por uma reprodução da lógica empresarial.